

Viagens e Viajantes Portugueses na Ásia Central (séculos XVI-XVII)

Marco Serote Roos

Dissertação de Mestrado em História

Novembro de 2022

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História, área de especialização em História Moderna e dos Descobrimentos, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Alexandra Pelúcia e co-orientação da Professora Doutora Isabel Gomes de Almeida.

Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública.

AGRADECIMENTOS

Todos os trabalhos, mesmo os com uma vertente claramente individual, nunca são meramente resultado único do seu autor. A realização desta dissertação de mestrado nunca teria sido possível sem os contributos de várias pessoas, às quais gostaria de agradecer.

Começo por agradecer às orientadoras deste trabalho, as Professoras Doutoras Alexandra Pelúcia e Isabel Gomes de Almeida, cuja ajuda foi bem para além do feedback e correções que fizeram a este manuscrito, as quais foram, aliás, essenciais para tornar este trabalho mais rico e interessante. Obrigado pela paciência que tiveram para comigo. Não posso também esquecer a ajuda que me deram aquando da escolha do mestrado. De facto, quando as circunstâncias na faculdade não me permitiram seguir o mestrado que pretendia e estudar o tema que queria, as Professoras vieram em meu auxílio, propondo-me este mestrado com este tema de dissertação, em tudo igual ao que eu pretendia, apenas em épocas diferentes. Segui este mestrado por encorajamento de ambas e não me arrependi.

Quero também agradecer à bibliotecária Helena Coelho, do Centro Científico e Cultural de Macau, por, numa altura em que a biblioteca se encontrava fechada, me ter, ainda assim, disponibilizado material sobre o jesuíta Tomás Pereira. Graças a essa ajuda preciosa, o trabalho ficou muito mais rico.

Sendo os arquivos e bibliotecas o habitat natural do historiador e estudante, seria pouco cordial não referir quem mantém o seu funcionamento. Assim, aqui fica uma palavra de agradecimento aos/às bibliotecários/as e funcionários/as destes serviços. Este trabalho usufruiu bastante do serviço de fotocópias da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Não posso também esquecer os amigos e os colegas desportivos da Esgrima Sadina, por me proporcionarem momentos de desabafo e repouso. Obrigado a todos por me ajudarem a manter a minha sanidade mental.

Finalmente, um enorme agradecimento à minha família, por todo o apoio incondicional que sempre me proporcionaram ao longo do meu percurso académico, em particular ao meu pai que, mesmo de muito longe, soube acompanhar-me, encorajar-me e ajudar-me em tudo o que precisei. Por último, à minha mãe, pela ajuda mais que preciosa que me deu, sem a qual, estou bem ciente, teria sido impossível levar a bom porto esta dissertação.

VIAGENS E VIAJANTES PORTUGUESES NA ÁSIA CENTRAL (SÉCULOS XVI-XVII)

MARCO SEROTE ROOS

RESUMO

A história das viagens terrestres portuguesas pela Ásia Central era, e continua a ser, esparsa, quer como elemento no processo da Expansão Portuguesa, quer como objeto específico de análise historiográfica. Para os indivíduos do Estado da Índia, a posição longínqua e interior da Ásia Central tornava-a incompatível com a natureza predominantemente marítima da Ásia portuguesa, fazendo da perspectiva de uma atividade ativa e duradoura uma impossibilidade geoestratégica. Consequentemente, houve um impacto diminuto da presença portuguesa naquela região, constituindo as viagens terrestres pelo interior asiático um episódio que recebe pouco mais que uma breve menção por parte da maioria dos historiadores. Contudo, a história das viagens portuguesas pelas Rotas da Seda terrestres e a historiografia que tem vindo a relatar e analisar tais iniciativas, revelam um rico potencial de informações interessantes para compreendermos inúmeros aspetos relativos à Ásia Central na época moderna e à Expansão Portuguesa. Por isso, a viagem terrestre transformou-se num nicho em ambos os tempos, passado e presente. Na época moderna, indivíduos oriundos da Ásia portuguesa demonstraram interesses e investiram esforços em espaços como a Pérsia Safávida, a Transoxiana e o Tibete. Tais interesses manifestaram-se sob a forma de viagens de procura de caminhos alternativos e de lendas com origem na medievalidade, bem como no estabelecimento de missões católicas na Pérsia e no Tibete. Desde a década de 1990, que se tem vindo a desenvolver uma historiografia sobre os viajantes, as viagens e as suas dinâmicas. O maior obstáculo para o desenvolvimento da área é a sua falta de visibilidade na academia, exacerbada pela ausência de uma história geral que aglomere diferentes tempos, espaços, viagens e viajantes, contrariando a tendência em especificar um só viajante ou grupo de viajantes que percorreram os mesmos caminhos. Este trabalho faz uma análise global da história da presença e atuação portuguesa na Ásia Central, incidindo sobre viagens realizadas pela Pérsia Safávida até o Reino de Portugal, sobre as viagens pelo Tibete e seus arredores, numa tentativa de busca pelo Cataio, e sobre as viagens dos jesuítas portugueses, inseridos na corte Qing, à Tartária.

PALAVRAS-CHAVE: Ásia Central, Rotas da Seda, Expansão Portuguesa, viagens terrestres, viajantes portugueses.

PORTUGUESE VOYAGES AND VOYAGERS IN CENTRAL ASIA (16TH AND 17TH CENTURIES)

ABSTRACT

The history of Portuguese overland travel in Central Asia was, and to some extent still is, sparse, both as an element in the process of Portuguese Expansion and as a specific object of historiographical analysis. For the individuals from the State of India, the distant and inland position of Central Asia made it incompatible with the predominantly maritime nature of Portuguese Asia, turning the prospect of active and sustained activity into a geostrategic impossibility. Consequently, there was little impact on the Portuguese presence in that region, and overland voyages through the Asian interior are an episode that receives little more than brief mention by most historians. However, the history of Portuguese voyages along the terrestrial Silk Roads and the historiography that has been reporting and analyzing such initiatives, reveal a rich potential of interesting information to understand many aspects of Central Asia in modern times and the Portuguese Expansion. Therefore, overland travel has become a niche in both past and present times. In modern times, individuals from Portuguese Asia showed interest and invested efforts in spaces such as Safavid Persia, Transoxiana and Tibet. These interests manifested themselves in the form of journeys in search of alternative routes and legends originating in the Middle Ages, as well as in the establishment of Catholic missions in Persia and Tibet. Since the 1990s, a historiography on travelers, journeys and their dynamics has been developing. The biggest obstacle to the advancement of the area is its lack of visibility in academia, exacerbated by the absence of a general history that brings together different times, spaces, journeys and travelers, contrary to the tendency to specify a single traveler or group of travelers who journeyed through the same paths. This work makes a global analysis of the history of the Portuguese presence and action in Central Asia, focusing on the voyages made from Safavid Persia to the Kingdom of Portugal, on the voyages through Tibet and its surroundings, in an attempt to search for Cathay, and on the voyages of the Portuguese Jesuits, in the Qing court, to Tartary.

KEYWORDS: Central Asia, Silk Roads, Portuguese Expansion, overland travel, Portuguese travelers.

ÍNDICE

<i>Introdução ou os aspetos de uma periferia</i>	1
1. A Ásia Interior	7
1.1. Um problema de definições	7
1.2. Um espaço de tensões: características e dinâmicas da Ásia Interior	10
1.3. A Ásia Central na época moderna	18
2. A perspetiva europeia da Ásia Central	33
2.1. A Europa nas Rotas da Seda e a Cristandade asiática	33
2.2. Reinos míticos e “bárbaros” hereges: a Ásia de acordo com a Europa medieval.....	40
2.3. A nova interação europeia: atividade europeia na Ásia Central na época moderna	51
3. A presença e atividade portuguesa na Ásia Central	59
3.1. O pioneirismo luso	59
3.2. O itinerário persa e as dimensões de atuação.....	70
3.3. A Saga do Cataio, o encontro com o Tibete e os limites da ambição	80
3.4. As viagens de Tomás Pereira: um conflito de lealdades e ambições.....	93
4. Viagens e viajantes: algumas considerações	105
4.1. A viagem: processo e dinâmicas.....	105
4.2. Reis pastores e gente moura: as visões portuguesas da Ásia Central	117
<i>Conclusão ou para uma historiografia mais visível</i>	122
<i>Bibliografia</i>	124
<i>Anexo A: Mapas</i>	140

Introdução ou os aspetos de uma periferia

“A Expansão Portuguesa é um processo histórico que se confunde com a própria História de Portugal”¹, assim se inicia a obra *História da Expansão e do Império Português*, uma leitura chave para a compreensão deste tema. O processo em causa deixou uma marca indelével na nossa cultura e tão importante que define boa parte da identidade dos portugueses como povo. Portugal pode ter nascido durante o século XII, mas a sua maior originalidade, o que nos distingue de outros europeus, encontra-se enraizada na história dos séculos XV e XVI.

Os portugueses foram os primeiros europeus a passarem o Cabo das Tormentas, os primeiros europeus a atracarem nas costas africanas, na Índia, no Brasil, na China e no Japão. Definimo-nos como pioneiros de grandes viagens ao desconhecido. Nas palavras de Marília dos Santos Lopes, “A viagem é indissociável de Portugal e mais precisamente a viagem marítima, sendo o mar umas das ideias-motrizes mais tenazes na cultura portuguesa, sendo há muito raiz e evidência do modo de estar e ser português.”².

A viagem portuguesa é predominantemente marítima: é a navegação por mares e oceanos desconhecidos, são as tempestades e os naufrágios, é a esperança de encontrar um porto seguro. Estas são as imagens da Expansão Portuguesa, dotada duma percepção talassocêntrica. Foi a partir destas viagens que o Império Português se fundou e delas dependeu para o seu funcionamento. Apesar das distâncias e do atraso da circulação de informação na época moderna, o Império afetou o Reino e vice-versa.

Existe, contudo, outra faceta da Expansão. Refiro-me às viagens terrestres. De facto, o movimento da Expansão Portuguesa incluiu também toda uma dimensão de exploração terrestre: não somente na América e na África, mas também na Ásia, mais especificamente nas Rotas da Seda. Deparamo-nos aqui com um tipo diferente de marcos e de personalidades, com Bento de Goes e António de Andrade a ocuparem lugares correspondentes a Vasco da Gama e Francisco Xavier. Em vez de navios, oceanos e tempestades, temos caravanas, oásis e altas e inhóspitas montanhas, de difícil travessia.

Apesar de não terem tido tanto impacto quanto as viagens nos outros continentes, as viagens terrestres asiáticas fizeram parte da Expansão Portuguesa e dos Descobrimentos, aqui

¹ João Paulo Oliveira e Costa, Damião Rodrigues, e Pedro Aires Oliveira, *História da Expansão e do Império Português*, 1a ed (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014), 11.

² Marília Dos Santos Lopes (coord.), *Identidade em Viagem - Para uma História da Cultura Portuguesa* (Leya, 2015), 3.

entendidos numa aceção bem mais abrangente do que a habitual, circunscrita aos espaços marítimos. De facto, nas palavras de Hugues Didier, a “descoberta” portuguesa da Ásia Interior “(...) não inspirou epopeias: não podiam existir duas, uma para o mar e outra para a terra, sendo a segunda o prolongamento da primeira”³. Esta posição secundária vê-se refletida na historiografia, se considerarmos a atenção limitada que tem vindo a ser prestada à circulação de agentes portugueses pelas regiões interiores da Ásia. Talvez uma das temáticas mais negligenciadas na historiografia da Expansão Portuguesa, as explorações terrestres na Ásia Central ocupam um lugar de nota de rodapé ou de menção breve nas obras gerais sobre a presença portuguesa naquele continente. Mesmo assim, a temática tem vindo a ser explorada por um pequeno, mas crescente, grupo de investigadores, sendo mais um nicho do que uma área virgem de investigação. Alguns dos autores que importa referir são Hugues Didier, bastante prolífico, com obras como *Les portugais au Tibet: les premières relations jésuites 1624-1635* e *Fantômes d’islam & de Chine: le voyage de Bento de Góis s.j. (1603-1607)*, de 1996 e 2003, respetivamente; Neves Águas, cujo trabalho se centra muito em transcrições das viagens, como por exemplo, *Viagens por terra da Índia a Portugal*, de 1991, sobre António Tenreiro e Mestre Afonso, e *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio: Bento de Goes e António de Andrade*, de 1988; sem esquecer Luís Graça, cuja obra *A Visão do Oriente na literatura portuguesa de viagens: os viajantes portugueses e os itinerários terrestres (1560-1670)*, de 1983, é um dos poucos estudos que englobam vários viajantes numa só análise.

Em 1991, Neves Águas referia que a falta de interesse e exposição dadas às viagens terrestres asiáticas derivava da pouca acessibilidade às fontes, resumindo-a a dois fatores: a raridade de relatos escritos e fontes impressas, por um lado, e a ausência de traduções para português destes relatos, por outro⁴. Devido à sua natureza, as viagens terrestres eram muitas vezes mais espontâneas, realizadas sem grande planeamento, ao contrário da viagem marítima, que era sempre um evento organizado e planeado. As necessidades de tripulações, de navios e de vários aprovisionamentos a bordo exigiam financiamentos avultados. Estas necessidades logísticas deixam, obviamente, uma pegada documental mais visível. Adicionalmente, as viagens marítimas tinham importantes interesses económicos e geoestratégicos (a partir da recolha de informação), interesses estes ligados às elites, que detinham o monopólio da escrita.

³ Hugues Didier, *Les portugais au Tibet: les premières relations jésuites 1624-1635*, Magellane (Paris: Chandeigne, 1996), 12.

⁴ Neves Águas. "Introdução: os viajantes portugueses e os seus relatos". In António Tenreiro, Mestre Afonso, e Neves Águas, *Viagens por terra da Índia a Portugal*, A aventura portuguesa (Mem Martins: Europa-América, 1991), 15.

A necessidade de manter roteiros de viagem e diários de bordo contribuiu também para a riqueza de informação que rodeia este tipo de viagens. Contrariamente, nas viagens terrestres, os viajantes muitas vezes não escreviam sobre a sua experiência, quer por analfabetismo, quer porque, atuando como agentes clandestinos, não interessava deixar registos perenes sobre os percursos e contactos realizados, quer até pela posterior dificuldade na publicação dos relatos, o que levou a “perderem-se” da vista pública durante muito tempo. As viagens de Mestre Afonso (1565) e de Bento de Goes (1602) apenas foram encontradas em arquivos⁵ no século XIX. Continuam a existir manuscritos de vários viajantes por publicar, o que os torna de difícil acesso à comunidade académica, como é o caso da viagem de D. Álvaro da Costa, cujo relato, em duas cópias manuscritas, se encontra na Biblioteca Pública de Évora e na Biblioteca Municipal do Porto⁶. Podemos imaginar quantas obras estarão ainda perdidas, espalhadas por arquivos em todo o mundo.

Atualmente, o problema da falta de traduções já não se coloca nos moldes descritos por Neves Águas há trinta anos atrás, muito graças ao próprio e a outros historiadores que transcreveram, traduziram e tiveram o cuidado de incluir os relatos e itinerários nas suas obras. Penso que a falta de interesse face às iniciativas portuguesas de exploração da Ásia Interior, na época moderna, e à sua correspondente pouca visibilidade na historiografia, vem igualmente do facto destas iniciativas não terem deixado um legado e/ou vestígios da presença portuguesa na região. Os impactos geostratégicos e culturais destas viagens foram diminutos, ao contrário de empreendimentos semelhantes na América e em África. A ação portuguesa no interior destes continentes foi mais visível, tendo-se manifestado em extensos domínios coloniais e, mais tarde, em países, como Angola, Moçambique, Brasil, entre outros, o que não se pode dizer relativamente à Ásia. Não negando as repercussões que a presença lusa teve em várias zonas costeiras asiáticas, o certo é que o impacto dos portugueses no interior da Ásia foi praticamente nulo e muito circunstancial. Na verdade, para um “império de caranguejos”⁷ como era o Império Português, a Ásia Interior mostrou-se dificilmente acessível e pouco útil para as respetivas ambições. Os poderes com interesses concretos na Ásia Interior eram aqueles que partilhavam fronteiras geográficas com a região: a China, a Rússia e os chamados Impérios da

⁵ O relato da viagem de Bento de Goes foi encontrado no arquivo jesuíta de Macau e o de Mestre Afonso foi encontrado na Torre do Tombo.

⁶ Luís Graça, *A visão do Oriente na literatura portuguesa de viagens: os viajantes portugueses e os itinerários terrestres (1560-1670)*, Estudos de história de Portugal e dos portugueses (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983), 31.

⁷ Segundo frei Vicente do Salvador, 1627, os portugueses eram como os caranguejos, nunca se afastavam muito da linha da costa. (Costa, Rodrigues, e Oliveira, *História da Expansão e do Império Português*, 204.)

Pólvora. O único poder europeu que efetivamente participou nas dinâmicas deste espaço foi, já no século XIX, o Raj Britânico que herdou as ambições geoestratégicas do seu antecessor, o Império Mogol.

Também a enorme distância que separa Portugal da Ásia Central continua a ter influência na relação entre os dois espaços. A academia não existe num vácuo: os eventos e interesses geoestratégicos atuais afetam, naturalmente, os focos de estudo. Com a queda da União Soviética e a criação de novas entidades políticas centrais asiáticas (Usbequistão, Cazaquistão, Tajiquistão, Turquemenistão, etc.), surgiu um grande interesse académico, quer por parte dos países recém-formados, que procuravam criar uma nova entidade cultural e nacional separada da União Soviética, quer por vizinhos estrangeiros ou com interesses económicos na região⁸. Assim, não é de espantar que muito do trabalho académico sobre a Ásia Central, tanto histórico como noutras áreas, tenha sido feito por académicos (excetuando os centrais-asiáticos) pertencentes ao mundo anglo-saxónico, ao Leste Asiático e ao Subcontinente Indiano⁹. Portugal encontra-se geográfica e diplomaticamente distante da Ásia Central e dos seus países, não tendo ali não nenhuma embaixada¹⁰ ou interesses geopolíticos, económicos ou culturais. Devido a isso, a Ásia Central encontra-se um pouco ausente nos media, na cultura e na imaginação coletiva dos portugueses, e consequentemente, dos académicos. São poucas as obras redigidas por portugueses sobre história da Ásia Central e, em particular, sobre as viagens e os viajantes portugueses nesta região.

Sem prejuízo para o exposto, as viagens terrestres aparecem mais frequentemente na historiografia quando complementam de algum modo o estudo de temáticas que incidem sobre a Ásia portuguesa, como a presença e ação jesuítas. A tese de doutoramento de Bruna Cruz, *Política e retórica: estratégias de conversão nas missões jesuítas do Mogol, Tibete e Bengala (XVI-XVIII)*, apresentada em 2014, inclui a análise das missões jesuítas no Tibete. A obra conjunta de Joseph Sebbes e Helena Maria Novais, *O diário do padre Tomás Pereira, S.J.: os jesuítas e o Tratado Sino-Russo de Nerchinsk (1689)*, dada à estampa em 1999, tem como foco a conjuntura política das negociações do tratado de Nerchinsk e a sua contextualização levamos a explorar as viagens terrestres europeias pela Ásia. Estes exemplos, retirados de um

⁸ Uradyn E Bulag, "Where Is East Asia? Central Asian and Inner Asian Perspectives on Regionalism", *The Asia-Pacific Journal | Japan Focus* 3, nº 10 (2005): 7.

⁹ Bulag.

¹⁰ "Portugal - Embaixadas", acedido 21 de fevereiro de 2022, <https://www.embaixadas.net/pais-e.php?c=Portugal>.

universo maior de eventos, mostram-nos que, de facto, a viagem terrestre aparece como complemento de assuntos mais tradicionais.

É por este mesmo motivo, que as viagens pela Pérsia Safávida, no trajeto de Goa a Lisboa, têm particular projeção e presença na historiografia. A importância da presença portuguesa em Ormuz e das relações travadas com a dinastia dos Safávidas, assim como as várias viagens diplomáticas realizadas à corte persa forneceram muito material de estudo. Os relatos de viagem e as cartas diplomáticas são riquíssimos na descrição que fazem do território, da cultura, da atividade económica e política. São vários os historiadores que estudaram esta região, por exemplo, Rudi Matthee, Jorge Flores, João Teles e Cunha, Rui Manuel Loureiro, entre outros. Devido à importância geoestratégica que Ormuz teve durante o século XVI e até ao início do século XVII, o “descobrimento” da Pérsia encontra-se refletido mesmo nas obras gerais, e não apenas como nota de rodapé ou uma breve menção.

Em segundo lugar, temos, sem dúvida, o Tibete, cujo tema de partida é a presença e ação jesuíta e o misticismo que rodeou a procura do Cataio. Nestes estudos, encontramos frequentemente incluída a viagem a pé de Bento de Goes, de Agra a Jiuquan (1602), que é considerada como um “prelúdio” às viagens tibetanas. Vemos isto muito claramente na obra de Philip Caraman, de 1997, *Tibet: the Jesuit Century*.

Contudo, muito ainda há por explorar, nomeadamente no âmbito de uma perspetiva aglomerante, que contextualize estas viagens no processo da Expansão Portuguesa. Em particular, muito do trabalho feito refere-se a estudos de uma viagem específica, sendo poucas as obras que apresentam uma perspetiva mais abrangente e de tempo longo. Podemos referir duas destas obras: *Early Jesuit Travels in Central Asia (1603-1721)*, de Cornelius Wessels; e *A Visão do Oriente na Literatura Portuguesa de Viagens: os viajantes portugueses e os itinerários terrestres (1560-1670)*, de Luís Graça. São ambas contributos importantes para esta temática; a primeira apresenta uma excelente leitura inicial, identificando locais e clarificando as fontes, e a segunda faz uma reflexão interessante sobre os objetivos inerentes às viagens pela Ásia Interior e as ferramentas usadas nos relatos. Estas são, no entanto, obras já antigas, a primeira de 1925 e a segunda de 1983. Apesar do esforço de abrangência, o foco principal é num grupo específico de viajantes. Luís Graça foca-se nos viajantes da Pérsia Safávida, enquanto Cornelius Wessels se debruça nos viajantes jesuítas no Tibete e regiões circundantes. Esta é uma característica geral de outras obras sobre as viagens terrestres, que nunca são verdadeiramente globais.

O foco restrito na zona ocidental da Ásia Central teve como consequência o obscurecimento das viagens levadas a cabo pelos jesuítas pela Tartária, a partir da China. Pouco se tem escrito sobre as quatro viagens do jesuíta Tomás Pereira, realizadas nesta região no último quartel de século XVII. Só recentemente se tem dado atenção a esta figura e ainda sim com pouco enfoque nas suas viagens. Foi apenas em 2011 que o Centro Científico e Cultural de Macau disponibilizou um conjunto de documentação preciosa, as cartas do jesuíta, numa compilação intitulada *Tomás Pereira: obras*. Posso imaginar que, devido à sua importante posição na corte Qing, haverá certamente num futuro próximo mais estudos sobre as suas aventuras e desventuras. O mesmo já acontece, ainda que lentamente, com outros jesuítas portugueses inseridos na corte do País do Meio, que também visitaram a Mongólia e o Tibete, nomeadamente Félix da Rocha e José Espinha¹¹.

Para terminar, apesar desta temática ter já beneficiado, como vimos, de algum estudo, há ainda muito por explorar no que concerne a perspetiva portuguesa, aumentando a sua visibilidade. Temos necessidade de construir e/ou melhorar bases sólidas para o fazer, tornando-se, por isso, importante descrever detalhadamente e analisar a história da presença e ação portuguesas na Ásia Interior, através dos relatos de viagem deixados pelos intrépidos viajantes portugueses. É também importante analisar alguns aspetos recorrentes de todo o processo das viagens terrestres. Estes são os intuitos desta dissertação.

¹¹ João Paulo Oliveira e Costa. China. In Carlos A. Moreira Azevedo e Ana Maria Jorge, *Dicionário de história religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000), 335.

1. A Ásia Interior

1.1. Um problema de definições

Antes de nos debruçarmos sobre os viajantes, as suas viagens nas terras de que aqui nos ocupamos e os respetivos impactos, é absolutamente necessário compreendermos bem os espaços que percorreram, já que estes são de definição difícil e ambígua. Enquanto o Subcontinente Indiano e o mundo chinês são facilmente definidos e identificáveis, quer em termos geográficos quer em termos culturais, facilitando o seu estudo, o mesmo não acontece com os espaços aos quais chamamos Ásia Interior ou Central. Estes termos e definições em si mesmos são bastantes recentes, cunhados nos séculos XIX e XX, quando a região chamou a atenção dos círculos intelectuais europeus e russos, que procuravam categorizar um espaço geocultural distinto de outras zonas da Ásia.

O termo Ásia Central é certamente o mais popular e o mais oficial, sendo reconhecido pela UNESCO e definido por uma área geográfica e cultural composta pelos atuais Afeganistão, nordeste do Irão, norte e centro do Paquistão, norte da Índia, China ocidental, Mongólia e as antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central¹². Note-se que estas últimas se referem ao conjunto formado pelo Cazaquistão, Uzbequistão, Tajiquistão, Turquemenistão e Quirguistão. Mesmo com o aval da UNESCO, existe ainda assim uma certa inconsistência no uso deste termo e ambiguidade nos espaços geográficos que devem, ou não, ser incluídos. É relativamente aos limites, em particular, que encontramos menos consenso e mais variação entre as definições. Jean-Paul Roux, por exemplo, coloca em dúvida a inclusão do Tibete na definição de Ásia Central, argumentando que poderia ser considerado um espaço distinto, integrado numa “haute Asie”, a qual ele define como “constituée, pour ceux qui en traitent, par les monts et les hauts plateaux qui s’étendent entre la Sibérie, la Chine, l’Inde et le Turkestan russe, et inclut la zone dépressionnaire du vaste bassin du Tarim.”¹³. Outro exemplo seria a proposta de Peter B. Golden, que inclui na delimitação de Ásia Central a Manchúria¹⁴.

Encontramos a mesma falta de consenso com os termos alternativos, tais como Ásia Interior e Eurásia Central, que podem ou não ter definições diferentes de autor para autor. Em alguns casos são sinónimos de Ásia Central, como o de Denis Sinor¹⁵. Noutros as diferenças

¹² Ahmad Hasan Dani et al., *History of Civilizations of Central Asia*. (Paris: Unesco, 1992) 8.

¹³ Jean-Paul Roux, *L’Asie centrale: Histoire et civilisations* (Fayard, 1997), 13.

¹⁴ Peter B. Golden, *Central Asia in World History* (New York: Oxford University Press, 2011), 2.

¹⁵ Denis Sinor, *Inner Asia* (Psychology Press, 1997), 5.

são significativas, Svat Soucek define a Ásia Central como “(...) the western portion of Inner Asia, roughly Western Turkestan and the western part of Eastern Turkestan, together with such adjacent areas as northeastern Iran and northern Afghanistan”¹⁶.

São várias as razões que tornam esta região inerentemente difícil de delimitar: a posição central que ocupa no continente asiático, a própria natureza nómada de muitas culturas autóctones, a multitude de influências e injeções culturais dos espaços civilizacionais que a rodeiam, como os mundos indiano e chinês, ou os da Ásia Ocidental, entre outros. Sendo a Ásia Central “an exporter of peoples”¹⁷, o enorme impacto civilizacional que este centro geográfico tem nas suas periferias, juntamente com as influências que recebe das mesmas, manifesta-se claramente na conectividade e dependência entre as várias zonas culturais da Eurásia. Seria inadequado falar da história da China sem entender os poderes e povos nómadas com os quais esta interagiu, desde a confederação Xiongnu até aos mongóis e manchus, que formaram as dinastias Yuan (1271-1368) e Qing (1636-1912), respetivamente. Podemos dizer o mesmo do Subcontinente Indiano, onde a chegada e imposição de culturas externas, com destaque para a chegada dos grupos arianos indo-europeus, constitui o momento fundador da história deste mundo. Como a identidade histórica de muitos países está conectada com o centro geográfico do continente, existe uma certa inconsistência no que deve ser visto como uma entidade separada ou não, especialmente na atualidade, onde muito do território da Ásia Central, tal como definido pela UNESCO¹⁸, se encontra sob domínio dos espaços periféricos da Federação Russa e da República Popular da China.

Assim, temos de estar cientes do peso político que estas definições têm, visto existirem interesses geopolíticos sobre as regiões da Transoxiana, da Bacia do Tarim, dos Himalaias, do Mar Cáspio, etc. Ou seja, o ato de categorizar não é meramente académico, incide também numa dimensão geopolítica que afeta o modo como o historiador (e aqueles que se deparam com o seu trabalho) encaram estes espaços e regiões e povos. Por exemplo, a Federação Russa considera-se, num plano geográfico, pertencente à “Eurásia” que, na definição russa corresponde a um terceiro continente existente entre a Europa e a Ásia e que “it is as much a new imperial ideology as a strategic effort to come to terms with its Asian heritage”¹⁹. Dada esta escolha, os territórios da atual Rússia não são atualmente considerados como pertencentes

¹⁶ Branko Soucek e Svat Soucek, *A History of Inner Asia* (Cambridge University Press, 2000), xi–xii.

¹⁷ Golden, *Central Asia in World History*, 3.

¹⁸ Ahmad Hasan Dani, Vadim Mikhaïlovich Masson, *History of Civilizations of Central Asia: Development in Contrast: From the Sixteenth to the Mid-Nineteenth Century* (UNESCO, 2003), 8.

¹⁹ Bulag, “Where Is East Asia? Central Asian and Inner Asian Perspectives on Regionalism”, 1.

à Ásia Central, apesar de apresentarem muitas similaridades culturais e geográficas com os seus vizinhos centro-asiáticos.

Outro facto que exemplifica o quão interligada está a política de identidades com a categorização geográfica é que em todas as definições de Ásia Central e Ásia Interior se encontram incluídas a Mongólia e as antigas repúblicas soviéticas, entidades políticas atualmente independentes de culturas autóctones da região. Seria interessante verificar, hipoteticamente, se a Mongólia não existisse como entidade independente e estivesse ocupada pela China ou pela Rússia, se seria ou não considerada pelos académicos como fazendo parte da Ásia Interior.

Apesar de todas estas inconsistências, existe consenso quase universal de que as fronteiras da Ásia Central/Interior não são fixas e não o devem ser. Na obra promovida pela UNESCO, *History of Civilizations of Central Asia*, é feita uma clarificação: “(...) Central Asia should be understood as a cultural entity developed in the course of the long history of civilizations of people of the region and the above delimitation should not be taken as rigid boundaries either now or in the future”²⁰.

A questão relevante para esta dissertação é então como se define a Ásia Central na época moderna, nomeadamente nos séculos XV, XVI e XVII. Se estivermos a usar uma metodologia de delimitação cultural e civilizacional, considerando que a Ásia Central/Interior é caracterizada pela coexistência entre povos nómadas e sedentários e pelas matrizes culturais turco-persa e mongol, poderíamos delimitar o espaço em causa do seguinte modo: o Mar Cáspio a oeste; o deserto do Gobi, as montanhas do Altai e a meio do rio Tobol, a norte; o corredor de Gansu, a este; e, por último, a cordilheira do Pamir, a sul. No entanto, esta metodologia abre um conjunto de questões e problemas de como outros espaços geográficos devem ser definidos. Se a categorização geográfica pode corresponder a uma delimitação cultural, até que ponto caracterizamos os poderes que aí se encontram como fazendo parte dos aspetos e características sociopolíticas de uma determinada região, especialmente quando uma entidade política ultrapassa estas fronteiras artificiais? É a Rússia czarista um império europeu ou asiático? Consideramo-lo europeu, pois o seu centro político o é geográfica e culturalmente, ou asiático, visto que a maior parte dos seus territórios e população são asiáticos? É um poder europeu com posses na Ásia ou um poder asiático com uma elite europeia? Podemos apresentar

²⁰ M.S. Asimov. "Description of the Project." In Ahmad Hasan Dani, Vadim Mikhaïlovich Masson (eds.) et al, *History of Civilizations of Central Asia: Development in Contrast: From the Sixteenth to the Mid-Nineteenth Century* (UNESCO, 2003), 15.

estas mesmas questões sobre o Império Mogol e a China Qing. Isto é especialmente relevante na época moderna, pois é neste período que vemos os espaços vizinhos a expandirem-se pela Ásia Central. E se a marca definidora cultural centro asiática é a mistura e coexistência de povos nómadas e sedentários, quando um espaço se torna civilizacionalmente homogêneo deixa de se considerar como parte da Ásia Interior?

Algo importante a ser considerado relaciona-se com o quão recente esta categorização é. A consciência coletiva, quer dos habitantes da Ásia Interior quer dos de fora deste espaço, na época moderna, não incluía estas categorizações. Havia, claro, categorizações geográficas e definições formuladas a partir das entidades políticas encontradas e das semelhanças ou diferenças culturais. Identificamos nas fontes portuguesas definições como “Pérsia”, “Tibete” e “Tartária”. Por exemplo, o Padre António de Andrade²¹ tem a noção do Tibete como sendo uma área geográfica com características culturais e religiosas próprias, partilhada por um conjunto de reinos independentes. É através desta mesma lente que se cria a perceção europeia de Índia ou de China ou de Japão como espaços com características geográficas, etnográficas e culturais bastante específicas.

Assim, devido à falta geral de consistência e consenso académico, nesta dissertação concentrar-me-ei nos espaços percorridos por terra pelos viajantes portugueses na Ásia, excetuando o Subcontinente Indiano, a China e o Sudeste Asiático. Isto deixa-nos a Pérsia, equivalente ao território controlado pela dinastia Safávida, o Tibete, a “Tartária”, uma definição que se refere vagamente aos domínios mongóis, e as regiões do Indocuche, da Transoxiana e da Bacia do Tarim, sendo que destes dois últimos não encontramos nomes definitivos nas fontes. Assim, referir-me-ei a este conjunto de territórios como Ásia Interior e/ou Central.

1.2. Um espaço de tensões: características e dinâmicas da Ásia Interior

De acordo com Svat Soucek, não espanta a existência de culturas nómadas na Ásia Interior, mas sim a proximidade paradoxal com um igual número de civilizações urbanas²². Composta por cinturões de estepes e desertos delimitados e separados por cordilheiras

²¹ Padre António de Andrade (1580-1634), jesuíta que atuou na província de Goa. Foi o primeiro europeu a percorrer o Tibete em 1622, onde estabeleceu uma missão em 1624. Falarei desta figura em mais detalhe nos capítulos seguintes.

²² Soucek e Soucek, *A History of Inner Asia*, 1.

montanhosas (como o TianShah ou o Pamir)²³ e incluindo também grandes corpos de água (o mar Cáspio e o rio Volga, por exemplo), esta paisagem geográfica única proporciona condições ideais para ambos os estilos de vida, nómada e sedentário. As ricas pastagens das estepes, o bioma dominante da Ásia Interior, possibilitam uma economia baseada na pastorícia, com migrações sazonais para outras pastagens nas encostas e florestas adjacentes no inverno, enquanto os oásis e zonas de maior elevação permitem exploração agrícola. Surgem e desenvolvem-se assim culturas nómadas, dependentes da criação de gado, com estruturas sociais tradicionalmente designada como “tribais”, e culturas sedentárias, agrícolas, com uma atividade manufatureira e comercial muito acentuada, socialmente estratificadas, possuindo centros urbanos cosmopolitas e coexistindo no mesmo espaço²⁴.

Abençoados pela centralidade geográfica da Ásia Interior e o acesso que esta concede a outros espaços civilizacionais predominantemente sedentários e urbanos, tais como os espaços indiano e chinês, as várias atividades (de natureza militar, comercial, diplomática, migratória, etc.) destas sociedades nunca se encontram isoladas na sua zona geográfica, estendendo-se aos referidos espaços vizinhos. São as interações entre povos nómadas e sedentários, não só na Ásia Central, mas também no resto da Eurásia, que dão origem a eventos e marcam processos históricos importantes das várias regiões. Falamos, por exemplo, das constantes razias e invasões nómadas sofridas pela China, que foram um fator decisivo na sua formação política durante o I milénio a.C., mas também do comércio de longo curso, maioritariamente protagonizado por entidades nómadas, teve inúmeras consequências nas transições tecnológicas deste espaço, desde a adoção do sistema numérico indiano até à utilização de tecnologias militares chinesas, como o trabuco e a pólvora. A Ásia Central influenciou e foi influenciada pelos espaços civilizacionais vizinhos, sendo, de facto, a centralidade geográfica que faz deste espaço o epicentro de influências da Eurásia.

O comércio e o conflito são as duas principais formas de interação entre povos nómadas e sedentários. Dadas as grandes diferenças de organização económica, existe uma tensão constante entre os dois sistemas. Apesar da coexistência pacífica ser algo bem possível, existe, no entanto, tendência destes dois sistemas entrarem em conflito devido às idiossincrasias e vantagens que um tem sobre o outro. Os raides são um ótimo exemplo disto. A atividade pastoril num regime nomádico requer poucos trabalhadores comparativamente ao cultivo

²³ Soucek e Soucek, 1.

²⁴ S. Moosvi. "Sedentary societies." In UNESCO, *History of Civilizations of Central Asia*, 348.

agrícola²⁵, o que reduzia consideravelmente os custos militares das confederações nómadas, permitindo a mobilização de grande parte da população masculina (já equipada com arco e cavalo) sem grandes distúrbios do bem-estar económico das comunidades²⁶. Num ambiente bélico onde a cavalaria domina, os poderes nómadas desfrutam de uma enorme vantagem tática sobre os exércitos das culturas sedentárias, graças ao seu número e ao uso de cavalaria arqueira muito experiente, caracterizada pelo uso do arco compósito, de maior potência e flexibilidade que permitia uso fácil a cavalo²⁷. As vantagens militares, tanto estratégicas como táticas, dos povos nómadas relativamente aos centros urbanos torna a atividade do raide uma opção económica viável. Vemos aqui uma situação onde os interesses de ambas as sociedades não se encontram alinhados devido à diferença na sua organização socioeconómica. É a partir destas interações conflituosas que surgem os estereótipos negativos relativos aos nómadas: o “bárbaro primitivo” e violento que vive em terras inóspitas e que carece das posses e riquezas das cidades é uma figura recorrente nas narrativas dos povos sedentários quando surgem descrições destes povos, desde a China até à Europa²⁸.

Mas o caso oposto também acontece. Assistimos igualmente ao surgimento de uma relação sinérgica entre centros urbanos e grupos nómadas. Uma desvantagem do estilo de vida de itinerância endémica é a falta de infraestruturas para a produção de bens mais complexos. Apesar de possuírem conhecimento metalúrgico e agrícola, muitas culturas não tinham os meios necessários para o praticar e/ou aplicar em grande escala. Aqui os centros urbanos estão claramente em vantagem, possuindo maior capacidade tecnológica e de produção. Assim, um grupo ou mesmo uma confederação nómada, a partir de tributo(s) e/ou de comércio com cidade(s) ou aldeia(s), podia ter acesso a bens especializados, como, por exemplo, equipamento bélico. Em troca, oferecia ao centro urbano proteção contra outros grupos nómadas, podendo também trocar cavalos, peles e outros produtos. Este tipo de relações simbióticas é a base das civilizações da Ásia Central, desde o Império Cita do século VII a.C., ao Império Timúrida dos séculos XIV e XV d.C. A presença de tais estruturas facilitava o comércio e as interações com os espaços externos. Era também possível proteger e manter as rotas comerciais de forma mais organizada, o que por sua vez permitia melhores interações. Neste âmbito, o Império Mongol foi um momento único na história da Eurásia. O ambiente

²⁵ Golden, *Central Asia in World History*, 12.

²⁶ Thomas T. Allsen. Eurasia after the Mongols. In Jerry H. Bentley, Merry E. Wiesner, e Sanjay Subrahmanyam (eds.), *The Cambridge World History: The Construction of a Global World, 1400-1800 CE. Part 1: Foundations. Volume 6* (Cambridge University Press, 2015), 171.

²⁷ Golden, *Central Asia in World History*, 11.

²⁸ Golden, 4.

semi-pacífico que proporcionou à região permitiu a interação entre povos muito distantes e a troca de informação. Durante a *pax mongolia*, como é referido este período na historiografia, religiões como o Budismo, o Cristianismo e o Islamismo proliferaram rapidamente pela Ásia, algo que permitiu, por exemplo, o estabelecimento de relações diretas entre a Europa Cristã e a China Yuan.

O comércio das Rotas da Seda era realizado tanto internamente, entre as metrópoles da Ásia Interior, como externamente, com as fronteiras da China, do Subcontinente Indiano e da Ásia Ocidental. Contudo, as rotas e os caminhos eram perigosos²⁹, e as condições climáticas e geográficas da Ásia Central não eram muito favoráveis para viajar: a topografia montanhosa e desértica e o consequente diferencial de temperaturas, assim como os eventos climatéricos adversos, constituíam obstáculos sérios à eficácia e eficiência da movimentação de pessoas e bens. Estes obstáculos naturais limitavam, por sua vez, a administração efetiva de um dado território, que continha pontos de difícil controlo, lugares efetivamente “sem lei” ou controlados por outra entidade política³⁰. O resultado destas restrições eram caminhos pouco seguros, tanto em relação a aspetos físicos ligados ao clima e à geografia como a aspetos humanos na forma de agressão aos viajantes, e com poucas ou nenhuma infraestruturas de apoio, o que tornava as viagens por estas rotas um esforço extremamente dispendioso e arriscado³¹. Face a estas dificuldades, a maioria do comércio realizado era local, os produtos passavam de mão em mão, cada comerciante e caravana atuando num itinerário entre duas ou três cidades/entrepostos, com alguns produtos a chegar eventualmente ao Subcontinente Indiano e/ou à Europa. Percursos mais longos necessitavam de, nas palavras de Nile Green, “(...) both the support of wealthy organizations and high levels of commitment”³². Estes requisitos eram preenchidos normalmente por companhias familiares mercantis e por instituições políticas que, inevitavelmente, impunham os seus interesses nas caravanas. Por este motivo, muitas das viagens de longa distância tinham também um âmbito religioso e/ou diplomático, facto aproveitado pela caravana comercial para aceder a clientela bastante valiosa. A corte chinesa é um ótimo exemplo disto: a oportunidade de comercializar com um dos poderes mais ricos e prestigiosos da Ásia era irresistível para muitos que, no âmbito destas

²⁹ Golden, 16.

³⁰ Nile Green (ed.). "Introduction: Writing, Travel and the Global History of Central Asia." In Nile Green, *Writing Travel in Central Asian History* (Indiana University Press, 2014), 5.

³¹ Nile Green. Introduction. In Green, 5.

³² Nile Green. Introduction. In Green, 5.

missões e seguindo protocolos muito específicos³³, beneficiavam política e comercialmente o imperador. Os vários poderes que ocuparam os oásis, os desertos e as estepes eram os intermediários comerciais entre os diferentes polos dispersos da Ásia, destacando-se a sua clara importância na transmissão de produtos, ideias, tecnologias e pessoas entre quatro espaços civilizacionais distintos, nomeadamente a Europa, a Ásia Ocidental, o Subcontinente Indiano e o mundo chinês. Em cidades como Samarcanda, Bucara, Cotã, Casgar, entre outras, era natural a coexistência de crenças, línguas e culturas de quase todos os cantos da Eurásia, transformando estes antigos centros urbanos na verdadeira definição de cosmopolitismo.

Apesar de existir uma dimensão de reciprocidade entre nómadas e sedentários possibilitada por características sinérgicas, estes dois modos de existência não estavam em pé de igualdade. A esmagadora maioria dos impérios e entidades políticas híbridas da Ásia Interior era governada e administrada por líderes nómadas. A superioridade militar e a mobilidade destas populações tornavam-nas difíceis de subordinar e de controlar por parte das cidades estado. Aliás, as entidades políticas nómadas eram particularmente difíceis de unificar e de gerir. A união política funcionava numa lógica de parentesco, todos os membros de um “clã” ou “tribo”³⁴ teriam um antepassado comum que os conectava numa família muito extensa. A política intra e intertribal funcionava a partir da procura, criação e dissolução de elos de parentesco, fazendo do casamento uma ação política com muito peso. Sendo um sistema flexível, onde “(...) ties were (...) being created and forgotten as political necessity dictated”³⁵, era esta mesma flexibilidade que dificultava a formação de uniões estáveis, já que a legitimação era posta em causa com a mesma facilidade com que era criada. Para tal, também contribuía o facto de não existir preferência institucionalizada na heritabilidade de posses e posições: filhos, sobrinhos, irmãos, todos eram competidores legítimos e iguais no momento da distribuição da herança ou da sucessão. De igual modo, estes mesmos fatores davam origem a conflitos e guerra entre grupos, e, por isso, rebeliões e guerras civis ocorriam com muita facilidade. As confederações, uniões de várias tribos, lideradas pela tribo dominante e que eram as maiores unidades políticas totalmente nómadas, são famosas pelo seu carácter transitório e temporário. Mesmo sendo facilmente desestabilizadas por manipulações diplomáticas sedentárias, os inúmeros conflitos intertribais não permitiam a grande longevidade das confederações. Não

³³ Morris Rossabi. "Crossroads region: Central Asia" In Bentley, Wiesner, e Subrahmanyam, *The Cambridge World History*, 350.

³⁴ Sendo estes conceitos atualmente muito discutidos, usá-los-ei como operativos, seguindo o entendimento proposto por Golden, onde um clã se afirma como um conjunto de famílias e uma tribo como um conjunto de clãs (Golden, *Central Asia in World History*, 15.).

³⁵ Golden, 15.

espanta, por isso, que impérios seminómadas, que administravam tanto tribos como povoados, tivessem tendência a adotar instituições de poder mais estáveis, procurando sedentarizar as suas populações nómadas, apesar do desagrado das mesmas, que consideravam que o seu estilo de vida era superior ao sedentário³⁶.

Como vemos, a estabilidade política é algo elusivo às entidades políticas da Ásia Central. A longevidade de grandes organizações políticas era posta em causa pela instabilidade do sistema de parentesco tribal, pelo carácter bélico de muitas destas culturas, assim como pela dificuldade inerente de gerir um poder multicultural, onde imperava a diversidade social. A Ásia Interior era assim uma amálgama de poderes regionais transitórios e instáveis, que se formavam e desapareciam rapidamente. Esta realidade política representava uma dificuldade séria à circulação nas suas rotas, apesar do esforço coletivo, por parte principalmente de populações nómadas, em as proteger e promover³⁷.

Seria impossível entender a Ásia Interior da época moderna sem referir a estrutura que foi o Império Mongol. Fundado por Temujin, um mongol de alta linhagem, em 1206, o dito império expandiu-se em tempo recorde por toda a Ásia Central, China e Ásia Ocidental, chegando às fronteiras europeias. Se não fossem as derrotas subsequentes na faixa de Gaza às mãos dos mamelucos (a última em 1299), seria muito provável que as conquistas mongóis tivessem continuado pela Península Arábica e pelo Norte de África. Temujin, mais conhecido pelo título que veio a adquirir, Gengis Cã³⁸, conhecia bem as realidades políticas do seu espaço³⁹, levando-as em conta na construção do seu Império. Temujin mostrou-se hábil na manipulação das dinâmicas políticas para criar um sistema estável de governação, partindo da criação de uma reputação temível: um líder violentamente pragmático, cruel para quem não se submetesse à sua vontade, mas generoso e pouco intervencionista para quem reconhecesse a sua autoridade⁴⁰; uma grande mente estratégica e tática, com um exército disciplinado, eficiente e leal; um grande homem com ancestralidade lendária e abençoado por forças divinas, que começou como pária e acabou como o mais poderoso da estepe.

Todas estas características, certamente promovidas pelos propagandistas do Império, têm algum grau de veracidade. A ruína e destruição que o exército mongol causava por onde passava tornou-se lendária em toda a Eurásia; a imagem da força militar aparentemente

³⁶ Soucek e Soucek, *A History of Inner Asia*, 43–44.

³⁷ Golden, *Central Asia in World History*, 16–17.

³⁸ Que significa “Grande Cã” ou cã dos cãs.

³⁹ Golden, *Central Asia in World History*, 81.

⁴⁰ Soucek e Soucek, *A History of Inner Asia*, 105.

imparável que chegava, destruía cidades e massacrava populações inteiras ainda hoje prevalece. Muitas cidades, tribos e populações rendiam-se rapidamente para evitar tão terrível destino, o que permitiu aos mongóis expandir as suas fronteiras e garantir, inicialmente, alguma estabilidade. Com o título de Gengis Cã, Temujin foi para lá das alianças tribais de parentesco, criando instituições leais somente à sua pessoa e família: o seu exército era composto pelas comunidades nómadas que conquistava, a sua administração e burocracia era composta principalmente pelos uigures da Bacia do Tarim, “effective intermediaries between the steppe and sedentary worlds”⁴¹. Esta assimilação dos povos conquistados nas várias vertentes importantes do Império era, simultaneamente, uma estratégia que garantia lealdade ao longo de gerações e evidência de habilidade na gestão de recursos humanos. Assistimos a uma demonstração do génio político de Gengis Cã no modo como organizou a sua sucessão. Perfeitamente ciente das lógicas de parentesco e das regras liberais de hereditariedade, realidades culturais impossíveis de mudar numa só geração, Temujin dividiu os seus domínios e territórios pelos três filhos sobreviventes, os dois netos do primogénito (morto em batalha) e os dois irmãos. A divisão foi feita de forma a promover a cooperação e confiança entre os membros de família. Ogedei, o segundo filho, herdou os territórios da Sibéria Central e do leste do atual Xinjiang, juntamente com o título de Gengis Cã. Porém, o centro sagrado do Império, a Mongólia, foi herdado pelo filho mais novo, Tolui, que recebeu o título de *otchigin*, “prince of the heart”⁴². Temujin criou aqui uma dependência mútua entre estas duas figuras, obrigando à maximização da cooperação entre ambos, de modo a conseguirem administrar o Império da forma mais eficaz possível.

Apesar do seu sucesso, o Império Mongol não era imune às dificuldades inerentes aos potentados seminómadas. As sucessões subsequentes foram muito menos claras e causaram diversos conflitos no seio da família Gengicida. A guerra civil de sucessão de 1259 durou até 1264, com a ascensão de Cublai Cã, filho de Tolui, mas lutas internas contra outros aspirantes ao poder foram sempre uma constante durante todo o seu Canato⁴³. Cublai Cã acabou por se sedentarizar na China recentemente conquistada, onde adotou instituições, simbolismo e práticas chinesas e fundou a dinastia Yuan (termo que significa “Origem”)⁴⁴.

A partir de 1294, o Império Mongol transformou-se num conjunto de unidades político-económicas, designadas por *ulus*, governadas pela família Gengicida, sem autoridade central

⁴¹ Golden, *Central Asia in World History*, 81.

⁴² Soucek e Soucek, *A History of Inner Asia*, 108.

⁴³ Soucek e Soucek, 111.

⁴⁴ Soucek e Soucek, 111.

unificadora. A autonomia das *ulus* fazia com que estas fossem na prática canatos encabeçados pelos netos e bisnetos de Gengis Cã, com a sua própria administração e autoridade: a Horda de Ouro de Ulug, o Canato de Chagatai, o Ilcanato de Hulegu e a dinastia Yuan.

A formação, dissolução e legado do Império Mongol deixou uma impressão muito intensa na Ásia Interior, nomeadamente, um legado de organizações, práticas e simbologias políticas reconhecidas por toda a região, criando um novo *status quo* político onde a figura do cã gengicida é a autoridade máxima. Cria-se a ideia do cã ideal, abençoado por um “carisma gengicida”, capaz de unir e manter o balanço de lealdades os diversos grupos nómadas e as cidades-estado, de inspirar lealdade num exército e usar todo o seu potencial. Este mecanismo curiosamente meritocrático era acompanhado por um respeito universal à figura de Gengis Cã, que se estendia aos seus descendentes: o título “cã” era exclusivo dos membros da linhagem Gengicida⁴⁵. Assim, “the charisma of Genghisid descent was so great that virtually no nomadic ruler in Inner Asia (...) felt legitimate unless he possessed it or could state that he was ruling in a Genghisid’s name”⁴⁶. Agia-se nesse sentido por meio do casamento ou por instalação e utilização de cãs “fantoques”. Surge neste contexto a figura do *kurugen* (em mongol, “genro”), um líder não gengicida que legitima a sua autoridade a partir do casamento com uma mulher desta linhagem⁴⁷. Outra herança do domínio mongol foi o sistema político de parentesco: dividir e doar o território a membros da família tornou-se uma prática comum.

Vemos assim que, politicamente, a Ásia nómada e seminómada vivia na sombra de Gengis Cã, uma figura que se transformou numa imagem a ser emulada pelos líderes da Ásia Central, desde o século XIV e durante toda a época moderna. E apesar de ser verdade que os subsequentes impérios usaram novas linguagens políticas, o certo é que encontramos sempre o molde gengicida na base destes novos potentados. A longo prazo, no entanto, este aspeto acabou por ser desastroso, já que herdaram também um conjunto de problemas e obstáculos à criação de um ambiente político estável. Apesar da supremacia militar de que dispunham sobre o mundo sedentário, reforçada e melhorada pelas estruturas e métodos instituídos pelo Império Mongol, a verdade é que a época moderna vai gradualmente mudar todas estas dinâmicas.

⁴⁵ Golden, *Central Asia in World History*, 94.

⁴⁶ Soucek e Soucek, *A History of Inner Asia*, 125.

⁴⁷ Soucek e Soucek, 125.

1.3. A Ásia Central na época moderna

Na época moderna, os balanços de poder invertem-se progressivamente a favor das civilizações sedentárias. Assistimos por toda a Eurásia a um conjunto de processos que os poderes autóctones da Ásia Interior não conseguem acompanhar, ou vêm-se com dificuldade em o fazer: a centralização e expansão do poder político central, a profissionalização e permanência dos exércitos, assim como uma nova vaga de expansionismos. Para as entidades políticas nómadas e semi-nómadas, todos estes são processos difíceis de atingir devido às estruturas políticas universalizadas pelo Império Mongol. A governação de família, as opções limitadas de legitimação e o carácter vago dos requisitos de sucessão tornam-se obstáculos às ambições dos cãs, sultões e kurugenes da época moderna que procuravam expandir e estabilizar o seu poder político sobre os seus domínios. Assim, estes poderes vêm-se em desvantagem perante os potentados de espaços vizinhos, constituídos pelos Impérios da Pólvora (Otomano, Safávida e Mogol), a Rússia czarista e a China das dinastias Ming e Qing, na competição geopolítica e dotados adicionalmente de muito mais recursos e população. A inversão mais desastrosa ocorre, sem dúvida, na dimensão militar, onde o predomínio bélico do modelo nómada termina com o advento das armas de fogo que, a partir do século XVIII, se tornam claramente superiores aos arcos compósitos⁴⁸. Sem infraestruturas e recursos para o fabrico de armas de fogo, quer em quantidade quer em qualidade, poderes tais como os canatos usbeques “(...) could no longer depend on the previous invincibility of their cavalry”⁴⁹. Assim, e pela primeira vez, os exércitos nómadas combatiam inimigos com táticas e tecnologia superiores, perdendo a sua antiga invencibilidade e ocupando agora uma posição vulnerável, da qual os seus colossais vizinhos vão saber tirar todo o partido.

Dada a importância estratégica da Ásia Central, os polos civilizacionais que participavam no comércio das Rotas da Seda terrestres, sempre ambicionaram expandir a sua influência e os seus domínios na região. Assistimos a este tipo de iniciativas desde a Antiguidade, como por exemplo a expansão da China Han no corredor do Gansu no século I d.C.⁵⁰ A mudança no balanço de poder durante a época moderna fez com que a ação destes poderes externos se tornasse progressivamente mais invasiva e intensa. A ascendente Rússia czarista expandiu-se rapidamente pelo rio Volga, o Mar Cáspio e a Sibéria até à costa do

⁴⁸ Golden, *Central Asia in World History*, 105.

⁴⁹ Ahmad Hasan Dani, Vadim Mikhaïlovich Masson (eds.) et al. *History of Civilizations of Central Asia: Development in Contrast: From the Sixteenth to the Mid-Nineteenth Century* (UNESCO, 2003), 28.

⁵⁰ Patricia Buckley Ebrey, *The Cambridge Illustrated History of China* (Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1999), 69–70, <http://archive.org/details/cambridgeillustr00ebre>.

Pacífico (em 1649), num período temporal de apenas um século, criando assim a norte uma barreira sobre a Ásia Interior, onde continuou as suas conquistas ao longo dos séculos seguintes⁵¹. O Império Mogol, fundado na Índia por Babur, um príncipe timúrida, procurava recuperar os domínios perdidos na Transoxiana, criando uma zona tampão nas cordilheiras do Indocuche e do Pamir e expandindo a sua influência na região a partir do influxo de bengalis, multanis e outras etnias do norte do Subcontinente Indiano⁵². O Império Qing, originário da Manchúria, foi extremamente agressivo na sua expansão territorial pela bacia do Tarim, Mongólia e Himalaias. De facto, muito do território fronteiriço da China atual (como as províncias autónomas da Mongólia Interior, do Tibete e do Xinjiang) foi adquirido durante os séculos XVIII e XIX aquando das conquistas Qing⁵³.

É importante referir que estes poderes expansionistas são originários da Ásia Interior: a dinastia Qing era originária da Manchúria; o Império Mogol foi estabelecido por um timúrida refugiado, que via os territórios do conquistado Sultanado de Deli como uma plataforma para a reconquista da Transoxiana⁵⁴; mesmo o Império Russo, fundado em 1498 a partir da luta dos principados rus contra o domínio do Canato da Horda de Ouro⁵⁵, sucedeu a uma entidade nómada cujos costumes influenciaram muito o seu desenvolvimento subsequente. Excetuando o caso russo, as potências referidas surgiram e ascenderam à sua posição dominante a partir da conquista dos espaços vizinhos à Ásia Interior, onde se sedentarizaram e adotaram as matrizes socioculturais e políticas dos mesmos. O resultado foram entidades políticas que existiam numa realidade civilizacional e política dual, por um lado ligadas culturalmente à Ásia Central, por outro lado operando e atuando em lógicas e ambientes políticos e culturais distintos da mesma, como o Subcontinente ou a China. Consequentemente, eram entidades que conheciam bem as mecânicas e dinâmicas de regiões e/ou povos da Ásia Central, que sabiam subverter e manipular para conquistar e absorver, quer nómadas das estepes quer centros urbanos. Em muitos casos, o fenómeno era tão simples como uma tribo que procurava o apoio de Moscovo ou Pequim, para um qualquer conflito interno, era em seguida impelida a uma posição vassalada e, como tal, rapidamente absorvida. Equipadas com maiores recursos, melhor

⁵¹ Soucek e Soucek, *A History of Inner Asia*, 163–64.

⁵² Para uma análise mais aprofundada sobre este processo, veja-se Muzaffar Alam, «Trade, State Policy and Regional Change: Aspects of Mughal-Uzbek Commercial Relations, C. 1550-1750*», *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 37, n.º 3 (1 de janeiro de 1994): 202–27, <https://doi.org/10.1163/156852094X00118>.

⁵³ Termo que significa “nova fronteira” (Laura Hostetler. Imperial competition in Eurasia: Russia and China. In Bentley, Wiesner, e Subrahmanyam, *The Cambridge World History*, 317.)

⁵⁴ Golden, *Central Asia in World History*, 107.

⁵⁵ Soucek e Soucek, *A History of Inner Asia*, 162.

organização e tecnologia, e sabendo manipular com mestria as rivalidades inter-tribais e as fragilidades do sistema político nómada, os poderes sedentários da Eurásia vão cada vez mais influenciar e expandir os seus domínios na região, em particular o Império Mogol e a Rússia⁵⁶.

Mesmo com dificuldades, a Ásia Central participou e contribuiu nos vários processos da época moderna. Os poderes que surgiram a partir do século XV, como o Império Timúrida (1370-1507), o Emirado de Bucara (1500-1785), o Canato de Casgar (1514-1705), a dinastia Safávida (1501-1736) ou o Canato Jungar (1634-1755), foram tentativas, umas mais bem-sucedidas que outras, da criação de um estado centralizado e estável. Apesar da instabilidade política continuar a ser uma realidade endémica na Ásia Interior⁵⁷, os fundadores e líderes dos impérios seminómadas procuravam ultrapassar as restrições do sistema de *ulus* e expandir e centralizar a sua influência política. Este processo levou a inovações e períodos de dinamismo semelhantes aos do resto da Eurásia, ou seja, apesar de ter ficado para trás comparativamente aos seus vizinhos, a Ásia Central teve ainda assim uma época moderna recheada de inovações tecnológicas e vigor artístico, de períodos de experimentação política e de mudanças socioeconómicas e culturais.

A principal entidade catalisadora e pioneira da modernidade central asiática foi certamente o Império Timúrida. Fundado por Timur Gurkani em 1370, este poder chegou a administrar uma área vastíssima que se estendia da Transoxiana até à Mesopotâmia. O seu fundador, claro produto do seu tempo, seguiu as lógicas já discutidas acima: não sendo da linhagem gengicida, casou-se com uma princesa dessa linhagem e intitulou-se *kurugen*⁵⁸. Timur era dotado de uma personalidade suficientemente carismática para manipular as alianças tribais e atingir a posição de líder do mundo nómada e urbano, atuando simultaneamente sob as regras da *Xaria*⁵⁹ e da *Yasa*^{60, 61}. Criou o seu centro administrativo na cidade de Samarcanda e, utilizando um sistema denominado *soyurghal* como plano de sucessão, dividiu os seus domínios entre os membros da sua família. A divisão territorial “(...) lacked the initially genuine solidity, sophistication, and discipline of the Mongol edifice”⁶², já que era concedida

⁵⁶ Morris Rossabi. Crossroads region: Central Asia, In Bentley, Wiesner, e Subrahmanyam, *The Cambridge World History*, 348.

⁵⁷ Morris Rossabi. Crossroads Region: Central Asia, In Bentley, Wiesner, e Subrahmanyam, 347.

⁵⁸ Soucek e Soucek, *A History of Inner Asia*, 125.

⁵⁹ Esta expressão, traduzida como legislação, refere-se ao direito islâmico que é completamente fundamentado no Corão e nas suas interpretações por parte dos líderes religiosos.

⁶⁰ Código de lei oral usado pelos mongóis.

⁶¹ Golden, *Central Asia in World History*, 94–96.

⁶² Soucek e Soucek, *A History of Inner Asia*, 127.

aos príncipes bastante independência militar, fiscal e administrativa, o que pôs permanentemente em causa a coesão do Império.

É neste ambiente que assistimos a um conjunto de desenvolvimentos interessantes. Shahrukh, filho e sucessor de Timur, começou a usar simbologia islâmica como modo alternativo de legitimação, adotando como título para si mesmo o de um líder muçulmano: sultão⁶³. No século XV, o Islamismo tinha já uma expressão multissecular na Ásia Central, com cãs como Ozbeg da Horda de Ouro convertidos a esta religião, no entanto o seu uso mais extenso por um alto líder, possuidor de muitos territórios, era algo inédito. Trata-se de uma mudança de paradigma, onde a legitimação pelos meios islâmicos teocráticos começa a substituir a legitimação por emulação de Gengis Cã. O título de sultão ganha uma maior predominância e uso, juntamente com os modos islâmicos de legitimação e governação⁶⁴. Assistimos também, no século XV, a um período de vigor artístico e científico patrocinado por sultões timúridas, como Ulugh Beg⁶⁵. Paralelo à Renascença europeia, trata-se de um processo onde assistimos a novas expressões da cultura persa e turca, e ao hibridismo destas, em áreas como a poesia, a música, a pintura e a arquitetura, entre outras⁶⁶. A sociedade timúrida era acentuadamente bilingue, expressando-se em persa e turco. No entanto, foi o persa, associado ao ambiente cosmopolita urbano de Samarcanda, Herat, e Bucara, entre outras cidades, que se tornou a língua franca da Ásia Interior islâmica⁶⁷. Na ciência, avanços nas áreas da matemática e astronomia são promovidos por Ulugh Beg, responsável pela construção de inúmeras madraças e pelo famoso observatório de Samarcanda⁶⁸. É também durante o domínio dos timúridas que assistimos à proliferação e introdução de novas tecnologias na Ásia Central, como as armas de fogo, provavelmente adquiridas durante as campanhas otomanas de Timur⁶⁹.

O Império Timúrida sofria inevitavelmente de graves problemas internos, nomeadamente falta de coesão administrativa e conflitos internos em tempos de sucessão, tanto que “By the end of the fifteenth century, Timurid power in Transoxania had split into a number of principalities ruled by independent and semi-independent sultans”⁷⁰. A queda deste Império, o último grande unificador da região, definiu a geopolítica da Ásia Central dos séculos XVI e

⁶³ Soucek and Soucek, 126.

⁶⁴ Golden, *Central Asia in World History*, 99.

⁶⁵ Este período é tradicionalmente nomeado na historiografia como Renascença Timúrida.

⁶⁶ Soucek e Soucek, *A History of Inner Asia*, 132–35.

⁶⁷ Soucek e Soucek, 133.

⁶⁸ Soucek e Soucek, 129.

⁶⁹ Golden, *Central Asia in World History*, 104.

⁷⁰ Mukminova e Mukhtarov, "The Khanate (Emirate) of Bukhara." In Dani, Masson et al. *History of Civilizations of Central Asia*, 33.

XVII. Os uzbeques liderados por Muhammad Shaybanid, descendentes do cã Ozbeg da Horda Dourada, conquistaram a Transoxiana e os centros políticos do Império durante a primeira década do século XVI. A conquista da capital Herat, em 1507, por Muhammad Shaybanid marcou a queda definitiva do poder Timúrida⁷¹. Com a queda deste Império surgiram vários novos potentados na região. Os referidos uzbeques formaram o Canato de Shaybanid na Transoxiana, que herdou muitos dos mesmos problemas do seu antecessor e que eventualmente se desintegrou e reemergiu na forma do Canato de Bucara, também conhecido por Emirato de Bucara, em 1611⁷². Na atual região do Irão surgiu a dinastia Safávida, fundada em 1501 por Ismail I da ordem sufi homónima. É ainda importante referir Babur, descendente da liderança timúrida, que conquistou o Sultanato de Deli, fundando o Império Mogol em 1526. Para lá da cordilheira montanhosa dos Pamir, na bacia do Tarim, vemos o estabelecimento do Canato de Yarqand, em 1514⁷³, que rapidamente se tornou um participante importante nas políticas da Transoxiana, visto que fazia a ligação entre esta região e a China Ming.

Este novo ambiente geopolítico foi marcado por uma intensa competição estratégica entre os Shaibanidas e sucessores, a dinastia Safávida e o Império Mogol, algo predominante nos séculos XVI e XVII. Estes conflitos resultavam da ambição universal de recuperar (ou mesmo restaurar) o prestígio e poderio do Império Timúrida. Era uma competição multidimensional que se manifestava a partir de conflitos bélicos, influências indiretas não coercivas culturais ou ideológicas (*soft power*) e competição pela hegemonia económica e cultural. Aqui o modelo timúrida tornou-se o exemplo a seguir e a expandir pelos poderes sucessores que preencheram o vazio de poder. A emulação da corte timúrida, em todo o seu esplendor cultural e atitude de patronagem das artes e das ciências, tornou-se uma prática comum entre uzbeques, mogóis e persas⁷⁴. Esta dimensão específica traduzia-se na atração de elites intelectuais, artísticas e administrativas e mão de obra especializada, um setor onde o Império Mogol ganhou mestria face aos seus rivais⁷⁵.

Este conjunto de poderes islâmicos da Ásia Central apresentava problemas estruturais próprios. Em muitos sentidos, a escolha em optar pela legitimação islâmica e a *Xaria* era óbvia para os interesses dos líderes da Transoxiana: uma parte considerável da população deste

⁷¹ Mukminova e Mukhtarov, In Dani, Masson (eds.) et al, *History of Civilizations of Central Asia*, 36.

⁷² R. G. Mukminova. "The Janids (Astarkhanids)", In Dani e Masson, V:46–47.

⁷³ Ma Dazheng, The Tarim Basin, In Dani, Masson, 181.

⁷⁴ Maria Eva Subtelny, "The Timurid Legacy: A Reaffirmation and a Reassessment", *Cahiers d'Asie Centrale*, n.º 3/4 (1 de outubro de 1997): 4.

⁷⁵ Golden, *Central Asia in World History*, 115.

espaço era muçulmana, tal como o eram os comerciantes das regiões ocidentais vizinhas; o Islão era a religião perfeita para uma região que dependia do comércio. Contudo, a adoção da *Xaria* acarretava desafios e limites. Por um lado, era difícil exercer um nível de controlo social e económico considerável, visto que os crentes tinham direitos específicos que não podiam ser desrespeitados, sendo assim extremamente difícil mobilizar estas populações sem repercussões políticas graves⁷⁶. Também limitava bastante as opções de organização estatal e administrativa, juntamente com a organização económica, esperando-se que o sultão mantivesse um sistema económico muito específico, com o mínimo de restrições à atividade comercial, tanto interna como externa⁷⁷. Aliás, o bem-estar comercial era um objetivo tão universal aos poderes da Ásia Central e respetivos vizinhos, que ultrapassava as discordâncias diplomáticas e os conflitos entre os mesmos: o Império Mogol, a dinastia Safávida, os canatos dos uzbeques, o Canato de Casgar, entre outros, “notwithstanding their differences, gave due regards to the safety of the roads passing through their respective domains”⁷⁸. Pior ainda, a *Xaria* nada fazia para resolver o problema endémico das sucessões conflituosas, problema este que as entidades islâmicas partilhavam com as estruturas nómadas da Ásia Central.

Contudo, a atividade comercial na Transoxiana beneficiou da adoção de simbologia política islâmica: a imagem do sultão devoto era sinérgica com a predominância do comércio como uma das principais atividades económicas, “by promoting trade and traders, they believed, they also served their religion”⁷⁹. Existia, portanto, um grande incentivo político, para além do económico, em garantir o bom funcionamento das rotas e do comércio. Adullah Cã II dos Shaibanidas (1583-98), investiu muito em infraestrutura (como caravancerais, mercados, reservatórios de água, etc.) no sentido de melhorar as rotas já existentes, assim como de criar outras⁸⁰. Esta atitude não era exclusiva do governo central, já que os begues e sultões das várias cidades e aldeias também se preocupavam com a manutenção das rotas e a segurança dos mercadores. Como exemplo, temos o caso do governador de Cafiristão que disponibilizou 400 soldados para escoltar a caravana onde Bento de Goes viajava⁸¹, como veremos mais adiante.

⁷⁶ Giancarlo Casale. The Islamic empires of the early modern world. In Bentley, Wiesner, e Subrahmanyam, *The Cambridge World History*, 332.

⁷⁷ Giancarlo Casale. In Bentley, Wiesner, e Subrahmanyam, 332.

⁷⁸ Alam, "Trade, State Policy and Regional Change", 210.

⁷⁹ Alam, 218.

⁸⁰ Mukminova e Mukhtarov, "The Khanate (Emirate) of Bukhara" In UNESCO, *History of Civilizations of Central Asia*, 40–42.

⁸¹ Matteo Ricci. *Istoria de la China i Cristiana Empresa hecha en ella por la Compañia de Jesus*. In Bento de Góis, António de Andrade, e Neves Águas, *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio, A aventura portuguesa* (Mem Martins: Europa-América, 1988), 27.

A *Xaria* apresentava um conjunto de desafios e obstáculos para as ambições de centralização dos poderes da Transoxiana, algo que exigia um maior nível de criatividade jurídica para ultrapassar. Um bom exemplo disto era o uso bastante popular de elites escravizadas, ou seja, indivíduos isentos dos direitos de um crente que pertenciam à família governante, estando completamente sujeitos à autoridade do líder⁸². Estes indivíduos exerciam diversas funções, como por exemplo serviço militar, administrativo e/ou técnico, entre outros. Não estavam restritos ao nível mais baixo destes serviços, podendo ocupar cargos de elevada hierarquia como generais no exército, vizires encarregados da gestão económica do Império e/ou arquitetos da corte. Pertenciam às elites políticas, mas tinham a especificidade de serem leais do seu senhor, referia-se o exemplo dos janízaros do Império Otomano, um grupo de elite de infantaria normalmente destinados à guarda do sultão, constituídos quase exclusivamente por aldeões cristãos escravizados⁸³. Os janízaros faziam também parte de uma importante elite de especialistas da corte e do governo central do império⁸⁴.

Assim, não podemos esquecer que a *Xaria* era apenas um de entre muitos outros instrumentos políticos usados, não só na Ásia Central islâmica, mas também no resto do mundo islâmico, para a construção política, social e económica dos novos potentados. O ambiente geopoliticamente competitivo da época moderna requeria uma imensa flexibilidade adaptativa por parte dos vários líderes que ambicionavam formar um governo centralizado. Para transformar sociedades politicamente fragmentadas numa unidade centralizada e duradoura, era necessária muita experimentação política, levar em linha de conta as realidades culturais internas e as inovações externas de outros e evitar ortodoxias, antes de existir uma base sólida de poder social e político. Era por isso que, na Ásia Central, a *Xaria* costumava ser adotada após uma fase inicial de consolidação de poder e legitimidade política⁸⁵. Como bom exemplo deste processo em ação temos a dinastia Safávida da Pérsia.

Originalmente uma ordem religiosa sufi, a Ordem Safávida atuava na região do atual Azerbaijão desde o século XIV. Na segunda metade do século XV, a Ordem sofre uma transformação intensa na doutrina, tornando-se xiita duodécima. Nesta altura, tem já uma presença suficientemente forte na região para inevitavelmente entrar em conflito político com

⁸² Giancarlo Casale. "The Islamic empires of the early modern world." In Bentley, Wiesner, e Subrahmanyam, *The Cambridge World History*, 332–33.

⁸³ Giancarlo Casale. In Bentley, Wiesner, e Subrahmanyam, 333.

⁸⁴ Giancarlo Casale. In Bentley, Wiesner, e Subrahmanyam, 333.

⁸⁵ Giancarlo Casale. In Bentley, Wiesner, e Subrahmanyam, 335–36.

os poderes turcos de Qara Qoyunlu e Aq Qoyunlu⁸⁶. Aliando-se a Uzun Hasan dos Aq Qoyunlu, o Shaykh Junayd, cabeça da Ordem, militariza os seus seguidores, criando os Qizilbash (“Cabeças Vermelhas”). Do casamento de Haydar, filho de Junayd, e Maria, filha de Uzun Hasan e neta dos imperadores Alexius IV de Bizâncio e Kalo Ioannes de Trebizonda, nasce Ismail que assumiu o cargo de xá. Em 1501, Ismail declara o xiismo duodécimo como a religião oficial dos seus domínios na cidade de Tabriz⁸⁷, fundando oficialmente o Império Safávida, o qual chega a ocupar um território composto por parte da Ásia Ocidental e parte da Transoxiana. A dinastia Safávida destacava-se na região por ser o único grande poder xiita do *Dar al-Islam*⁸⁸. Inicialmente, a narrativa de legitimação do novo poder baseava-se mais na figura de Ismail I do que no caráter xiita, com a sua mitificação como o *Mahdi*, “(...) a messianic figure sent by God to restore justice and (...) usher in a new and everlasting age of peace and prosperity”⁸⁹. Assim, apresentava muitos paralelos com o carisma gengicida, algo que permitiu a rápida agregação de influência e legitimação entre as tribos turcas já referidas. Face à volatilidade inerente destas estratégias de legitimação, os sucessores de Ismail apostaram no xiismo e na expansão e fortalecimento do estado como base do poder e organização da dinastia Safávida. O sucessor de Ismail, Tahmasp I, para além de expandir e consolidar os territórios do seu império, procurou fortalecer a presença xiita duodécima na corte e na administração, ao atrair *ulamas* xiitas do resto do mundo islâmico⁹⁰. Durante o domínio de Tahmasp I é criada uma forte base de jurisprudência xiita, da qual se forma o estado Safávida. Foi também nesta altura que se deu início a uma expansão das infraestruturas do Império. Com a ascensão do xá Abas I em 1587, a Pérsia Safávida transformou-se progressivamente num estado centralizado. Baseando-se no modelo otomano militar dos janízaros, Abas I criou os chamados *qullar*, usados para suprimir a rebelião e ascensão da tribo Qizilbash, que punha em causa o domínio do xá⁹¹. Consolidado o seu poder, o xá Abas I reorganizou a administração e a organização fiscal, passando estas a estarem mais centradas na figura do xá por oposição às elites locais⁹². Para além de modernizar o exército, através de melhor organização e armamento, o xá passou

⁸⁶ E. Eshraghi. "Persia during the period of the Safavids, the Afshars and the early Qajars." In UNESCO, *History of Civilizations of Central Asia*, 248.

⁸⁷ E. Eshraghi. In Dani e Masson, V:248.

⁸⁸ Traduzido do árabe para “casa do Islão”, refere-se ao mundo islâmico e territórios constituintes, em oposição a *Dal al-Harb*, “casa da guerra”, ou seja, os territórios não islâmicos, que devem ser conquistados.

⁸⁹ Giancarlo Casale. The Islamic empires of the early modern world. In Bentley, Wiesner, e Subrahmanyam, *The Cambridge World History*, 335.

⁹⁰ E. Eshraghi. In Dani e Masson, *History of Civilizations of Central Asia*, V:251.

⁹¹ E. Eshraghi. In Dani e Masson, V:255.

⁹² E. Eshraghi. In Dani e Masson, V:255.

também a financiar e mantê-lo exclusivamente⁹³, garantindo assim a sua superioridade militar face a qualquer entidade regional interna. Nas palavras de Giancarlo Casale, “(...) the ecstatic millenarianism of Shah Ismail was (...) transformed into the legalistic and bureaucratic Shiism of Shah Abbas—turning Iran, in the process, into a predominantly Shiite society for the first time in its history”⁹⁴.

Contudo, muitos dos obstáculos a ultrapassar tinham origem na própria realidade geopolítica da Ásia Central. Safávidas, uzbeques e mogóis viam-se constantemente pressionados interna e externamente. As posições geoestratégicas valiosíssimas que ocupavam faziam-nos alvos, quer entre si quer de outros. A dinastia Safávida, devido à sua natureza xiita num mundo dominado por sunitas, lutava constantemente em duas frentes: a leste contra os uzbeques e a oeste contra os otomanos, algo que consumia e pressionava muito os recursos de que dispunham. Para o Império Mogol, a Transoxiana era uma ambição constantemente interrompida pelas vicissitudes político-militares do Subcontinente Indiano. Internamente, a diversidade étnica juntamente com a geologia fragmentada da Ásia Central constituíam os maiores obstáculos à coesão política e administrativa dos territórios imperiais. De facto, a inospitalidade de montanhas, estepes e desertos fazia destes biomas regiões difíceis de administrar, criando zonas “mortas” onde as autoridades locais, muitas delas tribais, exerciam, para todos os efeitos, completa influência⁹⁵.

Usando uma analogia de Thomas Barfield, a composição territorial dos poderes da Ásia Central era como um “queijo suíço”, com zonas preferidas, mas com orifícios⁹⁶. Estes “buracos” encontravam-se normalmente nas fronteiras de um dado território distantes do centro administrativo da autoridade central. As relações entre a autoridade central e a local dependiam bastante do potencial estratégico do “buraco” (terra fértil e rica em recursos, centros de população, passagens comerciais, etc.) e da flexibilidade diplomática de ambos os lados: quando mais valioso fosse o espaço em questão, mais esforços eram exercidos para adquirir o seu controlo, que podia depender quer de força militar quer de negociações e tratados⁹⁷. A área do atual Afeganistão é um ótimo exemplo de um espaço valioso, mas cheio de orifícios, os chamados *yagistan* (literalmente “terra sem lei”), zonas de difícil acesso controladas por tribos

⁹³ E. Eshraghi. In Dani e Masson, V:255.

⁹⁴ Giancarlo Casale. In Bentley, Wiesner, e Subrahmanyam, *The Cambridge World History*, 337.

⁹⁵ Niles Green. Introduction: Writing, Travel, and the Global History of Central Asia. In Green, *Writing Travel in Central Asian History*, 5.

⁹⁶ Thomas Barfield, *Afghanistan: A Cultural and Political History* (Princeton: Princeton University Press, 2010), 68, <https://muse.jhu.edu/book/36278>.

⁹⁷ Barfield, 68.

pashtuns e outras etnias⁹⁸. O que a transformava numa região excepcional era que estas zonas mortas se encontravam perto e/ou eram mesmo zonas de interesse situadas no centro e não nas fronteiras. Eram também áreas bastante defensíveis, graças a uma topografia montanhosa, o que dava às comunidades nómadas e locais uma enorme vantagem, forçando negociação por parte dos impérios ascendentes, em vez de assimilação forçada⁹⁹.

Processos diferentes, mas paralelos, aconteciam também a leste da Ásia Interior. Em vez do Império Timúrida, o fator catalizador da modernidade para lá da bacia do Tarim foi Altã Cã. Descendente de Cublai Cã, Altã Cã optou pelo uso do budismo tibetano para unificar a Mongólia agora fragmentada. Aliando-se à ascendente escola budista Guelupa do Tibete, Altã Cã instaurou o título de Dalai Lama¹⁰⁰, conferindo-o a Sonam Gyatso, mestre da referida escola, e convertendo-se a esta religião em 1578. A partir de um uso bastante criativo do conceito da reencarnação, Altã Cã cria na mesma cerimónia um elo permanente com o seu antepassado ao afirmar que é a encarnação de Cublai Cã, facto que é imediatamente confirmado pelo novo Dalai Lama¹⁰¹. Ficou assim criada uma simbiose entre as elites religiosas tibetanas e os cãs da Mongólia. Em troca de apoio na conversão das populações mongóis ao Budismo e de apoio militar, os novos cãs usufruíam de uma nova estratégia de legitimação com base na reencarnação¹⁰² e de uma nova geração de elites educadas. Este evento teve consequências incontornáveis no leste da Ásia Interior. A conversão das populações mongóis ao Budismo deu origem a uma mudança sociocultural na sociedade mongol: os xamãs são substituídos por um clero mais organizado e estruturado, o que oferece as bases para a criação de uma governação mais centralizada. Graças ao dinamismo budista tibetano, os mosteiros transformam-se em centros urbanos de novas cidades como, por exemplo, as atuais Ulan-Bator e Huhhot. No entanto, e tal como aconteceu com o Império Timúrida, o projeto de unificação de Altã Cã foi de curta duração. Após a sua morte, a Mongólia voltou a fragmentar-se politicamente¹⁰³. Mas, tal como na Transoxiana, a presença budista enraizou-se, tornando-se uma parte permanente das dinâmicas políticas e culturais do povo mongol. Tanto que, em 1640, numa *quriltai* (“assembleia”) pan-mongol é estabelecido o código mongol-oirat, que estipulava

⁹⁸ Barfield, 69–70.

⁹⁹ Barfield, 70.

¹⁰⁰ Expressão traduzida como Lama Oceânico, no sentido de “universal” (Golden, *Central Asia in World History*, 110.).

¹⁰¹ Golden, 111.

¹⁰² Golden, 111.

¹⁰³ Golden, 112.

o reforço da autoridade da figura do cã e o Budismo como a religião oficial de todo o povo mongol¹⁰⁴.

No caso do Tibete, o elo mongol trouxe a unificação política ao território, já que no século XVII este era um espaço que se encontrava num processo de remodelação política, sendo os principais atores políticos os vários reinos e as diversas escolas budistas ali estantes. As escolas budistas constituíam uma característica única nas dinâmicas políticas do Tibete; cada escola tinha uma interpretação própria da mensagem de Buda, devendo “(...) apresentar “caminhos” para uma vida livre de sofrimento.”¹⁰⁵. As escolas, sediadas em mosteiros, detinham muitos direitos de cariz senhorial: possuíam terras, servos e o direito de fiscalização. Esta presença elevada no poder temporal por parte dos lamas era conseguida a partir da vinculação entre uma escola e uma família nobre, normalmente uma família real. Esta vinculação, designada por *yon-mchod*, estabelecia uma lógica de patronato: um poder político leigo ligava-se a uma escola, protegendo-a, e esta, por sua vez, partilhava os seus ensinamentos e interpretações da melhor maneira de superar o sofrimento humano, para além de dar também aconselhamento político, o que fomentava a imagem de *Dharmaraja*, um rei virtuoso e justo que governava a partir dos preceitos do Budismo¹⁰⁶. No século XVII, a mais influente destas escolas era a Guelupa, fundada por Tson Kha Pa em inícios do século XV¹⁰⁷. Tratava-se de uma escola distinta das outras, com um maior enfoque na disciplina monástica e doutrinária¹⁰⁸ e numa hierarquia central forte, liderada pela figura de um lama supremo¹⁰⁹. Como já foi referido, esta escola ganhou o reconhecimento e a patronagem de Altã Cã, que concedeu a Sonam Gyatso o título de Dalai Lama em 1578. Os Dalai Lamas tornaram-se assim uma importante força política no Tibete, recebendo proteção e patronagem do cã e também de entidades leigas que, por associação, eram igualmente protegidas pelo cã. Em 1641 a escola dos Dalai Lamas conquistava toda a sua oposição, usando exércitos disponibilizados por Gushri Cã. O quinto Dalai Lama, Ngawang Lobsang Gyatso, tornou-se o líder temporal e religioso de todo o Tibete nesse ano, dando início à reunificação deste território¹¹⁰.

¹⁰⁴ Golden, 117–18.

¹⁰⁵ Bruna Dutra de Oliveira Soalheiro Cruz, "Política e retórica: estratégias de conversão nas missões jesuítas do Mogol, Tibete e Bengala (XVI-XVIII)" (Doutoramento em História Social, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2014), 129, <https://doi.org/10.11606/T.8.2014.tde-07112014-190017>.

¹⁰⁶ Cruz, 122, 129.

¹⁰⁷ Cruz, 125.

¹⁰⁸ Cruz, 126.

¹⁰⁹ Golden, *Central Asia in World History*, 110.

¹¹⁰ Cruz, "Política e retórica", 127.

Apesar dos blocos territoriais se terem tornado mais extensos e poderosos, graças à nova base de legitimação política e de controlo social, a unificação e estabilidade duradoura era elusiva. Tal como os poderes da Transoxiana, também aqui existiam pressões e obstáculos internos e externos que dificultavam as ambições de um estado moderno: as rivalidades intratribais e intertribais continuavam a ser problemáticas e a China manchu e a Rússia czarista, especialistas a lidar com culturas nómadas, ambicionavam remover o intermediário comercial e dominar o maior território possível.

No caso do Tibete, o precedente político criado por Altã Cã tornou a região particularmente suscetível à influência externa. Tal como Altã Cã, e partindo da mesma lógica de patronato, os rivais da escola Guelupa, como a dinastia Tsang e a escola Kampara, procuravam e adquiriam os seus próprios apoiantes, os quais eram muitas vezes potências que ambicionavam exercer influência no Tibete, como por exemplo as dinastias chinesas. Assim, os atores políticos do Tibete tornavam-se dependentes de forças estrangeiras, o que fazia deste espaço uma zona de conflito por procuração. A competição geopolítica do leste asiático interior era composta por duas poderosíssimas potências externas e pelos poderes seminómadas aí existentes. O balanço geoestratégico colocava estes últimos em clara desvantagem relativamente à China e à Rússia, que os cercavam e que possuíam vastíssimos recursos materiais e humanos, assim como melhor organização e tecnologias mais avançadas.

Apesar da inevitabilidade de absorção e colonização dos nómadas, houve vários povos que resistiram de modo bem sucedido à pressão sino-russa. O mais icónico foi o Canato Zungar, uma tribo da confederação Oirat que ganhou um prestígio considerável em meados do século XVII, a partir de negociações comerciais com os russos e do reconhecimento do próprio Dalai Lama¹¹¹. Sob a autoridade e ambição de Galdan Boshoghtu Cã (1670-1697), este Canato expandiu o seu território para incluir o Tibete e o atual Xinjiang e desenvolveu-se num império genuíno dotado de administração complexa, uma moeda própria, centros urbanos, indústria manufatureira e mesmo de armamento moderno¹¹². O Canato Zungar foi o resultado mais próximo de um estado moderno entre os nómadas do leste da Ásia Interior, constituindo uma entidade que tinha potencial para competir com os poderes exteriores. Dotado de um modelo militar que combinava a mobilidade superior de um exército nómada com a potência da artilharia do século XVII¹¹³, era também relativamente coeso e estável em comparação com

¹¹¹ Golden, *Central Asia in World History*, 117.

¹¹² Golden, 118.

¹¹³ Golden, 118.

outras entidades nômadas do mesmo período temporal. O seu auge foi, contudo, efêmero: a rápida expansão do Canato uniu os rivais mongóis, as populações muçulmanas do Xinjiang e a dinastia Qing no combate à nova ameaça, que acabou por ser extinta em 1696 com a derrota do exército zungar e a quebra da sua influência¹¹⁴.

E chegamos assim ao âmago da questão: com que Ásia Interior se depararam e interagiram os portugueses e os restantes europeus, nos séculos XVI e XVII? A Ásia Central deste período, tal como os espaços que a rodeavam, encontrava-se sob o efeito de múltiplas transformações e permanecia inerentemente instável, já que guerras, conflitos internos e expansões territoriais não eram ocorrências raras. A Rússia czarista e a China, que estivera sob domínio mongol até 1368, insurgiam-se contra “o nômada”, considerado o “bárbaro” da estepe, adotando uma atitude de intenso expansionismo e colonialismo sobre a Ásia Central. As presenças e influências indiana, russa e chinesa faziam-se sentir intensamente por toda a região.

A anterior posição prestigiosa e vantajosa da Ásia Central como intermediária civilizacional começava, pela primeira vez, a ser posta em causa: por exemplo, a Expansão Portuguesa colocou a Europa em contacto direto com os subcontinentes indiano e chinês, sem necessidade de qualquer tipo de intermediários. Gradualmente a perder relevância num mundo em processo de globalização, os poderes da Ásia Central procuravam reinventar-se face às novas realidades geopolíticas da época moderna. Numa multitude de experiências políticas, onde timúridas, shaibanidas, escola Guelupa, entre outros, participavam, surgiam agora novas formas de governação, organização social, expressão cultural e tecnológica. Mesmo sem nunca terem alcançado a ambição da criação de um estado centralizado e politicamente estável, os legados que os diversos impérios tinham deixado eram reutilizados e reinterpretados pelos seus conquistadores que, afinal, partilhavam os mesmos dilemas. Em retrospectiva, alguns destes desenvolvimentos acabaram por ser contraproducentes a longo prazo. De acordo com Thomas Allsen, o ambiente turco/islâmico do oeste e o budista/mongol a leste, criaram outro fator de divisão que dificultou, e em alguns casos impossibilitou, a cooperação entre as duas esferas culturais¹¹⁵. Allsen argumenta também que, com a procura de novos meios de legitimação, a aceitação universal do carisma gengicida e do prestígio de Gengis Cã desaparece¹¹⁶, o que leva

¹¹⁴ Golden, 119.

¹¹⁵ Thomas T. Allsen. "Eurasia after the Mongols." In Bentley, Wiesner, e Subrahmanyam, *The Cambridge World History*, 162–63.

¹¹⁶ Thomas T Allsen. In Bentley, Wiesner, e Subrahmanyam, 163.

a que a criação de um império nómada multicultural e multirregional se torne uma impossibilidade.

Tendo em conta todos estes factos, e devido aos diversos conflitos intra e inter-regionais, seria de esperar que as condições de vida na Ásia Central fossem desafiantes e perigosas. Curiosamente, isto não acontece. Podemos dizer, aliás, que é nesta altura que se atinge um novo nível de cosmopolitismo e dinamismo cultural, que tem como origem a imensa competição existente entre os vários atores políticos, competição esta que não se expressava somente por meios militares e de conflito bélico, mas também por meios culturais e ideológicos, procurando-se formas de, por exemplo, reter população em determinados centros. Mais concretamente, os protagonistas políticos procuravam conquistar a simpatia das suas populações, nas suas mais diversas formas: mercadores, artesãos, agricultores, elites religiosas, artistas e intelectuais, ou seja, todos os grupos e indivíduos necessários para a construção de uma sociedade. Tratava-se, de facto, de uma competição, interna e externa, relativa à habilidade de saber reter e atrair recursos humanos¹¹⁷.

Consequentemente, num período de reinvenção interna e absorção territorial da Ásia Interior, a manutenção e melhoria das condições económicas era de grande importância, quer para os poderes externos, que se infiltravam num novo espaço e procuravam sedentarizar os povos nómadas recém-conquistados, quer para os autóctones que procuravam manter a sua relevância face a um mundo cada vez mais sedentarizado, com iniciativas e tentativas de unificação dos seus poderes. Assistimos assim a uma nova vaga de urbanização e expansão de infraestruturas. As cidades já existentes expandiram-se e foram criadas outras novas. Samarcanda, por exemplo, beneficiou da sua condição de capital timúrida e, como vimos, foram criados novos centros urbanos na Mongólia, nos séculos XVII e XVIII. A criação de infraestruturas, como reservatórios de água, redes de irrigação para cultivo agrícola, caravancerais e edifícios de culto, intensificou-se¹¹⁸. O comércio, o sangue das artérias económicas da Ásia Central, não parou, permanecendo a atividade mercantil uma das mais importantes da região. Existiram projetos de melhoramento das estradas nos inícios do século XVII. Como exemplo de uma das inovações tecnológicas da corte de Akbar, o terceiro imperador mogol (1556-1605), refiram-se as estruturas pré-fabricadas para ajudar na

¹¹⁷ Uma das razões do sucesso dos poderes externos, como a Rússia czarista e a dinastia Qing, foi precisamente esta capacidade de atração e retenção de recursos humanos (Laura Hostetler. "Imperial competition in Eurasia: Russia and China." In Bentley, Wiesner, e Subrahmanyam, 320.).

¹¹⁸ Soucek e Soucek, *A History of Inner Asia*, 154.

construção de infraestruturas que facilitassem as viagens dos comerciantes¹¹⁹. Assistimos assim a um crescimento e estabilização do comércio caravaneiro no século XVII¹²⁰, crescimento este reforçado indiretamente pelo domínio europeu das rotas marítimas, que leva os Impérios Mogol e Safávida a focar os seus esforços comerciais na Ásia Central.

Foi com este espaço que alguns portugueses se depararam, e interagiram, nos séculos XVI e XVII. Um espaço muito diverso em termos culturais, politicamente instável, mas comercialmente vigoroso e civilizacionalmente dinâmico. Contudo, é de referir que os viajantes portugueses apenas conheceram e viajaram numa pequena fração desta enorme região, nomeadamente: o território dominado pela dinastia Safávida, o Tibete nas vésperas da sua unificação, a rota caravaneira de Cabul a Suzhou e a Mongólia.

¹¹⁹ Irfan Habid, "Science and technology", In Dani, Masson (eds.) et al. *History of Civilizations of Central Asia*, 462.

¹²⁰ Alam, "Trade, State Policy and Regional Change", 210.

2. A perspetiva europeia da Ásia Central

2.1. A Europa nas Rotas da Seda e a Cristandade asiática

Tal como os outros espaços da Eurásia, a Europa fazia parte dos circuitos comerciais e de comunicação das Rotas da Seda, sendo um ponto periférico nas dinâmicas deste sistema de comunicação, embora, agindo como importador e exportador de cultura, tecnologia e de produtos. Assim, era naturalmente muito afetada cultural e civilizacionalmente por estas interações. Não é por acaso que, em meados do século XIX, Ferdinand von Richthofen nomeou as redes de contactos euroasiáticas como “Rotas da Seda”, referenciando o material têxtil sínico extremamente popular entre as elites governamentais europeias desde a Antiguidade Clássica¹²¹. Aliás, poderíamos argumentar que os intercâmbios e contactos entre os povos da Europa e da Ásia Central foram momentos fundacionais da civilização europeia. A esmagadora maioria das culturas europeias partilham um antepassado comum: as populações indo-europeias, originárias da Ásia Central, que migraram e se estabeleceram numa extensa área geográfica, desde o Subcontinente até à península itálica, onde coexistiam com as culturas autóctones destas regiões já desde o I milénio a.C.¹²². Apesar de ser temporalmente longínqua, a influência indo-europeia deixou uma marca permanente nas culturas europeias (assim como na Ásia Ocidental e Subcontinente) visível ainda hoje¹²³.

A influência de povos da Ásia Central no desenvolvimento político da Europa é um tema recorrente na história. De acordo com Hyun Lin Kim, o sistema político da dinastia franca merovíngia (481-751) inspirou-se muito na organização política do Império Huno (370-469), nomeadamente na sua estrutura hierárquica e no ideal dinástico¹²⁴. Este sistema político, que também combinava elementos romanos, germânicos e cristãos, é continuado pelos carolíngios¹²⁵, importantes fundadores do pensamento político-cultural da Europa Medieval. Podemos apontar também os contactos e interações com a civilização persa como outro exemplo de influência importante: o Zoroastrismo teve uma influência tremenda nas Féis do

¹²¹ Gene R. Garthwaite, *The Persians* (Blackwell Publishing, 2005), 78.

¹²² Roux, *L'Asie centrale*, 35.

¹²³ Por exemplo, “Certain types of clothing (perhaps trousers), stringed instruments, and equine paraphernalia probably came from the steppe” (Golden, *Central Asia in World History*, 17.)

¹²⁴ Hyun Jin Kim. “The Political Organization of Steppe Empires and their Contribution to Eurasian Interconnectivity: the Case of the Huns and Their Impact on the Frankish West.” In Hyun Jin Kim, Frederik Vervaeke, e Selim Ferruh Adali, *Eurasian Empires in Antiquity and the Early Middle Ages: Contact and Exchange between the Graeco-Roman World, Inner Asia and China* (Cambridge University Press, 2017), 28.

¹²⁵ Hyun Jin Kim. “The Political Organization of Steppe Empires.” In Kim, Vervaeke, e Adali, 26–28.

Livro, incutindo-lhes conceitos e imagens: “Eschatological ideas such as warnings of the “last days” and belief in a messianic savior, a bodily resurrection, and a last judgement are just some of the notions that Judaism (and subsequently Christianity and Islam) seems to have borrowed from the Persians”¹²⁶.

A Europa também foi exportadora de influências para a Eurásia. Eventos tais como as conquistas de Alexandre, *o Grande*, desde a Ásia Ocidental até ao Indocuche, de 332 a 327 a.C., e a subsequente fundação do Império Selêucida (312-63 a.C.) deixaram uma marca cultural helénica nestas regiões que perdura, ainda que de modo diminuto, até aos dias de hoje¹²⁷. Deuses gregos e outras figuras mitológicas são imagens recorrentes em moedas, relevos e mesmo estátuas dos Impérios Selêucida, Greco-báctrio (250-125 a.C.) e até Parta (247 a.C.-224 d.C.)¹²⁸. Estas imagens e mitos introduziram-se também no imaginário político e cultural destes povos: “Heracles was popular in Central Asia and India as the symbol of territorial glory”¹²⁹. O helenismo, composto pelas suas figuras, estilos e filosofias, constituía mais uma fonte cultural na charneira que era a Ásia Central, interagindo com tradições indianas, persas, sogdianas, entre outras. O resultado mais icónico e estudado do resultante hibridismo greco-indiano-persa foi a cidade de Ai-Khanoum, uma autêntica cidade grega localizada no atual Afeganistão. Aqui, num plano quadriculado helénico, e construída com tijolos persas, estilos arquitetónicos gregos desenham o palácio, a acrópole, o teatro e os templos aí construídos¹³⁰; por seu lado, iconografia greco-budista domina os relevos e estátuas que retratam heróis gregos com características budistas¹³¹.

Na mesma linha, os contactos greco-romanos com o Subcontinente Indiano são também bem conhecidos. O intercâmbio de ideias filosóficas, metodologias medicinais e conhecimentos científicos entre intelectuais destas civilizações foi um fenómeno importante no seu desenvolvimento cultural e científico.

Naturalmente, não podemos deixar de falar da importância e impacto do Cristianismo. A presença desta religião, nomeadamente da corrente nestoriana, teve consequências profundas a longo prazo nas perceções e relações euroasiáticas, fomentando o que viria a ser o mito dos

¹²⁶ R. Foltz, *Religions of the Silk Road: Premodern Patterns of Globalization* (Palgrave Macmillan, 2010), 31.

¹²⁷ Roux, *L'Asie centrale*, 76.

¹²⁸ Osmund Bopearachchi. "Greeks, Scythians, Parthians and Kushans in Central Asia and India." In Kim, Vervaeke, e Adali, *Eurasian Empires in Antiquity and the Early Middle Ages*, 260–65.

¹²⁹ Osmund Bopearachchi. In Kim, Vervaeke, e Adali, 264.

¹³⁰ Roux, *L'Asie centrale*, 79.

¹³¹ Osmund Bopearachchi. In Kim, Vervaeke, e Adali, *Eurasian Empires in Antiquity and the Early Middle Ages*, 262–65.

reinos cristãos na Ásia durante a idade média. O Nestorianismo surgiu no momento da formação inicial da doutrina cristã, caracterizado por longas disputas e discussões sobre características e aspetos da mesma, que criavam fações diferentes e conflitos entre elas. Uma destas fações era a Escola de Antioquia, que defendia que a figura de Jesus Cristo era constituída por duas entidades distintas, uma divina e outra humana (esta ideia é designada por diofisismo)¹³². Um influente advogado desta ideia era Nestor, um bispo sírio que chegou a ser Patriarca de Constantinopla (entre 428 e 431 d.C.)¹³³. Tão prolífico era o esforço de Nestor, que o diofisismo começou a ser conhecido como Nestorianismo. A fação nestoriana teve o seu momento formativo em 431 d.C.: a conclusão do Concílio de Éfeso, que condenou Nestor e o diofisismo como herético e heresia e deixou as comunidades cristãs da Síria pouco satisfeitas, levando à sedição da diocese desta região e à fundação da Igreja do Oriente¹³⁴.

Sediada na capital sassânida de Ctesifonte, a Igreja do Oriente adotou a posição diofisista de Nestor, afastando-se progressivamente do controlo e influência de Constantinopla e do resto da cristandade ocidental. O Nestorianismo, para além de qualificado como herético, começou a ser considerada uma seita do mundo persa, desconectada da cristandade ocidental. Incapaz de converter a oeste, o Nestorianismo encontrou novos crentes a este. Percorrendo as Rotas da Seda, os missionários e “monges-mercadores”¹³⁵ espalharam as doutrinas e ideias do cristianismo nestoriano, convertendo e estabelecendo comunidades no Império Parta na Pérsia, na Sogdiana, entre as populações nómadas da esfera turco-mongol e na China Tang (618 e 907 d.C.). A difusão desta corrente cristã na Ásia teve os seus obstáculos e desafios. A introdução inicial do Nestorianismo foi possibilitada pela atitude cosmopolita de tolerância religiosa (bastante comum na Ásia Central e em alguns espaços “externos” durante este período temporal), no entanto, o crescimento das comunidades cristãs e a sua subsequente integração nas sociedades asiáticas expunham esta corrente às vicissitudes e dinâmicas sociopolíticas dos poderes onde residiam. No pior dos casos, os nestorianos eram alvo de opressão e censura, quer por parte de outras comunidades religiosas, quer por parte dos governantes, como foi, por exemplo, o caso do imperador Tang Wuzong (840-846 d.C.), taoista, que aboliu o Cristianismo na China, em 845¹³⁶.

¹³² Foltz, *Religions of the Silk Road*, 60–61.

¹³³ Sílvia Sônia Simões, "Bizâncio, Pérsia e Ásia Central, pólos de difusão do Nestorianismo", *Revista Aedos* 2, n.º 5 (2009): 65, <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/9985>.

¹³⁴ Foltz, *Religions of the Silk Road*, 61.

¹³⁵ Simões, "Bizâncio, Pérsia e Ásia Central, pólos de difusão do Nestorianismo", 74.

¹³⁶ Foltz, *Religions of the Silk Road*, 70.

Noutras instâncias, os nestorianos conseguiam o reconhecimento, ou mesmo o apoio oficial, da administração central da entidade política onde se encontravam. A mensagem cristã foi bem recebida pelos sogdianos da Transoxiana, que se tornaram importantes transmissores desta corrente¹³⁷. Marcada por um vincado cosmopolitismo, a civilização sogdiana data as suas origens ao século VI a.C., constituindo a grande força intermediária do comércio euroasiático das Rotas da Seda terrestres durante cerca de um milénio e meio¹³⁸. As várias cidades-estado independentes que a compunham viam-se facilmente subjugadas pelos impérios vizinhos, tendo feito parte dos Impérios Aqueménida (550 a.C.-330 a.C.), Selêucida (305 a.C.-63 a.C.), Sassânida (224 d.C.-651 d.C.), entre outros. Graças a estas circunstâncias, a Sogdiana, que incorporava as já referidas Samarcanda e Bucara, era o ponto de confluência de influências oriundas de toda a Eurásia, o que levou ao desenvolvimento de uma cultura bastante recetiva a novas ideias, influências culturais e religiões¹³⁹. Assim, não espanta a fácil aceitação do Nestorianismo no repertório de influências culturais estrangeiras dos sogdianos, onde outras religiões (como o Budismo e o Zoroastrismo) já se encontravam inseridas. A ausência de ortodoxia religiosa permitiu a expansão nestoriana, levando à fundação de dois arcebispados, em Samarcanda e Casgar, e de várias dioceses, contando-se cerca de vinte em 650 d.C.¹⁴⁰. Os novos seguidores eram particularmente adequados à disseminação da fé nestoriana pelo resto da Ásia: a posição de intermediários concedia benefícios e vantagens aos mercadores sogdianos, que atuavam muitas vezes como tradutores¹⁴¹. Tanto que, “(...) the language in which Nestorian Christianity was disseminated across Asia was principally Sogdian (...)”¹⁴².

Outros alvos de conversão bem-sucedida foram as populações turcas e mongóis. A recetividade destas a novas religiões provém, curiosamente, não do cosmopolitismo, mas sim do seu pragmatismo religioso. Os ritos religiosos dos mongóis e turcos estavam intrinsecamente ligados ao quotidiano. As práticas religiosas tinham fins práticos materiais, como por exemplo o sucesso na caça e em batalha, cura de uma doença e/ou a ajuda na fertilidade¹⁴³. A figura do sacerdote, tradicionalmente designado na literatura por “xamã”, desempenhava o papel de intermediário entre o mundo material e o espiritual, contudo, não era visto como uma autoridade religiosa infalível. Caso os métodos do xamã não resultassem, não

¹³⁷ Foltz, 65.

¹³⁸ Golden, *Central Asia in World History*, 50.

¹³⁹ Golden, 54–55.

¹⁴⁰ Foltz, *Religions of the Silk Road*, 65.

¹⁴¹ Golden, *Central Asia in World History*, 58.

¹⁴² Foltz, *Religions of the Silk Road*, 66.

¹⁴³ Foltz, 66.

se hesitava em experimentar ritos alternativos, incluindo de outras tradições religiosas, para resolver as ditas questões¹⁴⁴.

O Nestorianismo começou a fazer parte desta diversidade a partir de meados do século VII¹⁴⁵. Os missionários nestorianos da Sogdiana, conhecendo bem estas dinâmicas, adotaram uma estratégia de conversão baseada no milagre para demonstrar o poder da fé cristã ao público-alvo. Por exemplo, e no caso da conversão do rei turco em 644 d.C., Elias, metropolitano¹⁴⁶ de Merve, fez uso de uma cruz para pôr fim a uma trovoadas¹⁴⁷. Estas estratégias colheram frutos. Sabemos que, em 1007, cerca de 200 000 turcos e mongóis se juntaram à congregação¹⁴⁸, que já incluía desde o século VIII um metropolitano especializado em crentes turcos.

Assim, entre dificuldades, rejeições, mas também sucessos, o Cristianismo do Oriente conseguiu estabelecer uma presença notável e relativamente firme na Ásia durante toda a idade média. No início do II milénio, encontramos várias comunidades e instituições nestorianas em toda a Ásia Ocidental e Central e até na China, embora estas últimas fossem clandestinas. Evidentemente que esta religião coexistia com o Budismo, o Maniqueísmo, o Zoroastrismo e o Islamismo, com os quais competia por influência política e pelas almas dos seus potenciais crentes. O Islamismo, em particular, mostrou-se particularmente ameaçador para as outras religiões, especialmente na Ásia Ocidental e na Transoxiana. Dotado de doutrinas favoráveis à atividade comercial e apoiado por expressões políticas em ascensão, a predominância do Islão nas Rotas da Seda era inevitável. Graças à expansão militar em nome da guerra santa liderada pelos abássidas, o Islão dominava, a partir do século VIII, toda a zona oeste do comércio transasiático, a sua esfera de influência estendendo-se desde a Península Arábica até às margens da Transoxiana. Face a tal presença, muitos indivíduos (políticos, mercadores, entre outros) procuravam integrar-se neste novo mundo, de modo a melhor participar e colher benefícios. Como Richard Foltz muito bem descreve: “A businessman might well feel that becoming a Muslim would facilitate contacts and cooperation with other Muslim businessman both at home and abroad; he would also benefit from favorable conditions extended by Muslim officials, and from Islamic laws governing commerce”¹⁴⁹.

¹⁴⁴ Foltz, 106–7.

¹⁴⁵ Temos o primeiro registo escrito da conversão de um “rei turco” e dos seus súbditos em 644 d.C. (Foltz, 67.)

¹⁴⁶ Um bispo ou arcebispo responsável pela gestão de uma província eclesiástica.

¹⁴⁷ Foltz, *Religions of the Silk Road*, 67.

¹⁴⁸ Foltz, 67.

¹⁴⁹ Foltz, 92.

O controlo comercial do Islão foi umas das peças chave que permitiu o enraizamento desta religião. O ato de conversão dos seus parceiros comerciais, ou de uma população alvo para conseguir obter os melhores negócios e uma boa imagem, é uma prática intemporal da figura do mercador¹⁵⁰. Foram os muçulmanos que fizeram desaparecer o cosmopolitismo milenar da Sogdiana, quando tomaram posse das suas cidades em finais do século VIII, sendo que estas foram progressivamente absorvidas e assimiladas na esfera cultural perso-islâmica¹⁵¹. Contudo, o Islão deparou-se também com obstáculos e desafios, nomeadamente com vicissitudes religiosas nómadas, que viriam a dominar toda a Ásia Interior e outros territórios nos séculos vindouros. Foi entre estas vicissitudes que o Nestorianismo permaneceu relevante durante mais quatro séculos.

Durante o período mongol, todas as religiões referidas anteriormente viviam uma existência de simultânea tolerância por parte dos mongóis e de competição entre si por um tratamento preferencial. Este poder, como vimos anteriormente, favorecia práticas e religiões que melhorassem as suas perspetivas materiais. Pretendia também ganhar legitimidade e boa imagem perante os povos e poderes que conquistava, muitas vezes violentamente. A religião era assim um dos instrumentos que utilizava para atingir estes fins: era comum Gengis Cã isentar do pagamento de impostos elites religiosas¹⁵². O ambiente de tolerância religiosa era a opção de maior pragmatismo para manter estabilidade num império composto por inúmeras culturas e povos¹⁵³. Contudo, a necessidade de administradores sedentários para gerir o mais vasto império existente até à data, juntamente com a inerente curiosidade adaptativa, tornava impossível ao Império Mongol atingir total neutralidade religiosa. As elites nómadas eram bastante influenciadas pelos seus subordinados, adotando muitas vezes os costumes culturais e religiosos dos mesmos. Figuras importantes e tribos inteiras chegavam a adotar várias religiões. Era possível uma comunidade religiosa ganhar as simpatias de uma figura de elite, que teria influência para conceder privilégios e favoritismo a uma determinada religião, manifestados a

¹⁵⁰ Estas conversões podiam, obviamente, ser sinceras, no sentido em que o novo crente adotava a mensagem transmitida como a sua verdade espiritual. Contudo, decifrar como comunidades e indivíduos do passado viviam a experiência do divino é um desafio imenso. Nas palavras de João Paulo Oliveira e Costa, “a avaliação da genuinidade das conversões é impraticável; podemos tentar discernir as motivações (...) mas nunca podemos penetrar o coração do indivíduo” (João Paulo Oliveira e Costa. *A Diáspora Missionária*. In Carlos Moreira Azevedo, *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, vol. 2 (Círculo de Leitores, 2000), 257, <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/13491>). A mensagem era adaptada pelo orador e interpretada pelo próprio ouvinte, de acordo com as suas sensibilidades e percepções religiosas, culturais e individuais. Temos, por isso, de ter a noção de que todos os crentes não viviam e praticavam uma religião uniformemente, existindo variações e interpretações entre culturas, comunidades e indivíduos.

¹⁵¹ Golden, *Central Asia in World History*, 60–61.

¹⁵² Foltz, *Religions of the Silk Road*, 108.

¹⁵³ Golden, *Central Asia in World History*, 87.

partir da construção de espaços de culto, da remoção e opressão de outras correntes rivais, etc.¹⁵⁴ Estava assim criado um ambiente que incentivava à competição pelas consciências e almas dos mongóis, pois a recusa de participar nestes jogos de poder significaria opressão certa (ou até extermínio, em alguns casos). Assim era o pragmatismo dos mongóis, igualmente abertos a favorecer, ou mesmo adotar uma religião, quando lhes era conveniente, como a oprimir, quando esta ameaçava a estabilidade sociopolítica ¹⁵⁵.

Neste ambiente, o Nestorianismo encontrou grupos que o acolheram assim como figuras patronas. Os Qara-khatai, apesar de também favorecerem o Budismo, eram a tribo “cristã” mais icónica. Foram estes que tinham expulsado os Qara Khanids, predominantemente islâmicos, do leste da Ásia durante a primeira metade do século XII¹⁵⁶, transformando a região num espaço seguro para cristãos e budistas. Nos domínios dos Qara-khatai, as mesquitas foram convertidas em pagodes e igrejas¹⁵⁷. Uma das esposas de Tului, último filho de Gengis Cã, era Sorcaquetani, da tribo cristã Kerait¹⁵⁸ e mãe dos cãs Cublai e Mangu. Encontravam-se também nestorianos em várias cortes mongóis. A corte de Mangu Cã era religiosamente muito diversa, aglomerando e representando cristãos, islâmicos, budistas e taoistas. Estes participavam frequentemente em debates organizados e presenciados pelo próprio Cã, que “(...) in typical Mongol fashion, Mongke policy was to support each religion equally in view of what powers they might provide”¹⁵⁹. Arghun Cã (1258-1291), da *ulus* do Ilcanato, demonstrava hostilidade para com os muçulmanos, tendo favorecido os cristãos da Ásia Ocidental e chegando mesmo a estabelecer uma aliança, embora fracassada, com o Reino de França contra os Abássidas¹⁶⁰. O período mongol revelou-se o momento de maior expressão e prosperidade para a Igreja do Oriente, espalhada por toda a Ásia, em quantidades variáveis, mas sem dúvida uma força sociocultural e política relevante¹⁶¹.

Não obstante, em paralelo com a lenta corrosão do Império Mongol, o Nestorianismo caiu progressivamente em desuso e irrelevância. A derrota mongol contra os mamelucos em 1260 desferiu um golpe considerável na legitimidade do Cristianismo, levando a que alguns a interpretassem como uma prova da inferioridade deste face ao Islamismo¹⁶². Com a morte de

¹⁵⁴ Foltz, *Religions of the Silk Road*, 106–16.

¹⁵⁵ Foltz, 126.

¹⁵⁶ Foltz, 103.

¹⁵⁷ Foltz, 103.

¹⁵⁸ Simões, "Bizâncio, Pérsia e Ásia Central, pólos de difusão do Nestorianismo", 76.

¹⁵⁹ Foltz, *Religions of the Silk Road*, 114.

¹⁶⁰ Foltz, 119.

¹⁶¹ Simões, "Bizâncio, Pérsia e Ásia Central, pólos de difusão do Nestorianismo", 76.

¹⁶² Foltz, *Religions of the Silk Road*, 116.

muitos dos seus apoiantes nas elites mongóis, esta religião viu-se em desvantagem face ao Islão e ao Budismo. O primeiro mostrava-se cada vez mais conveniente politicamente e relevante economicamente, graças à sua natureza mercantil, à extensa demografia de aderentes e, possivelmente, à sua visão de se definir como uma progressão do Cristianismo e ser, por isso, a finalidade das Fés do Livro. O Budismo, muito antes do Império Mongol, já se encontrava profundamente enraizado no extremo leste e na Bacia do Tarim, particularmente na China. O Nestorianismo, com o fim do domínio mongol, viu-se praticamente sem apoio político para sobreviver, herdando associações consideradas negativas: as cruzadas cristãs no mundo islâmico e a dinastia mongol Yuan na China, antagonizada pela sucessora dinastia Ming¹⁶³. Consequentemente, esta religião viu-se reduzida a algumas comunidades clandestinas, absorvidas pelas culturas que as rodeavam. A partir do século XV, sobravam somente resquícios e ecos de uma corrente extinta¹⁶⁴.

Contudo, o impacto que o Nestorianismo teve foi enorme, não só na Ásia, mas também na Europa. Os europeus mostraram-se assaz atentos aos desenvolvimentos políticos e religiosos da Ásia. A ideia de reinos cristãos asiáticos foi extremamente popular na Europa durante a idade média e a época moderna e esteve na base de muitas das viagens levadas a cabo na Ásia Central durante estas épocas.

2.2. Reinos míticos e “bárbaros” hereges: a Ásia de acordo com a Europa medieval

Apesar do intercâmbio intemporal eurasiático, não nos podemos esquecer que a comunicação inter-continental era lenta e o contacto direto ocorria raramente. A circulação de informação, tal como a atividade comercial, era indireta, passando de várias bocas a múltiplos ouvidos, distorcendo-se a cada transmissão quer pelo narrador, quer pelo ouvinte que o interpretava à sua maneira. Fossem barreiras linguísticas e culturais, motivos políticos ou confusão semântica, a informação acabava sempre por chegar modificada. Mesmo se fosse verosímil, as dificuldades logísticas de viajar nas Rotas da Seda tornavam frequentemente a informação desatualizada, tendo em conta o tempo que demorava a realizar tais viagens e a propagar as informações recolhidas nas mesmas e o curto “prazo de validade” dos dados, particularmente os de natureza política, devido à instabilidade política endémica vivida na região. Poucos indivíduos do mundo pré-global teriam noção completa da realidade comercial e cosmopolita das Rotas da Seda, conceito que só surge, aliás, e como já referido, em meados

¹⁶³ Foltz, 129.

¹⁶⁴ Foltz, 129.

do século XIX. A transmissão e propagação de informação durante a esmagadora maioria da história da civilização humana era lenta, para as longas distâncias, elitista, em formato escrito, e de veracidade questionável, pelas razões referidas acima. Estas são algumas das considerações que devemos levar em linha de conta quando falamos do conhecimento de uma civilização sobre espaços distantes e desconhecidos e quando nos referimos aos relatos de viagem e do impacto potencial que estes tiveram. Por tudo isto, não é de estranhar que, apesar do intercâmbio intemporal euroasiático, a Europa medieval pouco soubesse da Ásia Interior e mesmo da Ásia, como um todo.

Tal como a maioria do conhecimento europeu medieval, aquele relativo à Ásia Central tinha como fundamento os autores clássicos. Contudo, estes baseavam-se em relatos de segunda mão, outras obras contemporâneas ou, caso isso não fosse suficiente, na sua própria imaginação¹⁶⁵. Heródoto, por exemplo, baseou os seus escritos sobre Ásia Central no conhecimento de outros viajantes e em obras escritas após as conquistas de Alexandre, o Grande, como *Anabasis Alexandrou* de Arriano¹⁶⁶. Mesmo a presença helénica na Ásia Central e os contactos com o Subcontinente Indiano, não impediam a mitificação do que era considerado exótico. No universo literário greco-romano, os citas eram as amazonas, os cinocéfalos¹⁶⁷ habitavam os Himalaias e os pigmeus encontravam-se na “Índia”¹⁶⁸, que se assumia como um conceito ambíguo, tendo um significado diferente de autor para autor e servindo mais para delimitar o exótico. Para Cosme Indicopleustes, a Índia “exterior” distinguia-se da Índia “interior”, referindo-se à Etiópia e ao Subcontinente, respetivamente¹⁶⁹. Para Plotomeu, a Índia “Maior” ou “Cisgangética” era o Subcontinente Indiano, enquanto a Índia “Menor” ou “Transgangética” era o território a leste do rio Ganges Esta ambiguidade é herdada e continua na idade média. Falando em desígnios geográficos, o leste dos Himalaias era território bastante desconhecido. Alguns autores, como Heródoto, diziam que os Himalaias delimitavam os limites da Terra¹⁷⁰, enquanto outros, como Flávio Josefo, referiam-se e falavam da mítica Sérica, um poder para lá da Bacia do Tarim, aludindo vagamente ao mundo

¹⁶⁵ Ana Cláudia dos Santos Joaquim, "A Ásia conhecida pelos europeus Dos relatos dos autores clássicos aos descobrimentos portugueses", em *ATAS DO IX ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE HISTÓRIA* (Encontro Nacional de Estudantes de História, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2014), 128, <http://ixeneh2014.wordpress.com>.

¹⁶⁶ Nile Green. "Introduction: Writing, Travel and the Global History of Central Asia." In Green, *Writing Travel in Central Asian History*, 8.

¹⁶⁷ Criatura mítica. Como o nome indica, um ser humano com cabeça de cão.

¹⁶⁸ Joaquim, "A Ásia conhecida pelos europeus Dos relatos dos autores clássicos aos descobrimentos portugueses", 132–33.

¹⁶⁹ Joaquim, 126.

¹⁷⁰ Joaquim, 131.

sínico. Estas e outras conceções geográficas clássicas persistiram e continuaram a desenvolver-se na Europa Medieval¹⁷¹.

As principais fontes de informação que os europeus tinham das “Índias” eram textos clássicos como “o *Tetrabiblos* de Ptolomeu, a *História Natural* de Plínio, o *Romance* de Alexandre, as *Etimologias* de Isidoro de Sevilha (...)”¹⁷². Foi nesta tradição literária, interpretada a partir de uma lente cristã, que a Europa da alta idade média (do século V até ao XI) construiu a sua visão da Ásia. Nesta nova perspetiva, esta apresentava-se como o continente do mítico e do fantástico, pois era ali que viviam os licantropos, os centauros, os gigantes e outras criaturas lendárias. Era também na Ásia que se encontrava o paraíso de Adão e Eva, o antigo Reino da Babilónia, o Reino de Preste João, tendo sido o palco de muitos outros eventos descritos na Bíblia, desde o Dilúvio a toda a vida de Jesus Cristo. Uma vez que o Cristianismo é, na sua origem, uma religião semita, esta perceção da Ásia fazia todo o sentido, sendo, de certo modo, reforçada pelas descrições fantásticas de alguns dos autores greco-romanos.

Outro fator que influenciou bastante a perceção europeia da Ásia foi a ascensão e expansão do *Dal al-Islam*, que cercou a Europa a sul e a este. Caminhos e rotas como, por exemplo, o Mar Vermelho até ao Subcontinente Indiano ou as rotas terrestres da Mesopotâmia tornaram-se, conseqüentemente, inacessíveis aos reinos europeus. Pouco se sabia deste adversário, ao qual os europeus se referiam como “sarracenos”, nome proveniente duma tribo árabe do deserto sírio-arábico que era usado pelos bizantinos como uma generalização dos crentes muçulmanos¹⁷³. O resultante bloqueio de contacto entre a Europa e a Ásia agravou o misticismo asiático, ou seja, a ausência notável de informações sobre este continente dotava-o de uma aura de mistério, que facilitava a sua associação a referências bíblicas. Adicionalmente, o conflito militar contra o Islão relembra aos poderes da Europa a inevitabilidade do fim dos

¹⁷¹ As percepções medievais da constituição geográfica do mundo eram baseadas nas obras de Isidoro de Sevilha. De acordo com este, o mundo era dividido em corredores climatéricos simétricos: os hemisférios norte e sul eram compostos por uma zona amena, onde as civilizações de relevância se desenvolveram, e frígida, onde viviam bárbaros. Estes pares eram separados por um corredor árido, constituído principalmente pela África. Este corredor árido é visto como incapaz de sustentar vida humana. Destas ideias surgem os chamados mapas T. O. São mapas ideográficos onde o Mediterrâneo se encontra no centro do mundo, delimitando os três continentes: a Europa, a Ásia e a África. Para uma análise mais cuidada destes conceitos veja-se: Isabel Noronha, "A corografia medieval e a cartografia renascentista: testemunhos iconográficos de duas visões de mundo", *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* 6 (fevereiro de 2000): 681–87, <https://doi.org/10.1590/S0104-59702000000400009>.

¹⁷² Maria Carvalho, "O mundo natural asiático aos olhos do Ocidente. Contribuição dos textos ibéricos quinhentistas para a construção de uma nova consciência europeia sobre a Ásia" (Lisboa, Universidade de Lisboa, 2012), 157.

¹⁷³ Charles W. Connell. "Western Views of the Origin of the «Tartars»: An Example of the Influence of Myth in the Second Half of the Thirteenth Century." In James D. Ryan (eds.), *The Spiritual Expansion of Medieval Latin Christendom: The Asian Missions* (Routledge, 2016), 105.

tempos, que muito provavelmente teria origem neste mesmo espaço. Aliás, de acordo com a lente cristã das Cruzadas, os sarracenos eram os descendentes malignos de Caim, gente cruel cuja rápida expansão era um sinal profético do Apocalipse¹⁷⁴.

Foi no contexto das Cruzadas que o mito do Reino de Preste João ganhou proeminência. Este reino seria um poderoso poder cristão sediado algures na Ásia ou na África. Teorizava-se que este reino seria um potencial aliado contra o Islão, cujo poderio, combinado com o esforço das Cruzadas, seria o suficiente para vencer os sarracenos. A divulgação deste mito ocorre através de uma suposta carta que o próprio Preste João teria enviado ao imperador bizantino Manuel I Comneno (1143-1180), onde é descrito este Reino paradisíaco, uma verdadeira utopia de grande riqueza material e espiritual, um território vastíssimo repleto de maravilhas naturais e artificiais, desde fauna mítica a palácios exóticos¹⁷⁵. Esta carta, provavelmente falsificada na corte de Friedrich I (1155-1190) do Sacro Império Romano¹⁷⁶, foi copiada e traduzida em várias línguas e divulgada por toda a Europa. Esta ideia lendária desenvolveu-se com base em várias fontes de informação. A Europa sabia da existência de grupos nestorianas na Ásia, os quais comunicavam com a Igreja Católica. Em 1122, um prelado do Malabar chamado João visitou Roma e aí descreveu os milagres que emanavam do túmulo de S. Tomé¹⁷⁷. O nome do Reino de Preste João decorreu provavelmente de uma reminiscência desta visita.

A ideia de um reino utópico e militarmente poderoso aliado à Cristandade mostrava-se extremamente atraente para a Europa do século XII, envolvida plenamente numa Cruzada em várias frentes e acometida de um fervor religioso sem precedentes. Enquanto este espírito cruzadístico perdurou, o mesmo aconteceu com Preste João, tanto que quatro séculos mais tarde ainda era procurado. A possibilidade do Reino de Preste João era uma constante na interpretação de notícias e relatos de espaços asiáticos e dos eventos políticos que aí ocorriam. Mesmo quando se confirmava que certo espaço não era, afinal, o mítico reino, a ideia não era posta de parte e logo outras hipóteses surgiam. Assim, nas palavras de Maria da Conceição Vilhena, "(...) o Preste João situa-se, pois, nos mais variados pontos geográficos. É arménio, é

¹⁷⁴ Charles W. Connell. In Ryan, 105.

¹⁷⁵ Luís Filipe Thomaz. "Preste João." In Luís de Albuquerque e Francisco Contento Domingues, *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*, vol. II (Lisboa: Círculo de Leitores, 1994), 919.

¹⁷⁶ Ricardo da Costa, "Por uma geografia mitológica: a lenda medieval do Preste João, sua permanência, transferência e 'morte'", *Dimensões*, n.º 9 (20 de dezembro de 1999): 54, <https://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2304>.

¹⁷⁷ Luís Filipe Thomaz. "Preste João." In Albuquerque e Domingues, *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*, II:919.

imperador das Índias, é um herói da Tartária... Mas, onde quer que reine, qualquer seja a sua identidade, é sempre poderosíssimo e cristão, em luta contra o Islão”¹⁷⁸.

Em suma, as perceções europeias da Ásia eram determinadas por duas crenças opostas: por um lado, a hipótese de salvação, manifestada a partir da crença da existência de reinos cristãos na Ásia; por outro, a crença apocalíptica, representada por povos considerados “cruéis”. Era por este filtro que os europeus interpretavam as novas e os contactos com povos provenientes da Ásia, o que afetou, nomeadamente, o modo como a Europa interagiu com o Império Mongol.

Face ao exposto, não espanta, por isso, a reação que a Europa teve à expansão do Império Mongol: um suposto reino hostil ao Islão que se expandia na sua direção. Ouviam-se rumores de um exército, aparentemente imparável que avançava para oeste, em direção aos domínios islâmicos, mas também europeus. Num otimismo cauteloso, pensava-se que este misterioso exército seria do Preste João. A apoiar esta possibilidade ouviam-se vários rumores: atividades aparentemente “cruzadísticas” dos Qara-khatai; a derrota do sultão Muhammad do Império Corásmio (1077-1231) face à tribo mongol Naiman, parte cristã; e a presença de mulheres cristãs na corte de Gengis Cã¹⁷⁹. Nestes momentos iniciais, que careciam de contacto direto, estas informações coalesceram no mito do Cataio. Corruptela do nome Qara-khatai, o Cataio seria o candidato mais viável ao Reino de Preste João. Um reino cristão virtuoso, vasto e poderosíssimo que estaria sediado no extremo leste da Ásia. Os Qara-khatai descendiam dos Khitans, fundadores da dinastia Liao da China (916-1125)¹⁸⁰, as embaixadas europeias que se estabeleceriam mais tarde no Império Mongol seriam em Cambaluc, atual Pequim. E, já no século XIII, num período marcado pelo intercâmbio e comunicação entre a Europa e o Império Mongol, “(...) os europeus habituaram-se a considerar os tártaros como sendo seres (chineses)”¹⁸¹. Adicionalmente, juntava-se a tudo isto o facto de o Império Mongol ter uma presença nestoriana bastante visível, como vimos anteriormente, especialmente entre administradores e elites reinantes, o que era tido como prova da existência de reinos cristãos na Ásia, pois, na lógica e experiência da conversão, um rei cristão levaria a que os seus

¹⁷⁸ Maria da Conceição Vilhena, "O Preste João: mito, literatura e história", *ARQUIPÉLAGO - Revista da Universidade dos Açores*, 2001, 636.

¹⁷⁹ Foltz, *Religions of the Silk Road*, 107.

¹⁸⁰ Foltz, 103.

¹⁸¹ Helmut Siepmann. "Portugal, Indien und Deutschland: Akten der V. Deutsch-Portugiesischen Arbeitsgespräche (Köln - 1998)" (Tübingen: Narr, 2000), 271.

súbditos, e conseqüentemente o seu reino, fosse também cristão. Compreende-se assim, a tripla associação feita entre a China, o Cataio e a Tartária.

Falando desta última, o conceito é de origem menos otimista e mais sinistra. Apesar das esperanças, pouco realmente se sabia sobre as intenções das forças invasoras a leste. Temia-se que a Europa fosse o próximo alvo do terrível exército e rumores da destruição que deixava à sua passagem tinham já chegado à Europa. Face a estas ansiedades, o Reino da Hungria decidiu financiar duas viagens, de iniciativa dominicana, de modo a recolher informações sobre a força invasora. O intuito dos dominicanos era a procura da terra ancestral dos húngaros, onde se acreditava que existiriam ainda populações não-cristãs¹⁸². Tratava-se de jornadas de missionação, mas com o objetivo adicional de investigar o exército mongol. Não se sabe ao certo a cronologia destas iniciativas, contudo, especula-se que terão sido realizadas antes de 1237, fazendo destes missionários os pioneiros medievais europeus da exploração da Ásia¹⁸³. Frei Julian, que participou na segunda viagem e cujos relatos nos permitem saber desta, regressou à Europa com informações extremamente preocupantes: os tártaros planeavam, definitivamente, invadir a Europa¹⁸⁴. A destruição e violência indiscriminada que os exércitos mongóis causavam definiu a nomenclatura pela qual o Império Mongol e os seus habitantes ficaram conhecidos no imaginário europeu: a primeira vaga do exército mongol era principalmente constituída pela confederação Tatar, aos quais os europeus dão o nome, intencional, de “tártaros”, ou seja, os habitantes do submundo da mitologia grega. Os tártaros chegam à Europa em 1238, onde durante quatro anos conquistam os povos russos e húngaros. Felizmente para a Europa, as conquistas mongóis a oeste são interrompidas pela morte de Ogedei Cã em 1241, obrigando o exército a retornar à Mongólia para eleger o seu sucessor¹⁸⁵. Estas invasões deixaram, contudo, as suas marcas traumáticas, mesmo nas regiões que escaparam à crueldade mongol. O tártaro passou a ter uma aura diabólica ligada à sua imagem: tal como o sarraceno, o tártaro era agora um agente infernal, um agente de Satanás, o primeiro sinal e onda do Apocalipse¹⁸⁶.

¹⁸² Mary Diesen. "Eastern Missions of the Hungarian Dominicans in the First Half of the Thirteenth Century." In Ryan, *The Spiritual Expansion of Medieval Latin Christendom*, 70.

¹⁸³ Mary Diesen. In Ryan, 69.

¹⁸⁴ Mary Diesen. In Ryan, 74.

¹⁸⁵ Luiz Rafael Xavier Vicente, "As relações político-religiosas entre o Império Mongol e a Europa Ocidental em meados do século XIII: missionários franciscanos no Oriente", *Revista Vernáculo* 1, n.º 11/12/13 (2004): 11, <https://doi.org/10.5380/rv.v1i11/12/13.17745>.

¹⁸⁶ Charles W. Connell. "Western Views of the Origin of the «Tartars»". In Ryan, *The Spiritual Expansion of Medieval Latin Christendom*, 106.

A retirada repentina dos tártaros foi uma ação que confundiu a Europa, que não estava, obviamente, a par das dinâmicas políticas por detrás desta decisão. A interrupção inesperada do que parecia ser uma campanha militar sem competidores, punha em dúvida a imagem demoníaca que os mongóis tinham adquirido. Nesse momento de incerteza, o Papa Inocêncio IV resolve enviar, em 1245, à corte mongol uma embaixada liderada pelo franciscano Frei Giovanni da Pian del Carpine para estabelecer relações diplomáticas¹⁸⁷. A embaixada tinha dois objetivos, sendo o principal a recolha do máximo de informações possíveis para esclarecer definitivamente as suas intenções. O segundo visava estabelecer, se possível, uma aliança entre a Igreja Católica e o Império Mongol a partir do batismo e da submissão do último à primeira¹⁸⁸. Giovanni di Carpine apenas conseguiu concretizar o primeiro objetivo: a informação que o frei recolheu sobre os mongóis e os seus domínios foi, e é ainda hoje, preciosíssima. Com base nessa informação foi possível revelar as intenções de Güyük Cã (1246-8) relativamente à Europa. Havia, de facto, um plano de invasão e a pretensão para o executar¹⁸⁹. Ironicamente, a presença da embaixada católica exacerbou a hostilidade de Güyük Cã, que interpretou o pedido de batismo como um insulto, exigindo, por sua vez, a submissão do Papa e dos seus súbitos (referindo-se deste modo aos reinos cristãos)¹⁹⁰. No entanto, e mais uma vez, as vicissitudes políticas do Império Mongol salvaram a Europa da sua ira: Güyük Cã embrenhou-se em conflitos internos que se lhe revelaram fatais¹⁹¹, tendo o seu Canato durado apenas dois anos.

No ano de 1248, as ações dos tártaros tornavam a confundir os europeus: Louis IX de França (1226-1270) recebe pela mão de dois persas nestorianos uma carta de Eljigidei, um oficial mongol em Tabriz¹⁹². Nesta carta, Eljigidei, comandante do exército ocidental mongol, afirma que Güyük Cã lhe pediu que protegesse todos os cristãos que habitam os seus domínios e lhes reconstruísse as suas igrejas. A embaixada nestoriana afirmava ainda que Güyük era neto do próprio Preste João, e que tanto ele como Eljigidei eram cristãos e que pretendiam apoiar a conquista de Jerusalém pelos cruzados¹⁹³. A verdade é que Eljigidei tinha escrito esta carta num âmbito político-militar, pretendendo ludibriar os europeus, levando-os a realizar uma nova Cruzada para pressionar militarmente o Califado Abássida (750-1258), o que lhe

¹⁸⁷ Foltz, *Religions of the Silk Road*, 110.

¹⁸⁸ Vicente, "As relações político-religiosas entre o Império Mongol e a Europa Ocidental em meados do século XIII", 13.

¹⁸⁹ Vicente, 13.

¹⁹⁰ Vicente, 12–13.

¹⁹¹ Soucek e Soucek, *A History of Inner Asia*, 109.

¹⁹² Foltz, *Religions of the Silk Road*, 112.

¹⁹³ Foltz, 112.

proporcionaria uma excelente oportunidade para atacar a capital de Bagdade¹⁹⁴. Em 1250, já depois da morte de Güyük Cã, quando finalmente a embaixada de resposta chega e é acolhida por Ogul Caimis, imperatriz e viúva de Güyük, esta, não estando a par das maquinações políticas de Eljigidei, pede apenas tributo anual ao Reino de França, não se referindo a nenhuma das promessas do comandante¹⁹⁵.

Podemos assim constatar a existência de um padrão nas relações entre o Império Mongol e os poderes da Europa. Nestes primeiros momentos de contacto, as realidades políticas mongóis e o seu desconhecimento por parte dos europeus constituíram o maior obstáculo ao estabelecimento de diálogo entre ambas as partes. A imersão de ambos os lados nas suas próprias lógicas culturais e políticas, aliadas às vastas distâncias, quer físicas quer culturais, geraram um sentimento de incerteza e confusão geral. Na perspectiva europeia, a atuação política dos tártaros, aparentemente contraditória, exacerbava a incerteza, mas também as esperanças da existência do Cataio e do Preste João, dando força a estas crenças. Por seu lado, os mongóis encaravam a Europa como um alvo futuro, para além de uma óbvia ferramenta política, como vimos, e usavam as crenças cristãs para manipular os reinos europeus em seu proveito, não lhes dispensando, contudo, demasiada importância. Para os grandes cãs, a Europa não detinha protagonismo na sua lista de prioridades.

Esta névoa coletiva começou a dissipar-se na década de 1250. A crise de sucessão no seio do Império Mongol terminara, pelo menos temporariamente, em 1251, com a entronização de Mangu Cã. Independentemente das disputas políticas no seio das elites mongóis, o Império encontrava-se num estado de relativa estabilidade. Aliás, a centralização política da Ásia Central em quatro *ulus*, que universalmente procuravam proteger e melhorar as rotas, deu um novo vigor ao comércio euroasiático. Neste período, que a historiografia tradicionalmente chama *pax mongolica*, abriram-se portas, anteriormente apenas restritas à Europa, aos mercados asiáticos. Da parte dos poderes europeus, Louis IX de França deu o primeiro passo no restabelecimento do contacto com os tártaros. Após ouvir rumores da conversão de Sartaque (filho de Batu Cã da Horda Dourada), o monarca francês enviou em 1253 o franciscano Willem van Rubroeck para estabelecer contactos diplomáticos entre o Reino da França e a “Tartária” e explorar a possibilidade de “(...) sensibilizar os mongóis com a fé cristã”¹⁹⁶. Não houve sensibilização religiosa, mas Mangu Cã mostrou-se cautelosamente aberto à troca de contactos

¹⁹⁴ Foltz, 112.

¹⁹⁵ Foltz, 112.

¹⁹⁶ Vicente, "As relações político-religiosas entre o Império Mongol e a Europa Ocidental em meados do século XIII", 14.

diplomáticos entre a França e o Império Mongol¹⁹⁷. Outro fruto da viagem foi a extensa informação recolhida sobre a Ásia, as suas cidades, os seus povos e as suas religiões. Aliás, Willem van Rubroek foi o primeiro viajante europeu que se deparou com o Budismo e o descreveu¹⁹⁸. Durante a estadia de sete meses (de janeiro até julho de 1254) da embaixada francesa na corte mongol, o franciscano ficou a conhecer as suas dinâmicas, nomeadamente, a competição religiosa no seio da administração do Império. Face às realidades políticas comunicadas por Willem van Rubroek, e o próprio estado político dos reinos cristãos, Louis IX decidiu encerrar as relações¹⁹⁹. Contudo, a viagem provou aos poderes da Europa que a Ásia se encontrava agora facilmente acessível. Assim, durante um século, agentes diplomáticos, comerciais e missionários europeus começaram a atuar e a construir uma presença nas cidades asiáticas, desde a Mesopotâmia, passando pelo Subcontinente Indiano, até à China Yuan.

Neste período inédito de contacto, os comerciantes italianos tornam-se parte do panorama comercial dos mercados asiáticos, estando a sua presença marcada pelos missionários nos seus relatos de viagem²⁰⁰. Estes mercadores encontravam-se em pequenas comunidades nas cidades de entreposto e portuárias das Rotas da Seda, comerciando principalmente em seda chinesa, que, embora fosse de qualidade inferior à encontrada nas manufaturas da Ásia Ocidental, era mais barata e abundante²⁰¹. Os mais famosos destes comerciantes pertenciam à família Polo de Veneza, que efetuou várias viagens por rotas terrestres e marítimas. Marco Polo chegou mesmo a estar ao serviço oficial de Cublai Cã como seu agente diplomático²⁰². Também o Catolicismo, importado da península itálica, se torna parte do diálogo inter-religioso do Império Mongol, com o estabelecimento de missões franciscanas na região da atual Arménia, no Subcontinente Indiano e na China. É de destacar frei Giovanni de Montecorvino, enviado para a corte em Cambaluc (atual Pequim) em 1290, onde atuou como missionário do Cristianismo Católico. O franciscano, apesar da rivalidade com as outras correntes presentes nesta corte, teve relativo sucesso, chegando a converter a tribo nestoriana Ongot. Em 1307, Giovanni de Montecorvino foi nomeado arcebispo de Cambaluc e Patriarca do Oriente pelo papa Clemente V, algo que reflete claramente o seu sucesso e reconhecimento por parte dos seus superiores. Criou-se, assim, um ambiente onde

¹⁹⁷ Vicente, 16.

¹⁹⁸ Foltz, *Religions of the Silk Road*, 113.

¹⁹⁹ Vicente, "As relações político-religiosas entre o Império Mongol e a Europa Ocidental em meados do século XIII", 16.

²⁰⁰ Luciano Petech. "Italian Merchants in the Mongol Empire." In Ryan, *The Spiritual Expansion of Medieval Latin Christendom*, 166.

²⁰¹ Luciano Petech. "Italian Merchants in the Mongol Empire." In Ryan, 166.

²⁰² Eileen Power. "The Opening of the Land Routes to Cathay." In Ryan, 138.

“Italian merchants chaffered and Italian friars said Mass in the ports and cities of India and China, moved unhampered with their caravans on the great silk route across Central Asia, or passed through Persia to take ship on the long sea road”²⁰³.

Contudo, e não obstante o que foi referido acima, não devemos imaginar que o impacto destes fatores era elevado: tanto a presença de mercadores europeus como a da Igreja Católica eram bastante diminutas nas regiões asiáticas. O Catolicismo na Ásia do século XIII e XIV resumia-se a escassas missões em Cambaluc, no Malabar e na Ásia Ocidental²⁰⁴. Não esqueçamos que a ameaça islâmica persistia, manifestada agora pelos mamelucos no Egito e na Palestina, após a conquista de Bagdade pelo Ilcanato em 1258. As triplas hostilidades entre os cruzados, os mamelucos e os mongóis do Ilcanato eram, em si, um obstáculo disruptivo à movimentação. Aliás, a questão mameluca era outro ponto de interação diplomática entre os poderes europeus e mongóis: tanto o Ilcanato como os poderes cruzadísticos europeus procuravam combater os poderes islâmicos. Os mamelucos eram o inimigo comum que inspirava os contactos entre o Ilcanato e a Igreja Católica e os Reinos da França e Inglaterra, sendo que a ambição máxima era criar uma aliança e coordenar um ataque decisivo contra os mamelucos, que se mostravam ferozmente resilientes contra os ataques mongóis e as Cruzadas. No entanto, e apesar do imenso esforço realizado principalmente pela *ulus* do Ilcanato ao longo de várias décadas, nada se conseguiu. Fatores como a instabilidade de sucessão do Ilcanato, a incapacidade de uma resposta unida por parte dos cruzados e a barreira linguística, impossibilitaram a ocorrência de qualquer ataque coordenado contra a dinastia mameluca do Egito²⁰⁵. Tanto que, em 1260, após outra derrota contra os mamelucos, o Império Mongol terminou a sua lendária expansão.

A *pax mongolica*, embora excecional, foi efémera. Em meados do século XIV, vários eventos fecharam de novo as portas de contacto entre a Europa e a Ásia, juntamente com os vestígios da presença europeia medieval neste continente. A desintegração do Império Mongol pôs fim à famosa segurança nas rotas terrestres. Os poderes que vieram substituir o domínio mongol eram consideravelmente menos tolerantes em termos religiosos e étnicos. Com a dissolução da dinastia Yuan em 1368, a Europa perde contacto direto com o leste da Ásia, o que, por sua vez, leva à perda de contacto com a missão de Cambaluc: a dinastia seguinte, a Ming, apresentava tendências isolacionistas, algo compreensível face à recente ocupação

²⁰³ Eileen Power. "The Opening of the Land Routes to Cathay." In Ryan, 127.

²⁰⁴ Eileen Power. In Ryan, 142–43.

²⁰⁵ Para uma análise detalhada deste processo, veja-se John Andrew Boyle. "The Il-Khans of Persia and the Princes of Europe." In Ryan, 251–66.

mongol. A queda deste domínio veio acelerar a islamização da Ásia Ocidental e Central, o que provocou a extinção quase total da presença cristã oficial na região. A perda de território e influência por parte do Império Bizantino para os turcos otomanos, constituía igualmente mais uma barreira na comunicação entre a Ásia e a Europa. Adicionalmente, a peste negra que se desencadeou em meados do século XIV impossibilitou por completo qualquer intercâmbio entre os dois continentes.

Independentemente dos sucessos e fracassos das excursões à Ásia e do estabelecimento de uma presença europeia neste continente durante a idade média, a literatura de viagens que os viajantes desta época nos deixaram, fossem eles clérigos ou comerciantes, representava, e representa, sempre uma mais valia. A *Historia Mongolarum* (1247) de Giovanni del Carpine, o *Itinerarium terrae Tartarum* (1254) de Willem van Rubroeck, *Le Devisement du monde* (1298) de Rusticello de Pisa, onde são descritas as viagens de Marco Polo, entre outras, foram obras formadoras da nova imagem europeia da Ásia, e subseqüentemente da Ásia Central. As descrições dos percursos, da geografia, da fauna e flora, das civilizações e culturas encontradas nestas obras influenciaram as viagens levadas a cabo na época moderna e as expectativas que os viajantes tinham relativamente a este continente²⁰⁶. Muitas destas obras foram, e ainda são, publicadas diversas vezes e traduzidas em inúmeras línguas, gozando de uma expansão e de uma visibilidade quase total em toda a Europa. A Portugal, por exemplo, as viagens de Marco Polo chegam na primeira metade do século XIV.

Algo que ficou muito enraizado nas mentes europeias da época moderna foi a crença de que existiriam cristãos algures na Ásia. Não só nestorianos, que continuavam a ser vistos como hereges, mas também católicos: imaginava-se que as missões da Igreja tinham cultivado sementes que ainda perdurariam. Este facto contribuiu para a continuidade dos mitos da Tartária, do Cataio e do Preste João. A ideia da existência destes dois últimos foi continuamente alimentada mesmo durante a *pax mongolica*, apesar da informação contrária que chegava. Indivíduos como o franciscano Giovanni Marignolli (1290-1360) ou o Conde de Mandeville foram instrumentais no empolamento destes mitos. Marignolli, que esteve na missão de Cambaluc durante cinco anos (1342-47), afirmava no seu relato de viagem que se tinha deparado com o Paraíso Terrestre e com o Jardim de Éden²⁰⁷. Juntava-se a isto o facto do Cataio ter ficado intrinsecamente ligado à China, visto que muitos destes relatos usavam-no como

²⁰⁶ Joaquim, "A Ásia conhecida pelos europeus Dos relatos dos autores clássicos aos descobrimentos portugueses", 137–38.

²⁰⁷ Carvalho, "O mundo natural asiático aos olhos do Ocidente. Contribuição dos textos ibéricos quinhentistas para a construção de uma nova consciência europeia sobre a Ásia", 164.

sinónimo deste espaço. Assim, a procura do mítico Preste João e do Cataio continuou durante uma boa parte da época moderna.

Apesar de Giovanni del Carpine e outros usarem os termos “Mongólia” e “mongol” para descrever este povo, “Tartária” e “tártaro” foram os que se solidificaram definitivamente no imaginário europeu que, como já foi referido, estavam intrinsecamente associados à violência barbárica dos exércitos mongóis e às populações nómadas da Ásia Central. Assim, o termo “tártaro”, herdado pela época moderna era usado como generalização das populações nómadas da Ásia Central, independentemente da etnia a que pertenciam. Ou seja, o termo tinha uma conotação mais civilizacional do que étnica, descrevendo um indivíduo que se subscrive ao modo de vida nómada naquela região.

2.3. A nova interação europeia: atividade europeia na Ásia Central na época moderna

Como vimos, a interação intercontinental entre a Europa e a Ásia era de natureza intermitente, com momentos de contacto direto dispersos entre períodos sem qualquer contacto. Mesmo em alturas de interação direta, a tentativa de manter um diálogo mais duradouro entre europeus e central asiáticos era dificultada por barreiras culturais, linguísticas e geográficas. Estas últimas constituíam um obstáculo particularmente difícil: as condições climáticas e geográficas da Ásia Central não eram favoráveis a viagens pouco planeadas, especialmente se o grupo fosse pouco experiente e/ou desconhecesse os territórios por onde passava. Estes eram administrados por “powerful buffer empires that themselves presented considerable social and political obstacles to travellers from beyond them”²⁰⁸: a natureza e estrutura política dos poderes da Ásia Central impossibilitavam a garantia de segurança dentro das suas fronteiras, devido à dificuldade em administrar e influenciar a totalidade do território²⁰⁹. Assim, as viagens de longas distâncias por territórios desconhecidos sem garantias de segurança, acabavam por se manifestar também numa barreira temporal, ou seja, podiam facilmente durar muito tempo, algo problemático em si mesmo, visto que, não sendo a Ásia Central particularmente estável em termos políticos, não existia qualquer garantia de que a situação de relativa segurança se mantivesse entre viagens, ou até durante uma mesma expedição.

²⁰⁸ Nile Green. "Introduction: Writing, Travel, and the Global History of Central Asia." In Green, *Writing Travel in Central Asian History*, 4.

²⁰⁹ Nile Green. "Introduction." In Green, 5.

Estas barreiras complexas e dificuldades variadas explicam certamente o carácter algo secundário que era dado às iniciativas oficiais de viagem pelas instituições que as financiavam. Fosse a Igreja Católica, um monarca ou companhias comerciais, a verdade é que existia uma certa incerteza e falta de esforço, que faziam destes projetos assuntos de baixa prioridade. Esta atitude é compreensível quando temos em conta a realidade material destas viagens, que se tratavam de iniciativas caras, devido aos problemas já discutidos e que eram ainda mais ampliados pelas distâncias a percorrer. Eram, numa perspetiva de cálculo de gestão de recursos, projetos imprevisíveis com poucas perspetivas a longo prazo, sendo a sua única garantia, caso os relatos da viagem chegassem às mãos do investidor, o recolher de nova informação sobre as realidades políticas, económicas, sociais e culturais de terras distantes. Contudo, como a distância física resultava também numa longa distância temporal, não havia garantia alguma de que a informação registada, principalmente a que se referia às situações políticas, estaria atualizada quando chegasse ao leitor. Era simplesmente pouco viável, por exemplo, manter relações com reinos longínquos, cujas interações se limitariam ao envio de embaixadas e ao possível intercâmbio de novidades, quer materiais quer de ideias, com um custo de tempo e recursos muito elevado.

Apesar disto, houve sempre novos momentos de contacto, que tinham início nas alturas em que surgia um relaxamento das dificuldades, o que sucedeu precisamente após a interrupção de comunicações do século XIV. Aliás, um aspeto único deste novo momento de contacto pós-mongol é a sua longevidade, já que, até hoje, não foi interrompido, crescendo de tal forma que ultrapassou a Eurásia. Refiro-me ao início do processo de globalização, na época moderna: uma altura de grandes mutações e desenvolvimentos socioculturais, políticos e económicos a uma escala verdadeiramente mundial, graças à inclusão do continente americano na interação entre continentes e ao aprofundamento das ligações entre aqueles que já se conheciam mutuamente. É durante a época moderna que as fundações do que irá resultar no mundo global são erguidas: a tendência quase universal de centralização do poder político e a influência interna do mesmo; o estabelecimento de redes de contacto omnicontinentais a partir da expansão europeia; a coalescência da atividade comercial em empresas de maior dimensão e organização²¹⁰; o desenvolvimento de novas metodologias científicas e de novas tecnologias, entre outros processos. Todos estes processos tiveram um impacto profundo nas dinâmicas de interação e contacto das Rotas da Seda, que se tornaram mais sensíveis aos projetos políticos e

²¹⁰ Francesca Trivellato. "The organization of trade in Europe and Asia, 1400-1800." In Bentley, Wiesner, e Subrahmanyam, Part 2. *The Cambridge World History*, 170.

socioeconómicos dos poderes, instituições e grupos participantes. Para a realidade da viagem, a logística pouco mudava, mas o número de instituições, a capacidade e o interesse em cobrir os custos da viagem era maior²¹¹.

É claro que muitas das mesmas dificuldades persistiam: o clima não era melhor (inclusivamente, em meados dos séculos XVII e XVIII a designada “pequena idade do gelo” piorou bastante a situação²¹²); a perda de algum do espírito cosmopolita mais livre e tolerante em favor de homogeneidade religiosa tornou-se um obstáculo para os crentes de outras religiões que não a principal de determinada região, fossem estes nativos ou estrangeiros de passagem; a instabilidade política continuava a ser problemática, pois a atividade mercantil das Rotas da Seda particularmente as da Ásia Central, estava dependente das vicissitudes destas entidades. Problemas no seio do poder sentiam-se, inclusivamente, nas periferias da região. A natureza mais centralizada das entidades políticas da Ásia Central funcionava nos dois sentidos, já que havia também um certo alívio e redução em vários obstáculos, com a melhoria de infraestruturas de apoio aos viajantes, que se desenvolveram e expandiram, assim uma melhoria na administração dos territórios, com um aumento de pequenas povoações, o que melhorava as condições de viagem e a sua segurança²¹³. A acelerar todo este processo observase uma maior intrusão e uma influência mais acentuada das potências externas, tais como a China Ming e Qing, a Rússia czarista, o Império Otomano e o Império Mogol, que, no esforço de dominar as terras e os povos conquistados e de expandir ao máximo a sua influência, se sedentarizavam, criando mais infraestrutura, mais administração e mais presença comercial na região.

A transformação que nos interessa particularmente diz respeito ao papel mais direto e ativo que a Europa começou a ter nas dinâmicas das Rotas da Seda, inclusivamente as da Ásia Central, com a sua presença e influência a crescer gradualmente, até não ser possível ignorá-la, a partir dos séculos XVIII e XIX. É uma faceta do processo de expansionismo europeu, iniciado pelos reinos ibéricos com as viagens marítimas pela costa africana até à Ásia e a chegada ao continente americano, que foi continuado por outras potências europeias como as Províncias Unidas, a França, e a Inglaterra. Utilizando tecnologia de ponta e dotadas de um interesse enorme em descobrir e explorar novos espaços, as entidades políticas da Europa Ocidental, expandiram-se para outros continentes, modificando significativamente as

²¹¹ Nile Green. In Green, *Writing Travel in Central Asian History*, 5.

²¹² Jean M. Grove, *The Little Ice Age* (London: Routledge, 1988), 10, <https://doi.org/10.4324/9780203402863>.

²¹³ Nile Green. "Introduction." In Green, *Writing Travel in Central Asian History*, 6.

dinâmicas político-económicas e socioculturais destes. Ao inserirem-se em redes comerciais já existentes, e criando novas, as potências europeias modificaram também as dinâmicas das relações entre espaços, tornando-se, nomeadamente, partes essenciais nas novas interações intercontinentais. Em poucos séculos, a presença europeia é sentida em quase todos os cantos do mundo.

A Ásia Central sentiu também a mudança de paradigma do expansionismo europeu. Como vimos anteriormente, esta região perde parte da sua função imemorial de intermediária de contactos, sendo progressivamente substituída por um paradigma que dá preferência ao contacto direto. A criação de novas linhas de contacto com o continente americano, até então desconhecido por toda a Eurásia, e a criação de vias alternativas para chegar à Ásia (via Cabo da Boa Esperança, Acapulco ou estreito de Magalhães) pôs em causa o monopólio da importância das Rotas da Seda tradicionais. As dificuldades e obstáculos inerentes a estas rotas incentivaram a procura de alternativas para ultrapassar as suas vicissitudes. Mesmo a Rússia, potência de extrema importância e influência na Ásia Central, procurou tais alternativas, manifestadas, por exemplo, na exploração do Oceano Ártico como meio de chegar ao Pacífico²¹⁴.

Apesar de tudo isto, as rotas tradicionais não se tornaram irrelevantes. Inúmeras populações e poderes, quer da Ásia Interior quer dos espaços adjacentes, dependiam do seu bom funcionamento. Como vimos, a movimentação pelas Rotas da Seda continuou e intensificou-se, muito em parte graças ao esforço de poderes externos e autóctones, o que não tornava, no entanto, a Ásia Central imune a manifestações de colonialismo, especificamente por parte da Rússia e da China. O apetite colonial europeu também foi sentido na região, mas numa época muito tardia (séculos XVIII e XIX) e exclusivamente com o domínio do Raj Britânico no Subcontinente Indiano, que herdou e resumiu as ambições do Império Mogol de domínio da terra ancestral da Transoxiana²¹⁵. Antes disso, a presença europeia na Ásia Central resumia-se ao estabelecimento de embaixadas e missões e a viagens de exploração científica, diplomática e religiosa. As especificidades e desafios geopolíticos da Ásia Interior não permitiam muito mais para além de uma presença superficial e estadias temporárias, isto porque as potências europeias não tinham uma base cultural e territorial resiliente para participar no jogo geopolítico da Ásia Interior (como tinham, por exemplo, os Romanov russos,

²¹⁴ Laura Hostetler. "Imperial competition in Eurasia: Russia and China." In Bentley, Wiesner, e Subrahmanyam, *The Cambridge World History*, 313.

²¹⁵ Iqtidar A. Khan e Irfan Habib. "Internacional Relations." In Dani e Masson, *History of Civilizations of Central Asia*, 337–39.

as dinastias chinesas e os mogóis), ao contrário do que o que aconteceu nas Américas, na África e nas costas da Ásia. Para lá de ser geograficamente desafiante, a Ásia Central encontrava-se já ocupada por muitos povos, costumes e civilizações, pelo que não se justificava um elevado investimento de recursos, materiais e humanos, assim como de tempo, para o estabelecimento de uma entidade europeia que fosse verdadeiramente interventiva em termos políticos e sociais. Aliás, já havia muitos competidores locais para justificar tais investidas.

Isto não significava uma ausência de interesses e ambições por parte dos europeus na Ásia Central. Várias entidades ocidentais, desde a Igreja Católica e as suas várias ordens religiosas aos impérios marítimos, viam o valor das rotas terrestres tradicionais como alternativas situacionais às vias marinhas. As viagens terrestres, ao contrário das marítimas, não dependiam das monções, que duram aproximadamente seis meses, e que, ao impedirem uma navegação segura de forma permanente, levavam a grandes tempos de espera no começo ou prosseguimento das viagens marítimas, apesar destas serem mais rápidas se não se contasse com esses tempos de espera. Em termos de organização, também as viagens terrestres não necessitavam de tantos recursos quanto as marítimas. Ambos os tipos de viagem tinham os seus próprios riscos e perigos a ultrapassar, mas a natureza dispendiosa das viagens marítimas levava a aproveitá-las ao máximo, ou seja, nas embarcações viajavam mercadoria e mercadores, clérigos e apoio para estabelecer e manter missões, nobres e provisões, cartas administrativas e diplomáticas, entre outros elementos. Porém, quando uma viagem fracassava e a embarcação se afundava, a perda era imensa e a vários níveis (económicos, comerciais, militares, de informação, etc.). A dimensão mais reduzida das viagens terrestres possibilitava um maior foco num só objetivo, fazendo de tais iniciativas opções viáveis em circunstâncias mais específicas²¹⁶. Assim, as vias terrestres eram frequentemente usadas para despachos diplomáticos e como linha de comunicação de emergência entre metrópoles e periferias²¹⁷. Eram, também, a alternativa para se alcançarem os espaços mais interiores e recônditos da Ásia. Havia ainda uma preocupação acrescida relativa à mortalidade ligada às viagens marítimas, resultante da falta de condições de higiene das tripulações e da alimentação pobre a que se sujeitavam. Estima-se que metade dos missionários enviados para a China morriam pelo caminho²¹⁸. Esta era uma preocupação especialmente vocalizada pelas ordens religiosas,

²¹⁶ Falarei deste assunto em mais detalhe nos próximos capítulos.

²¹⁷ John Correia Afonso. "Introduction." In Manuel Godinho, *Intrepid Itinerant: Manuel Godinho and His Journey from India to Portugal in 1663*, ed. John Correia Afonso, trad. Vitalio Lobo (Bombay: Oxford University Press, 1990), 6–7.

²¹⁸ Liam Brockey, "Largos Caminhos e Vastos Mares", *Bulletin of Portuguese - Japanese Studies*, n.º 1 (2000): 69.

nomeadamente a Companhia de Jesus, cuja morte de clérigos durante a viagem por mar, antes de chegarem às missões, era uma tragédia logística, quanto mais não fosse pelo grande investimento perdido na formação de um jesuíta²¹⁹. No caso da Igreja Católica, que dependia dos impérios ibéricos para expandir a sua fé, a perspectiva de uma via alternativa para chegar à Ásia que se esquivasse das preocupações logísticas e políticas inerentes às embarcações, era deveras atraente. Esta era, por isso, a ambição primária da Igreja Católica relativa à Ásia Interior durante a época moderna, juntamente com a descoberta do Cataio, mistério ainda por resolver.

O primeiro catalisador importante que motivou a nova participação da Europa na Ásia Central foi a rápida expansão e formação do Império Otomano, o novo rival islâmico da Europa ao longo de toda a época moderna. Desde o século XIV que os turcos investiam e persistiam, conquistando territórios do Império Bizantino em declínio e dos reinos dos Balcãs que, apesar de muito esforço, não eram capazes de travar a invasão. A rápida expansão otomana, possibilitada pelo seu exército tecnológica e militarmente inovador²²⁰, revigorou o espírito cruzadístico dos reinos da Europa, que se viam agora na defensiva. É a partir desta mentalidade que as mesmas lógicas e esperanças estratégicas das Cruzadas tornaram a emergir: a ideia de um aliado oriental, preferencialmente cristão, que fizesse frente à ameaça islâmica ganhou força. Neste sentido, podemos descrever uma primeira iniciativa de contacto. Ouviam-se rumores da existência de uma tal potência, um certo “Tamerlão” cujo reino estaria a oriente do domínio otomano e que somava sucessos militares contra ele, tendo-lhe infringido, aliás, uma derrota grave em Ankara, em 1402, levando ao aprisionamento do sultão turco Bayezid I²²¹.

Um dos primeiros recipientes desta informação foi Henrique III (1390-1406), rei de Castela, que durante o seu reinado mostrou sempre uma vontade de clarificar e atualizar as informações disponíveis sobre a Ásia²²². Estes rumores chegaram aos ouvidos do monarca trazidos por dois agentes que tinham sido enviados à Ásia Menor (os cortesãos Payo Gómez de Sotomayor e Hernan Sánchez de Palazuelos). Com eles, veio também um embaixador de Timur, chamado Muhammad Al-kazi, encarregado de estabelecer contacto com o Reino de

²¹⁹ Brockey, 45–47.

²²⁰ Jeremy Black. "Patterns of warfare, 1400-1800." In Bentley, Wiesner, e Subrahmanyam, *The Cambridge World History*, 36–38.

²²¹ Francisco López Estrada, "Ruy González de Clavijo. La embajada a Tamorlán. Relato del viaje hasta Samarcanda y regreso (1403-1406)", *Arbor* 180, n.º 711/712 (30 de abril de 2005): 518, <https://doi.org/10.3989/arbor.2005.i711/712.456>.

²²² Estrada, 156.

Castela. Em resposta a esta iniciativa, Henrique III enviou uma embaixada para estabelecer relações com o “Tamerlão”²²³. Encabeçada pelo cortesão Ruy González de Clavijo, a embaixada castelhana partiu a 4 de maio de 1403 em direção a Samarcanda, onde chegou a 19 de julho de 1404. O facto é que Timur prestou pouca atenção a esta embaixada, partindo pouco tempo depois para uma campanha contra a China Ming, onde faleceu por causas naturais²²⁴. Fracassada a iniciativa, os cortesãos regressaram à Europa em novembro de 1404, trazendo de volta não uma aliança, mas sim descrições da Ásia Central e do poderio otomano.

É interessante notar que esta primeira iniciativa é quase um paralelo perfeito com as anteriores ações diplomáticas entre a Ásia Central e a Europa: apresenta a mesma origem, a ambição de forjar alianças contra um inimigo comum, neste caso os otomanos; os mesmos métodos são utilizados, o envio de agentes e de embaixadas e o uso do Cristianismo para atrair o interesse europeu; e as mesmas conclusões, nada de concreto é atingido diplomaticamente, o seu sucesso relativo vem dos novos relatos e informações extraídas e avistadas durante a jornada. Este episódio diplomático enquadra-se assim, e para todos os efeitos, nas iniciativas de viagem medievais em termos de mentalidade e dinâmicas.

A expansão otomana atingiu um ponto crucial com a conquista de Constantinopla a 29 de maio de 1453, a última fortaleza do Império Bizantino considerada impenetrável até à data. O Império Bizantino era o único elo de comunicação com a Ásia que a Europa tinha, já que a entrada para o Mar Vermelho era impedida pelo Sultanato Mameluco (1250-1517) no Egito, que antecedeu os otomanos como a principal potência do mundo islâmico²²⁵. Com a desintegração definitiva do Império Bizantino, a transformação de Constantinopla em Istanbul e a conquista do Sultanato Mameluco do Egito em 1517, afirmou-se o Império Otomano, que, sendo anteriormente apenas uma potência regional, passou a constituir uma ameaça existencial para a Cristandade ocidental. O domínio comercial no Mediterrâneo Oriental passou a pertencer somente a potências islâmicas, com a complicação acrescida de que este espaço ligava comercialmente a Europa ao resto da Ásia. O Império Otomano beneficiou muito da sua nova posição no comércio eurasiático, tornando-se um novo centro entre dois espaços civilizacionais distintos. A sua nova posição privilegiada permitia-lhe controlar parte do acesso dos europeus aos mercados e produtos asiáticos, o que lhes dava uma extraordinária influência geopolítica²²⁶. Esta era uma realidade preocupante para a Europa, já que este intermediário nas

²²³ Estrada, 518.

²²⁴ Golden, *Central Asia in World History*, 98.

²²⁵ David García Hernán, "El ascenso del Imperio Otomano", *Revista general de marina* 281, n.º 8 (2021): 222.

²²⁶ Merry E. Wiesner, *Early Modern Europe, 1450-1789* (Cambridge University Press, 2006), 103–4.

Rotas da Seda era agora seu inimigo, que não sentia nenhuma reserva em usar esta vantagem. De facto, estas novas dinâmicas resultaram em bloqueios comerciais, maiores dificuldades e taxas alfandegárias e preços para os comerciantes europeus.

Este quadro comercial incentivou a procura de modos alternativos de acesso aos mercados asiáticos. A Inglaterra pretendeu fazê-lo a partir da nova e ascendente Rússia czarista, agora liberta do domínio mongol da Horda Dourada. Os Tudors foram um dos primeiros a estabelecer contacto diplomático com o czar Ivan, *o Terrível* (1533-1575), pretendendo acompanhar e facilitar o projeto de exploração e expansão da Rússia pela Ásia, com o objetivo de traçar uma rota até ao Cataio a partir das rotas terrestres²²⁷. Em 1554, a Rainha Mary criou a Muscovy Company, precisamente com o objetivo de estabelecer e manter relações diplomáticas e comerciais com a Rússia, relações estas que se mostraram duradouras. Era através da Muscovy Company que a coroa inglesa atuava na Ásia Interior. Para os Valois da França, a estratégia escolhida foi aliar-se ao “inimigo”, formando uma aliança com Suleiman, *o Magnífico* (1520-1566) para fazer face ao domínio colossal de Carlos V (1516-1556)²²⁸, que cercava completamente a França e conseguir acesso privilegiado aos mercados otomanos. Esta aliança permitiu que mercadores e missionários franceses gozassem de tratamento privilegiado nos domínios otomanos, abrindo-lhes as portas ao resto da Ásia. Portugal, tal como foi pioneiro no contacto e estabelecimento de um império marítimo, também o foi nas interações com a Ásia Interior na época moderna, como veremos de seguida.

²²⁷ Edward Delmar Morgan e Charles Henry Coote, eds., *Early Voyages and Travels to Russia and Persia by Anthony Jenkinson and other Englishmen: With some Account of the First Intercourse of the English with Russia and Central Asia by Way of the Caspian Sea*. (London: Hakluyt Society, 2017), iii, <https://doi.org/10.4324/9781315578576>.

²²⁸ Christine Isom-Verhaaren, *Allies with the Infidel: The Ottoman and French Alliance in the Sixteenth Century* (Bloomsbury Publishing, 2011), 2.

3. A presença e atividade portuguesa na Ásia Central

3.1. O pioneirismo luso

A Expansão Portuguesa é um processo bastante estudado e debatido, por isso serei muito breve na sua descrição. Este movimento foi o resultado da recentemente criada dinastia de Avis pretender legitimar-se interna e internacionalmente. Esta ambição manifestou-se inicialmente numa “continuação” simbólica da Reconquista e de luta contra o Islão, a partir da conquista das praças norte africanas, como por exemplo Ceuta. Contudo, à medida que os portugueses avançavam em direção a sul pela costa ocidental africana, deparando-se com terras e sociedades antes desconhecidas, este objetivo inicial evoluiu para acomodar interesses económicos e até intelectuais. As lógicas proselitistas continuavam, mas coexistiam e hibridavam-se com os interesses renascentistas de expansão de conhecimento, exploração comercial e influência política. A procura do Reino de Preste João é um ótimo exemplo de uma ambição medieval que se enquadrava bem no novo paradigma da Expansão Portuguesa. Nas palavras de João Paulo Oliveira e Costa, queria-se “(...) mais poder, mais riqueza, mais conhecimento”²²⁹. Sob este lema, os portugueses estabeleceram-se em ilhas do Atlântico, venceram o desafio tecnológico e científico da navegação por mar aberto e da dobragem dos cabos Bojador e das Tormentas, entraram em contacto e estabeleceram relações com inúmeros povos africanos, abriram um novo caminho para a Ásia a partir do cabo da Boa Esperança e também um novo caminho marítimo para a América do Sul. Em finais do século XVI, o Reino de Portugal era, de facto, o primeiro Império Ultramarino da história, com entrepostos comerciais ao longo das costas africana e asiática e com expressão territorial no norte de África, nas ilhas do Atlântico, na América do Sul e no Subcontinente Indiano²³⁰.

Este processo aglomerava muitos interesses e objetivos: a guerra contra o Islão, a expansão da fé católica, os benefícios económicos e comerciais, o novo conhecimento geográfico, científico e etnográfico, entre muitos outros. Era, contudo, um processo que tinha expressão principalmente através da navegação marítima. O Império Ultramarino Português construiu-se e estruturou-se a partir dos oceanos, dos navegadores, dos cartógrafos e dos marinheiros. Era, por isso, que estes interesses e objetivos eram sempre integrados e adaptados numa estratégia de expansão pelo mar. Mas não eram só os navegadores portugueses que possuíam o espírito de descoberta; também os viajantes portugueses do século XV, que usavam

²²⁹ Costa, Rodrigues, e Oliveira, *História da Expansão e do Império Português*, 47.

²³⁰ Costa, Rodrigues, e Oliveira, 101.

as rotas tradicionais, queriam contribuir. Aliás, estes exploradores terrestres estavam cientes do carácter talassocrático que dominava as explorações extra-europeias. Aponto para o caso de Martim Lopes, médico da Casa Real, que, em finais do século XV, viajou durante nove anos pela Escandinávia, leste da Europa e pelos territórios russos, turquos e da Tartária²³¹. Ao terminar a viagem em Roma, em 1500, Martim Lopes decidiu redigir uma carta a D. Manuel I descrevendo as suas jornadas²³². Nesta carta, o médico afirmava que existiam muitos relatos e interesse em viagens realizadas a sul do Reino, mas “poucos ssom ou çertamente nehuun que contra a parte do norte”²³³. Face a esta escassez, Martim Lopes, após resumir o percurso que tinha realizado e apontar algumas das curiosidades que tinha visto pelo caminho, ofereceu-se para descrever com mais detalhe a sua jornada e escrever sobre as coisas que tinha descoberto, afirmando que “ha muytas cousas em aquella partes que podem aproueytar a uosso Reyno como he muyta prata e jnfijndo cobre e outros metaaes e cousas muytas que la per pouco preço sse uendem”²³⁴. No entanto, parece que este projeto nunca se chegou a realizar, uma perda tanto para o conhecimento geográfico português como para a historiografia atual.

Mesmo um século depois, as afirmações de Martim Lopes mantinham-se corretas. De facto, o foco exclusivo na exploração marítima a sul do Reino nada fazia para remover a lacuna do conhecimento que Portugal, reino periférico da Europa, tinha relativamente ao outro extremo do continente e das suas fronteiras com as terras asiáticas. Foi uma lacuna que persistiu, resultando na reprodução duma visão geograficamente distorcida e etnograficamente confusa, tanto do norte e do leste da Europa, como do norte e do leste da Ásia. Muito resumidamente, pensava-se que a China e a Alemanha partilhavam uma fronteira, partindo da crença de que os povos eslavos eram alemães e que os tártaros faziam parte da China, evidenciada pelo facto dos chineses contratarem mercenários dos povos *Alimenes*²³⁵, que apresentavam características físicas curiosamente semelhantes às alemãs, como por exemplo, barbas e cabelos ruivos e corpos muito corpulentos²³⁶. Esta ideia, apesar de corrigida nos

²³¹ Martim Lopes, "Carta do Dr. Martim Lopes dando parte ao rei D. Manuel I das minas da prata e cobre que descobriu" (1 de fevereiro de 1500), 1, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

²³² Para além de uma cópia digitalizada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, esta carta encontra-se publicada na obra: Alberto Iria e João Martins da Silva Marques, *Descobrimientos portugueses: documentos para a sua história* (Lisboa: Inst. de Alta Cultura, 1944).

²³³ Lopes, "Carta do Dr. Martim Lopes dando parte ao rei D. Manuel I das minas da prata e cobre que descobriu".

²³⁴ Lopes.

²³⁵ Para mais informações e uma análise detalhada sobre a origem destes preconceitos, veja-se Manuel Filipe Canaveira, *O Último d' Alemanha, Confins da China: Os missionários jesuítas em busca da fronteira sino-alemã*. In Siepmann, «Portugal, Indien und Deutschland».

²³⁶ Manuel Filipe Canaveira, *O Último d' Alemanha, Confins da China: Os missionários jesuítas em busca da fronteira sino-alemã*. In Siepmann. 265.

séculos seguintes, evidenciava bem a realidade geopolítica que apontava para uma Ásia Central como assunto e região bastante distante dos interesses e ambições do Império Ultramarino Português. Este simples facto ajuda-nos a perceber a falta de interesse por parte da maioria dos agentes, oficiais e informais, do Império relativamente à Ásia Central, tanto para recolha de informações como em ações mais físicas levadas a cabo neste território. Obviamente, qualquer informação recolhida sobre a Ásia e os seus povos era sempre bem-vinda, no entanto, e no caso da Ásia Central, raras eram as vezes em que tais informações eram ativamente procuradas, surgindo quase sempre como produto secundário em relatos escritos. A descrição escrita da região aparecia frequentemente nos relatos e itinerários, mas eram raras as vezes em que era o objetivo principal. Mesmo periférica, a exploração e interação portuguesa na Ásia Interior não deixaram de fazer parte do processo da Expansão Portuguesa e dos Descobrimentos²³⁷. Não foi uma vertente fundamental nestes movimentos, mas foi, sem dúvida, um contributo, especialmente a partir do século XVI.

Com a chegada à Índia e a fundação do Estado da Índia no início do século XVI, os portugueses enquadraram-se no ambiente geopolítico do Subcontinente e do Oceano Índico. A partir desta nova posição, depararam-se com um espaço distinto e desconhecido, encontrando-se política e culturalmente isolados, nascendo assim uma forte necessidade de compreender os vizinhos e competidores com quem iriam interagir. Destacam-se entre os “vizinhos”, o Império Mogol e a Pérsia Safávida, poderosos impérios que ascenderam rapidamente em simultâneo com o Estado da Índia. As interações com estes impérios ocorreram quase imediatamente. Por um lado, a conquista de Ormuz em 1507, por Afonso de Albuquerque, abriu portas para as relações luso-safávidas, as quais tinham este porto como foco. Ormuz era uma cidade tributária do xá Ismail I, conseqüentemente a sua nova condição de vassalagem à Coroa portuguesa dava origem a conflitos. Por outro lado, o Império Mogol partilhava o Subcontinente, enquanto espaço de implantação, com o Estado da Índia e duas potências emergentes no mesmo espaço tornam o contacto algo inevitável. É a partir da interação com estas entidades que se abrem as portas para o estudo da Ásia Central. Como vimos, o Império Mogol e a Pérsia Safávida competiam entre si por influência na Transoxiana, competição esta que chegava a envolver,

²³⁷ Apesar da natureza controversa e complicada deste termo, uso-o no contexto do movimento de descoberta mútua e de estabelecimento de contactos globais. Seria, no entanto, mais correto descrever os “descobrimentos” na Ásia Central como “achamentos”, no sentido em que já se conhecia a maioria dos territórios a Ásia Central, mas tinha-se perdido o contacto com os seus povos, de acordo com as definições apresentadas por Francisco Contente Domingues. Foi o contacto renovado que representou a novidade. Para uma melhor explicação deste conceito, veja-se Francisco Contente Domingues. "Descobrimento". In Francisco Contente Domingues (dir.), *Dicionário da expansão portuguesa, 1415-1600*, 1a ed (Lisboa: Círculo de Leitores, 2016), 333–37.

entre outras entidades, o Império Otomano, rival da Safávidas xiitas. O Estado da Índia, estabelecido em áreas portuárias da costa ocidental da Índia meridional e do Golfo Pérsico, bem como antagonista do Império Otomano, utilizou recursos de inteligência (investigação, espionagem) para “(...) observar, interpretar e reportar movimentações e jogos de poder que ocorriam a milhares de quilómetros de Goa, envolvendo (...) mogóis, uzbeques, persas e otomanos”²³⁸. Com efeito, os portugueses da época moderna sentiram necessidade de estudar e tentar entender não só as interações entre grandes entidades competidoras, mas também as suas origens e dinâmicas internas, de modo a melhor atuar relativamente a elas.

Vemos assim por que é que os portugueses começaram a estudar oficialmente a Ásia Central, partindo de relatos das embaixadas enviadas às cortes safávida e mogol, de relatos de viajantes das Rotas da Seda terrestres e de investigações levadas a cabo pelos missionários jesuítas e outros agentes da Coroa. Assistimos a este processo ao longo da generalidade dos séculos XVI e XVII, com vários indivíduos e instituições a participarem e contribuírem.

Uma das primeiras formas em que o “descobrimento” da Ásia Central se manifestou foi a partir das embaixadas enviadas pelo Estado da Índia à corte Safávida. As primeiras foram enviadas durante as décadas iniciais do século XVI, quando Ismail I, o fundador da dinastia Safávida, se encontrava no poder. A corte de Ismail era itinerante, o que obrigava as embaixadas a viajarem uma distância considerável para o encontrarem. Estas foram as primeiras viagens portuguesas oficiais na Ásia Central, e a literatura produzida corresponde a uma das primeiras descrições europeias da dinastia Safávida e da sua sociedade, observando-as no seu início. Poderíamos considerar António Tenreiro um dos primeiros exploradores portugueses da Ásia terrestre, relatando as suas longas travessias pela Pérsia, Ásia Ocidental e Norte de África no seu *Itinerário*. Um nobre natural de Coimbra, António Tenreiro integrou a quarta embaixada ao xá Ismail I, em 1523, de modo a, nas palavras do próprio, “cumprir os meus desejos, que eram ver mundo, como também por me parecer necessário mudar a terra, por me temer de um homem com que tive umas brigas, mais rico do que cumpria para a quietação de quem se temia dele”²³⁹. A embaixada viajou desde Ormuz até aos arredores de Tabriz, onde a corte se encontrava na altura. A embaixada acabou por assistir à morte do xá, ficando por isso poucos dias na corte. António Tenreiro abandonou a embaixada em Tabriz, pensando regressar ao Reino por terra e aproveitando a oportunidade para visitar Jerusalém,

²³⁸ Jorge Manuel Costa da Silva Flores, *Nas margens do Hindustão: o estado da Índia e a expansão mogol ca. 1570-1640*, Investigação (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015), 162.

²³⁹ António Tenreiro. "Itinerário de António Tenreiro". In Tenreiro, Afonso, e Águas, *Viagens por terra da Índia a Portugal*, 26.

algo que, no entanto, não conseguiu, regressando por isso a Ormuz²⁴⁰. Em 1528, pediu-lhe Cristovão de Mendonça, capitão e governador de Ormuz, que levasse importantes cartas a D. João III, mas que o fizesse por caminho terrestre, uma vez que por mar havia risco acrescido das ditas cartas se perderem ou serem roubadas. Tendo sido recomendado pela sua experiência anterior, António Tenreiro levou assim para Lisboa informações sobre o Império Otomano, ao mesmo tempo que via “(...) se havia novas de passarem os rumes à Índia”²⁴¹. A viagem durou nove meses e foi um sucesso decisivo, provando a viabilidade de um caminho terrestre alternativo ao percurso marítimo para o transporte de comunicados de emergência entre Lisboa e Goa²⁴².

É a partir deste precedente que a esmagadora maioria das viagens de portugueses pela Ásia Central são realizadas. Quer ao serviço de instituições oficiais, quer, por interesse privado, os percursos terrestres Índia-Europa eram usados não só como linhas mensageiras, mas também como uma janela para reportar a situação política, social e militar da Pérsia Safávida e do Império Otomano, pontos de passagem inevitáveis. É difícil determinar o número exato de agentes e viajantes que fizeram este trajeto, mas podemos dizer que constituíam uma camada bastante diversa de indivíduos: clérigos de diversas ordens, membros da nobreza, mercadores, médicos, agentes e servidores do Estado da Índia, judeus, mouriscos, cristãos orientais²⁴³, entre outros. Esta é a diversidade que se nota nos próprios relatos e itinerários de viagem, apesar de, infelizmente, as viagens relatadas constituírem uma pequena porção do total de viagens realizadas. Mesmo com o aumento da produção escrita na época moderna, muitos dos viajantes nunca escreviam sobre as suas viagens²⁴⁴, fosse pela tradição milenar dos mercadores em manter as rotas que percorriam desconhecidas dos seus competidores, fosse pelo cuidado dos espões e agentes da Coroa (ou da Igreja ou de uma entidade privada) para que os seus percursos e contactos não fossem comprometidos²⁴⁵, fosse pelo simples facto do analfabetismo ser a condição da esmagadora maioria da sociedade do Antigo Regime. Não esqueçamos que a escrita continuava a ser o domínio das elites, realidade esta que vemos refletida nos relatos.

²⁴⁰ Graça, *A visão do Oriente na literatura portuguesa de viagens*, 14–15.

²⁴¹ António Tenreiro. "Itinerário de António Tenreiro". In Tenreiro, Afonso, e Águas, *Viagens por terra da Índia a Portugal*, 98.

²⁴² O dito percurso encontra-se marcado nas Figuras 1 e 4, Anexo A.

²⁴³ Vasco Resende. "viagens por terra". In Domingues, *Dicionário da expansão portuguesa, 1415-1600*, 1042.

²⁴⁴ Neves Águas. "Introdução: os viajantes portugueses e os seus relatos". In Águas, *Viagens por terra da Índia a Portugal*, 15.

²⁴⁵ Aliás, muita desta informação era cifrada (John Correia Afonso. "Introduction." In Godinho, *Intrepid Itinerant*, 7.).

A voz que sobressai das outras, devido à sua quantidade e contributo, é a dos clérigos. A esmagadora maioria dos viajantes escritores eram membros de ordens religiosas, principalmente jesuítas e franciscanos, os quais tinham maior predominância no Império Português. Simultaneamente um braço do poder temporal e espiritual nos espaços de além-mar, os clérigos ocuparam uma posição única no processo da Expansão Portuguesa, processo este que teve sempre um cunho ideológico cristão: a procura do Preste João, a luta contra o Islão e a propagação da fé. Através da missionação, os portugueses criavam esferas de influência e integravam as populações ultramarinas no seu Império²⁴⁶. A figura do missionário tomou o lugar de intermediário cultural e linguístico entre os portugueses e os povos que estes cruzavam, transformando-se numa peça indispensável na construção e ação do Império. Uma característica destes valiosos agentes era, no entanto, a sua lealdade ambígua, sendo tanto membros da Igreja Católica com cabeça em Roma como sujeitos dependentes do Reino de Portugal. Existia assim uma tensão política entre a Igreja e a Coroa portuguesa relativamente à atuação do clero nos novos espaços, pois “El-rei de Portugal tinha o monopólio de navegação para as terras de missão e não estava interessado em que a Igreja atuasse livremente nesses territórios”²⁴⁷. Em 1455, a Santa Sé acabou por ceder às vontades régias, proclamando na *Bula Romanus Pontifex* que a Coroa portuguesa tinha “(...) o direito de enviar missionários e de fundar igrejas, mosteiros e outros lugares pios, nos novos territórios ultramarinos”²⁴⁸, direitos estes que foram consecutivamente reforçados e expandidos ao longo do século seguinte. Assim, a missionação cristã na Ásia estava sob a gerência do Padroado Português, com os missionários e clérigos que pretendiam atuar nas novas paragens a sujeitarem-se ao poderio da Coroa portuguesa. Contudo, a tensão entre o Padroado Português e a Santa Sé era constante, pois os missionários não deixavam de ser membros da Igreja e, portanto, estavam presentes na Ásia num estado de serviço dual, atendendo ao mesmo tempo a Lisboa e a Roma, que nem sempre se apresentavam em consenso. Apesar destas dificuldades, os missionários foram peças fundamentais na interação luso-asiática e, graças à sua ação de mediadores e ao conhecimento que obtiveram rapidamente das culturas asiáticas, tornaram-se excelentes candidatos para darem corpo aos projetos desenvolvidos na Ásia Central.

Nenhuma ordem religiosa foi mais instrumental neste processo do que a Companhia de Jesus. Mesmo antes da sua oficialização em 1540, D. João III demonstrava já grande interesse

²⁴⁶ João Paulo Oliveira e Costa. "A Diáspora Missionária". In Azevedo, *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, 2:275.

²⁴⁷ Costa, Rodrigues, e Oliveira, *História da Expansão e do Império Português*, 67.

²⁴⁸ Nuno Da Silva Gonçalves. "Padroado". In Azevedo e Jorge, *Dicionário de história religiosa de Portugal*, 364.

nesta nova Ordem; os métodos diferentes e o dinamismo dos jesuítas mostraram-se muito mais apropriados e eficazes nos espaços extra-europeus, onde “(...) as ordens religiosas instaladas – franciscanos e dominicanos – não estavam a conseguir grandes êxitos.”²⁴⁹. Os jesuítas procuravam, obviamente, evangelizar e converter os gentios e, na realização deste ato, aprendiam as línguas e interagiam intensamente com as populações locais, tornando-se assim importantes intermediários entre os portugueses e as culturas locais, como foi o caso no Brasil e nas costas africanas²⁵⁰. No contexto asiático, os jesuítas serviram também de intermediários e diplomatas, estando presentes na corte chinesa dos Ming e na corte mogol de Akbar, no Subcontinente Indiano, sempre com o objetivo principal de propagar a fé, mas também, e graças à sua posição privilegiada, como instrumentos diplomáticos portugueses. Como exemplo, podemos referir Macau e a importância que os jesuítas integrados na corte Ming tiveram no estabelecimento e na sobrevivência deste porto português²⁵¹. O domínio na aprendizagem de línguas e as tendências intelectuais dos jesuítas, juntamente com o seu forte elo à Coroa portuguesa, faziam destes indivíduos agentes ideais para atuarem e investigarem o terreno da Ásia.

Outras ordens religiosas havia que participavam também de forma ativa nestes processos, como por exemplo, franciscanos (Frei Gaspar de S. Bernardino) e agostinianos (Sebastião Manrique), mas em termos de quantidade, quer de viagens quer de relatos, os jesuítas ultrapassavam claramente todas as outras ordens. A presença jesuíta na corte mogol, a partir de 1580, abriu as portas para o resto do respetivo Império, incluindo as suas fronteiras, onde os sacerdotes levavam a cabo a sua investigação a partir dos diálogos com a dita corte, com os mercadores e com aldeias fronteiriças do Hindustão. O padre António Monserrate foi um destes investigadores, tendo o seu trabalho sido essencial no que concerne às informações recolhidas sobre o Canato Uzbeque, à configuração política da Transoxiana e à descoberta dos reinos dos Himalaias²⁵². Os jesuítas foram também pioneiros e protagonistas nas viagens e projetos mais ambiciosos levados a cabo na Ásia Central. Os casos mais estudados, e que tiveram mais impacto, foram a viagem de Bento de Goes pela Transoxiana e Bacia do Tarim, à procura do Cataio (1603-1607), e as missões tibetanas (1622-1634) fundadas por António de Andrade.

²⁴⁹ Joaquim Romero Magalhães. "D.João III". In José Matoso (dir.) et al., *História de Portugal*, 1a ed, vol. 3 (Lisboa: Círculo de Leitores, 1992), 539.

²⁵⁰ João Paulo Oliveira e Costa. In Azevedo, *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, 2:275–76.

²⁵¹ Costa, Rodrigues, e Oliveira, *História da Expansão e do Império Português*, 178–79.

²⁵² A. da Silva Rego, "A primeira missão religiosa ao Grão-Mogol", *Lusitania sacra* 4 (1959): 181.

Não esqueçamos, contudo, que estas iniciativas de viagem eram realizadas sempre com um intuito de servir os interesses do Estado da Índia e do Reino de Portugal. Estes interesses eram vários e foram evoluindo ao longo do tempo, adaptando-se às circunstâncias pragmáticas e às novas estratégias do Império: a procura de informação útil sobre a organização política e militar dos Safávidas e Otomanos, a disposição confessional das cortes e as condições dos caminhos percorridos, assim como as suas várias vias alternativas. No entanto, a Ásia Central nunca deixou de ser periférica para o Império Ultramarino, limitando-se o enfoque da ação portuguesa a projetos que beneficiavam as áreas em que realmente havia interesse. Por exemplo, o percurso Goa-Lisboa não era primariamente valorizado pelo acesso que dava aos portugueses a um espaço novo, mas sim porque era uma via alternativa de ligação entre o Reino e o Estado da Índia, que ademais oferecia oportunidades de espionagem no Império Otomano. O interesse que a Coroa Ibérica demonstrou na viagem de Bento de Goes de 1602, de Agra a Jiuquan por terra, contornando os Himalaias, vinha da perspectiva de se encontrar uma via alternativa entre a Índia e a China, ambos espaços de interesse para o Estado da Índia²⁵³. Vemos assim que o interesse na Ásia Central advinha do seu potencial em favorecer e fortalecer a posição portuguesa nos espaços onde os portugueses já se encontravam inseridos, nomeadamente nas zonas banhadas pelo Índico. Contudo, podemos dizer que estas expectativas não foram realmente atingidas, tendo vários fatores contribuído para esse resultado. A movimentação portuguesa pelas rotas terrestres dependia muito do estado das relações luso-mogóis/safávidas. Sendo “firangues” (palavra aportuguesada da palavra pérsia que significa ocidentais) em terras fortemente muçulmanas e/ou com tradições religiosas locais/regionais próprias, os portugueses eram possíveis alvos de desconfiança e perseguição por parte dos povos das terras por onde passavam. A necessidade do apoio das cortes locais, por via de cartas de passagem, era vantajosa, pois garantia, idealmente, passagem segura, ou o mais segura possível, ao longo de partes da viagem. Por exemplo, um dos motivos da grande dificuldade das viagens terrestres durante o século XVII prendeu-se com a deterioração das relações com Safávidas e mogóis.

Não esqueçamos também que a Coroa portuguesa não era a única instituição cujos interesses se refletiam nestas viagens. Muitos dos viajantes eram clérigos regulares, que agiam sob os interesses das suas respetivas ordens, em particular, e da Igreja Católica em geral. Tanto as ordens regulares, de que eram exemplo jesuítas, franciscanos e agostinianos, como a Igreja em Roma procuravam expandir a sua influência na Ásia a partir do estabelecimento de novas

²⁵³ Philip Caraman, *Tibet: The Jesuit Century*, 1st British ed (Tiverton: Halsgrove, 1998), 9.

missões, bem como da inclusão e assimilação de comunidades cristãs nestorianas. As viagens terrestres representavam uma oportunidade para concretizar estes objetivos, independentemente do apoio do Reino de Portugal. De facto, a dependência das ordens religiosas do transporte para a Ásia por via marítima impunha uma série de limitações na organização logística e na flexibilidade estratégica da Igreja Católica no Oriente. O uso das rotas marítimas pelos clérigos implicava a sua inclusão no Padroado Português, o qual prestava obviamente obediência aos interesses da monarquia portuguesa. Outro fator a ter em conta relacionava-se com as ambições pessoais do viajante propriamente dito que, fosse por curiosidade ou fervor religioso, reforçavam a motivação destas investidas. Assim, mesmo quando o apoio oficial do Estado da Índia às viagens terrestres decrescia, havia outros interesses suscetíveis de impulsionarem a realização destas viagens.

A partir dos finais do século XVI, o Estado da Índia deixou de ser a única entidade de origem europeia em intervir nos mares da Ásia. A associação com a Coroa espanhola tinha-se mostrado desastrosa, atraindo as hostilidades das Províncias Unidas e da Inglaterra contra os navios e portos portugueses. Em meados do século XVII, a Ásia Portuguesa tinha perdido muitos dos seus portos, inclusive Ternate, Ormuz, Cochim e Malaca, tanto por ação de forças político-militares locais como devido aos seus rivais europeus. Tudo isto implicou a perda do monopólio da Carreira da Índia e de boa parte do comércio marítimo interasiático²⁵⁴. Os próprios poderes asiáticos faziam escolhas mais diversificadas de parceiros europeus. Para Abbas I da Pérsia e Tokugawa Iemitsu (1623-1651) do Japão, o fervor missionário dos portugueses podia agora ser substituído pela comparativamente neutralidade confessional e pragmatismo comercial dos ingleses e neerlandeses, respetivamente. O Império Português sofreu assim uma transformação, optando por um paradigma territorial, que se mostrou mais resiliente às investidas neerlandesas²⁵⁵, ao invés do comercial. A principal expressão de territorialidade portuguesa residiu no Brasil e em ambas as costas africanas, que se tornaram a base da base da intervenção ultramarina portuguesa²⁵⁶. A Ásia não estava, no entanto, esquecida; a Coroa pretendia conservar e reforçar os seus domínios sobreviventes. A partir de esforços diplomáticos e bélicos multifacetados, o Estado da Índia conseguiu permanecer uma potência importante no Subcontinente Indiano e manter uma presença na China, a partir de

²⁵⁴ Costa, Rodrigues, e Oliveira, *História da Expansão e do Império Português*, 177.

²⁵⁵ Costa, Rodrigues, e Oliveira, 176–77.

²⁵⁶ Costa, Rodrigues, e Oliveira, 203.

Macau. Mais ainda, conseguiu recuperar-se a Carreira da Índia, apesar da circulação ser menor comparativamente à do século XVI²⁵⁷.

O interesse português também se fazia sentir na Ásia Central do século XVII. As viagens nesta região continuavam, tanto por ordem da Coroa Ibérica como por ordem da Igreja de Roma. Na década de 1600 foram realizadas várias viagens associadas a relatos. Para além de Bento de Goes, do qual falaremos extensamente mais à frente, destacamos ainda Pedro Teixeira em 1604, Nicolau de Orta Rebelo e Frei Gaspar de S. Bernardino, em 1605 e 1607, respetivamente, e D. Álvaro da Costa em 1610. Com exceção do primeiro, todos estes viajantes tinham elos com a Monarquia Dual e, por isso, escreveram os seus relatos tendo em mente o serviço que prestariam à dita estrutura política. D. Álvaro da Costa, por exemplo, serviu no exército do Estado da Índia, sendo capitão-mor durante um curto conflito contra a dinastia Safávida em 1608²⁵⁸. Regressou ao Reino somente em 1610, altura em que teve autorização para isso do vice-rei Lourenço de Távora, e escreveu o relato da sua viagem com o intuito de o publicar, algo que nunca chegou a acontecer pois apenas temos um manuscrito²⁵⁹.

No contexto dos assaltos da V.O.C.²⁶⁰, o uso mais acentuado das linhas terrestres de informação de emergência fazia todo o sentido, para além de dar também a oportunidade de reportar os desenvolvimentos que ocorriam na Pérsia, espaço que se encontrava em transformação sob a égide de Abbas I. Aliás, também na década de 1600 foi enviada uma embaixada ibérica ao xá Abbas I, que pretendia criar laços de cooperação a serem utilizados na luta contra os otomanos. Seguindo este precedente, estabeleceu-se, com a autorização do xá, uma presença agostiniana na região de Ispão²⁶¹. Contudo, esta linha de comunicação viu-se temporariamente cortada com a conquista de Ormuz, num assalto conjunto entre Safávidas e ingleses, em 1622.

Neste contexto, é também importante referir Manuel Godinho. Este jesuíta foi enviado, em 1663, por António Mello de Castro, vice-rei do Estado da Índia, para a corte portuguesa com o objetivo de convencer D. Afonso VI de que a doação de Bombaim à Inglaterra era um

²⁵⁷ Costa, Rodrigues, e Oliveira, 213.

²⁵⁸ Graça, *A visão do Oriente na literatura portuguesa de viagens*, 31.

²⁵⁹ Graça, 31.

²⁶⁰ Vereenigde Oostindische Compagnie, *i.e.* Companhia Unida das Índias Orientais, operada a partir das Províncias Unidas.

²⁶¹ Silvana Remédio Pires. "Pérsia, Arménia e Geórgia". In Azevedo e Jorge, *Dicionário de história religiosa de Portugal*, Vol. 3. 444.

erro estratégico²⁶². No primeiro capítulo do dito itinerário, o jesuíta descreve tristemente a “decadência” do Estado da Índia:

*“O estado ou império lusitano índico, que em outro tempo dominava o Oriente todo e constava de oito mil léguas de senhorio, de vinte e nove cidades cabeças de províncias, fora outras muitas de menos conta, e que dava leis a trinta e três reinos tributários, pondo em admiração o mundo, com seus estendidos limites, estupendas vitórias, grossos comércios e imensas riquezas, no presente, ou seja por culpas ou fatalidade de império grande, está reduzido a tão poucas terras e cidades que se pode duvidar se foi aquele Estado mais pequeno no princípio do que se vê no fim.”*²⁶³

Este tom nostálgico e pessimista é bastante recorrente na documentação ultramarina do século XVII²⁶⁴. Existia um claro descontentamento entre os portugueses estantes na Ásia pela perda de mais domínios. Manuel Godinho foi o porta-voz de tais ansiedades e preocupações, argumentando que Bombaim tinha uma posição demasiado valiosa para doar aos ingleses²⁶⁵. Contudo, os seus esforços revelaram-se insuficientes: Bombaim constituiu o dote de casamento de D. Catarina de Bragança com Charles II, sendo as boas relações com os ingleses essenciais para manter o Estado da Índia. Excetuando as presenças agostiniana em Ispaão e jesuíta na corte Qing, que deu origem a quatro viagens à Mongólia²⁶⁶, a ação portuguesa oficial na Ásia Central foi deveras reduzida. A viagem relatada do Padre Manuel Godinho é a última do seu género, que aliás tinha por objetivo dar a conhecer a *“Relação do caminho novo e breve que fiz pelos desertos da Arábia, sem cáfilas, vindo da Índia para este reino em bem dele e serviço da Sua Majestade”*²⁶⁷, o que mostra claramente que o interesse estava menos focado na Ásia Central. Como vemos, o padre não chegou a atravessar a Pérsia, optando por navegar diretamente para o porto de Baçorá, na ponta do golfo persa, um protetorado do Estado da Índia desde 1595, iniciando a caminhada até ao Mediterrâneo na Península Arábica²⁶⁸.

²⁶² John Correia Afonso. "Introduction." In Godinho, *Intrepid Itinerant*, 8.

²⁶³ Manuel Godinho e Augusto Reis Machado, *Relação do novo caminho que fez por terra e mar vindo da Índia para Portugal, no ano de 1663* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1944), 17.

²⁶⁴ João Paulo Oliveira e Costa. "A Diáspora Missionária." In Azevedo, *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, 2:284.

²⁶⁵ Para aprofundamento da temática, remeto para a tese de doutoramento de Pedro Alexandre David Nobre, "Cooperação e conflito entre britânicos e portugueses na Ásia. Dos primeiros contactos em Bombaim (c.1600-1740)" (doctoral Thesis, 2015), <https://run.unl.pt/handle/10362/14996>.

²⁶⁶ Falarei das mesmas em mais detalhe no subcapítulo 3.4.

²⁶⁷ Godinho e Machado, *Relação do novo caminho que fez por terra e mar vindo da Índia para Portugal, no ano de 1663*, 5.

²⁶⁸ Ver Figuras 1 e 4, Anexo A, para o trajeto efetuado pelo padre Manuel Godinho

Assim, o protagonismo europeu naquele espaço passou para novos, e velhos, competidores, destacando-se a Santa Sé. A Igreja de Roma, que partilhava a autoridade sobre o clero destacado para a Ásia com o Padroado Português, foi a principal atriz política europeia na Ásia Central durante o século XVII. Com a criação da Propaganda Fide em 1622, a Igreja Católica procurou priorizar a sua autoridade sobre os clérigos dos padroados, que acabavam muitas vezes por servir os interesses dos monarcas dos espaços onde atuavam. Dotada de maior força, a influência da Igreja passou a fazer-se sentir mais fortemente nas iniciativas de viagem. Foi por ordem da Igreja de Roma que a presença agostiniana em Ispaão foi estabelecida e mantida durante os séculos XVII e XVIII²⁶⁹. A ambição da Igreja na procura de caminhos alternativos independentes das rotas marítimas encontra-se bastante visível na viagem de Bento de Goes²⁷⁰. Aliás, as instituições eclesíásticas, tanto ao serviço da Igreja de Roma como do Padroado Português, eram particularmente prolíficas na Ásia Central durante este século: desde as missões em Ispaão e no Tibete, passando pelas viagens de exploração de Sebastião Manrique, até aos relatos de Tomás Pereira ao serviço da corte de Pequim.

3.2. O itinerário persa e as dimensões de atuação

As relações luso-safávidas e as viagens portuguesas no território persa merecem menção especial. Na realidade, a dinastia Safávida e a pletora de territórios que administrava foram o primeiro e principal ponto de contacto e interação que os portugueses tiveram com a Ásia Central. Foi também a relação mais duradoura de todos os projetos portugueses naquele espaço, perdurando desde a primeira década de existência da dinastia Safávida até ao fim da mesma em 1722, quando o xá Soltan Hosyen reconheceu o seu conquistador Mahmut Hotak, chefe da tribo afegã *Ghilji*, como xá da Pérsia. Estas características fazem da experiência portuguesa nos domínios Safávidas uma boa métrica da evolução das atitudes, atividades e interesses nacionais na Ásia Interior. Ao longo de dois séculos de interação, os portugueses criaram precedentes e dinâmicas que foram “herdados” por outros espaços da Ásia Central, nomeadamente o Tibete e a Transoxiana. A Pérsia Safávida foi, de certo modo, o espaço de experimentação da ação portuguesa na Ásia Central, cujos resultados tiveram consequências notáveis.

²⁶⁹ Silvana Remédio Pires. "Pérsia, Arménia e Georgia". In Azevedo e Jorge, *Dicionário de história religiosa de Portugal*, 444.

²⁷⁰ Como veremos em detalhe no subcapítulo 3.3.

Como já foi referido, a atividade portuguesa na Ásia Central visava principalmente servir os interesses e as posições costeiras do Estado da Índia. Identificamos a origem desde precedente nas cidades portuárias do Golfo Pérsico, principalmente Ormuz. O interesse português no Golfo Pérsico residia no seu valor comercial e estratégico. Era um dos pontos de entrada no Oceano Índico do Império Otomano e um ponto de transição entre rotas marítimas e terrestres das Rotas da Seda. O controlo português sobre o Golfo, ou apenas parte dele, significava um bloqueio económico e militar parcial ao Império Otomano²⁷¹, além de benefícios comerciais para o Estado da Índia. Ormuz era um porto essencial no comércio de cavalos e seda persas para o Subcontinente Indiano²⁷², sendo bastante lucrativo para o Estado da Índia. Assim, o Estado da Índia procurava manter uma presença na região, focada no Estreito de Ormuz e nas margens do Golfo, a partir do estabelecimento de alianças e/ou de relações tributárias com as cidades portuárias de maior valor estratégico: para além de Ormuz, incluíam-se também Qeshm, Baçorá e o Bandel do Comorão, entre outras. Dada a proximidade dos territórios sob a administração e/ou na esfera de influência da dinastia Safávida era inevitável a existência de interações. Em 1507, os portugueses depararam-se, em Ormuz, com uma embaixada xiita que vinha recolher o tributo anual devido pela cidade ao xá Ismail I²⁷³. Em resposta, Afonso de Albuquerque, que liderou a conquista do porto, apontou o arsenal para os qizilbash, afirmando que “(...) era naquela moeda que o rei de Portugal costumava pagar tributo a quem lho pedia”²⁷⁴. Apesar do tom de hostilidade, nada resultou desta primeira interação para lá do reconhecimento mútuo de existência de ambas as entidades. Não houve retaliação por parte das autoridades Safávidas em resposta a este evento, tendo passado aliás três anos antes do seguinte momento de contacto oficial entre o Estado da Índia e aquele poder, algo que podemos compreender face às suas prioridades na época.

De facto, a dinastia Safávida encontrava-se num período de formação e de consolidação política e, durante quase um século, não se interessou pelo Golfo Pérsico. O seu foco estava no

²⁷¹ O mar vermelho permaneceu sob controlo otomano, provando-se impenetrável à influência e presença portuguesa.

²⁷² Dejanirah Couto. "Portuguese-Ottoman Rivalry in the Persian Gulf in the mid-sixteenth century: the Siege of Hormuz, 1552." In Rudolph P. Matthee e Jorge Manuel Flores (eds.), *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia*, Acta Iranica (Leuven: Peeters, in association with the Iran Heritage Foundation and the Freer Gallery of Art & Arthur M. Sackler Gallery, Smithsonian Institution, 2011), 148, http://bvbr.bib-bvb.de:8991/F?func=service&doc_library=BVB01&doc_number=024175752&line_number=0001&func_code=DB_RECORDS&service_type=MEDIA.

²⁷³ Vasco Resende. "Império Safávida." In Domingues, *Dicionário da expansão portuguesa, 1415-1600*, 545.

²⁷⁴ Marília Santos Lopes. "Pérsia, Relações de Portugal com a". In Albuquerque e Domingues, *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*, II:889.

interior, que constituía a base política e material do seu poder ascendente²⁷⁵. Para além do estabelecer controlo sobre as diversas fações religiosas, entidades tribais e povos dos seus territórios, os xás tinham de lidar com a constante pressão otomana, a ocidente, e uzbeque e mogol, a leste. Até à ascensão ao poder de Abbas I, em 1588, a relação Safávida com o Golfo Pérsico não era muito mais que tributária, com a ausência de uma marinha até ao século XVIII a constituir um fator limitador neste aspeto²⁷⁶.

Vemos assim que, numa fase inicial, as prioridades geoestratégicas de portugueses e persas não entravam em conflito. Aliás, tinham um fator comum: o antagonismo otomano. Foi a partir deste pilar que a solidariedade luso-safávida se formou e se manteve. Em 1510, o então governador do Estado da Índia, Afonso de Albuquerque, deparou-se uma vez mais com uma embaixada Safávida, desta vez em Goa. Em vez de sofrer algum tipo de repreensão relativa ao incidente de 1507, o embaixador Mir Abu Ishaq vinha com o intuito de conhecer a posição portuguesa relativamente aos mamelucos e aos otomanos, inimigos do xá Ismail²⁷⁷. Os Safávidas pretendiam obter a cooperação militar dos portugueses contra os seus rivais otomanos²⁷⁸, visto que se encontravam em desvantagem militar face à grande experiência que aqueles demonstravam possuir no uso de armas de fogo e artilharia. Durante o século XVI, o estado Safávida sofreu uma série de derrotas militares às mãos do Império Otomano. Como exemplo temos a Batalha de Çaldiran de 1514, onde espingardeiros otomanos usando táticas superiores derrotaram com facilidade a cavalaria Safávida²⁷⁹. Durante o seu século de formação, a dinastia Safávida viu-se com uma grave falta de armas de fogo²⁸⁰, o que resultava da sua resistência ao recurso das mesmas por pressão de tradições militares tribais. Era um problema que poderia ser resolvido com uma transferência de tecnologia militar portuguesa, ambição que, como veremos mais tarde, nunca se chegou a concretizar. Esta interação e as suas implicações despertaram interesse e entusiasmo no espírito cruzadístico português, icónico do reinado de D. Manuel I. Para além de obterem um aliado num espaço onde se encontravam política e confessionalmente isolados, os portugueses teriam a hipótese de participar

²⁷⁵ Rudi Matthee. "Distant Allies: Diplomatic Contacts between Portugal and Iran in the Reign of Shah Tahmasb, 1524-1576." In Matthee e Flores, *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia*, 219–20.

²⁷⁶ Rudi Matthee. In Matthee e Flores, 219–20.

²⁷⁷ João Teles e Cunha. "The eye of the beholder: The creation of a Portuguese discourse on Safavid Iran." In Matthee e Flores, 17.

²⁷⁸ Rudi Matthee. In Matthee e Flores, 225–26.

²⁷⁹ Giancarlo Casale. "The Islamic empires of the early modern world." In Bentley, Wiesner, e Subrahmanyam, *The Cambridge World History*, 338.

²⁸⁰ Galina Lassikova, "Hushang the Dragon-slayer: Fire and Firearms in Safavid Art and Diplomacy", *Iranian Studies* 43, n.º 1 (1 de fevereiro de 2010): 48, <https://doi.org/10.1080/00210860903451204>.

ativamente na defesa contra os turcos, algo que até aí se fazia de forma bastante periférica²⁸¹. Apesar de muçulmanos, o carácter xiita dos persas tornava-os distintos dos sunitas otomanos. Afonso de Albuquerque foi defensor da criação de uma aliança luso-persa contra os otomanos, enviando no ano seguinte, 1511, uma embaixada liderada por Rui Gomes para formar as bases de tal relação privilegiada com o “Xeque Ismail”²⁸².

Assim, os interesses geoestratégicos tanto do Estado da Índia como da dinastia Safávida alinhavam-se relativamente ao interesse comum de se oporem aos mamelucos do Egito e, mais tarde, ao Império Otomano. Ambos os parceiros se encontravam bem situados para atuarem em simbiose: o Estado da Índia poderia cortar o acesso dos poderes sunitas ao Golfo Pérsico, um ponto de passagem importante para o Oceano Índico, enquanto os Safávidas poderiam opor-se-lhes por terra. Também a perspectiva de um conflito contínuo entre xiitas e sunitas traria benefícios para as ambições cruzadísticas de D. Manuel I, já que o enfraquecimento mútuo dos potentados islâmicos era uma condição necessária para a eventual conquista de Jerusalém e a destruição de Meca²⁸³. Contudo, é de realçar que a ambição de um ataque coordenado contra os otomanos nunca se chegou a realizar. O entusiasmo inicial foi diminuindo durante a década de 1510, quando diversas realidades práticas se tornaram evidentes. Em primeiro lugar, as distâncias e outros obstáculos entre linhas de comunicação faziam de todo o processo de negociar, organizar e coordenar uma tal iniciativa algo frustrantemente lento e pleno de atrasos, imprevistos e ineficiências burocráticas. A embaixada de 1511 nunca chegou ao seu destino, já que Rui Gomes faleceu a meio do caminho. Como exemplo da complexidade de tentar organizar iniciativas em conjunto e ajudar e/ou atuar com possíveis aliados persas, podemos referir que em 1515, quando se deparou com uma força deste poder em Ormuz, preparada para embarcar em navios portugueses para conquistar a ilha do Bahrein, Pêro de Albuquerque resolveu não ceder o transporte, justificando este ato com o facto de não ter sido avisado previamente e de não ter autorização de Goa para o fazer²⁸⁴. Em segundo lugar, a posse portuguesa de Ormuz foi sempre um ponto de discórdia e insatisfação nas relações luso-safávidas. O domínio cristão sob populações muçulmanas era algo que desagradava às elites Safávidas, e os portugueses eram alvo de constante escrutínio, o que rapidamente se transformou em desconfiança e descontentamento. Rumores de maus-tratos da população

²⁸¹ Rudi Matthee. "Distant Allies." In Matthee e Flores, *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia*, 224.

²⁸² João Teles e Cunha. "The Eye of the Beholder." In Matthee e Flores, 17.

²⁸³ Alexandra Pelúcia, *Afonso de Albuquerque* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2016), 243–44.

²⁸⁴ Rudi Matthee. In Matthee e Flores, *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia*, 226.

muçulmana, de conversões forçadas de membros de elite²⁸⁵, exacerbados por uma conduta diplomática negligente e um esforço que acabava por ser meramente simbólico na ofensiva contra o Império Otomano²⁸⁶, denegriram consideravelmente a opinião dos Safávidas relativamente aos portugueses. Ao longo do século XVI, estes passaram de possíveis aliados para, primeiro um incómodo, e depois um problema futuro que teria de ser resolvido com o retomar de poder no litoral persa e suas ilhas. Contudo, as relações luso-safávidas não constituíam um assunto prioritário para ambos os poderes. Agindo em diferentes e, no caso do Império Português, múltiplos espaços, quer a dinastia Safávida quer o Estado da Índia estavam mais preocupados em consolidar e expandir o seu poder e influência nos seus espaços, o que trazia em si os seus próprios problemas e desafios paralelos. Assim, tentar manter relações superficiais, mas cordiais, e beneficiar ao máximo de uma coexistência pacífica era a opção mais pragmática para ambos os poderes durante o século XVI.

Compreendemos então porque é que a interação luso-safávida se desenvolveu numa vertente principalmente política. Sob uma narrativa de ambição numa possível aliança e/ou cooperação militar contra os otomanos, os portugueses procuravam garantir a sua posição no Golfo Pérsico e, graças às tribulações de António Tenreiro, manter uma rota de comunicação de emergência para despachos e cartas enviados de/para o Reino. Para os Safávidas, os portugueses representavam uma oportunidade de melhorar o seu arsenal e manter um certo nível de segurança no comércio marítimo do Golfo Pérsico²⁸⁷, algo que eles eram incapazes de fazer devido à ausência de uma marinha própria. Existia, por isso, interesse em manter boas relações e, mais importante ainda, uma boa imagem da Pérsia, isto é, mostrar às elites portuguesas uma imagem favorável desta nação islâmica. Neste sentido, os itinerários constituíam uma excelente oportunidade para dar a conhecer ao público leitor uma nova realidade e apresentá-la de tal modo que esta se mostrasse favorável à luz das sensibilidades deste público. Assim, a literatura portuguesa de viagens do século XVI apresentava a Pérsia como exótica, mas ao mesmo tempo familiar e agradável, tanto em termos de espaço geográfico como em termos do seu povo e sociedade²⁸⁸. Não eram raras as vezes em que a paisagem daquelas paragens era comparada com a portuguesa: Frei Gaspar de São Bernardino comparava

²⁸⁵ Vasco Resende. "Império Safávida." In Domingues, *Dicionário da expansão portuguesa, 1415-1600*, 546.

²⁸⁶ No imaginário político português, as propostas de uma aliança militar luso-safávida obtiveram a mesma consideração que uma evocação para a Cruzada: ninguém se opunha à ideia, somente à perspectiva da sua realização propriamente dita (Rudi Matthee. "Distant Allies." In Matthee e Flores, *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia*, 246.).

²⁸⁷ Vasco Resende. In Domingues, *Dicionário da expansão portuguesa, 1415-1600*, 545-46.

²⁸⁸ João Teles e Cunha. In Matthee e Flores, *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia*, 27-28.

o terreno montanhoso da Pérsia às Beiras²⁸⁹; Mestre Afonso afirmava que a Pérsia era muito semelhante a Portugal²⁹⁰. Relativamente aos “persianos”, a descrição dada pelo Padre Manuel Godinho é bastante representativa:

“No que toca aos costumes dos Persianos, são brandos de condição; a língua, suavíssima; afabilíssimos e amigos de estrangeiros, inimigos de roubos e de ladrões, o que faz todo o reino seguro aos que por ele caminham. Todas as causas, quer sejam cíveis quer criminais, julgam verbalmente. Zelosos de sua seita, mas não tão brutalmente como os Arábios e Turcos, porque o seu gosto é disputar com os religiosos cristãos, folgando até o mesmo rei de os ouvir falar nestas matérias e disputar com os seus letrados. Gostam muito de vinho, (...) grandes soldados e homens de sua pessoa, ardilosos na guerra, mas não a fazem senão muito provocados de seus inimigos, e mais para conservarem o seu que para conquistarem o alheio”²⁹¹.

Este tipo de narrativas servia diversos objetivos: para além de apresentar o povo persa como simpático, de cultura agradável e possuindo guerreiros competentes (fator importante em caso de uma aliança militar), também visava mostrar os caminhos terrestres como seguros, apresentando-os como uma opção viável de viagem. Este é talvez o aspeto mais importante que resultou das viagens terrestres e dos seus relatos.

Existia uma certa simbiose entre os interesses políticos do Reino e do Império e os motivos pessoais que levavam as pessoas a viajar, com destaque para a sede de informação e de conhecimentos. O caso da viagem do Mestre Martim Afonso, cirurgião-mor do vice-rei D. Francisco Coutinho, é um ótimo exemplo disto. Após a morte deste, Mestre Afonso resolveu voltar a Portugal pela Rota do Cabo, partindo a 6 de fevereiro de 1565²⁹². Infelizmente, a embarcação que levava o cirurgião-mor sofreu danos sérios, em consequência de várias tempestades no Oceano Índico, tendo-se visto obrigada a atracar em Ormuz para reparações. No meio desta difícil situação, D. João de Mendonça, que governava o Estado da Índia durante o interregno, propôs que Mestre Afonso continuasse viagem para o Reino por terra, e aproveitasse para levar consigo cartas do dito fidalgo para o rei D. Sebastião, a Rainha,

²⁸⁹ Gaspar de São Bernardino e Augusto Reis Machado, *Itinerário da Índia por terra até à Ilha de Chipre* (Lisboa: Agência Geral do Ultramar. Divisão de Publicações e Biblioteca, 1953), 154–55.

²⁹⁰ João Teles e Cunha. In Matthee e Flores, *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia*, 28.

²⁹¹ Godinho e Machado, *Relação do novo caminho que fez por terra e mar vindo da Índia para Portugal, no ano de 1663*, 114.

²⁹² Neves Águas. "Mestre Afonso e o seu Itinerário." In Tenreiro, Afonso, e Águas, *Viagens por terra da Índia a Portugal*, 121.

familiares e amigos seus²⁹³. O cirurgião aceitou esta proposta, afirmando que estaria a “(...) fazer a vontade à minha curiosidade, que foi sempre mais de saber novidades e cousas do mundo que de adquirir fazendas nem riquezas”²⁹⁴. Vemos assim que a viagem deixa de ser de cariz exclusivamente pessoal e passa a ter uma componente oficial, num claro exemplo de estratégia de “oficialização” do privado, oficialização esta que atuava numa dimensão mental e simbólica: os viajantes ficavam, obviamente, satisfeitos por poder servir o Reino e o Império, mas, na prática, isso pouco afetava ou mudava a situação material das iniciativas. Aliás, podemos referir que Mestre Afonso estava tão disposto a realizar a sua viagem por terra que a aceitou de bom grado. Nas suas próprias palavras “(...) aceitei fazer esta viagem por mo o Governador mandar, sem dele aceitar para minha despesa cousa alguma, por lhe ficar mais obrigação de me fazer mercê”²⁹⁵. Esta questão de lealdade e de serviço régio é constantemente reforçada nos próprios relatos. Esta estratégia foi uma das muitas usadas na construção da presença portuguesa na Ásia, sendo um sintoma das estruturas sociopolíticas que se manifestavam naquelas paragens²⁹⁶.

A ideia de que os itinerários serviam para incentivar outros a fazer as suas viagens e contribuir para o conhecimento coletivo de espaços algo obscuros, encontra-se presente em muitos destes primeiros relatos. No prólogo do seu *Itinerário*, António Tenreiro dirige-se diretamente ao rei D. Sebastião: “Tinha escritos os trabalhos destes caminhos há já muitos anos (...) e com intenções também que, lendo isto, algum de vossos leais e curiosos vassalos tomassem daqui algum estímulo e exemplo para, com grande cuidado, servir a seu Rei, parece-me agora bem fazer imprimir este processo de minha viagem, para que mais gente seja dele participante (...)”²⁹⁷. Não interessava somente servir o Reino, mas também contribuir para que outros o fizessem.

Relembro, contudo, que estas iniciativas eram periféricas na totalidade da ação portuguesa na Ásia. É importante referir que o desinteresse do Estado da Índia refletia não só a posição geoestratégica do mesmo, mas também da maioria da sociedade portuguesa na Ásia, que não estava sobremaneira interessada na realização de percursos terrestres, como refere João

²⁹³ Mestre Afonso. "Itinerário de Mestre Afonso: Solurgião-Mor que foi da Índia em tempo do Conde Viso-Rei e do Governador João de Mendonça, da viagem que fez da Índia por terra a estes reinos de Portugal, por mandado do mesmo Governador." In Tenreiro, Afonso, e Águas, 131.

²⁹⁴ Mestre Afonso. In Tenreiro, Afonso, e Águas, 131.

²⁹⁵ Mestre Afonso. In Tenreiro, Afonso, e Águas, 131.

²⁹⁶ Para mais detalhe sobre a temática, veja-se Sanjay Subrahmanyam, "A cauda abana o cão: o subimperialismo e o Estado da Índia", *Comércio e conflito*, Lisboa: Edições 70, 1994.

²⁹⁷ António Tenreiro. "Itinerário de António Tenreiro." In Tenreiro, Afonso, e Águas, *Viagens por terra da Índia a Portugal*, 22.

Teles e Cunha²⁹⁸. Este facto dava origem a sérias limitações, tanto na atuação portuguesa nos domínios Safávidas como no conhecimento geográfico português dos mesmos.

As maiores lacunas de informação diziam respeito ao interior da Pérsia, pois o foco de interesse principal encontrava-se no litoral. De facto, para os portugueses interessavam apenas dois circuitos: do Estreito de Ormuz para a corte Safávida, realizado pelas embaixadas, e do mesmo Estreito para a Terra Santa e a Europa, cumprido por emissários e devotos. As viagens de António Tenreiro representam bem estas duas tendências: na primeira viagem, de cariz diplomático, utilizou uma rota para noroeste, de Ormuz até à cidade de Ispaão e finalmente Tabriz; na segunda, optou pelo outro extremo, navegando o Golfo Pérsico até desembarcar em Baçorá e depois atravessando o deserto com a ajuda de um guia, até à costa mediterrânea, de onde seguiu até Portugal.

Muitos dos viajantes, contudo, utilizavam um compromisso entre estes dois percursos, apostando num caminho mais litorâneo que passava pelos principais centros urbanos. Existindo, obviamente, variações neste percurso, a linha geral era a seguinte: Ormuz-Lar-Xiraz-Bagdade-Alepo. Esta rota era bastante frequentada pelo comércio caravaneiro e, por isso, relativamente segura e rápida, condições ideais para mensageiros portugueses. A importância deste percurso aumentou quando a capital Safávida se transferiu, progressivamente, para uma posição geograficamente mais central, primeiro para Gazvim em 1555 e depois para Ispaão, a partir de 1596²⁹⁹, fazendo deste percurso o caminho viável para uso das embaixadas.

Vemos assim que a zona interior norte do território era pouco conhecida dos portugueses, contrastando com a precisão e o detalhe dos mapas das províncias do litoral³⁰⁰. Face à falta de relatos portugueses de primeira mão sobre o interior e numa tentativa de familiarizar o público europeu com um espaço completamente distinto, muitos autores optavam por usar uma multitude de fontes, desde os textos bíblicos e clássicos até informações de matriz persa, tanto escritas como orais³⁰¹. O resultado consistia numa miscelânea de dados em que os nomes locais surgiam aportuguesados. A natureza diversificada destas fontes tornava a caracterização do interior norte mais suscetível a exageros e imprecisões, fossem estas intencionais ou não. Muitos destes autores, especialmente no século XVI, estavam também

²⁹⁸ João Teles e Cunha. "The Eye of the Beholder." In Matthee e Flores, *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia*, 25.

²⁹⁹ João Teles e Cunha. In Matthee e Flores, 20.

³⁰⁰ Detalhes sobre estes mapas podem ser encontrados em Zoltán Biedermann. "Mapping the Backyard of an Empire: Portuguese Cartographies of the Persian Littoral during the Safavid Period." In Matthee e Flores, 51–78.

³⁰¹ João Teles e Cunha. In Matthee e Flores, 21.

alinhados com a narrativa politizada da Pérsia como um aliado e, por isso, uma descrição que tornasse as fronteiras da Pérsia imprecisas facilitava o aumento intencional deste território, mostrando assim que poderia ser um poderoso aliado³⁰². O interior norte da Pérsia volta a aparecer nos relatos portugueses no século XVII, graças ao desejo dos missionários agostinianos em unificar as igrejas locais da Arménia e da Geórgia com a Igreja de Roma³⁰³.

Contudo, não esqueçamos que a atuação portuguesa na Ásia Central se regenerava frequentemente a partir de *softpower*, ou seja, a partir de influências indiretas, culturais ou ideológicas. Apesar de muitos viajantes atuarem numa dimensão oficial, a rota percorrida e o conteúdo dos relatos que daí resultavam, dependiam, em última instância, do próprio viajante, que acumulava a sua própria agenda individual com os objetivos oficiais. Assim, havia alguns que tomavam caminhos diferentes dos habituais. Vejamos o caso de Sebastião Manrique, agostiniano português, que deambulou por boa parte da Ásia durante o segundo quartel do século XVII. Quando este se encontrava no Reino de Orissa, no nordeste da Índia, em vez de esperar pelo navio que o levaria a Goa, decidiu “(...) que seria mejor, y mas comodo, supuesto me hallaua allí continuar desde allí el caminho por tierra, y atraesando por médio de los doze Reynos de Bengala, entrar em el Indostan por la Ciudad, y Reyno de Patanà, para dendê allí ponerme em caminho derecho.”³⁰⁴. A viagem que realizou levou-o pelo norte da Índia, o Indocuche, a Pérsia, entre outros³⁰⁵. Também Mestre Afonso fez uma escolha diferente dos caminhos habitualmente percorridos. Sendo ele portador de cartas dirigidas à Coroa, era de esperar que tomasse a rota mais curta, no entanto decidiu percorrer a Pérsia por um caminho que se afastava bastante do litoral em direção a norte: partindo de Lar passou para Caixão, Gazvim, Tabriz, Naquichevão, seguindo depois para Alepo³⁰⁶. Estes caminhos alternativos forneceram informações preciosas que, de outro modo, não teriam sido obtidas. O *Itinerário* de Mestre Afonso oferece-nos uma das descrições mais detalhadas do interior norte da Pérsia Safávida e suas fronteiras de meados do século XVI. Fazendo a crítica a alguns dos seus viajantes contemporâneos, Mestre Afonso sustenta “(...) que hee h~un gramde descuido homens, que fazem semelhantes viagens e as nom escrevem asi para seu gosto, como para dar rezão de sy, porque a memoria nom pode ser capaz de tamanha cousa e tãtas particularidades

³⁰² João Teles e Cunha. In Matthee e Flores, 22.

³⁰³ João Teles e Cunha. In Matthee e Flores, 20.

³⁰⁴ Sebastião Manrique, Raffaella D’Intino (ed.), e M. Ana de Barros Serra Marques Guedes (trad.), *Breve relação dos reinos de Pegu, Arracão, Brama, e dos impérios Calaminhã, Siammon e Grão Mogol*, Livros Cotovia (Lisboa: Cotovia Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997), 166–67.

³⁰⁵ As Figuras 1, 3 e 4, no Anexo A, mostram com detalhe a rota percorrida pelo padre.

³⁰⁶ Ver Figuras 1 e 4 no Anexo A para a rota percorrida por Mestre Afonso.

quamtas cõcorrem e se podem escrever em tão grande e comprido caminho”³⁰⁷. O seu texto é de um detalhe que chega a ser exaustivo, descrevendo não só as paisagens e cidades por onde passa, mas também as pequenas aldeias e caminhos que percorre, dando recomendações de outras rotas mais curtas³⁰⁸. Não obstante a utilidade das informações, este itinerário nunca chegou a ser publicado na época, mas apenas três séculos volvidos³⁰⁹.

Todos estes esforços não foram, no entanto, suficientes para despertar maior interesse no circuito persa por parte de agentes portugueses, o que, conseqüentemente, não fez mudar a atitude pouco ambiciosa do Estado da Índia relativamente à dinastia Safávida. Notem-se as dificuldades sentidas na publicação e divulgação de muitos relatos de viagem, um problema multifacetado em função da falta de interesse geral pelo tema, do custo elevado da impressão e do processo de censura por parte da Inquisição. O facto destas rotas percorrerem espaços islâmicos era algo que complicava bastante a sua aceitação por parte dos censores católicos, que também não se mostravam particularmente favoráveis a escritos de viajantes que fossem cristãos-novos. Esta foi provavelmente a grande razão do impedimento da publicação do itinerário de Mestre Afonso³¹⁰. Face a estes problemas, muitos viajantes procuravam dedicar os seus relatos a determinadas personagens que agiam como patronos, pagando os custos das publicações e ajudando a agilizar o processo de censura. Era, no entanto, difícil encontrar patronos interessados em tais atividades. Conseqüentemente, várias eram as obras que não chegavam à imprensa. D. Álvaro da Costa e Mestre Afonso são apenas alguns dos viajantes que não chegaram a ver as suas obras impressas, fora os que nem sequer chegaram ao nosso conhecimento.

A falta de interesse no espaço persa resultou em poucas ações para estabelecer bases para uma relação duradoura. Assim, quando em finais do século XVI, este espaço começou a ser alvo do interesse e da visita de outros europeus, o Estado da Índia viu-se sem base diplomática na Pérsia para competir, entre outras, com as embaixadas da Muscovy Trading Company na corte de Abbas I.

³⁰⁷ Mestre Afonso. Itinerário. In Águas (intro e notas), *Viagens por terra da Índia a Portugal*, cap. IV.

³⁰⁸ Graça, *A visão do Oriente na literatura portuguesa de viagens*, 64–65.

³⁰⁹ João Teles e Cunha. In Matthee e Flores, *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia*, 26.

³¹⁰ João Teles e Cunha. In Matthee e Flores, 37.

3.3. A Saga do Cataio, o encontro com o Tibete e os limites da ambição

A investigação de entidades políticas da Ásia Interior e as interações portuguesas com a região iam para lá dos interesses geopolíticos concretos do Estado da Índia. Procurava-se ainda o Reino do Cataio, ou pelo menos, cristandades perdidas na Ásia. Em finais do século XVI, os portugueses encontravam-se em todas as zonas costeiras asiáticas, em alguns espaços de destaque como Goa, Malaca, Nagasaki, Macau, entre outros, e estavam suficientemente integrados nas lógicas comerciais asiáticas, nas quais participavam ativamente. Tinham sido encontradas comunidades nestorianas na costa ocidental indiana com as quais os portugueses aprofundaram relações³¹¹, no entanto ainda não se tinha descoberto o reino mítico. O estabelecimento concreto dos portugueses levou à ideia de que talvez esse reino não existisse, pois a presença portuguesa começava a ser longa sem que fossem encontrados cristãos, com exceção da comunidade siro-malabar, e por isso a existência de tal reino e o misticismo que o rodeava começavam a desaparecer. Contudo, e apesar desta atitude, a Companhia de Jesus continuava a procura. Mais especificamente, era a província jesuíta de Goa que realizava tais investigações e buscas, pois a proximidade que tinham com a corte mogol abria-lhe as portas para o resto deste Império, incluindo as suas fronteiras. Assim, os jesuítas levavam a cabo as suas investigações a partir dos diálogos com esta corte, com mercadores, e com aldeias fronteiriças do Hindustão.

Foi com base nestas metodologias que os padres Vincenzo Ruy e António Monserrate descobriram referências, durante as décadas de 1580 e 1590, a um novo espaço a que os mogóis chamavam *Tubatt*. Nas investigações levadas a cabo por Bento de Goes e Monserrate na localidade de Kangra em Caxemira, os nativos descreviam um reino que parecia mostrar muitas similaridades com um reino europeu cristão: pessoas de pele branca, ausência de muçulmanos, presença de um “clero” estruturado e liturgias semelhantes à cristãs, com a inclusão de cantos e procissões³¹². Levantou-se então a possibilidade deste *Tubatt* (Tibete) corresponder ao elusivo Cataio. Esta associação era inevitável, uma vez que a tradição literária europeia sobre o Tibete se resumia a referências brevíssimas nos relatos de Marco Polo, de Willem van Rubruk, de outros viajantes medievais e de alguns geógrafos clássicos³¹³. O carácter vago do

³¹¹ João Paulo Oliveira e Costa, "Os Portugueses e a cristandade siro-malabar (1498–1530)", *Studia*, n.º 52 (1994): 121–78.

³¹² Gastão Marques, *Os missionários jesuítas portugueses no Tibete: evocação histórico-religiosa* (Lisboa: Rei dos Livros, 1995), 23–24.

³¹³ Marques, 21–22.

Tibete fazia dele um candidato perfeito ao misterioso Cataio. Mas, para lá da adição de uma nova definição à nomenclatura do Cataio, pouco progresso era feito.

No início do século XVII, atingiu-se um desenvolvimento importante. O jesuíta Nicolau Pimenta, padre visitador durante os anos de 1599 e 1600, publicou em 1602 uma compilação de cartas, que descreviam o progresso das missões nas províncias asiáticas e outros eventos políticos importantes. Numa carta redigida pelo padre Manoel Carvalho, estabelecido em Malaca, é descrita uma interação entre os padres e um velho “mouro mercador”, que afirmava ter vivido treze anos no “Xetai”, do qual os jesuítas já tinham ouvido falar e pensavam ser possivelmente o Cataio³¹⁴. O mercador afirmava ter vivido em Cambaluc, onde residia um monarca muito poderoso e recluso, de pendor burocrático, sendo necessário petição escrita para obter uma audiência³¹⁵. Para entrar no dito “reino” era necessário possuir “(...) título de mercador e embaixador delRey de Caygar”³¹⁶. A partir daí o caminho era bastante seguro e eram pagas poucas taxas alfandegárias, havendo menos burocracia no caminho. “Perguntando-lhe mais pola gente da terra, disse que erão homens brancos, bem despostos e proporcionados e de barbas compridas, e erão christãos, mas que também auia entre eles muitos Muçauis que seguem a ley de Muça (que quer dizer Iudeus que leguem a ley de Moises) e muitos mouros”³¹⁷. Em seguida, eram descritos o “clero” e as igrejas do “Xetay”, afirmando-se que ambos são numerosos, sustentados pelo Rei, com imagens, liturgias e costumes que parecem ser semelhantes aos cristãos. Os padres não se casavam, vestiam-se de preto, exceto às sextas, altura que vestiam vermelho, “(...) trazem barretes na cabeça como nos mas maytes, e que os não tirão em suas cortesias”³¹⁸.

Para os jesuítas estantes no Subcontinente, esta notícia era a confirmação que o Cataio era real e não um mito. Na mesma carta, o padre Manoel Carvalho afirmava, em tom assertivo, que a viagem até ao Cataio seria de fácil realização, visto que Casgar ficava a apenas um mês de viagem de Lahore e que, com o apoio da corte mogol de Akbar (a qual mantinha boas relações com os jesuítas), a passagem seria garantida, tendo já confirmação de que o Grão-

³¹⁴ Cópia de hua do P. Manoel Carvalho de Malaca em Janeiro de 99. In Nicolau Pimenta, Pedro Craesbeeck, e Francisco de Melo Manuel, *Cartas que o Padre Nicolao Pimenta da Companhia de Jesu Visitador nas partes do Oriente da mesma Companhia, escreveo ao Géral della à 26. de Nove[m]bro do ano de 1599. & ao 1. de Dezembro de 600. nas quaes entre algu[m]as cousas notaveis & curiosas q[ue] conta de diversos reinos, relata o sucesso da insigne victoria q[ue] Andre Furtado de Mendoça alcãçou do Cunhale grande perseguidor da Fee & Christãdade da India & cruel inimigo daquelle estado* (Em Lisboa: impresso por Pedro Craesbeeck, 1602), 40.

³¹⁵ Cópia de hua do P. Manoel Carvalho de Malaca em Janeiro de 99. In Pimenta, Craesbeeck, e Manuel, 40.

³¹⁶ Cópia de hua do P. Manoel Carvalho de Malaca em Janeiro de 99. In Pimenta, Craesbeeck, e Manuel, 40.

³¹⁷ Cópia de hua do P. Manoel Carvalho de Malaca em Janeiro de 99. In Pimenta, Craesbeeck, e Manuel, 41.

³¹⁸ Cópia de hua do P. Manoel Carvalho de Malaca em Janeiro de 99. In Pimenta, Craesbeeck, e Manuel, 41.

Mogol estaria mais que disposto a apoiar tal projeto³¹⁹. Contudo, os jesuítas da província da China não partilhavam a mesma opinião³²⁰. Estes missionários defendiam que o Cataio se referia na verdade à China que, obviamente, não era cristã. Matteo Ricci, o superior da missão da China, era da opinião de que os relatos dos mercadores, nos quais os padres da Índia baseavam as suas informações, não eram fiáveis, já que muitos destes mercadores eram muçulmanos, e tinham tendência para mentir ou estariam simplesmente a confundir práticas budistas com cristãs³²¹. De modo a pôr fim à questão “(...) e igualmente para ver se por aquela parte se podia descobrir algum caminho mais curto para se comunicar com os chineses do que o marítimo”³²², o padre visitador Nicolau Pimenta, sob autorização do rei D. Filipe II de Portugal e com o apoio do vice-rei Ayres de Saldanha e do imperador Akbar, enviou o jesuíta Bento de Goes à procura do Cataio em 1602.

Sendo esta uma iniciativa bastante única e pioneira, vale a pena descrevê-la com algum detalhe. Bento de Goes, sob a entidade disfarçada de Abdula Isaí, um comerciante arménio cristão, partiu de Agra a 29 de outubro de 1602³²³. Numa jornada que demorou cerca de três anos, o explorador jesuíta cruzou os Himalaias até chegar a Suzhou, uma cidade construída junto da Grande Muralha, atualmente conhecida como Jiuquan da província de Gansu, no Norte da China. Particularizando³²⁴, de Agra partiu em direção às fronteiras do Império Mogol, passando por Lahore, Peshawar, Cabul, e chegando finalmente a Parwan, na fronteira do Indocuche. Do Império Mogol, Bento de Goes, acompanhado por Isaac, mercador arménio cristão ligado à corte de Akbar, seguiu diretamente para o Canato de Casgar, passando pelas periferias sul do Canato de Bucara. Chegado aqui, e após um extenso período de seis meses de preparação e de espera na cidade de Ircanda, Bento de Goes e Isaac partiram para o Reino de Cialis em Novembro de 1604³²⁵. Esta parte da viagem durou vários meses e os viajantes atravessaram o deserto do Taclamacã a partir da cordilheira montanhosa do Kuen Lun, passando pelos oásis e aldeias que apoiavam este caminho³²⁶, tais como Aq-su, Oi-tograk, Ugen, Koutcha, entre outras. Foi na cidade de Cialis (Kara-Shahr) que Bento de Goes

³¹⁹ Pimenta, Craesbeeck, e Manuel, 42–44.

³²⁰ Caraman, *Tibet*, 13.

³²¹ Matteo Ricci. *Istoria de la China i Cristiana Empresa hecha en ella por la Compañia de Jesus*. In Águas (intro e notas), *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio*, 26.

³²² Matteo Ricci. In Góis, Andrade, e Águas, 25.

³²³ Marques, *Os missionários jesuítas portugueses no Tibete*, 32.

³²⁴ O percurso realizado por Bento de Goes está traçado nas Figuras 1 e 3, Anexo A.

³²⁵ Matteo Ricci. In Águas (intro e notas), *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio*, 32.

³²⁶ C. Wessels, *Early Jesuit Travellers in Central Asia: 1603-1721* (New Delhi: Asian Educational Services, 1992), 32.

encontrou uns comerciantes regressados de uma incursão comercial à China, que na corte de Pequim tinham tido contacto com os jesuítas aí presentes, nomeadamente Matteo Ricci³²⁷. Na descrição que faziam da corte chinesa, este grupo de mercadores usava a expressão “Cathay” para se referir à China. Assim, “(...) dali em diante não tiveram dúvida alguma de que o Cataio só no nome se diferenciava da China, e de que a própria Corte, que os mouros chamavam Cambalu, era Pequim”³²⁸. No seguimento desta revelação, Bento de Goes decidiu continuar a sua jornada para a corte de Pequim, pretendendo voltar depois para a Índia a partir de Cantão (Guangzhou). No Natal de 1605, chegou à cidade de Suzhou, donde enviou uma carta a Matteo Ricci a detalhar a sua viagem e as conclusões retiradas, nomeadamente que o Cataio era a China e que a viagem era deveras perigosa e sem interesse comercial³²⁹. Pediu também ao superior que lhe arranjasse passagem para a capital, Pequim, de modo a completar a sua jornada. Infelizmente, nos dois anos em que esperou pela resposta, Bento de Goes adoeceu gravemente, falecendo a 11 de abril de 1607³³⁰.

O diário de viagem de Bento de Goes, que continha uma quantidade imensa de informação sobre os poderes da Ásia Central, incluindo as condições dos vários caminhos, distâncias entre cidades, dinâmicas económicas, especificidades culturais e religiosas, não chegou até nós. O diário foi destruído durante uma disputa entre os companheiros de viagem relativa à herança das posses do jesuíta³³¹. A partir dos fragmentos recuperados por Isaac e João Fernandes (discípulo chinês de Matteo Ricci enviado para ajudar na passagem) e do testemunho do primeiro, Matteo Ricci redigiu o relato da viagem, o qual foi traduzido para latim pelo padre Nicolas Trigault³³² em 1610 e editado apenas três séculos mais tarde, em 1911, por Pietro Tacchi Venturi. Intitulada *Relato da viagem extraído de Istoria de la China i Cristiana empresa hecha em ella por la Compañia de Jesus que, de los escritos del Padre Mateo Richo, compuso el Padre Nicolas Trigault*³³³, a obra descreve o percurso tomado por Bento de Goes, as informações relevantes das suas cartas e relata alguns eventos e episódios das viagens. É também importante referir Fernão Guerreiro, outra figura que escreveu sobre as viagens de Bento de Goes, na sua *Relação anual das coisas que fizeram os padres da*

³²⁷ Matteo Ricci. "Istoria de la China i Cristiana Empresa hecha en ella por la Compañia de Jesus." In Águas, *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio*, 31.

³²⁸ Matteo Ricci. In Águas, 34.

³²⁹ Wessels, *Early Jesuit Travellers in Central Asia*, 38.

³³⁰ Wessels, 39.

³³¹ Wessels, 40.

³³² Neves Águas, "Introdução", In Águas (intro e notas), Neves. *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio*, 20.

³³³ Águas, 23.

*Companhia de Jesus nas suas Missões... (1603-1611)*³³⁴. A sua narração é mais resumida e concisa do que a de Matteo Ricci, mas inclui excertos e mesmo duas cartas inteiras do explorador, escritas no início da viagem, algo ausente na narração do superior da missão na China.

A importância desta viagem prende-se com o facto de se tratar da primeira levada a cabo por um português que descreve diretamente a bacia do Tarim e boa parte da Transoxiana, regiões ainda bastante desconhecidas pelo Estado da Índia. Apesar do resultado ter sido desapontante, visto que o Cataio se mostrou inexistente e a possível rota terrestre alternativa entre a Índia e a China inviável, este é o primeiro relato europeu das terras da Ásia Central que não constituiu uma visão de segunda mão. Desta vez, a fonte de informação era perfeitamente portuguesa e cristã, sem hipótese de possíveis corrupções e ludíbrios por parte de “mouros” e/ou “gentios”.

É também aqui que o mito do Cataio perde credibilidade, pelo menos no seio no Companhia de Jesus. Como vimos acima, Bento de Goes tinha chegado à mesma conclusão que Matteo Ricci: “(...) that Cathay was simply a name that Muslim traders gave to the Chinese empire and that Prester John was nothing more than a myth build up in Europe”³³⁵. Contudo, Goes diferenciava o Cataio do Tibete, referindo que haveria efetivamente um reino algures nos Himalaias onde o Evangelho era lido, informação que retirou de uma interação que teve com um suposto “rei do Tibete” que tinha sido feito prisioneiro³³⁶.

Em 1605, foi instituída a província jesuíta do Malabar, passando a existir duas províncias jesuítas na Índia, Goa e Malabar³³⁷, algo que exigiu um período de reestruturação e de reorganização das atividades da Companhia no Subcontinente. Após a próspera etapa de expansão da influência portuguesa e cristã, correspondente à segunda metade do século XVI, o século XVII assistiu a um declínio desta influência na Ásia. A ligação entre as Coroas portuguesa e castelhana deu pretexto e justificação válida às Províncias Unidas e a outros poderes europeus com ambições extra-europeias para competir com os poderes ibéricos, dominantes até então. Perderam-se importantes portos de influência portuguesa e a presença comercial lusa na Ásia ressentiu-se de forma concomitante. A influência do Catolicismo sofreu

³³⁴ Neves Águas, In Águas, 20.

³³⁵ Horácio Araújo. "Jesuit Narratives, Eastern Missions." In Jennifer Speake, *Literature of Travel and Exploration: G to P* (Taylor & Francis, 2003), 655.

³³⁶ Maria Armanda Ramos. "Tibete." In Albuquerque e Domingues, *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*, II:1030.

³³⁷ Maria de Lurdes Ponce Edra de Aboim Sales, "Do Malabar às Molucas: os Jesuítas e a Província do Malabar (1601-1693)" (doctoral Thesis, 2015), ix, <https://run.unl.pt/handle/10362/19047>.

igualmente impasses: a morte de Akbar em 1605, simpatizante dos jesuítas, e a ascensão do seu filho Jahangir a imperador, levou à perda da relação privilegiada que antes existiria entre a Companhia e o poder mogol. Assim, e apesar da questão do Tibete ter continuado presente na mente dos jesuítas, não houve nem muitas oportunidades, nem sequer interesse em financiar e aprovar mais iniciativas relativas a esta questão.

Cerca de vinte anos mais tarde, em 1624, o padre António de Andrade e o irmão Manuel Marques, que se encontravam em atividade religiosa no Império Mogol, resolveram partir à procura do Tibete, mas sem autorização da Companhia de Jesus. O padre António de Andrade, reinol e superior da missão do Mogol, estava bem ciente de toda a questão do Tibete e da interrupção que houvera na sua busca. Assim, tirando partido de um momento oportuno, materializado em Deli sob a forma do encontro com “uma caravana de peregrinos que iam em romaria a um seu pagode muito famoso”³³⁸, localizado ao pé dos Himalaias, António de Andrade decidiu partiu à procura de reinos cristãos. O padre justifica a sua tomada de decisão e ação com as seguintes palavras: “vendo-me em companhia de gente que me podia servir de guia em grande parte do caminho, e que perdida esta ocasião, tarde se oferecia outra, me resolvi a ir tomar notícia daquelas nações”³³⁹. Após uma longa jornada de vários meses, António de Andrade e Manuel Marques chegavam a Tsaparang, a capital do Reino do Guge³⁴⁰.

O Reino de Guge, localizado no sudoeste do Tibete e fazendo fronteira com Caxemira e com o Reino de Ladaque, mostrava-se adverso à influência ascendente dos Lamas Guelupas, os quais se encontravam ali integrados. O Guge tinha também más relações com o vizinho Ladaque, para o qual a conquista do primeiro era uma ambição antiga³⁴¹. Os jesuítas portugueses chegaram precisamente na altura em que se vivia este ambiente interno de conflito. Quer por curiosidade por algo considerado exótico, quer como modo de fazer face à influência dos lamas, o rei Thi Tashi Dagpa do Guge recebeu António de Andrade e Manuel Marques, convidando-os a estabelecerem-se na sua capital. As razões para este ato do rei foram várias: por um lado e duma perspetiva política, os jesuítas foram usados como instrumento para antagonizar os lamas; por outro lado, existiam interesses comerciais em jogo, uma vez que os jesuítas traziam acesso a produtos exóticos vindos da Europa. Assim, o padre António de

³³⁸ António de Andrade. “Novo Descobrimto do Gram Cathayo, ou Reinos do Tibete, pelo Padre António de Andrade, da Companhia de Jesu, Português, no ano de 1624.” In *Águas* (intro e notas.), Neves. *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio, A aventura portuguesa* (Mem Martins: Europa-América, 1988), 70.

³³⁹ António de Andrade. In *Águas*, 75.

³⁴⁰ Para uma melhor visualização do percurso tomado, veja-se as Figuras 1 e 3 do Anexo A.

³⁴¹ Marques, *Os missionários jesuítas portugueses no Tibete*, 94.

Andrade e o irmão Manuel Marques integraram-se no Reino de Guge na corte do rei Thi Tashi Dagda, que o padre refere como “Chodapô” nas suas cartas.

Após uma estadia de um mês em Tsaparang, a capital do Guge, António de Andrade e Manuel Marques concluíram que o Reino de Guge era um espaço favorável à conversão e ao estabelecimento de uma missão³⁴². Thi Tashi Dagda e a sua rainha mostravam-se abertos à iniciativa e entusiastas de uma presença jesuíta no seu Reino, tendo assinado um contrato com a Companhia de Jesus por intermédio de António de Andrade, que garantia a liberdade de conversão, o estabelecimento de uma igreja em Tsaparang e a rejeição dos vestígios muçulmanos no Reino³⁴³. Os jesuítas regressaram a Agra, onde António de Andrade pediu permissão e apoio ao estabelecimento de uma missão em Tsaparang por meio duma carta ao Provincial de Goa, Francisco Vergara, detalhando as suas descobertas. Em 1626, após execução das preparações necessárias, o padre António de Andrade regressava então ao Tibete, a 15 agosto, juntamente com Gonçalo de Sousa, com autorização do Provincial e os recursos necessários para o estabelecimento da missão. O fundador da missão permaneceu em Tsaparang durante cerca de quatro anos, regressando a Goa, em 1630, para exercer a função de Provincial nessa área.

A carta que António de Andrade escreveu, datada de novembro de 1624, apresenta as primeiras descrições diretas que possuímos acerca do Tibete por um europeu. A especificidade desta missiva e de outra posterior, de 1626, onde é descrita o estado de situação da missão, justificou a respetiva publicação, em Lisboa pelo livreiro Matheus Pinheiro³⁴⁴, num livro intitulado *Novo Descobrimento do Gram Catayo ou Reinos de Tibete, pelo padre António de Andrade, da Companhia de Jesu, português, no ano de 1624*. Esta obra difere dos outros relatos que analisámos anteriormente, pois é simultaneamente um relato de viagem e um relatório do progresso de uma missão, sendo também destinado a dois públicos distintos, um religioso e outro leigo. Apresenta, por isso, uma amálgama de intenções e objetivos, que obviamente condicionam o conteúdo. Primeiramente, o padre António de Andrade, como fundador e subsequente superior da missão de Tsaparang, procurou fomentar o interesse na sua missão, quer dentro da Companhia de Jesus quer fora desta. Procurava assim dar a conhecer as realidades geográficas, culturais, religiosas e políticas do Tibete, e apresentá-lo como um

³⁴² Bruna Dutra de Oliveira Soalheiro Cruz, "A missão tibetana na correspondência jesuíta (1624-1631)", (Mestrado em História Social, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009), 43, <https://doi.org/10.11606/D.8.2009.tde-21102009-164743>.

³⁴³ Cruz, 84–85.

³⁴⁴ Didier, *Les portugais au Tibet*, 16.

espaço favorável à missão. Estando ciente do lento declínio da influência portuguesa na Ásia e das consequências disso na competição entre o Protestantismo e o Catolicismo na Europa, o padre imbuíu de uma dimensão geopolítica a descoberta do Tibete e estabelecimento católico na zona.

Apesar de não encontrar cristãos, António de Andrade manteve o misticismo que rodeava a questão do Tibete, assim como o seu elo ao Cataio. Na abertura da primeira carta, a descoberta do Tibete é mostrada como uma vitória, entre muitas, da fé católica na sua propagação e da União Ibérica na luta contra os agressores protestantes. Com efeito, refere “a Baía restaurada com tanta glória nossa (...); a armada dos holandeses vencida pela portuguesa no Oriente; (...) a redução do grande império de Etiópia à obediência da Santa Igreja Católica”³⁴⁵, juntando a esses êxitos a redescoberta do Grande Cataio, que seria uma cidade algures na Mongólia designada *Katay*³⁴⁶. Apesar de António de Andrade nunca a ter visitado, a menção a esta cidade era crucial para mostrar a importância da sua missão. Muitos continuavam desapontados, ou pouco convencidos, pelas conclusões fatalistas de Bento de Goes, por isso o uso do Cataio para chamar a atenção para o Tibete foi muito eficaz³⁴⁷. A descoberta do Tibete enquadrava-se perfeitamente no progresso da procura do mítico Cataio e, apesar de não ser propriamente aquele reino, o Tibete assemelhava-se-lhe bastante em termos das características que apresentava, como veremos mais adiante. Deste modo, a procura do Cataio continuava, mas agora acompanhada de um novo ponto de interesse, o Tibete. É a partir do pretexto de “localizar o Cataio e descrever os budistas tibetanos”³⁴⁸ que, em colaboração com a província do Malabar, são enviados, em 1626, três jesuítas para estabelecer uma missão no Reino de Utsang, na cidade de Shigatsé³⁴⁹.

António de Andrade criou a narrativa de que o Tibete tinha um passado cristão, cujos vestígios ainda eram visíveis e podiam encontrar-se nas estruturas sociais e nas doutrinas dos lamas. Viam-se exemplos disto quando se comparavam o clero europeu e os lamas tibetanos. As doutrinas e liturgia budista eram interpretadas através duma lente cristã, fazendo-se um esforço para formar ligações e paralelos entre os costumes tibetanos e a doutrina católica³⁵⁰.

³⁴⁵ António de Andrade. "Novo Descobrimento do Grã Cataio ou Reinos de Tibete, pelo padre António de Andrade, da Companhia de Jesu, português, no ano de 1624." In Águas (intro e notas), *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio*, 75.

³⁴⁶ Didier, *Les portugais au Tibet*, 16.

³⁴⁷ Didier, 16.

³⁴⁸ Cruz, "Política e retórica", 138.

³⁴⁹ Cruz, 137–38.

³⁵⁰ Cruz, 149–50.

Neste enquadramento, os tibetanos eram vistos como gente pia, adversa ao Islamismo, que ocupavam o patamar superior na classificação das pessoas do Oriente no que dizia respeito à abertura à conversão. Daí que os sacerdotes jesuítas se remetessem a “(...) uma estratégia de conversão baseada no convencimento em detrimento da força física ou da coerção”³⁵¹.

O soberano Thi Tashi Dagma era descrito como aberto à fé católica e amigo dos padres, sendo referido como “El-Rei” em vez de “Raja”. Devido à má relação que este mantinha com os lamas, os próprios jesuítas acabaram por formar uma opinião negativa deste grupo social. António de Andrade descrevia estas elites religiosas como decadentes e pouco competentes no debate teológico³⁵². Na primeira e na segunda carta, António de Andrade descreve detalhadamente debates que teve com os lamas, dos quais sai sempre bem-sucedido e é aplaudido por Thi Tashi Dagma, o qual aproveita a situação para humilhar os lamas³⁵³. Contudo, de acordo com Hugues Didier, a hostilidade que era descrita entre padres e lamas é algo exagerada, visto que os jesuítas “(...) tinham demasiado a temer e demasiado a receber ou aprender com os monges budistas para os tratarem com desprezo ou agressividade. Só eles podiam ajudá-los a decifrar e a compreender o seu Livro santo, muito provavelmente a versão tibetana do tratado da Sabedoria Transcendental”³⁵⁴. Contudo, compreende-se que para uma audiência europeia fosse imprudente descrever os jesuítas como alunos dos lamas.

António de Andrade mostrou assim o Guge como um alvo de pregação desejável, com um rei aliado aos interesses jesuítas, e acrescentou-lhe uma vertente geopolítica estratégica, que justificava a importância do estabelecimento da Companhia no Tibete. Localizado entre dois centros importantes de atividade jesuíta, ou seja, o Mogol e a China, os reinos do Tibete constituiriam uma ponte de ligação terrestre entre estes dois espaços, criando uma rota alternativa de comunicação e comercial entre estes dois espaços, visto que as rotas tradicionais marítimas estavam em risco, devido à nova competição europeia. Adicionalmente, o espaço do Tibete formava um ponto de acesso vantajoso às estepes da Ásia Central, “o que faria desse “reino” uma “porta” ou “escada” para a pregação do Evangelho por toda a Ásia”³⁵⁵.

Observamos aqui outro aspeto único deste relato: o foco na Ásia Central como um dos objetivos primários. Até à data, as viagens e os projetos portugueses atinentes àquela região visavam servir os interesses marítimos nacionais na Ásia portuguesa e a posição lusa nos

³⁵¹ Cruz, 143.

³⁵² António de Andrade. *Annua do Tibete do ano de 1626*. 1.ª Via. In Didier, *Les portugais au Tibet*, 122–23.

³⁵³ António de Andrade. *Annua do Tibete do ano de 1626*. 1.ª Via. In Didier, 130.

³⁵⁴ Didier, 21.

³⁵⁵ Cruz, “Política e retórica”, 142.

espaços onde se encontrava já estabelecida. A procura de percursos alternativos de comunicação entre o Reino e a Índia portuguesa e a China faziam parte deste *modus operandi*. A missão de António de Andrade também seguia este paradigma, mas incluía adicionalmente ambições de expandir a presença católica, e inclusivamente a portuguesa, para lá do paradigma talassocrático. Tal ambição era uma projeção, obviamente, extremamente otimista, mesmo se as missões tibetanas fossem um sucesso. A verdade é que, independentemente de todo o entusiasmo e misticismo que rodeava as missões nos Himalaias, havia uma realidade inescapável: o Tibete e seus reinos eram demasiado periféricos e longínquos para terem grande utilidade a curto prazo. É por este motivo que assistimos a um discurso vigoroso nas cartas de António de Andrade em defesa das missões do Tibete, usando uma combinação do misticismo da lenda do Cataio com o fervor da luta contra os protestantes, de modo a criar uma aura especial à volta do seu projeto, ao mesmo tempo que era também enfatizado o potencial geopolítico de se manter uma presença jesuíta no Tibete. Neste aspeto, António de Andrade fez um ótimo trabalho, criando um legado de interesse na continuação do seu trabalho. António de Andrade estabeleceu as bases missionárias, políticas e ideológicas das missões do Tibete atraindo muito interesse, especialmente na administração jesuíta do Subcontinente, e chamando muita atenção na Europa, onde as suas cartas foram rapidamente traduzidas e publicadas em várias línguas³⁵⁶.

Ironicamente, foram as próprias ações de António de Andrade que impediram a continuação do seu trabalho após a sua morte. A grande controvérsia que assombrava a missão de Tsaparang era a suspeita de que o dito padre tirava proveito monetário da sua missão³⁵⁷. Em muitos espaços de missionação, incluindo o Tibete, o comércio era usado como instrumento para manter as missões³⁵⁸, contudo, até que ponto António de Andrade estaria, de facto, a beneficiar monetariamente do esquema comercial é difícil de dizer. É importante referir a importância do comércio e das trocas materiais para o sustento da missão. Desde os primeiros contactos, Thi Tashi Dagma mostrava fortes interesses comerciais com os portugueses, inclusivamente, chegando a pensar que os jesuítas eram mercadores³⁵⁹. Durante uma festa em Tsaparang, o príncipe do Guge apresenta-se “(...) vestido à portuguesa”³⁶⁰, o que mostrava

³⁵⁶ Cruz, "A missão tibetana na correspondência jesuíta (1624-1631)", 43.

³⁵⁷ Cruz, *Política e retórica*", 137.

³⁵⁸ Dauril Alden, *The Making of an Enterprise: The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1750* (Stanford University Press, 1996).

³⁵⁹ António de Andrade. "Novo Descobrimto do Grã Cataio ou Reinos de Tibete, pelo padre António de Andrade, da Companhia de Jesu, português, no ano de 1624". In Águas (intro e notas), *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio*, 78.

³⁶⁰ António de Andrade. Terceira carta de António de Andrade. In Didier, *Les portugais au Tibet*, 147.

bem o fascínio do rei pelos trajes e outros exoticismos europeus que os jesuítas traziam e lhe ofereciam. Na verdade, a entrega de prendas era algo essencial para manter as missões: quando Ladaque absorveu o Guge e Thi Tashi Dagpa foi aprisionado, em 1631, o novo rei continuava a tolerar a presença jesuíta, não com o mesmo entusiasmo do patrono anterior, mas com interesse nos benefícios comerciais e materiais que daí lhe vinham³⁶¹. Existia claramente uma fricção entre António de Andrade e quem o apoiava e os seus críticos. Este facto pode ser comprovado quando, em 1631, a província do Malabar encerrou a missão de Utsang, sob pretexto da morte dos jesuítas Estêvão Cacela e Manuel Dias um ano antes na travessia do planalto tibetano³⁶². Tendo em conta a cultura de peregrinação que estes homens seguiam, é pouco provável que esta missão tivesse sido encerrada devido à morte de alguns deles pelos caminhos que percorriam. Era dado adquirido para os religiosos que o perigo os espreitava a cada curva de caminho, onde poderiam deixar a vida a todo o momento, no entanto a sua força espiritual mantinha-os firmes no seu trajeto, apesar de tudo o que sofriam ao longo da viagem. Assim, é mais provável ver o encerramento da missão de Utsang sob a lente de uma disputa interna na Companhia relativa à continuação destas missões.

Como estamos já a ver, a dificuldade da viagem de Goa para Tsaparang constituía um fator bastante limitante nos esforços de conversão dos jesuítas. Além disso, o elevado custo do transporte condicionava bastante as opções do tipo de material e do número de jesuítas que era viável fazer circular. O caminho era particularmente perigoso, mesmo para os padrões da Ásia Central. Os viajantes jesuítas “experienced hardships and dangers that would have tested mountaineers with modern equipment”³⁶³. Francisco de Azevedo, visitador da missão do Tibete no ano de 1631, descreveu a António de Andrade, já provincial de Goa, as dificuldades de percorrer os Himalaias.

“Porque relatar a Vossa Reverencia os riscos da vida a subir e descer por empinadas e desesperadas serras, o passar de furiosos rios, ora a vau com a água frigidissima pelos peitos, ora por pontes de cordas perigosissimas, as topadas, as quedas por estreitissimos caminhos de um só palmo às vezes de largo, pelo recosto das serras, o subir de gatinhas e descer escorregando de costas, o dormir por vezes não digo só no chão todo ano, mas despido algũas por ter o fatinho ensopado em água da chuva, sem ter farrapo com que me abrigasse, nem erva, ou palha que com sua brandura me fosse boa. (...) Os sobressaltos de ladrões em

³⁶¹ Cruz, "Política e retórica", 168.

³⁶² Caraman, *Tibet*, 79.

³⁶³ Caraman, 7.

tão novos e perigosos caminhos, o andar em trajes de mouro com toucas e cabaias quase todo este ano com o alfange de ãa parte na cinta e da outra o coldre com o arco no ombro e pistolete ou espingarda, o que tudo era necessario, alem de outras muitas rezões por amor daqueles. As perrarias dos alcavalistas; // [fl. 92v.] a sem razão dos servidores e animais que no mato nos deixavam muitas vezes sem guia desamparados, a desumanidade de nos não quererem algũas vezes dar água pera beber por lhe não contaminarmos seus vasos, nem emprestar ãa panela pera cozer o nosso arroz, por nos terem por casta baixa, sendo-o eles de baixissimas, por haverem e dizerem que só nós o eramos por comer vaca.”³⁶⁴

Como vemos, os obstáculos não eram só experimentados ao nível do relevo e do clima, mas também em termos humanos. O mais difícil destes últimos não chegava a ser os ditos ladrões ou a atitude das gentes locais, mas sim as autoridades dos reinos por onde se passava. Por exemplo e no caso da missão de Tsaparang, o Reino de Caxemira constituiu uma verdadeira frustração para os padres. Na primeira viagem, foram detidos pelo soberano por suspeita de espionagem e, na segunda, foram roubados devido a corrupção na alfândega (mesmo apesar de se encontrarem protegidos por decreto)³⁶⁵. Ou seja, era uma jornada bastante perigosa, além de dispendiosa. E logicamente, enviar apoio para estas missões constituía um risco elevado, pois os missionários podiam simplesmente morrer pelo caminho e, nesse caso, como aconteceu com os padres Estevão Cacela e Manuel Dias na sua procura de um caminho alternativo de Utsang para Tsaparang. Assim, uma das críticas de Nuno Coresma, o sucessor de António de Andrade como superior da missão do Tibete, prendia-se com o alto custo destas missões sem nenhuma promessa de retorno deste investimento³⁶⁶.

A presença portuguesa no Tibete revelou-se esporádica. As dificuldades no transporte e na travessia, a oposição tanto dos lamas como de fações dentro da própria Companhia de Jesus e o facto de se tratar de uma iniciativa gerida quase exclusivamente por António de Andrade, uma figura controversa na sua época, fazia daquelas missões algo complicado e pouco interessante de manter. Também o ambiente político não ajudava a situação, na medida em que o antagonismo do Reino do Guge contra os Guelupas, apesar de inicialmente benéfico para a missão, pôs Thi Tashi Dagma numa situação política precária. Em 1631, o Reino do Guge sofreu uma derrota desastrosa contra o Reino de Ladaque, que aprisionou o monarca

³⁶⁴ Francisco de Azevedo, "Pera o Padre António Freire Procurador das Provincias da India da Companhia de Jesus em Portugal, 1632." In Didier, *Les portugais au Tibet*, 210.

³⁶⁵ António de Andrade. "Outra carta do Padre António de Andrade." In Águas (intro e notas), *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio*, 121.

³⁶⁶ Cruz, "Política e retórica", 168.

vencido. O visitador Francisco de Azevedo conseguiu negociar com Ladaque no sentido de se manter uma presença jesuíta na região, inclusive mesmo na capital do dito reino, Lé³⁶⁷. Contudo, o novo rei oferecia menos proteção e exigia mais presentes³⁶⁸, dificultando severamente a já fraca atividade jesuíta. Com a morte de António de Andrade, em 1634³⁶⁹, a missão jesuíta no Tibete perdeu o último dos seus dois pilares de apoio³⁷⁰. De facto, em 1635, foi enviado um grupo de jesuítas liderado pelo novo superior, Nuno Coresma, que se mostrou um forte crítico relativamente à viabilidade da missão, tal como tinha sido apresentada pelo seu antecessor³⁷¹. Este facto, aliado à influência omnipresente da escola Guelupa no Tibete a partir de 1642³⁷², levou à rápida dissolução das missões tibetanas, redistribuindo-se prioridades e recursos. Será apenas em inícios do século XVIII que assistiremos a um recomeço da presença europeia nesta região, mas ainda no quadro do Padroado Português, com os jesuítas Ippolito Desideri e Manoel Freire a chegar a Lé, a capital do Ladaque, em 1715³⁷³. Até lá, a falta de interesse da Companhia de Jesus e o novo domínio teocrático dos Dalai Lamas impediu qualquer presença religiosa no Tibete, razões que se aliavam ainda à longa e perigosa viagem e à degradação das relações entre o Estado da Índia e o Império Mogol.

De certo modo, as informações extraídas destas iniciativas tornaram-se o seu resultado mais duradouro. Os escritos saídos da missão tibetana, desde relatos de António de Andrade, Estevão Cacela, João Cabral e Francisco de Azevedo, onde são descritos os Himalaias e a sociedade tibetana nas vésperas da unificação, foi o que trouxe mais proveito quer à Companhia de Jesus quer ao Estado da Índia. A obra de António de Andrade, para além de conter informação valiosa, constituía também uma excelente peça de propaganda jesuíta que transmitiu uma boa imagem da Companhia e incentivou ingressão na mesma³⁷⁴. O aspeto mais valioso desta saga da procura de cristandades na Ásia foi o carácter único dos eventos que propulsionou: em nome da procura do Cataio, a primeira viagem portuguesa pela Bacia do Tarim foi realizada e narrada por escrito; a primeira presença permanente na Ásia Central foi estabelecida, apesar de efémera. Contudo, a desintegração das missões tibetanas marcou o fim de um período de interação portuguesa na Ásia Central.

³⁶⁷ Caraman, *Tibet*, 56.

³⁶⁸ Didier, *Les portugais au Tibet*, 50.

³⁶⁹ Cruz, "Política e retórica", 117.

³⁷⁰ Considerados o apoio do soberano local e o braço português jesuíta (Cruz, 168.)

³⁷¹ Cruz, 140–41.

³⁷² Cruz, 127.

³⁷³ Caraman, *Tibet*, 113.

³⁷⁴ *Les portugais au Tibet*, 22.

Existiu ainda outro viajante português na Ásia Central no século XVII, mas que parece ter sido negligenciado pela historiografia das viagens portuguesas terrestres. Refiro-me ao jesuíta Tomás Pereira.

3.4. As viagens de Tomás Pereira: um conflito de lealdades e ambições

Até agora, as viagens e iniciativas que tenho descrito e analisado tinham como ponto de partida o Estado da Índia ou zonas onde este tinha interesses diretos, mais concretamente, Ormuz, Goa e as missões católicas estabelecidas no Subcontinente Indiano. Era a partir daí que os portugueses agiam, principalmente na zona oeste da Ásia Central: na Transoxiana, nos Himalaias, no Pamir e no Coraçone, que faz fronteira com o Hindustão. Excetuando a viagem de Bento de Goes, pouquíssimos são os relatos escritos sobre viagens portuguesas para lá da Bacia do Tarim. O interesse do Estado da Índia, como vimos, limitava-se à parte ocidental da Ásia Central e pouco mais. Mesmo no caso do Tibete, nunca houve nenhuma tentativa do Estado da Índia em estabelecer contacto direto com os reinos dos Himalaias. Havia ainda outro espaço periférico, outro poder externo à Ásia Central, no qual os portugueses também atuavam. Refiro-me à China, nomeadamente durante as dinastias Ming e Qing, onde os portugueses se encontravam estabelecidos desde 1557, data da fundação da cidade de Macau.

No que concerne a ação portuguesa na China, destacam-se, uma vez mais, os jesuítas. A Companhia de Jesus, aproveitando o impulso da Expansão Portuguesa, estabeleceu-se em Macau logo em 1564. Nas primeiras décadas, o processo de conversão dos gentios e o crescimento da presença missionária revelou-se extremamente difícil e pouco eficaz. Por um lado, a longa e incerta viagem marítima, condicionava a chegada de novos missionários. Por outro lado, a atitude estrita e proibitiva dos mandarins de Guanzhou (Cantão) reduzia bastante os espaços de atuação dos missionários: só em 1582 é que a Companhia conseguiu fundar uma missão no interior da China, em Zhaoqing na província de Guangdong³⁷⁵. Existia também uma séria barreira linguística e cultural que fazia do Cristianismo algo difícil de aceitar e compreender por parte dos chineses. Mesmo no seu auge, em meados do século XVII, os cristãos na China representavam uma pequeníssima fração da população total, cerca de 0,1%³⁷⁶. Este desabrochamento extremamente lento do Cristianismo na China acabou por ser ultrapassado, essencialmente graças aos esforços do padre Matteo Ricci, que conseguiu mudar

³⁷⁵ João Paulo Oliveira e Costa. "China." In Azevedo e Jorge, *Dicionário de história religiosa de Portugal*, 334.

³⁷⁶ João Paulo Oliveira e Costa. In Azevedo e Jorge, 335.

a percepção chinesa dos jesuítas de budistas exóticos para letrados confucionistas. Deste modo, e pela primeira vez, a Companhia de Jesus conseguiu estabelecer-se para lá da província de Guangdong, imiscuindo-se no território chinês, inclusivamente na província de Jiangxi e até mesmo na famosa capital Ming de Pequim. Aí, Matteo Ricci integrou-se nas redes de contacto da alta burocracia imperial, através da partilha dos conhecimentos europeus, criando assim um precedente que acabou por definir a posição dos jesuítas na China.

Dada esta presença institucional do Padroado Português na China, seria de esperar que este espaço fosse outro ponto de partida para iniciativas de viagem pela Ásia Interior. No entanto, este não foi o caso, pelo menos numa fase inicial. O período que decorreu durante todo o século XVI e início do século XVII correspondeu principalmente a uma fase de fundação e estabelecimento. O foco dos primeiros missionários na China centrava-se na aprendizagem da língua e no estudo da cultura. As interações com os tártaros eram esporádicas e imprevistas, como, por exemplo, quando o dominicano Gaspar da Cruz avistou prisioneiros mongóis em Guanzhou³⁷⁷. As informações sobre a zona oriental da Ásia Central, mais concretamente as regiões da Tartária, que os europeus recolhiam e usavam nas suas obras durante o século XVI e inícios do século XVII, eram principalmente de origem chinesa, já que não existia a ambição de viajar e conhecer a região em primeira mão. Aliás, muitas destas informações eram incluídas em obras e tratados sobre a China como um aparte. Como exemplos temos o *Tractado em que se cotam muyto por este so as cousas de China com suas particularidades*, de 1569, redigido por Gaspar da Cruz ou a *Historia de las cosas mas notables, ritos y costumbres del gran reyno de la China*, obra redigida por Juan González de Mendoza em 1585³⁷⁸. Juntando a isso as tradições literárias de Marco Polo e de outros autores medievais, percebemos porque é que a percepção europeia da Tartária e dos seus habitantes pouco mudou no século XVI. O tártaro continuava a ser o conquistador, o bruto da estepe, noção evidentemente confirmada pelos chineses que eram vítimas das suas razias. Foi nestas razias que Fernão Mendes Pinto se inspirou para descrever os tártaros como expansionistas violentos, mas pragmáticos³⁷⁹. A única novidade notória sobre a Tartária, durante este período, foi a distinção entre mongóis e

³⁷⁷ Dong Shaoxin, "The Tartars in European Missionary Writings of the Seventeenth Century", *Foreign Devils and Philosophers*, 28 de janeiro de 2020, 84, https://doi.org/10.1163/9789004418929_005.

³⁷⁸ Dong, 84–85.

³⁷⁹ Na verdade, Fernão Mendes Pinto nunca esteve no interior da China, baseando a sua narrativa em descrições de segunda mão e na sua imaginação. Para uma análise mais detalhada sobre o assunto, veja-se: Jorge Santos Alves, *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação : studies, restored portuguese text, notes and indexes.*, vol. III (Lisboa: Fundação Oriente : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010), 148–66.

manchus, agora definidos como tártaros e jurchens, respetivamente, nos diários de Matteo Ricci³⁸⁰.

Notemos aqui duas especificidades da interação europeia com o leste da Ásia Interior. A primeira refere-se ao papel da Companhia de Jesus como entidade principal na atuação europeia na China. Na realidade, os interesses da Companhia de Jesus e da Igreja Católica sobrepunham-se aos da Coroa e do Padroado Português. Uma vez mais, a realidade periférica da Ásia Central era o maior obstáculo ao interesse oficial português. Para os portugueses, o interesse na China estava concentrado em Macau, na sua manutenção e no proveito que tiravam do seu comércio. A presença portuguesa na península de Macau constituía uma situação ambígua em termos oficiais. Em teoria, durante a época dos Ming, os estrangeiros não estavam autorizados a tomar residência permanente no território, no entanto, e em termos não oficiais, os mandarins de Cantão permitiam que os mercadores portugueses residissem em Macau, devido ao proveito comercial que daí tiravam e à proteção superior que os portugueses ofereciam à costa chinesa³⁸¹. Aliás, a existência de Macau deve-se muito simplesmente à corrupção local e ao pragmatismo comercial dos mandarins de Cantão, que eram, na realidade, a principal entidade com quem os portugueses se importavam em manter relações amigáveis, com o intuito de continuarem a gerir e a atuar no porto de Macau³⁸². Neste contexto, a presença jesuíta na corte chinesa, apesar de útil, não era de todo essencial. Deste modo, os interesses da Igreja Católica, nomeadamente a conversão, tinham predominância na ação europeia no norte da China. A influência do Padroado Português não era de todo inexistente, mas também não era proativa, manifestando-se mais reativa, como veremos adiante.

A segunda especificidade prende-se com uma inversão de contacto entre a China e a Ásia Central. De facto, no Subcontinente Indiano era principalmente o Império Mogol que agia sobre a Ásia Central, estendendo a sua influência desde os Pamir até à Transoxiana. A atividade portuguesa acompanhava esta dinâmica, já que os portugueses, seguindo os jogos de poder do Grão-Mogol, adquiriam, deste modo, todo o género de informações sobre a Ásia Central. Assim, à medida que os mogóis expandiam a sua influência pela Transoxiana e mais aldeias e lugares iam ficando sob o seu poder, os jesuítas que frequentavam a corte iam tendo acesso a essas várias áreas, recolhendo informação sobre as suas gentes, modos de vida e lugares. Contrariamente, no caso da China, esta dinâmica encontrava-se invertida: era a Ásia Central

³⁸⁰ Dong, "The Tartars in European Missionary Writings of the Seventeenth Century", 85.

³⁸¹ Luís Filipe Barreto, *Macau: poder e saber séculos XVI e XVII*, 1a ed, Biblioteca do século 17 (Lisboa: Presença, 2006), 32.

³⁸² Barreto, 32–33.

que atuava sobre a China, ou seja, eram os movimentos dos tártaros que lideravam os contactos com os outros povos e, para o caso que nos interessa aqui, com a China. Era pelas movimentações destes povos que os portugueses que se encontravam na China os ficavam a conhecer e obtinham diversas informações. Assim, os contactos que os portugueses tiveram com os mongóis foram sempre mais reativos, no sentido em que a sua relação com eles era derivada das ações dos primeiros.

A mudança dinástica chinesa constituiu um evento importante, em termos geopolíticos, já que se tratou efetivamente da ascendência de um poder da Ásia Central, cuja influência de âmbito local evoluiu para se tornar uma verdadeira potência regional. As incursões e a rápida conquista militar dos manchus e a subsequente tomada das rédeas do poder na China pela nova dinastia Qing, em 1644, fez daquele grupo étnico o novo foco das cartas anuais e dos relatos jesuítas³⁸³. A invasão foi inicialmente interpretada pelos jesuítas como uma punição divina à corte Ming pela sua rejeição do Cristianismo e pela perseguição dos crentes levada a cabo em 1616. Usando esta premissa na sua estratégia de conversão, os jesuítas insinuavam junto das elites que a sua aceitação do Cristianismo poria fim às incursões manchus³⁸⁴. Sem prejuízo para o exposto, a perspectiva dum mudança dinástica agradava à Companhia de Jesus, cujos esforços se viam bastante restringidos pela corte e pela burocracia Ming. Quando tal mudança aconteceu, o estudo da cultura e dos costumes manchus tornou-se essencial para os europeus com interesses no mundo sínico, que tiveram de descrever e se adaptar ao novo paradigma político da China³⁸⁵, o qual acabou por se apresentar benéfico para todos os envolvidos, incluindo os missionários.

A dinastia Qing representou um momento de abertura cultural e expansão da sua influência a norte da China. Os novos imperadores mostravam-se igualmente abertos e curiosos relativamente aos conhecimentos tecnológicos e culturais europeus. Os cálculos astronómicos dos jesuítas provaram ser mais precisos do que os dos mandarins da corte imperial, algo que lhes garantiu uma presença e participação na mesma, pois cabia ao imperador, como Filho do Céu, estar ciente, em termos metafísicos e/ou religiosos, dos movimentos celestes³⁸⁶. A partir daí, outras áreas de conhecimento europeu começaram a despertar o interesse da corte, desde a matemática à geografia, passando pela teoria e tecnologia militar e até mesmo à música, como veremos mais adiante. Assim, e para todos os efeitos, os jesuítas atuavam na corte imperial

³⁸³ Dong, "The Tartars in European Missionary Writings of the Seventeenth Century", 88.

³⁸⁴ Dong, 88.

³⁸⁵ Dong, 100.

³⁸⁶ João Paulo Oliveira e Costa. In Azevedo e Jorge, *Dicionário de história religiosa de Portugal*, 334.

como mandarins: aconselhavam o imperador, acompanhavam-no em viagens e exerciam diversas funções intelectuais, como, por exemplo, a gestão do observatório ou a criação de planos arquitetónicos³⁸⁷. Tal abertura por parte dos manchus, juntamente com a nova proximidade dos jesuítas ao centro de poder, possibilitou uma certa tolerância face ao Cristianismo e, conseqüentemente, assistiu-se a um aumento progressivo do número de crentes³⁸⁸. Apesar deste sucesso, não esqueçamos que os jesuítas e cristãos fizeram sempre parte de uma realidade marginal na sociedade chinesa: contavam-se cerca de 150 mil batizados em meados do século XVII³⁸⁹.

Tendo em conta estas características, explica-se o renovado interesse europeu na Ásia Central, nomeadamente na “Tartária Ocidental” e “Tartária Oriental”, ou seja, na Mongólia e na Manchúria³⁹⁰, a partir do século XVII, um pouco como tinha acontecido após as invasões mongóis do século XIII. A Europa mostrou grande interesse na nova dinastia e no povo manchu, apresentando uma imagem positiva da mesma aos europeus. Em 1654, Martino Martini³⁹¹, na sua obra *Bellum Tartaricum*, uma das mais populares na Europa sobre este assunto, apresentava os tártaros do seguinte modo: “(...) they resemble our Tartars of Europe, though they be nothing so barbarous. They rejoice to see strangers; they do not like at all the grimness and sourness of the Chines gravity, and therefore in their first abords they appear more human”³⁹². Este tipo de produção literária ganhou uma tração considerável na cultura europeia. Ainda assim, a abertura não foi tanta como a esperada e desejada pelos europeus, por exemplo, a Manchúria estava completamente fechada à ação missionária, limitando conseqüentemente o acesso ocidental a esta região³⁹³.

Foi neste contexto de relativa abertura e intercâmbio mútuo entre europeus e manchus que se realizaram as viagens de Tomás Pereira, provavelmente o primeiro português a viajar pela Manchúria e Mongólia, mas cujos relatos de viagem são pouco conhecidos.

³⁸⁷ Song Haoyan, "O “ser português” e o “outro”: Revisitar a História de Portugal no Diálogo Com a Civilização Chinesa - O caso Tomás Pereira" (Doutoramento em Ciências da Cultura Especialidade em Culturas do Extremo Oriente, Universidade do Minho, 2015), 40.

³⁸⁸ João Paulo Oliveira e Costa. "A Diáspora Missionária." In Azevedo, *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, 2:293.

³⁸⁹ João Paulo Oliveira e Costa. "China." In Azevedo e Jorge, *Dicionário de história religiosa de Portugal*, 335.

³⁹⁰ Dong, "The Tartars in European Missionary Writings of the Seventeenth Century", 87.

³⁹¹ Missionário jesuíta na China a serviço do Padroado Português, assistiu à mudança dinástica chinesa em 1644.

³⁹² Martino Martini, *Bellum Tartaricum, or the Conquest of the Great and Most Renowned Empire of China by the Invasion of the Tartars ... / Written Originally in Latine by Martin Martinus ... and Now Faithfully Translated into English*. ([S.l.: s.n.], 1939), 35–36, <http://archive.org/details/bellumtartaricum00mart>.

³⁹³ Dong, "The Tartars in European Missionary Writings of the Seventeenth Century", 99.

Oriundo da província de Braga e pertencente à nobreza, Tomás Pereira ingressou na Companhia de Jesus em 1663, após completar os seus estudos primários e secundários³⁹⁴. Em 1666, rumou à Ásia, onde estudou alguns anos na Índia e em Macau, em preparação para a sua integração na província do Japão. O jesuíta distinguiu-se pela sua iniciativa, competência e talento técnico e musical, qualidades que chamaram a atenção do próprio imperador Kangxi (1661-1722), que o chamou a Pequim em 1672³⁹⁵. Assim, o jesuíta acabou por permanecer na corte de Pequim durante anos a fio, desde 1672 até à sua morte em 1708³⁹⁶.

Como jesuíta da corte, Tomás Pereira desempenhou um conjunto de cargos variados, fazendo uso das suas múltiplas competências, durante o seu serviço. Inicialmente recomendado para substituir o jesuíta Gabriel de Magalhães nas artes mecânicas, Tomás Pereira destacou-se nesta função, hibridizando-a com o seu conhecimento musical³⁹⁷. O jesuíta era simultaneamente o representante de música ocidental na corte, chegando mesmo a ensinar órgão e clavicímalo ao próprio Kangxi³⁹⁸, e artífice destacado, responsável pela construção de vários relógios, órgãos e outros mecanismos³⁹⁹, tendo sido também responsável pela reconstrução da Igreja de Nantang, adicionando-lhe um relógio mecânico que tocava música automaticamente de hora a hora⁴⁰⁰. Tal perícia e atividade permitiu que Tomás Pereira ganhasse a confiança, e mesmo a amizade, de Kangxi, principalmente através da música, na qual o soberano demonstrava grande interesse e curiosidade. Juntamente com outros jesuítas, como Ferdinand Verbiest, Jean-François Gerbillon e Claudio Filippo Grimaldi, Tomás Pereira rapidamente começou a fazer parte do círculo do imperador e da corte, onde conhecimentos sínicos e europeus das mais variadas áreas e domínios eram partilhados e debatidos⁴⁰¹. Esta

³⁹⁴ Joseph Sebbes, *O diário do padre Tomás Pereira, S.J: os jesuítas e o Tratado Sino-Russo de Nerchinsk (1689)*, trad. Helena Maria Campos Borges da Cunha Leite Novais, 1a ed (Macau: Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses Instituto Cultural, 1999), 147.

³⁹⁵ Isabel Murta Pina. "From Lisbon to Beijing." In Luís Filipe Barreto, ed., *Tomás Pereira S.J. (1646-1708): Life, Work and World*, 1.ª ed. (Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I.P, 2010), 196–99.

³⁹⁶ Sebbes, *O diário do padre Tomás Pereira, S.J*, 147.

³⁹⁷ Noël Golvers. "F. Verbiest, G. Magalhães, T. Pereyra and the others. The Jesuit Xitang College in Peking (1670-1688)." In Barreto, *Tomás Pereira S.J. (1646-1708)*, 294–95.

³⁹⁸ Sebbes, *O diário do padre Tomás Pereira, S.J*, 148.

³⁹⁹ Sobre os contributos musicais de Tomás Pereira veja-se: Wang Bing, Manuel Serrano Pinto. "Thomas Pereira and the Knowledge of Western Music in the 17th and 18th Centuries in China." In Luís Saraiva, ed., *Europe and China: Science and Arts in the 17th and 18th Centuries* (World Scientific, 2013). Sobre os contributos técnicos dos jesuítas na corte Qing, recomendo: Ugo Baldini. *Engineering in the Missions and Missions as engineering: Claudio Filippo Grimaldi until his return to Beijing (1696)*. In Barreto, *Tomás Pereira S.J. (1646-1708)*.

⁴⁰⁰ Hu Xiaodan, "O pensamento e influência dos missionários na China: O caso de Tomás Pereira" (Universidade de Aveiro, 2017), 40, <https://core.ac.uk/download/pdf/154355343.pdf>.

⁴⁰¹ Ronnie Po-chia Hsia. *Tomás Pereira, "French Jesuits, and the Kangxi Emperor."* In Barreto, *Tomás Pereira S.J. (1646-1708)*, 356–57.

ascensão tornou-se mais proeminente na década de 1680 com o falecimento de Verbiest e a ausência de Grimaldi na corte, altura em que Tomás Pereira se tornou o jesuíta sénior de Pequim e, conseqüentemente, se aproximou mais de Kangxi⁴⁰². O facto de ser um dos jesuítas em que Kangxi mais confiava, possibilitou-lhe a participação em quatro viagens realizadas às periferias norte do território Qing.

De facto, como membros da corte e do mandarinato, esperava-se que os jesuítas obedecessem às ordens do imperador e que o acompanhassem onde fosse necessário. Existia, por isso, precedente para os missionários viajarem pela Tartária às ordens do imperador. Durante estas viagens, os jesuítas efetuavam muitas das funções que lhes competia em Pequim, atuando como astrónomos, homens de letras e conselheiros do imperador. Era normalmente o padre Verbiest que acompanhava o imperador nas suas deambulações, como o fez em 1682 e 1683, mas com o deteriorar da sua saúde, Tomás Pereira a substituí-lo nesta responsabilidade.

A primeira viagem de Tomás Pereira, realizada em 1685, consistiu numa expedição de caça na Manchúria, liderada pelo próprio imperador Kangxi, que se fez acompanhar por diversos membros da corte, entre eles o jesuíta. As duas viagens seguintes foram de cariz diplomático, envolvendo a Rússia, e realizaram-se em 1688 e 1689, respetivamente⁴⁰³. Os jesuítas Tomás Pereira e Jean-François Gerbillon serviram a delegação chinesa como intérpretes de latim, língua intermediária escolhida para as negociações, e como conselheiros diplomáticos⁴⁰⁴. A primeira teve lugar em Selenginsk e a segunda decorreu em Nerchinsk, tendo resultado no famoso tratado de Nerchinsk, entre os Qing e os Romanov, relativo à paz e à fronteira sino-russa⁴⁰⁵. Tomás Pereira acompanhou uma última vez o imperador Kangxi na sua campanha militar contra o Canato Zungar em 1696⁴⁰⁶. Por uma questão de síntese, focar-me-ei apenas na primeira e terceira viagens⁴⁰⁷. A segunda viagem, sendo igualmente diplomática, é menos importante do que a terceira e sobre a quarta não encontrei referências praticamente nenhuma. No entanto, penso que esta seleção é bastante representativa do viajante e das funções que exerceu.

Como referi acima, em 1685, Tomás Pereira acompanhou o imperador Kangxi numa expedição de caça pela Manchúria. O imperador interessava-se bastante pela música europeia,

⁴⁰² Ronnie Po-chia Hsia. In Barreto, 358–60.

⁴⁰³ Sebbes, *O diário do padre Tomás Pereira, S.J.*, 148.

⁴⁰⁴ James K. Chin. "Tomás Pereira S.J. and the Sino-Russian Treaty of Nerchinsk." In Barreto, *Tomás Pereira S.J. (1646-1708)*, 252.

⁴⁰⁵ Sebbes, *O diário do padre Tomás Pereira, S.J.*, 148.

⁴⁰⁶ Davor Antonucci. "Pereira's Trip to Tartary in 1685." In Saraiva, *Europe and China*, 124.

⁴⁰⁷ Um percurso provável da terceira viagem encontra-se traçado na Figura 2, Anexo A.

mas tinha pouca oportunidade de a aprender, devido à falta de tempo e do ambiente, descrito como “presunçoso”, que se vivia na corte⁴⁰⁸. O imperador considerou que a expedição seria uma excelente oportunidade para o fazer, por estar mais liberto dos assuntos da governação. Assim, foi ordenado ao jesuíta que “(...) o acompanheis nesta sahida, *pera* no ocio da caça por *diuertimento* della possais communicar com elle esta arte”⁴⁰⁹. Foi uma jornada que durou cerca de três meses, iniciando-se em Pequim no mês de julho e cujo destino final, a montanha Changbaishan, foi alcançado em agosto. O regresso fez-se em dois dias no final de setembro, um percurso relâmpago necessário devido a doença súbita da avó de Kangxi⁴¹⁰. Foi todo um processo difícil para o jesuíta. Para lá do frio e do tempo chuvoso, dos longos dias de cavalgada, Tomás Pereira viu-se especialmente indisposto pelos alimentos de viagem: carnes cruas, água de má qualidade e refeições não cozinhadas⁴¹¹. É curioso ler as suas constantes queixas no que concerne ao desconforto resultante de quase todos os aspetos desta primeira viagem. Este facto era bem conhecido do imperador, que procurou minimizar-lhe o desconforto, pondo à sua disposição o guarda-roupa do seu sogro e os melhores cavalos, entre outros “mimos”⁴¹². Especialmente difíceis foram os últimos dois dias de regresso, período em que o ritmo que o imperador impôs ao grupo foi extremamente pesado para o jesuíta. Segundo as palavras do próprio: “sem descansar em dous dias, e duas noites, mais que três quartos de horas puros; escolhendo antes cortar o *somno*, andando noite, e dia, (...) Cheguei a caza tão moído destes dous dias, *que* não pude por *muitos* dobrar o corpo, *nem* ajoelhar de cançado”⁴¹³.

Sobre as cartas que Tomás Pereira escreveu sobre a viagem, recaíram críticas por parte dos seus superiores jesuítas, relativas aos escassos detalhes aí apresentados⁴¹⁴. Desculpando-se com a falta de tempo como causa destas falhas, o autor ofereceu-se a “(...) gastal-lo mais liberal com huã miúda Relação desta jornada: dando a huns noticias sobeias, e a outros suficientes, do *que* me paresseo nouo naquelles montes”⁴¹⁵. E assim o fez, redigindo em 1686 um relato detalhado da viagem, no qual o jesuíta deu grande enfoque à figura e às interações com o imperador, às dificuldades do percurso, à paisagem geográfica, à flora e à fauna e aos métodos

⁴⁰⁸ Tomás Pereira. "Relação da jornada que em companhia do Emperador da China fez o Padre Thomas Pereyra à Tartaria em 1685." In António Galvão, Luís de Albuquerque, e Ana Mónica Rogado Domingues, *Tratado dos descobrimentos*, Biblioteca da expansão portuguesa 13 (Lisboa: Alfa, 1989), 19.

⁴⁰⁹ Tomás Pereira. Relação da jornada... In Luís Filipe Barreto et al., *Tomás Pereira: obras*, 1.ª ed. (Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I.P, 2011), 19.

⁴¹⁰ Davor Antonucci. In Saraiva, *Europe and China*, 130.

⁴¹¹ Davor Antonucci. In Saraiva, 123, 130.

⁴¹² Tomás Pereira. In Barreto et al., *Tomás Pereira*, 20–21.

⁴¹³ Tomás Pereira. In Barreto et al., 38.

⁴¹⁴ Tomás Pereira. In Barreto et al., 19.

⁴¹⁵ Tomás Pereira. In Barreto et al., 19.

de caça usados. Intitulado *Relação da jornada que em companhia do Emperador da China fez o Padre Thomas Pereyra à Tartaria em 1685*, é uma fonte riquíssima em termos geográficos, etnográficos e políticos do Império Qing, que também nos oferece revelações sobre o próprio Tomás Pereira, a sua personalidade e o contexto em que atuava. Contudo, a relação apresentava ainda várias lacunas: por exemplo, o jesuíta não especifica em que dia iniciou a sua jornada, ou em que direção realizou o seu percurso. São também várias as partes onde o autor parece esquecer-se de pormenores relevantes: afirma que no dia 4 o grupo viajante já se encontrava para lá da Grande Muralha, mas esquece-se de especificar o mês⁴¹⁶, apenas se percebendo que se trata afinal do mês de julho muito mais à frente no relato. Apesar de descrever a paisagem natural de forma bastante exaustiva, o padre não nomeia os povoados por onde passa, o que torna extremamente difícil traçar o percurso realizado.

A terceira viagem de Tomás Pereira pela Tartária ocorreu no ano de 1689 e revestiu-se de maior importância, já que se realizou no contexto das disputas territoriais entre russos e manchus, com ambos os poderes a tentarem expandir os seus territórios e influência na Ásia Interior. Estes interesses, inevitavelmente, entravam em conflito, o que fez azedar os contactos diplomáticos entre ambos. Urgia chegar a consenso e foi decidido que a língua franca das negociações e do tratado seria o latim, visto que se tratava de uma língua conhecida tanto pelos russos como pelos jesuítas integrados na corte Qing⁴¹⁷. Tomás Pereira, no seu papel de homem de total confiança do imperador, foi escolhido e enviado para servir de tradutor e conselheiro nestas negociações, que vieram a resultar no Tratado de Nerchinsk⁴¹⁸. Nesta missão, o português fez-se acompanhar por outro jesuíta, François Gerbillon, francês e também muito estimado por Kangxi. Os jesuítas foram mais que meros tradutores nas negociações, foram também importantes guias diplomáticos da delegação chinesa. Habitados a lidar com entidades nómadas, os chineses não estavam preparados para negociar com os moscovitas, peritos nas artes diplomáticas. Ao contrário dos povos da Ásia Central, estes novos vizinhos rejeitavam a submissão tributária esperada pelo “país do meio”. Os seus diplomatas recusavam a genuflexão (*kowtow*), não reconhecendo a superioridade da China perante todos os outros povos, o que resultava em insultos mútuos. Princípios como igualdade, reciprocidade e respeito mútuo na diplomacia, componentes fundamentais da época, eram estranhos à China⁴¹⁹. Os

⁴¹⁶ Tomás Pereira. In Barreto et al., 21.

⁴¹⁷ James K. Chin. "Tomás Pereira S.J. and the Sino-Russian Treaty of Nerchinsk." In Barreto, *Tomás Pereira S.J. (1646-1708)*, 246–47.

⁴¹⁸ Sebbes, *O diário do padre Tomás Pereira, S.J.*, 151–52.

⁴¹⁹ James K. Chin. In Barreto, *Tomás Pereira S.J. (1646-1708)*, 250.

jesuítas tiveram, assim, um papel fundamental em introduzir os diplomatas chineses aos protocolos internacionais e em guiar a delegação chinesa nas negociações⁴²⁰.

O sucesso diplomático da viagem foi completo e o imperador, como agradecimento pelo serviço prestado pelos jesuítas no processo, aceitou em 1692 um édito de tolerância que abriu novas portas aos missionários, mostrando-se assim mais tolerante ao Cristianismo⁴²¹.

O relato de Tomás Pereira descreve a viagem até Nerchinsk, bem como o desenvolvimento das conversações, que duraram vários meses. O foco encontra-se claramente no processo negocial, o que faz deste relato menos um relato de viagem e mais um relato de cariz diplomático. Contudo, Tomás Pereira teve o cuidado de acrescentar “todas as circunstancias e miudesas que podem os curiosos apetecer”⁴²², descrevendo o caminho, a paisagem, as condições da viagem, os povos que avista, enfim, tudo o que esperamos ler num itinerário de viagem. Mesmo assim, comparativamente ao relato do Padre Gerbillon da mesma viagem, a relação de Tomás Pereira permanece escassa em detalhes: coordenadas, datas, descrições geográficas, astronómicas, entre outras⁴²³. Apesar destas lacunas, as relações de viagem redigidas por Tomás Pereira tiveram um impacto considerável no conhecimento geográfico europeu da Ásia Central. Baseando-se numa grande variedade e quantidade de fontes, incluindo os relatos de viagem jesuítas, Nicholaas Witsen (1641-1717) escreveu e publicou *Noor en Oost Tartarye* em 1692, uma obra prima sobre a Ásia Central em particular a Tartária⁴²⁴.

Existem várias dimensões de atuação política relativas a esta viagem e à negociação do Tratado de Nerchinsk. Superficialmente, o processo tratou-se de uma negociação entre a China e a Rússia para delimitar uma nova fronteira e acabar com as hostilidades. Os jesuítas traduziam e aconselhavam os mandarins durante as conversações, o que era bastante útil, porque os russos eram diplomatas mais experientes do que os primeiros⁴²⁵. De facto, a Companhia há muito que ambicionava utilizar a Rússia como outra opção de entrada na Ásia, algo que os czares recusavam consistentemente, pois havia uma certa desconfiança relativa aos jesuítas por parte

⁴²⁰ James K. Chin. In Barreto, 250.

⁴²¹ João Paulo Oliveira e Costa. "China." In Azevedo e Jorge, *Dicionário de história religiosa de Portugal*, 335.

⁴²² Tomás Pereira. "Relação diaria da viagem dos embaixadores da China Tumque Cam e Somgo Tu, Athé à povoação de Nip Chu e successo das pazes entre o Imperio Sinico e Moscovitico escrita pella testemunha individual dos mesmos embaixadores abaixo assinada, no anno de 1689 com todas as circunstancias e miudesas que podem os curiosos apetecer." In Sebbes, *O diário do padre Tomás Pereira, S.J.*, 185.

⁴²³ Sebbes, 159.

⁴²⁴ Davor Antunucci. "Pereira's trip to Tartary in 1685." In Saraiva, *Europe and China*, 126–27.

⁴²⁵ Sebbes, *O diário do padre Tomás Pereira, S.J.*, 115.

das elites russas⁴²⁶. O encontro com os russos, em Nerchinsk, oferecia à Companhia uma oportunidade de ser útil e cortês aos olhos dos russos e os predispor a permitirem a passagem dos seus membros por território russo⁴²⁷, para assim utilizarem uma rota transiberiana. Isto não era, no entanto, algo que os portugueses desejassem, pois, a rota marítima continuava a ser a que mais relevância tinha para o Império Português, e ao utilizarem esta rota, os jesuítas ficavam sob a alçada do Padroado Português⁴²⁸. Havia assim um ponto de discórdia no seio da Companhia, sob a forma de rivalidades nacionais, porque os seus membros, apesar de pertencerem todos à mesma Ordem, não deixavam de atender aos interesses das respetivas Coroas⁴²⁹.

A viagem de Tomás Pereira é um ótimo exemplo da competição intereuropeia que existia na Ásia Central. O jesuíta, como português que era, estava profundamente contra a ideia de uma rota transiberiana, e pode ser considerado como o porta-voz dos interesses portugueses⁴³⁰. É possível que Tomás Pereira tenha sabotado os interesses da Companhia relativamente a esta matéria, pois de outro modo não se explicaria porque é que, tendo conseguido ser útil aos russos, ao ponto de suscitar profundo agradecimento por parte do embaixador Golovin, em seu nome e inclusivamente em nome do czar, a questão da rota por terra nunca chegou a ser levantada⁴³¹. Isto mostra bem como a estratégia portuguesa na competição pela Ásia, especialmente nos finais do século XVII, consistia em tentar negar aos seus rivais europeus os potenciais benefícios de uma rota de acesso à Ásia Central.

De facto, durante este período temporal, definia-se um novo paradigma da ação europeia na Ásia. Os portugueses perdiam definitivamente a predominância na região em proveito do resto da Europa. O Reino de França procurava expandir a sua presença na Ásia, instrumentalizando a Sagrada Congregação da Propaganda Fide e enviando sacerdotes para a região, ato que os portugueses viam como uma ameaça à sua influência, antes inquestionável, na corte imperial chinesa. Assistimos no século XVII a uma diáspora de frades e padres franceses em zonas de missão predominantemente portuguesas. Mesmo sendo organizações internacionais a mando da Santa Sé, as ordens religiosas eram um forte ponto de competição entre os reinos europeus.

⁴²⁶ Sebbes, 109.

⁴²⁷ Sebbes, 114.

⁴²⁸ Sebbes, 99–101.

⁴²⁹ Sebbes, 151–53.

⁴³⁰ Sebbes, 151.

⁴³¹ Sebbes, 151.

Esta é uma das razões deste estudo se concentrar nos séculos XVI e XVII, períodos em que a presença portuguesa na Ásia era mais visível e sentida. Mesmo assim, nunca foram feitas muitas viagens terrestres pela Ásia Central, sendo sido realizadas ainda menos nos séculos seguintes. Já em finais do século XVII e inícios do século XVIII, os ingleses e franceses eram os novos protagonistas europeus nas viagens pela Ásia Central. Os ingleses tinham boas relações com a Pérsia Safávida, como vimos anteriormente, e a presença da East India Company no Subcontinente aumentou progressivamente até se tornar a base do que seria o Raj Britânico, formalizado em 1858. O Raj Britânico tornou-se a entidade dominante na Índia, herdando as ambições geopolíticas do Império Mogol sobre Transoxiana e o Coraçone⁴³². A Igreja Católica ganhou também alguma autonomia estratégica. Por exemplo, em 1716, o jesuíta italiano Ippolito Desideri viajou até ao Tibete, via Caxemira e Ladaque até Lassa, onde foi muito bem recebido pelo rei e pelo Dalai Lama, vivendo cinco anos com os monges num mosteiro budista⁴³³.

Assim, ao chegarmos aos finais do século XVII, inícios do século XVIII, assistimos à perda da ação portuguesa na competição de conhecimento sobre a Ásia Central. A Inglaterra e a França mostravam-se nesta altura, se ainda não peritas, pelo menos competentes nas ações que levavam a cabo no interior do continente. Significativamente, numa carta destinada ao Visitador Simão Martins, o padre Tomás Pereira descreve os recentemente chegados missionários franceses a Pequim como estando “(...) todos imbuídos e repletos do espírito de descrição de todo o mundo sínico, da Tartária ainda mais”⁴³⁴.

⁴³² David M. Malone, C. Raja Mohan, e Srinath Raghavan, *The Oxford Handbook of Indian Foreign Policy* (OUP Oxford, 2015), 53, 56–57.

⁴³³ Caraman, *Tibet*, 107.

⁴³⁴ Carta ao Visitador Simão Martins, Pequim, 1688. In Barreto et al., *Tomás Pereira*, 146.

4. Viagens e viajantes: algumas considerações

Como vimos, o “descobrimento” europeu da Ásia Interior foi um processo complexo, plurissecular e multifacetado, aglomerando diversos objetivos, interesses e atores, fossem eles tanto os investidores beneficiários como os próprios viajantes. Foi um processo no qual o Reino de Portugal participou, contribuiu e competiu. No entanto, as viagens portuguesas pela Ásia Central foram, em muitos aspetos, diminutas, no que concerne o seu interesse, impacto e quantidade. Sendo um império marítimo, Portugal tinha outras prioridades que se sobrepunham à exploração e contacto com o interior da Ásia. Apesar disto, e independentemente do carácter predominantemente talassocrático da Expansão Portuguesa, as viagens terrestres foram também uma dimensão deste processo. Estas iniciativas, mesmo não sendo muitas vezes bem-sucedidas e/ou não terem um impacto imediato (manifestando-se muitas vezes nos círculos intelectuais de gerações posteriores), acarretaram trabalho, tempo, recursos e interesses, mostrando-nos bem os planos e ambições de vários indivíduos e instituições da Expansão Portuguesa. Assim, neste capítulo final, irei explorar e aprofundar algumas destas dimensões.

Até aqui dei maior enfoque às considerações geopolíticas que incentivaram a realização das viagens, apresentando a história da ação portuguesa na Ásia Central a partir de uma lente predominantemente política e estratégica. Gostaria, por isso, de agora dar a conhecer outras facetas desta temática, nomeadamente, o próprio ato da viagem, da sua organização, realização e dinâmicas, e que impressão os viajantes analisados tiveram das sociedades com quem se cruzavam e com quem interagiam.

4.1. A viagem: processo e dinâmicas

O ato de viajar, no contexto da Ásia Central e das Rotas da Seda terrestres, era uma atividade fulcral e inerente a este espaço. Como já referi, a época moderna trouxe uma melhoria das condições dos caminhos e, conseqüentemente, das viagens. Apesar dos momentos de turbulência política que perturbavam o normal funcionamento das rotas caravaneiras, foi o ambiente de legitimação/afirmação política dos poderes emergentes e da competição geoestratégica destes que levou à criação e melhoria das infraestruturas. Ao longo deste trabalho, tenho priorizado uma perspetiva de tempo longo da história da Ásia Central. Apesar de ser útil para descrever a evolução política e económica de tão extensa e complexa região, tal metodologia apresenta também algumas limitações na compreensão do comércio e da

movimentação de pessoas. Particularmente, quando se fala em desenvolvimentos técnicos numa sociedade, existe uma certa tendência para generalizar e exagerar os impactos práticos de tais inovações, dado que os mesmos são difíceis de definir e identificar. Assim, devem ser vistos como facilitadores e não como algo que mudou drasticamente o ato de viajar. Na realidade, haveria pouca diferença entre as viagens caravaneiras da antiguidade e da época moderna. Os perigos, dificuldades e dinâmicas permaneciam os mesmos desde tempos imemoriais. O mundo natural continuava a ser o elemento definidor da viagem: o clima, de enorme amplitude térmica nos desertos e frígido nas montanhas e nas estepes; o relevo, plano ou acidentado e de difícil movimentação; a pouca vegetação, clara evidência da escassez de água. O método de transporte continuava a ser de natureza animal, o modo de viagem continuava a ser coletivo (caravanas) e os itinerários continuavam a ser fixos e previsíveis. O método de movimentação continuava a ser bastante afetado pelas circunstâncias políticas dos espaços por onde se passava. Em muitos casos, o maior obstáculo não era de natureza física, mas sim humana: assaltantes, guerras, burocracias e longos tempos de espera para formar caravanas constituíam maior desafio e/ou atraso do que, por exemplo, tempestades ou predadores animais. Aliás, na literatura de viagem em estudo, não encontrei uma única notícia de ataques de animais selvagens, mas são vários os incidentes provocados por malícia humana, tanto por saqueadores como por populações descontentes/desconfiados, ou ainda, por oficiais obstrutivos.

Ao contrário do transporte marítimo, que saiu das restrições da viagem costeira graças a novos instrumentos de navegação e tecnologia náutica, a viagem terrestre não teve um conjunto de inovações que elevaram o seu valor. Talvez a única nova ferramenta a que os viajantes teriam acesso na época moderna fossem as armas de fogo. Contudo, as primeiras versões de tal armamento eram pouco eficazes contra os beligerantes da estepe, cuja mobilidade acrescida dificultava o disparo, já de si impreciso, inconsistente e lento⁴³⁵, o que explica porque é que a adoção de armas de fogo na Ásia Central foi lenta e nunca completamente absoluta. Talvez a mudança mais visível nas viagens tenha sido de natureza política: os conflitos entre potentados e grupos nómadas resultava num aumento do custo de serviços de proteção, algo que era costumário ser dado pelo governante de um entreposto⁴³⁶.

⁴³⁵ Kenneth Chase e Kenneth Warren Chase, *Firearms: A Global History to 1700* (Cambridge University Press, 2003), 74.

⁴³⁶ Onuma Takahiro, "Political Power and Caravan Merchants at the Oasis Towns in Central Asia: The Case of Altishahr in the 17th and 18th Centuries", em *Xinjiang in the Context of Central Eurasian Transformations*, 2018, 33.

Apesar de existir um interesse geral em manter o bom funcionamento do comércio caravaneiro, o uso de protecionismo e discriminação por parte de governos, locais e centrais, era algo que acontecia frequentemente. No território dos Safávidas, por exemplo, havia tratamento privilegiado para mercadores xiitas, que estavam sujeitos a menos burocracia, maior cordialidade e mesmo a preços reduzidos⁴³⁷. O maior controlo que os governos centrais exerciam e a violenta competição entre eles, levou a que as redes comerciais ficassem cada vez mais regionalizadas⁴³⁸. Longe do universalismo mongol da medievalidade, as Rotas da Seda terrestres da época moderna encontravam-se, em muitos aspetos, segmentadas entre grandes domínios de ambições imperiais, asiáticas e não asiáticas.

Eram estas as conjunturas com que se deparavam os inúmeros mercadores, peregrinos, missionários e outros indivíduos, entre eles portugueses, que percorriam as Rotas da Seda terrestres. Fosse para tirar proveito material e financeiro dos diversos mercados possibilitados pelas rotas, fosse para enriquecer espiritualmente numa peregrinação, fosse para propagar a sua mensagem religiosa ou fosse para cumprir os deveres políticos e ordens dos superiores, todos os viajantes se deparavam com as mesmas condições e obstáculos a ultrapassar. Uma viagem terrestre da Ásia Ocidental para a China, por exemplo, demorava entre um ano e meio a dois anos⁴³⁹ e o seu sucesso não estava de modo nenhum garantido. Era um ato bastante dispendioso, que dependia de oásis ou outros entrepostos comerciais para reabastecer e descansar, tanto os viajantes como os animais de carga, de um dia de caminhada geralmente intensa⁴⁴⁰.

Naturalmente, os viajantes portugueses experienciavam estes mesmos desafios, aos quais se acrescia a reduzida familiaridade com as condições dos caminhos e dos diferentes contextos, sendo por isso exigido um esforço redobrado tanto em termos físicos como financeiros e burocráticos. A este respeito, evoque-se, por exemplo, a dependência dos guias e/ou companheiros de viagem mais experientes, muitas vezes muçulmanos o que poderia provocar alguma tensão/desconfiança entre uns e outros. Contudo, não esqueçamos que a Ásia Central, apesar de mais religiosamente homogénea na época moderna, continuava a ser um espaço de pluralismo cultural e étnico, reforçado por um certo cosmopolitismo. Identificamos, por exemplo, tal pluralidade no facto do bilinguismo ser comum na Transoxiana e de vários

⁴³⁷ Morris Rossabi, 7. *The "Decline" of the Central Asian Caravan Trade, From Yuan to Modern China and Mongolia* (Brill, 2014), 211, https://doi.org/10.1163/9789004285293_009.

⁴³⁸ Bert G. Fagner, "Caravans", *Encyclopaedia Iranica*, 1990, 796.

⁴³⁹ Rossabi, 7. *The "Decline" of the Central Asian Caravan Trade*, 202.

⁴⁴⁰ Fagner, "Caravans", 795.

viajantes descreverem a hospitalidade muçulmana⁴⁴¹ e a variedade de etnias com que os viajantes interagiam. Os portugueses não se distinguiam entre a multidão de gentes que caminhavam as ruas de Samarcanda, Cabul, Lahore e outras cidades principais, onde também se encontravam outros europeus. De facto, o grupo de viagem onde Mestre Afonso estava incluído era composto por João Jorge, aragoês, Simão Fernandes, arménio, “(...) um galego de Labala, veneziano, (...) e ia também a madre Mécia de Jesus para Jerusalém”⁴⁴². Por outro lado, Bento de Goes tinha-se feito acompanhar inicialmente por dois gregos, Leo Grimani e Demétrio, e quatro cristãos convertidos do Islamismo, sendo mais tarde acompanhado, a partir de Lahore, pelo arménio Isaac⁴⁴³.

Vemos assim que não era de todo invulgar o encontro de pessoas de várias origens a viajarem juntas. Aliás, devemos sempre ser críticos relativamente à descrição de hostilidades entre os viajantes portugueses e os indivíduos muçulmanos e “gentios”, já que muitos destes relatos eram destinados a um público cristão, sendo importante então manter a percepção da superioridade do Cristianismo face a todas as outras religiões. Este tipo de discursos tornou-se mais frequente a partir de meados do século XVI, devido essencialmente à Contrarreforma que incentivou uma percepção e um discurso mais dogmático, dando prevalência aos relatos de clérigos, “(...) who were prone to cite the Bible, evince their knowledge of the Greco-Roman classics, and moralize about anything they observed in non-Catholic societies (...)”⁴⁴⁴. Podemos imaginar que mesmos os viajantes mais devotos não atuavam com uma extravagância quase fanática como a que vemos descrita nos itinerários. Seria pouco provável que António de Andrade, como argumenta Hugues Didier, mostrasse tanta hostilidade aos lamas como é descrito nas suas cartas, figuras das quais dependia para entender as sensibilidades religiosas da população tibetana, alvo de conversão⁴⁴⁵.

É ainda importante referir os arménios, minoria étnica do Império Otomano e da Pérsia Safávida, que detinham uma posição privilegiada no comércio e economia destas regiões⁴⁴⁶. Os arménios eram um dos poucos grupos cristãos bastante ativos nas Rotas da Seda terrestres.

⁴⁴¹ Como foi o caso da viagem de Sebastião Manrique (1640-43), onde na cidade de Multan lhe foi oferecida guarida por um alto funcionário da cidade enquanto esperava poder retomar a sua viagem (Sebastião Manrique, *Itinerário*, Edição org. e pref (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1947), 272-73.)

⁴⁴² Mestre Afonso. Itinerário de Mestre Afonso. In Tenreiro, Afonso, e Águas, *Viagens por terra da Índia a Portugal*, 131.

⁴⁴³ Matteo Ricci. "Istoria de la China I Cristiana Empresa hecha en ella por la Compañia de Jesus." In Águas (intro e notas), *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio*, 26.

⁴⁴⁴ João Teles e Cunha. "The Eye of the Beholder." In *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia*, 34.

⁴⁴⁵ Didier, *Les portugais au Tibet*, 21.

⁴⁴⁶ Alberto Tiburcio, *Muslim-Christian Polemics in Safavid Iran* (Edinburgh University Press, 2020), 11.

Com a crescente presença europeia nos mercados asiáticos, a partir dos séculos XVI e XVII, tornaram-se importantes intermediários comerciais e principalmente agentes informantes dos europeus, e mais particularmente dos portugueses⁴⁴⁷. De facto, a disposição religiosa deste grupo, aliada ao grau de imersão e familiaridade que detinham do espaço asiático, fazia destes indivíduos companheiros ideais para os portugueses, que tinham pouca experiência prática nestes espaços. Como as fontes mostram, muitos foram os viajantes que se fizeram acompanhar de arménios: António Tenreiro, Mestre Afonso, Bento de Goes, entre outros.

Como se processaria, então, uma viagem? Havia, obviamente, muito planeamento, cautela e paciência. O processo pode ser resumido do seguinte modo: após um momento de preparação, a caravana percorria a distância máxima possível durante o dia ou noite, dependendo da região e da estação do ano, descansando ao final da jornada num caravançarai, numa aldeia entreposto ou num *manzel*⁴⁴⁸. Após este período de repouso, que poderia durar entre um dia e uma semana, dependendo da dificuldade do caminho e/ou das condições climatéricas, prosseguia-se até ao próximo caravançarai. Quando se chegava a uma cidade, como Cabul ou Ircanda, a caravana normalmente dissolvia-se, isto é, cada indivíduo ou grupo que a formava seguia o seu próprio caminho, terminando aí a sua viagem ou inserindo-se noutras caravanas, preparando a(s) próxima(s) etapa(s), dependendo do destino final⁴⁴⁹.

Esta descrição do processo deve ser vista apenas como uma linha geral condutora. Na realidade, por vezes o planeamento não era devidamente realizado. Em teoria, as condições mínimas necessárias à realização de uma viagem terrestre prendiam-se com os recursos financeiros, com o conhecimento da língua franca e com a contratação de um guia ou integração num grupo que conhecesse o caminho. Vemos assim que qualquer indivíduo com recursos e vontade poderia levar a cabo uma viagem.

Das viagens que conhecemos, não é raro encontrar casos onde o itinerante decidia realizar a viagem, dando-lhe início logo no mesmo dia ou pouco depois. Aliás, tanto António Tenreiro como o jesuíta António de Andrade, embora em séculos diferentes, realizaram a sua

⁴⁴⁷ Para mais informações, veja-se Dejanirah Couto, "Arméniens et Portugais dans les réseaux d'information de l'océan Indien au 16e siècle", In *Les Arméniens dans le commerce asiatique au début de l'ère moderne*, ed. Sushil Chaudhury e Kéram Kévonian, Hors collection (Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2018), 171–96, <http://books.openedition.org/editionsmsmh/11394>.

⁴⁴⁸ Local de paragem das caravanas onde havia água potável (Fragner, "Caravans", 795.).

⁴⁴⁹ Takahiro, "Political Power and Caravan Merchants at the Oasis Towns in Central Asia: The Case of Altishahr in the 17th and 18th Centuries", 36.

caminhada por iniciativa própria, sem autorização e financiamento dos seus superiores. Como anteriormente referido, António Tenreiro acompanhou a embaixada do vice-rei do Estado da Índia à corte do xá Ismail I, sendo que após a morte deste, partiu para Jerusalém⁴⁵⁰. Tenreiro fala-nos que uma das suas ambições era visitar a Terra Santa, o que aproveitou para fazer graças a um grupo de sete arménios que conheciam o caminho e que também planeavam peregrinar até Jerusalém^{451, 452}. Algo semelhante aconteceu com António de Andrade, que acompanhava a corte do imperador mogol Jahangir numa visita até Lahore. Na cidade de Deli, Andrade deparou-se com um grupo de peregrinos que iam partir para um templo budista nos Himalaias. Decidiram então o padre António de Andrade e o Frei Fernando Marques aproveitar esta oportunidade para explorar o Tibete. Esta espontaneidade é bastante visível nas palavras do padre: “Vendo-me em companhia de gente que me podia servir de guia em grande parte do caminho, e que perdida esta ocasião, tarde se oferecia outra, me resolvi a ir tomar notícia daquelas nações (...). Com todo o segredo possível nos partimos da cidade do Deli, uma madrugada, indo vestidos como os Mogores por baixo das loras (...) sem disto terem notícia os próprios Cristãos e moços nossos que até ali nos tinham acompanhado caminho de Laor”⁴⁵³.

Contudo, e apesar destes e de outros exemplos, seria sempre preferível que a iniciativa fosse devidamente organizada, não só para benefício das entidades organizadoras (fossem elas a Coroa, o Estado da Índia, a Santa Sé, a Companhia de Jesus, entre outras.) como também para os próprios itinerantes. Assim, após estabelecidos objetivos bem específicos, sendo muitos destes, como já referi no capítulo anterior, missões de recolha de informação e de transporte de documentos para Portugal, passava-se ao planeamento detalhado da viagem. A extensão deste variava de caso para caso, incluindo geralmente a definição do percurso, a compra de provisões (como roupas e alimentos), a preparação de animais de transporte (para pessoas e carga), a formação de grupos e /ou a integração em caravanas já formadas (que podiam incluir entre poucas dezenas até várias centenas de pessoas⁴⁵⁴). Era também vantajoso possuir cartas dos

⁴⁵⁰ destino ao qual não chegou, tendo sido detido no caminho e transportado para o Cairo (Graça, *A visão do Oriente na literatura portuguesa de viagens*, 14.).

⁴⁵¹ Neves Águas. "As viagens terrestres de António Tenreiro." In Águas, *Viagens por terra da Índia a Portugal*, 17.

⁴⁵² Para mais detalhe sobre este assunto, veja-se Ana Carolina Subtil Pereira, "O lugar em que estás é uma terra santa: visões e perceções da Antiguidade Oriental e Bíblica nos relatos de viagem portugueses (sécs. XVI - XVII)" (master Thesis, 2020), <https://run.unl.pt/handle/10362/94793>.

⁴⁵³ António de Andrade. Novo Descobrimento do Grã Cataio ou Reinos do Tibete, pelo Padre António de Andrade, da Companhia de Jesu, Português, no Ano de 1624. In Góis, Andrade, e Águas, *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio*, 75–76.

⁴⁵⁴ Por exemplo, segundo Bento de Goes, a caravana que ia de Lahore para Ircanda, uma vez por ano, era composta por 500 pessoas (Takahiro, "Political Power and Caravan Merchants at the Oasis Towns in Central Asia: The Case of Altishahr in the 17th and 18th Centuries", 37.).

diversos poderes regionais que ajudavam na passagem de determinadas regiões ou ainda recorrer a disfarces para passar mais facilmente entre certos contextos.

Um dos melhores exemplos de uma iniciativa extensivamente planeada e financiada é a viagem de Bento de Goes, que foi financiada pelo vice-rei do Estado da Índia e pela corte mogol e confirmada pelo rei D. Filipe I de Portugal, os quais contribuíram igualmente para a sua preparação. O padre Matteo Ricci descreveu desde modo os preparativos:

“O nosso Bento preparou, pois, a sua viagem desta forma: vestiu-se com trajes de mercador arménio cristão e, com nome à maneira daquela nação, se chamou <<Abdulla>>, que significa <<senhor>>, e juntou-lhe o de <<Isaí>>, que quer dizer <<cristão>>. Recebeu do rei dos mogóis, chamado Acbar, amigo dos da Companhia e principalmente do próprio Bento, diversas cartas para vários príncipes; e assim foi tomado por arménio, a quem se concede passagem livre, a qual se lhe proibiria se fosse tido por espanhol. Levou consigo várias mercadorias, tanto para sua manutenção, vendendo-as, como para que o tomassem por mercador. Muitas destas mercadorias eram da Índia e do reino do Mogor, custeando as despesas o vice-rei, e ajudando a elas o próprio Acbar. Deu-lhe o P.^e Jerónimo Xavier, que há muitos anos é superior daquela Missão do Mogor, dois companheiros da nação grega, conhecedores do caminho.”⁴⁵⁵

Já no que diz respeito aos percursos, é importante frisar que existiam quatro grandes tipos de terrenos: as estepes, onde era praticada a pastorícia; os oásis, ricos em água e, conseqüentemente, apresentando vegetação abundante; os desertos, inóspitos e áridos; e as montanhas, zonas frias e de extrema dificuldade de acesso e travessia. É logicamente nos oásis que vemos instalados os principais centros urbanos e as estruturas e confortos associados a um centro administrativo. Estas grandes cidades, como por exemplo, Samarcanda, Ircanda, Casgar e Bucara, serviam quer como destinos quer como pontos de repouso/paragem para os viajantes. Orbitando em torno destes grandes centros urbanos, tínhamos pequenas aldeias e caravancaras estrategicamente colocadas entre os caminhos. Estes “ilhéus” entre os “mares” da estepe eram sustentados por tecnologia de irrigação e poços artificiais, que permitiam um sustento autossuficiente. Eram “portos” seguros que serviam de postos de manutenção para as caravanas que passavam, oferecendo um espaço para descanso dos viajantes e dos animais, normalmente cavalos e camelos nas zonas mais desérticas.

⁴⁵⁵ Matteo Ricci. "Istoria de la China i Cristiana Empresa hecha en ella por la Compañia de Jesus." In *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio*, 26.

Os desertos eram obviamente regiões de difícil passagem, o terreno era rochoso e a falta de água era algo preocupante, pelo que quando possível eram evitados⁴⁵⁶. Quando a passagem era inevitável, procurava-se viajar durante a noite para evitar as elevadas temperaturas e intensa luz solar. Por exemplo, o percurso realizado por Tomás Pereira na sua primeira viagem começa por ser noturno, iniciando-se antes das duas da manhã, já que o deserto de Gobi fazia parte do itinerário. Como lemos na sua carta, Tomás Pereira afirma “Porque ainda *que* me levantey as duas horas depois da meya noite, me foi necessario correr quasi duas legoas a galope, *pera* alcançar o Emperador, *que* se tinha antecipado; fasendo de noite a mor parte da jornada, *pera* euitar de dias os calores.”⁴⁵⁷. Já nas estepes, o problema era inverso, pois o frio fazia-se sentir intensamente durante a noite, obrigando os viajantes a abrigarem-se depois do pôr do Sol. Paralelamente, entre todos estes tipos de biomas, a montanha era o mais perigoso o que, como vimos, foi um dos motivos que impossibilitou a manutenção e desenvolvimento da presença jesuíta no Tibete. Perigos como avalanches, fissuras profundas, tempestades violentas ou caminhos estreitos tornavam estas rotas muito difíceis de percorrer, diminuindo consideravelmente as já baixas possibilidades de terminar a viagem com sucesso e, acima de tudo, com vida. Como nos descreve António de Andrade, a jornada até ao Tibete seguia “Por caminho tão estreito, que por muitas vezes não é mais largo, que quanto cabe um só pé, andando bons pedaços assim, pé ante pé, pegados com as mãos, *pera* não resultar, pois o mesmo é errar o pôr o pé bem dereito, que fazer-nos em pedaços pelos ares.”⁴⁵⁸

Qualquer que fosse o caminho percorrido, a ausência de estradas, no sentido de estruturas artificiais marcadas que facilitassem o trânsito, era comum a todos. Obviamente, manter estradas em tais biomas era simplesmente impossível e por isso os viajantes tinham que se contentar com marcos colocados em locais estratégicos. Por exemplo, as rotas nos desertos encontravam-se marcadas por *mil* (varas) colocadas a curtas distâncias umas das outras⁴⁵⁹. Utilizavam-se também pontos de referência naturais, alguns apenas identificáveis por guias experientes⁴⁶⁰. Pontes, sobre rios ou sobre fendas nas montanhas, era também algo que demarcava os caminhos a percorrer.

⁴⁵⁶ O caso mais conhecido é o deserto do Taclamacã, situado na Bacia do Tarim. A passagem por este espaço fazia-se pelas zonas periféricas entre os Himalaias a sul e o Tian Shan a norte (Valerie Hansen, *The Silk Road* (OUP USA, 2012), 6.)

⁴⁵⁷ Thomas Pereyra. "Relação da jornada que em companhia do Emperador da China fez o Padre Thomas Pereyra à Tartaria em 1685." In Barreto et al., *Tomás Pereira*, 21.

⁴⁵⁸ António de Andrade. "Novo Descobrimto do Grã Cataio ou Reinos do Tibete..." In Águas (intro e notas), *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio*, 76.

⁴⁵⁹ Fragner, "Caravans", 795.

⁴⁶⁰ Fragner, 795.

Outra questão importante era a da segurança nas estradas. Como já referido, os perigos de natureza humana eram uma ameaça endêmica e apresentavam-se sob múltiplas formas: salteadores, grupos hostis e mesmo rebeldes aos potentados dos diferentes espaços. Bento de Goes faz referência, no início da sua viagem, a atos de rebeldia que perturbavam a atividade comercial, e a passagens por aldeias e vilas abandonadas, onde não era possível arranjar provisões para a viagem. O jesuíta passa por Sir-i-Pamir, que “era um lugar sem habitantes sem estabelecimentos.”⁴⁶¹. Mesmo se o viajante tivesse experiência de combate e defesa pessoal, era muito improvável que se conseguisse defender contra os grupos armados que atacavam normalmente as caravanas. A escravatura era uma realidade bem estabelecida na Ásia e os indivíduos escravizados eram muitas vezes mercadores que tinham sido emboscados nas rotas que percorriam e/ou prisioneiros de guerra⁴⁶². Por tudo isto, era norma viajar-se fazendo parte de grandes caravanas, que se constituíam precisamente com o propósito de resistir a ataques e emboscadas. Ou seja, a proteção nos caminhos era algo com muita demanda. Como já referido, sabemos que as caravanas do início do século XVII continham um número considerável de membros, sendo que se formavam escoltas enquanto serviço prestado pela cidade de partida, por exemplo. Neste âmbito, refira-se que na viagem entre Nuristão e Iagdalac, a caravana de Bento de Goes foi escoltada por quatro centenas de soldados, na tentativa de proteção contra o perigo de salteadores. Apesar disso, a caravana foi vítima de duro ataque: “Os ladrões acometeram-nos, feriram muitos, e [os mercadores] apenas salvaram as vidas e as cargas. (...) Bento de Goes escapou fugindo para um bosque, e chegada a noite os ladrões afastaram-se”⁴⁶³.

Existiam diversos sistemas de caravanas, em termos de organização e funcionamento, determinados pelas estruturas políticas e económicas da região. No caso das caravanas que partiam para Pequim, existia toda uma etiqueta composta por requerimentos e restrições ditados por aquela corte, como, por exemplo, 35 era o número máximo permitido de viajantes em cada expedição⁴⁶⁴. Isto porque, em teoria, a China Ming não comercializava com outros povos, apenas aceitava tributo deles. As missões diplomáticas que chegavam a Pequim viriam então para prestar tributo ao imperador⁴⁶⁵, mas, na realidade, este era um meio de aceder ao espaço

⁴⁶¹ Matteo Ricci. "Istoria de la China i Cristiania Empresa hecha en ella por la Compañia de Jesus." In Góis, Andrade, e Águas, *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio*, 29.

⁴⁶² Alam, "Trade, State Policy and Regional Change", 207.

⁴⁶³ Matteo Ricci. In Águas (intro e notas), *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio*, 27.

⁴⁶⁴ Audrey Burton, *The Bukharans: A Dynastic, Diplomatic and Commercial History 1550-1702* (Routledge, 2020), 405.

⁴⁶⁵ Takahiro, "Political Power and Caravan Merchants at the Oasis Towns in Central Asia: The Case of Altishahr in the 17th and 18th Centuries", 39.

comercial chinês. Para muitos, esta era a única oportunidade que tinham para interagir com este espaço tão lucrativo. Os mercadores pagavam às autoridades para poderem acompanhar a expedição, o que dava origem a dinâmicas interessantes do ponto de vista financeiro, já que participar no comércio chinês exigia assim um certo investimento inicial. Nestes casos, os soberanos dos poderes “tributários” da China Ming, entre eles o cã de Casgar, vendiam o cargo de embaixador das missões tributárias. Bento de Goes compara este cargo a uma capitania cujo beneficiário tinha “jurisdição real sobre os mercadores dela em todo o caminho”⁴⁶⁶. Este “Imperador de Mercadorias” tinha muito poder sobre a caravana, “ao qual todos os demais deviam obediência e o serviam, e ainda o presenteavam, conforme era costume. (...) tem poder para prender os rebeldes, e inclusivamente para os mandar açoitar”⁴⁶⁷. Deparamo-nos aqui com uma hierarquia plutocrática oficial na caravana, onde o indivíduo com maiores recursos comprava este cargo, que era bastante caro, colocando-se assim no topo hierárquico da caravana.

Podemos assim ver que a moeda, tanto como a água, era o recurso mais importante nas viagens terrestres. A gestão dos recursos financeiros constituía uma habilidade de importância considerável para o bom sucesso das viagens terrestres pelas Rotas da Seda. O dinheiro dava acesso às caravanas, a guias, a mantimentos e a animais. Apesar da maioria dos viajantes serem clérigos, sem intenções, pelo menos explícitas, de fazerem proveito, o ambiente comercial das Rotas determinava que fosse impossível desligarem-se desta faceta. O dinheiro era uma ferramenta indispensável para a execução dos objetivos que tinham traçado para determinada missão, sendo fonte de pressão acrescida, especialmente no caso de clérigos pouco habituados a lidar com questões de ordem prática e monetária. Neste âmbito, é interessante notar como Sebastião Manrique dedica parte de um capítulo do seu itinerário a desabafar sobre os problemas que teve relativos à compra e venda de camelos para a viagem⁴⁶⁸.

Para muitos, o objetivo destas jornadas era, sem dúvida, fazer proveito, o que obrigava a um investimento inicial para contornar os riscos. Era preciso vender as mercadorias transportadas pelo maior valor possível, para que o ganho fosse elevado, uma vez que parte dele teria de que ser gasto na própria viagem, como por exemplo, em provisões ou novos animais de carga⁴⁶⁹. Havia por isso um balanço que tinha que ser atingido, ou seja, o rendimento

⁴⁶⁶ Matteo Ricci. "Istoria de la China i Cristiania Empresa hecha en ella por la Compañia de Jesus." In Góis, Andrade, e Águas, *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio*, 29.

⁴⁶⁷ Matteo Ricci. In Águas, 30.

⁴⁶⁸ Manrique, *Itinerário*, 290.

⁴⁶⁹ Rossabi, 7. *The "Decline" of the Central Asian Caravan Trade*, 202.

da expedição comercial tinha que ser suficiente para pagar a própria expedição e sobrar ainda uma quantidade razoável para o comerciante. No entanto, para os milhares de mercadores que percorriam as rotas como forma de sustento, a boa gestão de recursos era essencial para um negócio com proveito. Era necessário ir vendendo as mercadorias para ter maneira de prosseguir a viagem, repondo as provisões alimentares, pagando para o tratamento dos animais de transporte e/ou a sua eventual substituição, nas aldeias e cidades por onde se passava, mas retendo o suficiente para que a viagem no final fosse proveitosa.

A gestão do dinheiro ocorria em alturas de paragem, em aldeias, caravançerais e cidades, lugares onde as transações se faziam e os viajantes repousavam. Idealmente, tais períodos de paragem durariam o menor tempo possível, cerca de alguns dias no máximo. No entanto, acontecia que estes momentos de espera constituíam uma parte significativa da jornada: esperava-se por caravanas, esperava-se por estações apropriadas, ocorriam períodos de espera devido a vicissitudes políticas (locais e regionais). Um conflito armado, por exemplo, significava atrasos ou mesmo interrupções na viagem. Era importante estar-se ciente da situação política dos territórios por onde se passava. Na sua estadia em Ferrá, na fronteira da Pérsia Safávida, a caravana de Sebastião Manrique viu-se interrompida pela morte súbita do xá Safi (1642). Só 56 dias mais tarde, após o anúncio da ascensão de Abbas II a sufi⁴⁷⁰, é que a viagem pôde ser retomada. Isto mostra bem o quão importante era a estabilidade política para as caravanas.

Na realidade, podemos dizer que o tempo de espera era maior que o tempo de trânsito. Bento de Goes, por exemplo, dos três anos que durou a sua viagem entre Agra e Jiuquan, apenas passou vinte meses efetivamente a viajar, tendo dispendido cerca de ano e meio em períodos de espera e/ou repouso⁴⁷¹.

Esta espera tinha consequências em termos de recursos, já que era preciso pagar as estadias nos locais onde ficavam instalados. Nos caravançerais este pagamento era feito em dinheiro e o viajante tinha acesso a dormida, provisões para si e para os seus animais, e até podia fazer uso de serviços médicos e pequenos arranjos, tudo sob a proteção de guardas⁴⁷². Este tipo luxuoso de acomodação estava condicionado a estadias curtas, de poucos dias. No caso de não se cruzarem com caravançerais, os viajantes ficavam em aldeias, com condições

⁴⁷⁰ Manrique, *Itinerário*, 379.

⁴⁷¹ Takahiro, "Political Power and Caravan Merchants at the Oasis Towns in Central Asia: The Case of Altishahr in the 17th and 18th Centuries", 35–36.

⁴⁷² Fagner, "Caravans", 795.

mais simples, mas onde tinham acesso a provisões. Ao contrário dos caravançarais, eram lugares onde a caravana acampava de forma informal, o que detinha aspetos negativos e positivos. Podemos identificar esta dualidade na viagem de Mestre Afonso, um dos poucos viajantes que descreve em detalhe as aldeias por onde passou e as interações com estas. O cirurgião descreve um incidente entre os aldeões e a cáfila (caravana) onde estava inserido. Os aldeões xiitas confrontaram um turco da caravana por este ser sunita e a situação ter-se-ia intensificado se não tivesse havido intervenção de outros membros da caravana a favor do turco⁴⁷³. Em contrapartida, na aldeia seguinte, as relações com os aldeões foram assaz amistosas, graças ao facto do Mestre ser cirurgião e ter ajudado várias pessoas nessa capacidade. Aliás, a sua posição de cirurgião tornava-o muito apreciado na caravana e nas aldeias por onde passavam, tanto que “(...) não chamavam nem sabiam outro nome senão <<haquim>>, que em língua pársia, árabe e turquesca quer dizer <<médico>>”⁴⁷⁴.

Como vimos, estes tempos de espera podiam estender-se por longos períodos. Nestes casos, tornava-se claramente mais dispendioso manter alojamento por tanto tempo. Temos, curiosamente, poucas informações sobre estes períodos, já que os itinerários dão mais enfoque às rotas e caminhos percorridos do que a tempos mortos de espera. Nenhum dos viajantes estudados descreve o que fazia durante a espera. Podemos, contudo, pressupor, dadas as descrições que temos das cidades, dos seus mercados e pessoas, que os viajantes visitavam estas cidades com o intuito de as conhecerem mais profundamente.

Podemos também pressupor que os viajantes participavam igualmente na vida social da cidade onde ficavam. Sebastião Manrique, por exemplo, foi convidado pelo governador da cidade de Multan a ficar alojado em casa de um vizinho seu, na rua principal⁴⁷⁵, inserindo-se assim na vida social do governador e, conseqüentemente, da cidade. Não podemos, no entanto, assumir, que todos os viajantes receberiam tal atenção da parte dos altos dignatários locais. Muito provavelmente, o grupo social onde se inseririam mais obviamente seria o dos mercadores, havendo certamente uma sobreposição com cristãos. Para custear estes longos tempos de espera, muitos viajantes teriam de trabalhar, escolhendo provavelmente ofícios com os quais estavam já previamente familiarizados ou então usando o comércio como meio de angariar fundos. É muito provável que Bento de Goes, no seu disfarce de mercador arménio,

⁴⁷³ Mestre Afonso. "Solurgião-mor que foi da Índia, em tempo do Conde Viso-Rei e do Governador João de Mendonça, da viagem que fez da Índia por terra a estes Reinos de Portugal, por mandado do mesmo Governador." In *Águas* (intro e notas), *Viagens por terra da Índia a Portugal*, 139.

⁴⁷⁴ Mestre Afonso. In *Águas*, 140.

⁴⁷⁵ Manrique, *Itinerário*, 272–73.

tenha sabido tirar partido dessa função. Sabemos que, aquando da sua morte, a divisão das suas posses deu origem a uma disputa entre os seus companheiros de viagem. De acordo com Matteo Ricci, o jesuíta “chegou rico de tão longo caminho. Trazia 13 cavalos, cinco criados a quem pagava salário, dois rapazes escravos que tinha comprado e mármore mais precioso que todos os outros, coisas que se calculavam em mais de dois mil e quinhentos escudos de valor”⁴⁷⁶. Poderemos facilmente imaginar um português no seio do bazar de Ircanda, participando na venda e compra de produtos, numa celebração de verdadeiro cosmopolitismo.

4.2. Reis pastores e gente moura: as visões portuguesas da Ásia Central

Para entendermos qualquer relato ou descrição europeia do “exótico” temos de ter em conta as características da mentalidade literária da época moderna. Tal espírito criativo era constituído, logicamente, por vários aspetos culturais, alguns recentes e outros mais antigos. Destaco dois dos pilares que influenciavam a mentalidade e, conseqüentemente, os escritos dos autores nesta época. Por um lado, o novo vigor intelectual suscitado pelo Renascimento, que incentivava descrições muito detalhadas e minuciosas, tentando dar-se o maior rigor possível para satisfazer as curiosidades dos seus contemporâneos. Por outro lado, o fortalecimento das instituições (políticas e religiosas, entre outras) fazia com que os seus interesses estivessem mais visíveis nos relatos, fazendo destes ferramentas a utilizar para tentar atingir tais interesses. Era este novo tipo de viajante, mais literato e perspicaz, mais ciente das suas funções e responsabilidades, que dominava os textos sobre a Ásia Central durante a época moderna⁴⁷⁷. Os autores e viajantes portugueses faziam parte desta tendência, sendo, em muitos aspetos, os seus pioneiros.

Como vimos, a política tinha uma enorme influência em todas as etapas do processo da ação portuguesa na Ásia Central, pelo que as perspetivas sobre povos e culturas deteriam sempre um intuito político. A visão sobre os povos islâmicos é um ótimo exemplo disto, apresentando-se estes simultaneamente como inimigos e aliados, dependendo das circunstâncias e necessidades do Estado da Índia e do Reino. Nos relatos portugueses, os persas são sempre gente alva, de boas proporções e cordiais⁴⁷⁸, apesar de serem muçulmanos. Vemos

⁴⁷⁶ Matteo Ricci. "Istoria de la China i Cristiania Empresa hecha en ella por la Compañia de Jesus." In Águas, *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio*, 36.

⁴⁷⁷ Nile Green. "Introduction: Writing, Travel, and the Global History of Central Asia." In Green, *Writing Travel in Central Asian History*, 11–12.

⁴⁷⁸ António Tenreiro. "Itinerário de António Tenreiro." In Águas (intro e notas), *Viagens por terra da Índia a Portugal*, 42; Mestre Martim Afonso. Itinerário de Mestre Afonso. In Águas, 143.

aqui em funcionamento o pragmatismo de contacto dos portugueses com os povos asiáticos. De acordo com Rui Loureiro, os portugueses definiam as suas perspetivas mais a partir dos seus interesses do que da realidade com que se deparavam: “Quando as razões de ordem económica ou imperativos de sobrevivência assim o exigiam, os nossos ultramarinos adoptaram uma atitude de abertura e tolerância face aos seus interlocutores asiáticos; quando os orientais, individual ou colectivamente, lhes fazia frente em questões de ordem matéria, os portugueses, em regra geral, respondiam com a violência e a intransigência.”⁴⁷⁹ Dado o interesse que o Estado da Índia tinha na manutenção de cordialidade com a dinastia Safávida, compreende-se bem esta atitude. Já o mesmo não acontecia quando tais interesses eram inexistentes. Matteo Ricci, inserido na corte Ming, culpava os mercadores muçulmanos pelos maus tratos sofridos por Bento de Goes em Jiuquan, acusando-os de conspirar contra o padre e envenenando-o para tirarem proveito das suas riquezas⁴⁸⁰.

Dado este *modus operandi*, qual seria a atitude dos portugueses perante um grupo sobre o qual não tinham interesse algum? Este era o caso das populações nómadas com as quais se cruzavam, e que eram referidas muito brevemente nos relatos de viagem. Como havia falta de interesse, tanto político como económico, estas descrições mostravam os nómadas apenas à luz das sensibilidades culturais portuguesas.

Fernão Mendes Pinto, por exemplo, não apresenta a cultura da Mongólia como nómada, mas sim como qualquer outro poder bélico e expansionista, apesar de compreender a importância da sua cavalaria. Este aspeto é muito claro quando o autor conclui que a invasão mongol na China tinha sido vista como um fracasso por “el Rey dos Tartaros”⁴⁸¹, pois os mongóis não tinham conseguido conquistar Pequim⁴⁸². Contudo, o objetivo destas incursões militares nómadas era o saque e tributo, não havendo qualquer interesse em ocupar ou conquistar quaisquer territórios ou cidades, o que não faz sentido no contexto nómada. Na realidade, em muitos aspetos, a “civilização tártara” que Fernão Mendes Pinto descreve⁴⁸³ referindo-se aos mongóis, era semelhante a um povo da antiguidade clássica: politeísta,

⁴⁷⁹ Rui Loureiro. "O encontro de Portugal com a Ásia no século XVI." In Luís de Albuquerque et al., *O confronto do olhar: o encontro dos povos na época das navegações portuguesas, séculos XV e XVI: Portugal, África, Ásia, América*, ed. António Luís Ferronha (Lisboa: Caminho, imp, 1991), 207.

⁴⁸⁰ Matteo Ricci. "Istoria de la China i Cristiania Empresa hecha en ella por la Compañia de Jesus." In Águas, *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio*, 37–38.

⁴⁸¹ Referência a Altan Cã.

⁴⁸² Fernão Mendes Pinto, Jorge Santos Alves, e Eliza Lopes da Costa, *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: studies, restored portuguese text, notes and indexes.*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. II (Lisboa: Fundação Oriente, 2010), 407.

⁴⁸³ ou antes, imagina pois nunca a visitou.

guerreira, cerimoniosa, adornada de estátuas de bronze, com laranjeiras e pomares em Pequim, entre outras fantasias mirabolantes inventadas pelo autor⁴⁸⁴.

Este erro na interpretação dos factos mostra claramente que os poderes nómadas eram mal compreendidos pelos portugueses. A imagem medieval do nómada conquistador permanecia no imaginário coletivo, existindo pouca informação sobre estes povos.

Para Tomás Pereira, que é o viajante que mais descreve diretamente as populações nómadas, o seu modo de vida é algo estranho. No seu percurso até Nerchinsk, o jesuíta descreveu as populações nómadas com que se deparou do seguinte modo:

“(...) aquellas por serem terras des[ser]tas, quasi tudo areyas, sem moradores, mais que acaso de trinta e 30 e mais legoas huma ou mais tendas de pastores que comboyando seus carneiros, vacas e cavallo, de cujo leite sem exceção se sustenção, sem nenhum modo de culturas de tantas terras e muito pouco de pessoas, vivendo mais entre seus pastoforios grosseiramente, sem saberem nome ao pão e muito menos ao arrós (...)”⁴⁸⁵.

A ausência de produção agrícola chocava Tomás Pereira. Aliás, toda a paisagem deserta e fria da Mongólia, e chuvosa da Manchúria, era alvo de profundo desagrado para o jesuíta. É bastante provável que o sacerdote sentisse o choque de passar da corte de Pequim para “o meio do nada”, a comer carnes secas e cruas e a beber água salobra⁴⁸⁶. Após viver na corte durante várias décadas, certamente que a ausência dos luxos a que estaria habituado era difícil de suportar. Aliado a isto, outro fator que teria também afetado as reações do jesuíta seria a sua longa exposição à cultura chinesa, a qual tem um historial de hostilidade e adversão às culturas nómadas⁴⁸⁷. É importante clarificar, no entanto, que a dinastia Qing, pelo menos numa fase inicial, mostrava-se aberta a grupos nómadas, nomeadamente os que tinham ajudado os manchus a subir ao poder, estando assim integrados no Império e ocupando uma posição

⁴⁸⁴ Pinto, Alves, e Costa, *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: studies, restored portuguese text, notes and indexes.*, II:403–4.

⁴⁸⁵ “Thomas Pereyra. Relação diária da viagem dos Embaixadores da China Tumque Cam e Somgo Tu, athé à povoação de Nip Chu e Sucesso das Pazes entre o Imperio Sinico e Moscovitico escrita pela testemunha individual dos mesmos Embaixadores abaixo assinada, no anno de 1689 com todas as circunstancias e miudesas que podem os curiosos apeteer.” In Sebbes, *O diário do padre Tomás Pereira, S.J.*, 187–88.

⁴⁸⁶ Thomas Pereyra. In Sebbes, 187–88.

⁴⁸⁷ As interações entre culturas nómadas e a civilização chinesa ao longo da sua história sempre se mostraram difíceis. Desde as primeiras dinastias que os territórios chineses, abundando de recursos e população, eram alvos extremamente atrativos para as tribos e confederações nómadas, que frequentemente comerciavam e/ou saqueavam estes territórios. A atitude defensiva adotada para lidar com esta ameaça deixou um marco permanente e multifacetado na cultura chinesa. Diz muito o facto de que um dos feitos arquitetónicos mais duradouros da China é a sua Grande Muralha, cuja construção foi incentivada precisamente para a proteção contra invasões nómadas.

especial no exército e na estrutura política⁴⁸⁸. Mesmo assim, não seria de espantar que Tomás Pereira se deparasse com sentimentos anti mongóis no seio da corte, onde ainda residiam e atuavam muitos mandarins de etnia Han.

A visão que Tomás Pereira tinha dos mongóis, e dos nómadas em geral, era a de populações de simples pastores: “(...) eis que veyo nova como o Elut fasia guerra ao Hal ha, por cujas terras fasmus nosso caminho, a que eu ouvi chamar sine rubore emperador (parecendo-me indigno ainda o nome de pastores).”⁴⁸⁹. O choque era reforçado, sem dúvida, pelo ambiente em que tinha sido criado. A cultura portuguesa, estando inserida numa matriz sedentária e europeia, mostrava-se claramente adversa ao nomadismo. Esta ideia é reforçada com a reação portuguesa da chegada e instalação das populações romani ao Reino, em meados do século XVI⁴⁹⁰. O estilo de vida semi nómada era algo estranho para os portugueses, que rapidamente se transformou em adversidade e, até mesmo, hostilidade. As comunidades romani de Portugal eram acusadas de roubo e de praticar “magia”, sendo desde cedo alvo de discriminação pelo setor dominante da sociedade portuguesa⁴⁹¹.

A visão negativa que Tomás Pereira tem dos mongóis e do nomadismo como estilo de vida não é excepcional. Já os exploradores dominicanos húngaros do século XIII apresentavam uma imagem geralmente negativa destas populações: “(...) They live like beasts. They do not cultivate the land but eat the meat of the horses, wolves and such creatures. They drink the milk of horses and blood. They have a great number of horses and arms and they are most vigorous in battle.”⁴⁹² É, de novo, aparente o choque relativo à ausência de produção agricultura “tradicional”. A paisagem “vazia” com que se deparavam os viajantes europeus, independentemente das diferentes cronologias, apresentava um contraste significativo com as paisagens a que estes indivíduos estariam habituados: considerável concentração populacional, aldeias e campos de cultivo, administrados por estruturas de defesa sob a forma de fortalezas e castelos. O desapontamento dos viajantes perante a paisagem da estepe e dos desertos revelava a percepção europeia de civilização: a ausência de agricultura e infraestruturas era sinónimo de regiões pouco ou nada civilizadas. De facto, a ideia de civilização incluía obrigatoriamente

⁴⁸⁸ Mei-hua Lan. "From Lifanyuan to the Mongolian and Tibetan Affairs Commission." *Managing Frontiers in Qing China: The Lifanyuan and Libu Revisited* (BRILL, 2016), 337–38.

⁴⁸⁹ Thomas Pereyra. In Sebbes, *O diário do padre Tomás Pereira, S.J.*, 189.

⁴⁹⁰ João Alves Dias. "A população." In Joel Serrão et al., *Nova História de Portugal*, 1a ed, vol. 5 (Lisboa: Presença, 1990), 50.

⁴⁹¹ João Alves Dias. In Serrão et al., 5:50.

⁴⁹² Mary Dienes. "Eastern Missions of the Hungarian Dominicans in the First Half of the Thirteenth Century." In Ryan, *The Spiritual Expansion of Medieval Latin Christendom*, 81.

infraestruturas permanentes (residências, estradas, centros administrativos, canalização, entre outros).

Conclusão ou para uma historiografia mais visível

Comecei esta dissertação afirmando que a atuação portuguesa na Ásia Central não era de todo desconhecida, mas carece de visibilidade. Foi um capítulo curioso da Expansão Portuguesa, que acompanhou a evolução política do Império, mas que se manteve bastante à margem. Foi um processo cuja execução se viu limitada pela natureza predominantemente costeira da Ásia portuguesa. A negligência pragmática por parte quer de entidades oficiais, como o Estado da Índia e o Padroado Português, quer da própria sociedade portuguesa, era o maior obstáculo ao estabelecimento de uma presença duradoura e estável na Ásia Central.

Contudo, e como vimos, pouco impacto não é sinónimo de ausência deste: a viagem de Bento de Goes constituiu um marco definitivo na desconstrução do misticismo asiático; a missão do padre António de Andrade foi a primeira experiência a propiciar contacto e diálogo cultural prolongados entre a Europa e o Tibete; o padre Tomás Pereira foi instrumental na negociação que levou ao tratado de Nerchinsk, através do qual foi delimitada a geopolítica da zona este da Ásia Interior e cujos efeitos ainda se fazem sentir atualmente na região. Os portugueses estiveram, sem dúvida, entre os pioneiros na atuação da Europa moderna na Ásia Central, tal como o foram no resto da Ásia. Como pioneiros, os portugueses experimentaram, erraram e raramente alcançaram as suas ambições neste espaço. No entanto, foi com base e por conhecimento destes erros que outros poderes europeus conseguiram triunfar onde os portugueses falharam. Por exemplo, a má gestão diplomática do Estado da Índia permitiu que ingleses e holandeses conseguissem obter influência no seio da corte dos Safávidas.

Apesar da sua dimensão claramente diminuta relativamente a outros processos da Expansão Portuguesa, as viagens levadas a cabo pela Ásia Central tiveram impacto, embora não o desejado pelos intervenientes. Não importa agora lamentar o potencial desperdiçado de séculos passados, mas podemos, isso sim, atuar para que o mesmo não aconteça à historiografia atual sobre essa época. De facto, a historiografia destas iniciativas de viagem continua a ser um pequeno nicho inserido no estudo quer da Expansão Portuguesa quer da presença europeia na Ásia Central, encontrando-se esta última predominantemente redigida numa perspetiva anglo-saxónica. Sinto nesta historiografia, no estudo dos escritos das viagens portuguesas, um significativo potencial para complementar, ou mesmo completar, o nosso entendimento da presença e da ação portuguesas na Ásia. A Ásia Central continua a ocupar um lugar vago no imaginário coletivo português, algo que se reflete na sua fraca presença na nossa historiografia e, conseqüentemente, na análise destes temas.

Gostaria, por isso, de terminar este trabalho com uma chamada de atenção para o tesouro de informação que se encontra nos relatos, cartas e itinerários de viagem dos portugueses pelas Rotas da Seda terrestres e o quão importante é estudá-los. A literatura gerada pelas viagens portuguesas na Ásia Central merece muito mais atenção por parte da historiografia da Expansão Portuguesa na época moderna. Neste trabalho apresentei algumas temáticas interessantes desenvolvidas com base neste enorme e rico espólio de informação, como a ligação entre os objetivos e os interesses que estavam por detrás das viagens, assim como o modo como as mesmas eram realizadas. Muito mais ficou por analisar. Seria interessante, por exemplo, estudar as interações interpessoais entre os viajantes portugueses e os seus companheiros de viagem, ou até fazer um estudo comparativo entre as viagens portuguesas no interior do continente africano e do asiático. Enfim, as possibilidades são imensas e os assuntos estão longe de se esgotar.

Neste trabalho, tentei fazer uma compilação e narração sustentada por análise da presença portuguesa na Ásia Central, entre o século XV e o final do século XVII, uma temática que nunca teve realmente uma obra geral. Uma dissertação de mestrado não faz justiça a tão rico assunto, tendo-me visto obrigado a omitir alguns aspetos, como por exemplo as viagens levadas a cabo no século XVIII, altura em que os padres Félix da Rocha ou José Espinha viajaram pela Tartária e pelo Tibete, e/ou a detalhar menos do que gostaria, outros. Assim, aqui deixo o desafio para aqueles que estejam interessados, continuarem o trabalho.

Bibliografia

Fontes manuscritas

Lopes, Martim. «Carta do Dr. Martim Lopes dando parte ao rei D. Manuel I das minas da prata e cobre que descobriu», 1 de fevereiro de 1500. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Fontes impressas

Afonso, Martim. *Itinerário de Mestre Afonso // Solurgião-mor que foi da Índia, em tempo do conde Viso-Rei e do Governador João de Mendonça, da viagem que fez da Índia por terra a estes reinos de Portugal, por mandado do mesmo Governador*. In Águas (intro e notas), Neves. *Viagens por terra da Índia a Portugal*. 125-175. A aventura portuguesa. Mem Martins: Europa-América, 1991.

Águas (intro e notas), Neves. *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio*. A aventura portuguesa. Mem Martins: Europa-América, 1988.

Águas (intro e notas), Neves. *Viagens por terra da Índia a Portugal*. A aventura portuguesa 11. Mem Martins: Europa-América, 1991.

Alves, Jorge Santos. *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: studies, restored portuguese text, notes and indexes*. Vol. II: Restored text. 4 vols. Lisboa: Fundação Oriente: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010.

Andrade, António de. *Novo Descobrimento do Grã Cataio ou Reinos de Tibete, pelo padre António de Andrade, da Companhia de Jesu, português, no ano de 1624*. In Águas (intro e notas), Neves. *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio*. 73-90. A aventura portuguesa. Mem Martins: Europa-América, 1988.

Andrade, António de. *Carta de 15 de Agosto de 1626 // 1ª Via*. In Águas (intro e notas), Neves. *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio*. 91-117. A aventura portuguesa. Mem Martins: Europa-América, 1988.

Andrade, António de. *Terceira Carta de António de Andrade*. In Didier, Hugues. *Les portugais au Tibet: les premières relations jésuites 1624-1635*. 147-160. Magellane. Paris: Chandeigne, 1996.

Azevedo, Francisco de. *Pera o Padre Antonio Freire Procurador das Provincias da India da Companhia de Jesus em Portugal*. In Didier, Hugues. *Les portugais au Tibet: les premières relations jésuites 1624-1635*. 161-211. Magellane. Paris: Chandeigne, 1996.

Cabral, João. *Relação da Missão do Reino de Uçangue, cabeça dos do Potente, escrita pelo Padre João Cabral da Companhia de Jesus*. In Didier, Hugues. *Les portugais au Tibet: les premières relations jésuites 1624-1635*. 243-247. Magellane. Paris: Chandeigne, 1996.

Cacela, Estêvão. *Relação que mandou o Padre Estevão Cacela da Companhia de Jesus ao Padre Alberto Laercio, provincial da Provincia do Malabar da India Oriental, da sua viagem*

pera o Cataio, até chegar ao Reino do Potente. In Didier, Hugues. *Les portugais au Tibet: les premières relations jésuites 1624-1635*. 215-242. Magellane. Paris: Chandeigne, 1996.

Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Jesus escreuerão dos Reynos de Iapão & China aos da Christandade daquellas partes, & varios costumes, & falsos ritos da gentilidade. Tokyo: Yushodo Booksellers, Ltd, 1972.

Couto, Diogo do. *Decada quarta da Asia, dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e descobrimento das terras, & mares do Oriente: em quanto governaraõ a India Lopo Vaz de Sam Payo, & parte do tempo de Nuno da Cunha. Composta por mandado do muito catholico e invencivel Monarcha de Espanha Dom Filipe Rey de Portugal o primeiro deste nome*. Em Lisboa: impresso por Pedro Crasbeeck, no Collegio de Santo Agostinho, 1602.

Couto, Diogo do. *Decada quinta da Asia: Dos feitos que os portugueses fizeraõ no descobrimento dos mares, & conquista das terras do Oriente: em quanto governaraõ a India Nuno da Cunha, dom Garcia de Noronha, dom Esteuaõ da Gama, & Martim Afonso de Sousa*. Em Lisboa: impresso por Pedro Crasbeeck, 1612.

Couto, Diogo do. *Decada setima da Asia: dos feitos que os portugueses fizeraõ no descobrimento dos mares, & conquista das terras do Oriente: em quanto governaraõ a India Dom Pedro Mascarenhas, Francisco Barreto, Dom Constantino, o Conde do Redondo Dom Francisco Coutinho, & Joaõ de Mendoça*. Em Lisboa: por Pedro Craesbeeck veudese [sic] na Rua Nova em casa de Mateus de Matos, 1616.

Godinho, Manuel. *Relação do novo caminho que fez por terra e mar vindo da India para Portugal, no ano de 1663*. Prefácio por Augusto Reis Machado. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1944.

Guerreiro, Fernão. *Relato da viagem extraído de // Relação anual das coisas que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas suas missões... // de Fernão Guerreiro*. In Águas (intro e notas), Neves. *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio*. 41-60. A aventura portuguesa. Mem Martins: Europa-América, 1988.

Iria, Alberto, e João Martins da Silva Marques. *Descobrimientos portugueses: documentos para a sua história*. Lisboa: Inst. de Alta Cultura, 1944.

Jenkinson, Anthony. *Early Voyages and Travels to Russia and Persia, by Anthony Jenkinson and Other Englishmen. With Some Account of the First Intercourse of the English with Russia and Central Asia by Way of the Caspian Sea*. Hakluyt Society, 1886.

Manrique, Sebastião. *Itinerário*. Edição, org. e Pref. por Luís Silveira. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1947.

Manrique, Sebastião. *Breve relação dos reinos de Pegu, Arracão, Brama, e dos impérios Calaminhã, Siammon e Grão Mogol*. Apresentação e notas por Raffaella D'Intino, trad. por M. Ana de Barros Serra Marques Guedes. Livros Cotovia. Lisboa: Cotovia Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.

Martini, Martino. *Bellum Tartaricum, or the Conquest of the Great and Most Renowned Empire of China by the Invasion of the Tartars ... / Written Originally in Latine by Martin*

Martinius ... and Now Faithfully Translated into English. [S.l.: s.n.], 1939.
<http://archive.org/details/bellumtartaricum00mart>.

Morgan, Edward Delmar, e Charles Henry Coote, eds. *Early Voyages and Travels to Russia and Persia by Anthony Jenkinson and other Englishmen: With some Account of the First Intercourse of the English with Russia and Central Asia by Way of the Caspian Sea.* London: Hakluyt Society, 2017. <https://doi.org/10.4324/9781315578576>

Pereira, Tomás. *Relação da jornada que em companhia do Emperador da China fez o Padre Thomas Pereyra à Tartaria em 1685.* In Barreto (coord.), Luís Filipe, Arnaldo do Espírito Santo (trad.) et al. *Tomás Pereira: obras.* 19-39. 1.^a ed. Vol II. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I.P, 2011.

Pereira, Tomás. *Carta sem assinado, nem era; e pella letra parece ser do Padre Thomas Pereyra ao Padre Vizitador Simão Martins.* In Barreto (coord.), Luís Filipe, Arnaldo do Espírito Santo (trad.), et al. *Tomás Pereira: obras.* 145-147. 1.^a ed. Vol I. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I.P, 2011.

Pereira, Tomás. *Relação diária da viagem dos embaixadores da China Tumque Cam e Somgo Tu, Athé à povoação de Nip Chu e sucesso das pazes entre o Imperio Sinico e Moscovitico escrita pela testemunha individual dos mesmos embaixadores abaixo assinada, no anno de 1689 com todas as circunstancias e miudesas que podem os curiosos apetecer.* In Sebbes, Joseph, e Helena Maria Campos Borges da Cunha Leite Novais (trad.). *O diário do padre Tomás Pereira, S.J: os jesuítas e o Tratado Sino-Russo de Nerchinsk (1689).* 1a ed. 185-207 Macau: Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses Instituto Cultural, 1999.

Pimenta, Nicolau, e Francisco de Melo Manuel. *Cartas que o Padre Nicolao Pimenta da Companhia de Jesu Visitador nas partes do Oriente da mesma Companhia, escreveo ao Géral della à 26. de Nove[m]bro do ano de 1599. & ao 1. de Dezembro de 600. nas quaes entre algu[m]as cousas notaveis & curiosas q[ue] conta de diversos reinos, relata o sucesso da insigne victoria q[ue] Andre Furtado de Mendouça alcãçou do Cunhale grande perseguidor da Fee & Christãdade da India & cruel inimigo daquelle estado.* Em Lisboa: impresso por Pedro Crasbeeck, 1602.

Pires, Tomé. *Suma Oriental.* Editado por Rui Manuel Loureiro. Lisboa Macau: Centro Científico e Cultural de Macau Fundação Jorge Álvares; Fundação Macau, 2017.

Ricci, Matteo. *Relato da viagem extraído de // Istoria de la China i Cristiania Empresa hecha em ella por la Compañia de Jesus // que, de los escritos del Padre Mateo Richo, compuso el Padre Nicolas Trigault.* In Águas (intro e notas), Neves. *Viagens na Ásia Central em demanda do Cataio.* p. 23-40. A aventura portuguesa. Mem Martins: Europa-América, 1988.

Santos, João dos, Manuel de Lira, Brás Nunes, e Francisco de Melo Manuel. *Ethiopia Oriental e varia historia de cousas notaveis do Oriente.* Impressa no Convento de S. Domingos de Evora: por Manuel de Lira impressor, 1609.

São Bernardino, Gaspar de. *Itinerário da Índia por terra até à Ilha de Chipre.* Introdução e notas por Augusto Reis Machado. Lisboa: Agência Geral do Ultramar. Divisão de Publicações e Biblioteca, 1953.

Tenreiro, António. "Itinerário de António Tenreiro". In Águas (intro e notas), Neves. *Viagens por terra da Índia a Portugal*. A aventura portuguesa 11. Mem Martins: Europa-América, 1991.

Tenreiro, António. *Itinerário de António Tenreiro Cavaleiro da ordem de Christo, em que se contem como da India veio por terra a estes Reynos de Portugal*. Clássicos de bolso 19. Lisboa: Estampa, 1980.

Estudos e obras

Afonso, John Correia. *Introduction*. In Godinho, Manuel. *Intrepid Itinerant: Manuel Godinho and His Journey from India to Portugal in 1663*. Editado por John Correia Afonso. Traduzido por Vitalio Lobo. 6-... Bombay: Oxford University Press, 1990.

Águas, Neves. "Introdução: os viajantes portugueses e os seus relatos". In Águas (intro e notas), Neves. *Viagens por terra da Índia a Portugal*. A aventura portuguesa 11. Mem Martins: Europa-América, 1991.

Águas, Neves. "Mestre Afonso e o seu Itinerário." In Águas (intro e notas), Neves. *Viagens por terra da Índia a Portugal*. A aventura portuguesa 11. Mem Martins: Europa-América, 1991.

Alam, Muzaffar. «Trade, State Policy and Regional Change: Aspects of Mughal-Uzbek Commercial Relations, C. 1550-1750*». *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 37, n.º 3 (1 de janeiro de 1994): 202–27. <https://doi.org/10.1163/156852094X00118>

Albuquerque (dir.), Luís de, e Francisco Contento Domingues (coord). *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

Albuquerque, Luís de, António Luís Ferronha, et al., e Rui Manuel Loureiro. *O confronto do olhar: o encontro dos povos na época das navegações portuguesas, séculos XV e XVI: Portugal, África, Ásia, América*. Editado por António Luís Ferronha. Lisboa: Caminho, imp, 1991.

Alden, Dauril. *The Making of an Enterprise: The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1750*. Stanford University Press, 1996.

Allsen, Thomas T. *Eurasia after the Mongols*. In Bentley, Jerry H., Merry E. Wiesner, e Sanjay Subrahmanyam (eds.). *The Cambridge World History: The Construction of a Global World, 1400-1800 CE. Part 1: Foundations. Volume 6*. 159-81. Cambridge University Press, 2015.

Alves, Jorge Santos. *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: studies, restored portuguese text, notes and indexes*. Vol. III: Notes. 4 vols. Lisboa: Fundação Oriente: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010.

Alves, Jorge Santos. *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: studies, restored portuguese text, notes and indexes*. Vol. I: Studies. 4 vols. Lisboa: Fundação Oriente: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010.

Amitai, Reuven, e Michal Biran. *Mongols, Turks, and Others: Eurasian Nomads and the Sedentary World*. BRILL, 2021.

Andersen, Henning. *Language Contacts in Prehistory: Studies in Stratigraphy*. John Benjamins Publishing, 2003.

Antonucci, Davor. "Pereira's Trip to Tartary in 1685". In Luís Saraiva (ed.), *Europe and China: Science and Arts in the 17th and 18th Centuries*. 115-34. World Scientific, 2013.

Asimov, M. S. "Description of the Project." In Dani, Ahmad Hasan, Vadim Mikhaïlovich Masson (eds.) et al. *History of Civilizations of Central Asia*. Vol V: Development in Contrast: From the Sixteenth to the Mid-Nineteenth Century. 15-17. Paris: UNESCO, 2003.

Araújo, Horácio. "Jesuit Narratives, Eastern Missions." In Speake, Jennifer. *Literature of Travel and Exploration: G to P*. 653-5. Taylor & Francis, 2003.

Arrimar, Jorge, e Lek Chi "Ritchie" Chan. *Os Jesuítas na Ásia: catálogo da exposição bibliográfica*. Macau: Instituto Cultural, 1991.

Azevedo (dir.), Carlos A. Moreira. *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

Azevedo (dir.), Carlos A. Moreira. *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Vol. 2. 440-46. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

Azevedo (dir.), Carlos A. Moreira. *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

Azevedo (dir.), Carlos A. Moreira. *História Religiosa de Portugal*. Vol. 2: *Humanismos e Reformas*. Círculo de Leitores, 2000. <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/13491>

Baldini, Ugo. *Engineering in the Missions and Missions as engineering: Claudio Filippo Grimaldi until his return to Beijing (1696)*. In Barreto, Luís Filipe (ed.). *Tomás Pereira S.J. (1646-1708): Life, Work and World*. 1.^a ed. 75-184. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I.P, 2010.

Barfield, Thomas. *Afghanistan: A Cultural and Political History*. Princeton: Princeton University Press, 2010. <https://muse.jhu.edu/book/36278>

Barreto, Luís Filipe. *Macau: poder e saber séculos XVI e XVII*. 1a ed. Biblioteca do século 17. Lisboa: Presença, 2006.

Barreto (coord.), Luís Filipe, Arnaldo do Espírito Santo (trad.) et al. *Tomás Pereira: obras*. 1.^a ed. Vol 1. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I.P, 2011.

Barreto (coord.), Luís Filipe, Arnaldo do Espírito Santo (trad.) et al. *Tomás Pereira: obras*. 1.^a ed. Vol 2. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I.P, 2011.

Barreto, Luís Filipe (ed.). *Tomás Pereira S.J. (1646-1708): Life, Work and World*. 1.^a ed. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I.P, 2010.

Barroso, Raphael Henrique Dias. “Comunicação política e diplomática no reinado de D. João III: redes de informação e estratégias de manutenção de segredos”. *Revista Angelus*, 2020.

Bentley, Jerry H., Merry E. Wiesner, e Sanjay Subrahmanyam (eds.). *The Cambridge World History: The Construction of a Global World, 1400-1800 CE. Part 1: Foundations. Volume 6*. Cambridge University Press, 2015.

Bentley, Jerry H., Merry E. Wiesner, e Sanjay Subrahmanyam (eds.). *The Cambridge World History: The Construction of a Global World, 1400-1800 CE. Part 2: Patterns of Change. Volume 6*. Cambridge University Press, 2015.

Biedermann, Zontán. “Mapping the Backyard of an Empire: Portuguese Cartographies of the Persian Littoral during the Safavid Period.” In Matthee, Rudolph P., e Jorge Manuel Flores (eds.). *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia*. 51-78. Acta Iranica. Leuven: Peeters, in association with the Iran Heritage Foundation and the Freer Gallery of Art & Arthur M. Sackler Gallery, Smithsonian Institution, 2011.

Black, Jeremy. *Patterns of warfare, 1400-1800*. In Bentley, Jerry H., Merry E. Wiesner, e Sanjay Subrahmanyam (eds.). *The Cambridge World History: The Construction of a Global World, 1400-1800 CE. Part 2: Patterns of Change. Volume 6*. 29-49. Cambridge University Press, 2015.

Bopearachchi, Osmund. *Greeks, Scythians, Parthians and Kushans in Central Asia and India*. In Hyun Jin Kim, Frederik Vervaeke, e Selim Ferruh Adali (eds.). *Eurasian Empires in Antiquity and the Early Middle Ages: Contact and Exchange between the Graeco-Roman World, Inner Asia and China*. 251-74. Cambridge University Press, 2017.

Borges, Maria da Graça Burnay Pereira de Almeida. “Um estreito globalizado: a luta por Ormuz (1622) e a globalização das relações internacionais no período moderno”. Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, 2008.

Boulnois, Luce, e Maria Luzia Machado. *A Rota da Seda. Aventura & viagens* 16. Mem Martins: Europa América, 1999.

Boyle, John Andrew. “The Il-Khans of Persia and the Princes of Europe”. In Ryan (eds.), James D. *The Spiritual Expansion of Medieval Latin Christendom: The Asian Missions*. 251-66. Routledge, 2016.

Brockey, Liam. *Largos Caminhos e Vastos Mares*. Bulletin of Portuguese - Japanese Studies, n.º 1 (2000): 45-72.

Bulag, Uradyn E. *Where Is East Asia? Central Asia and Inner Asian Perspectives on Regionalism*. The Asia-Pacific Journal. Japan Focus 3, n.º 10 (2005): 1-7.

Burton, Audrey. “Descendants et successeurs de Timour: la rivalité territoriale entre les régimes ouzbek, safavide et moghol”. *Cahiers d’Asie centrale*, n.º ¾ (1 de outubro de 1997): 23-39.

Burton, Audrey. *The Bukharans: A Dynastic, Diplomatic and Commercial History 1550-1702*. Routledge, 2020.

Canaveira, Manuel Filipe. “O Último d’Alemanha, Confins da China: Os missionários jesuítas em busca da fronteira sino-alemã”. In Siepmann, Helmut. *Portugal, Indien und Deutschland: Akten der V. Deutsch-Portugiesischen Arbeitsgespräche (Köln - 1998)*. 265-279. Tübingen: Narr, 2000.

Caraman, Philip. *Tibet: The Jesuit Century*. 1st British ed. Tiverton: Halsgrove, 1998.

Carvalho, Joaquim Barradas de. A literatura portuguesa de viagens: séculos XV, XVI e XVII. *Revista de História* 40, n.º 81 (1970): 51-73. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1970.128941>

Carvalho, Maria. *O mundo natural asiático aos olhos do Ocidente. Contribuição dos textos ibéricos quinhentistas para a construção de uma nova consciência europeia sobre a Ásia*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2012.

Casale, Giancarlo. *The Islamic empires of the early modern world*. In Bentley, Jerry H., Merry E. Wiesner, e Sanjay Subrahmanyam (eds.). *The Cambridge World History: The Construction of a Global World, 1400-1800 CE. Part 1: Foundations. Volume 6*. 323-44. Cambridge University Press, 2015.

Castelo Branco, Fernando. *Aspectos da vida e da obra do explorador do Tibete padre António de Andrade*. Lisboa: Inst. Invest. Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985.

Chase, Kenneth, e Kenneth Warren Chase. *Firearms: A Global History to 1700*. Cambridge University Press, 2003.

Chin, James K. *Tomás Pereira S.J. and the Sino-Russian Treaty of Nerchinsk*. In Barreto, Luís Filipe (ed.). *Tomás Pereira S.J. (1646-1708): Life, Work and World*. 1.ª ed. 243-52. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I.P, 2010.

Christian, David. *Silk Roads or Steppe Roads? The Silk Roads in World History*. *Journal of World History* 11, n.º 1 (2000): 1-26.

Clifton, James. *Journeys, Real and Imaginary, in China and Europe: Cartography, Landscape, and Travel around 1600*. *The Nomadic Object*. (2018): 547-571.

Connell, Charles W. *Western Views of the Origin of the ‘Tartars’: An Example of the Influence of Myth in the Second Half of the Thirteenth Century*. In Ryan, Paul D (eds.). *The Spiritual Expansion of Medieval Latin Christendom: The Asian Missions*. 104-25. Routledge, 2016.

Costa, João Paulo Oliveira e. *China*. In Azevedo (dir.), Carlos A. Moreira. *Dicionário de história religiosa de Portugal*. 333-38. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

Costa, João Paulo Oliveira e. “Os Portugueses e a cristandade siro-malabar (1498–1530).” *Studia*, n. 52 (1994): 121-178.

Costa (coord.), João Paulo Oliveira e, Damião Rodrigues e Pedro Aires Oliveira. *História da Expansão e do Império Português*. 1ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014.

Costa, João Paulo Oliveira e. *A Diáspora Missionária*. In Azevedo (dir.), Carlos A. Moreira. *História Religiosa de Portugal*. Vol. 2: *Humanismos e Reformas*. 255-313. Círculo de Leitores, 2000. <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/13491>

Costa, Ricardo da. *Por uma geografia mitológica: a lenda medieval do Preste João, sua permanência transferência e ‘morte’*. *Dimensões*, n.º 9 (20 de dezembro de 1999). p. 53-64. <https://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2304>

Couto, Dejanirah. “Arméniens et Portugais dans les réseaux d’information de l’océan Indien au 16e siècle”. In *Les Arméniens dans le commerce asiatique au début de l’ère moderne*, editado por Sushil Chaudhury e Kéram Kévonian, 171–196. Hors collection. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 2018. <http://books.openedition.org/editionsmsmh/11394>

Couto, Dejanirah. “Portuguese-Ottoman Rivalry in the Persian Gulf in the mid-sixteenth century: the Siege of Hormuz, 1552”. In Matthee, Rudolph P., e Jorge Manuel Flores (eds.). *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia*. Acta Iranica. 145-75. Leuven: Peeters, in association with the Iran Heritage Foundation and the Freer Gallery of Art & Arthur M. Sackler Gallery, Smithsonian Institution, 2011.

Cruz, Bruna Dutra de Oliveira Soalheiro. “A missão tibetana na correspondência jesuíta (1624-1631)”. Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, 2009. <https://doi.org/10.11606/D.8.2009.tde-21102009-164743>

Cruz, Bruna Dutra de Oliveira Soalheiro. “Política e retórica: estratégias de conversão nas missões jesuítas do Mogol, Tibete e Bengala (XVI-XVIII)”. Tese de doutoramento em História Social, Universidade de São Paulo, 2014. <https://doi.org/10.11606/T.8.2014.tde-07112014-190017>

Cunha, João Teles e. “The eye of the beholder: The creation of a Portuguese discourse on Safavid Iran.” In Matthee, Rudolph P., e Jorge Manuel Flores (eds.). *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia*. 13-50. Acta Iranica. Leuven: Peeters, in association with the Iran Heritage Foundation and the Freer Gallery of Art & Arthur M. Sackler Gallery, Smithsonian Institution, 2011.

Dalgado, Sebastião Rodolfo. *Glossário luso-asiático*. Coimbra: Academia das Ciências, 1919.

Dani, Ahmad Hasan, V. M Masson, J Harmatta, Baij Nath Puri, G. F Etemadi, B. A Litvinskii, Guangda Zhang (eds.), et al. *History of Civilizations of Central Asia*. Paris: UNESCO, 1992.

Dani, Ahmad Hasan, Vadim Mikhaïlovich Masson (eds.) et al. *History of Civilizations of Central Asia*. Vol V: *Development in Contrast: From the Sixteenth to the Mid-Nineteenth Century*. Paris: UNESCO, 2003.

Dias, João Alves. “A população.” In Serrão, Joel e A. H. de Oliveira Marques (dirs.). *Nova História de Portugal*. 1a ed. Vol. 5. Lisboa: Presença, 1990.

Di Cosmo, Nicola. “State Formation and Periodization in Inner Asian History”. *Journal of World History* 10, n.º1 (1999): 1-40.

Didier, Hugues. *Fantômes d’Islam et de Chine: Les voyage de Bento de Góis s.j. (1603-1607)*. Fundação Calouste Gulbenkian. Chandeigne. 2003.

Didier, Hugues. *Les portugais au Tibet: les premières relations jésuites 1624-1635*. Magellane. Paris: Chandeigne, 1996.

Diesen, Mary. *Eastern Missions of the Hungarian Dominicans in the First Half of the Thirteenth Century*. In Ryan (eds.), James D. *The Spiritual Expansion of Medieval Latin Christendom: The Asian Missions*. 67-83. Routledge, 2016.

Domingues, Francisco Contente. “Descobrimento”. In Domingues (dir.), Francisco Contente. *Dicionário da expansão portuguesa, 1415-1600*. 1a ed. 333-37. Lisboa: Círculo de Leitores, 2016.

Domingues (dir.), Francisco Contente. *Dicionário da expansão portuguesa, 1415-1600*. 1a ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2016.

Dong Shaoxin. “The Tartars in European Missionary Writings of the Seventeenth Century”. *Foreign Devils and Philosophers*, 28 de janeiro de 2020, 82–103. https://doi.org/10.1163/9789004418929_005

Ebrey, Patricia Buckley. *The Cambridge Illustrated History of China*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1999. <http://archive.org/details/cambridgeillustr00ebre>

Elisseeff, Vadime. *The Silk Roads: Highways of Culture and Commerce*. Berghahn Books, 2000.

Eshraghi, E. “Persia during the period of the Safavids, the Afshars and the early Qajars.” In Dani, Ahmad Hasan, Vadim Mikhaïlovich Masson (eds.) et al. *History of Civilizations of Central Asia*. Vol V: Development in Contrast: From the Sixteenth to the Mid-Nineteenth Century. 247-71. Paris: UNESCO, 2003.

Estrada, Francisco López. Ruy González de Clavijo. *La embajada a Tamorlán. Relato del viaje hasta Samarcanda y regreso (1403-1406)*. Arbor 180, n.º711/712 (30 de abril de 2005): 515-535.

Flores, Jorge. *Unwanted Neighbours: The Mughals, the Portuguese, and Their Frontier Zones*. Oxford University Press, 2018.

Flores, Jorge Manuel Costa da Silva. *Nas margens do Hindustão: o estado da Índia e a expansão mogol ca. 1570-1640*. Investigação. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

Foltz, R. *Religions of the Silk Road: Premodern Patterns of Globalization*. Palgrave Macmillan, 2010.

Fragner, Bert G. “Caravans”. *Encyclopaedia Iranica*, 1990, 795–798.

Garthwaite, Gene R. *The Persians*. Blackwell Publishing, 2005.

Gibson, Todd. “Notes on the History of the Shamanic in Tibet and Inner Asia.” *Numen* 44, n.º1 (1 de janeiro de 1997): 39-59. <https://doi.org/10.1163/1568527972629939>

Godinho, Manuel. *Intrepid Itinerant: Manuel Godinho and His Journey from India to Portugal in 1663*. Editado por John Correia Afonso. Traduzido por Vitalio Lobo. Bombay: Oxford University Press, 1990.

Golden, Peter B. *Central Asia in World History*. New York: Oxford University Press, 2011.

Golvers, Noël. “F. Verbiest, G. Magalhães, T. Pereyra and the others. The Jesuit Xitang College in Peking (1670-1688)”. In Barreto, Luís Filipe (ed.). *Tomás Pereira S.J. (1646-1708): Life, Work and World*. 1.ª ed. 277-98. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I.P, 2010.

Gonçalves, Nuno Da Silva. “Padroado”. In Azevedo (dir.), Carlos A. Moreira. *Dicionário de história religiosa de Portugal*. 364-8. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

Graça, Luís. *A visão do Oriente na literatura portuguesa de viagens: os viajantes portugueses e os itinerários terrestres (1560-1670)*. Estudos de história de Portugal e dos portugueses. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

Green, Nile. “Introduction: Writing, Travel and the Global History of Central Asia.” In Green, Nile (ed.). *Writing Travel in Central Asian History*. 1-40. Indiana University Press, 2014.

Green, Nile (ed.). *Writing Travel in Central Asian History*. Indiana University Press, 2014.

Grove, Jean M. *The Little Ice Age*. London: Routledge, 1988. <https://doi.org/10.4324/9780203402863>

Guzman, Gregory G. “European Clerical Envoys to the Mongols: Reports of Western Merchants in Eastern Europe and Central Asia, 1231–1255”. *Journal of Medieval History* 22, n.º1 (1 de março de 1996): 53-67.

Habid, Irfan. “Science and technology.” In Dani, Ahmad Hasan, Vadim Mikhaïlovich Masson (eds.) et al. *History of Civilizations of Central Asia*. Vol V: Development in Contrast: From the Sixteenth to the Mid-Nineteenth Century. 461-76. Paris: UNESCO, 2003.

Haneda, Masashi. “Emigration of Iranian Elites to India during the 16-18th Centuries”. *Cahiers d’Asie Centrale*, n.º 3/4 (1 de outubro de 1997): 129-43.

Hansen, Valerie. *The Silk Road*. OUP USA, 2012.

Hernán, David García. “El ascenso del Imperio Otomano”. *Revista general de marina* 281, n.º 8 (2021): 219-32.

Hosteler, Laura. “Imperial competition in Eurasia”. In Bentley, Jerry H., Merry E. Wiesner, e Sanjay Subrahmanyam (eds.). *The Cambridge World History: The Construction of a Global World, 1400-1800 CE. Part 1: Foundations. Volume 6.* 297-322. Cambridge University Press, 2015.

Hu Xiaodan. «O pensamento e influência dos missionários na China: O caso de Tomás Pereira». Tese de Mestrado em Línguas, Literaturas e Culturas. Universidade de Aveiro, 2017.

Hyun Jin Kim, Frederik Vervaeke, e Selim Ferruh Adali (eds.). *Eurasian Empires in Antiquity and the Early Middle Ages: Contact and Exchange between the Graeco-Roman World, Inner Asia and China.* Cambridge University Press, 2017.

Hyun Jin Kim. *The Political Organization of Steppe Empires and their Contribution to Eurasian Interconnectivity: the Case of the Huns and Their Impact on the Frankish West.* In Hyun Jin Kim, Frederik Vervaeke, e Selim Ferruh Adali (eds.). *Eurasian Empires in Antiquity and the Early Middle Ages: Contact and Exchange between the Graeco-Roman World, Inner Asia and China.* 15-33. Cambridge University Press, 2017.

Iria, Alberto, e João Martins da Silva Marques. *Descobrimientos portugueses: documentos para a sua história.* Lisboa: Inst. de Alta Cultura, 1944.

Isom-Verhaaren, Christine. *Allies with the Infidel: The Ottoman and French Alliance in the Sixteenth Century.* Bloomsbury Publishing, 2011.

Jesus, Roger Lee Pessoa de. “A civilidade na Pérsia aos olhos dos portugueses de Quinhentos”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 10, n.º 1 (2010): 169-93.

Joaquim, Ana Cláudia dos Santos. «A Ásia conhecida pelos europeus Dos relatos dos autores clássicos aos descobrimientos portugueses». In *ATAS DO IX ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE HISTÓRIA.* 125–147. Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2014.

Khan, Iqtidar Alam. “Firearms in Central Asia and Iran During the Fifteenth Century and the Origins and Nature of Firearms Brought by Babur”. *Proceedings of the Indian History Congress* 56 (1995): 435–46.

Khan, Iqtidar A. e Irfan Habib. “Internacional Relations.” In Dani, Ahmad Hasan, Vadim Mikhaïlovich Masson (eds.) et al. *History of Civilizations of Central Asia.* Vol V: Development in Contrast: From the Sixteenth to the Mid-Nineteenth Century. 325-42. Paris: UNESCO, 2003.

Kılıç, Nurten. «Change in Political Culture: The Rise of Sheybani Khan». *Cahiers d’Asie Centrale*, n.º 3/4 (1 de outubro de 1997): 57-68.

Lan Mei-hua. “From Lifanyuan to the Mongolian and Tibetan Affairs Commission.” *Managing Frontiers in Qing China: The Lifanyuan and Libu Revisited* (BRILL, 2016): 336- 349.

Lassikova, Galina. “Hushang the Dragon-slayer: Fire and Firearms in Safavid Art and Diplomacy”. *Iranian Studies* 43, n.º 1 (1 de fevereiro de 2010): 29-51. <https://doi.org/10.1080/00210860903451204>

Leão, Francisco G. Cunha. *Jesuitas na Ásia: catálogo e guia*. Macau: Instituto Cultural de Macau Instituto Português do Património Arquitectónico Biblioteca da Ajuda, 1998.

Lee, Jonathan L. *Afghanistan: A History from 1260 to the Present*. Reaktion Books, 2022.

Leme Lopes, André. “O Conflito entre o Islã e o Ocidente: da Ascensão dos Árabes ao Ocaso Otomano”. *Hegemonia: Revista de Ciências Sociais*, n.º 1 (1 de abril de 2006): 1-17. <https://doi.org/10.47695/hegemonia.vi1.9>

Levi, Scott C. “Early Modern Central Asia in World History”. *History Compass* 10, n.º 11 (2012): 866-78. <https://doi.org/10.1111/hic3.12004>

Levi, Scott C. “Hindus beyond the Hindu Kush: Indians in the Central Asian Slave Trade”. *Journal of the Royal Asiatic Society* 12, n.º 3 (2002): 277-88.

Lopes (coord.), Marília Dos Santos. *Identidade em Viagem – Para uma História da Cultura Portuguesa*. Leya, 2015.

Lopes, Marília Dos Santos. “Pérsia, Relações de Portugal com a.” In Albuquerque (dir.), Luís de, e Francisco Contente Domingues (coord). *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*. Vol. II. 889-92. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

Loureiro, Rui Manuel, e Maria Augusta Lima Cruz (coords). *Diogo do Couto: história e intervenção política de um escritor polémico*. 1a ed. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2019.

Loureiro, Rui Manuel. “O encontro de Portugal com a Ásia no século XVI.” In Albuquerque, Luís de, António Luís Ferronha, et al., e Rui Manuel Loureiro. *O confronto do olhar: o encontro dos povos na época das navegações portuguesas, séculos XV e XVI: Portugal, África, Ásia, América*. Editado por António Luís Ferronha. Lisboa: Caminho, imp, 1991.

Ma Dazheng. “The Tarim Basin.” Dani, Ahmad Hasan, Vadim Mikhaïlovich Masson (eds.) et al. *History of Civilizations of Central Asia*. Vol V: Development in Contrast: From the Sixteenth to the Mid-Nineteenth Century. 181-208. Paris: UNESCO, 2003.

Magalhães, Joaquim Romeiro. “D. João III”. In Mattoso (dir.), José, Joaquim Romero Magalhães (coord.), Raquel Soeiro de Brito, Armindo de Sousa, André Ferrand de Almeida, Pedro Almeida Cardim, Regina Anacleto, Fernando Rosas, et al. *História de Portugal*. 1a ed. Vol. 3. 530-40. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992.

Malone, David M., C. Raja Mohan, e Srinath Raghavan. *The Oxford Handbook of Indian Foreign Policy*. OUP Oxford, 2015.

Marques, Gastão. *Os missionários jesuítas portugueses no Tibete: evocação histórico-religiosa*. Lisboa: Rei dos Livros, 1995.

Mattoso (dir.), José, Joaquim Romero Magalhães (coord.), Raquel Soeiro de Brito, Armindo de Sousa, André Ferrand de Almeida, Pedro Almeida Cardim, Regina Anacleto, Fernando Rosas, et al. *História de Portugal*. 1a ed. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992.

Matthee, Rudi. “Distant Allies: Diplomatic Contacts between Portugal and Iran in the Reign of Shah Tahmasb, 1524-1576.” In Matthee, Rudolph P., e Jorge Manuel Flores (eds.). *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia*. 219-47. Acta Iranica. Leuven: Peeters, in association with the Iran Heritage Foundation and the Freer Gallery of Art & Arthur M. Sackler Gallery, Smithsonian Institution, 2011.

Matthee, Rudolph P., e Jorge Manuel Flores (eds.). *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia*. Acta Iranica. Leuven: Peeters, in association with the Iran Heritage Foundation and the Freer Gallery of Art & Arthur M. Sackler Gallery, Smithsonian Institution, 2011.

Moosvi, S. “Sedentary societies.” In Dani, Ahmad Hasan, Vadim Mikhaïlovich Masson (eds.) et al. *History of Civilizations of Central Asia*. Vol V: Development in Contrast: From the Sixteenth to the Mid-Nineteenth Century. 348-55. Paris: UNESCO, 2003.

Mukminova, R. G., A. Mukhtarov. “The Khanate (Emirate) of Bukhara”. In Dani, Ahmad Hasan, Vadim Mikhaïlovich Masson (eds.) et al. *History of Civilizations of Central Asia*. Vol V: Development in Contrast: From the Sixteenth to the Mid-Nineteenth Century. 33-62. Paris: UNESCO, 2003.

Nobre, Pedro Alexandre David. “Cooperação e conflito entre britânicos e portugueses na Ásia. Dos primeiros contactos em Bombaim (c.1600-1740)”, Tese de Doutoramento. Universidade Nova de Lisboa. 2015. <https://run.unl.pt/handle/10362/14996>

Noronha, Isabel. «A corografia medieval e a cartografia renascentista: testemunhos iconográficos de duas visões de mundo». *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* 6 (fevereiro de 2000): 681–687. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702000000400009>

Pelúcia, Alexandra. *Corsários e piratas portugueses*. A Esfera dos Livros, 2010. <https://run.unl.pt/handle/10362/91643>

Pelúcia, Alexandra. *Afonso de Albuquerque*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2016.

Petesh, Luciano. *Italian Merchants in the Mongol Empire*. In Ryan (eds.), James D. *The Spiritual Expansion of Medieval Latin Christendom: The Asian Missions*. 165-87. Routledge, 2016.

Pereira, Ana Carolina Subtil. “O lugar em que estás é uma terra santa: visões e perceções da Antiguidade Oriental e Bíblica nos relatos de viagem portuguesas (sécs. XVI - XVII)”, Tese de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa. 2020. <https://run.unl.pt/handle/10362/94793>

Pina, Isabel Murta. “From Lisbon to Beijing.” In Barreto, Luís Filipe (ed.). *Tomás Pereira S.J. (1646-1708): Life, Work and World*. 1.ª ed. 185-202. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I.P., 2010.

Pires, Silvana Remédio. “Pérsia, Arménia e Geórgia”. In Azevedo (dir.), Carlos A. Moreira. *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Vol. 3. 440-46. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

Pomfret, Richard. *The Economies of Central Asia*. Princeton University Press, 2014. Raymond, Joad, e Noah Moxham, eds. *News Networks in Early Modern Europe*. BRILL, 2016. <https://doi.org/10.1163/9789004277199>

Power, Eileen. *The Opening of the Land Routes to Cathay*. In Ryan (eds.), James D. *The Spiritual Expansion of Medieval Latin Christendom: The Asian Missions*. 127-163. Routledge, 2016.

Rego, A. da Silva. “A primeira missão religiosa ao Grão-Mogol.” p. 155-185. *Lusitania sacra* 4. 1959.

Resende, Vasco. “Diogo do Couto e o passado etnográfico da Ásia Central.” In Loureiro, Rui Manuel, e Maria Augusta Lima Cruz (coords). *Diogo do Couto: história e intervenção política de um escritor polémico*. 1a ed. 301-13. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2019.

Resende, Vasco. “Império Safávida.” In Domingues (dir.), Francisco Contente. *Dicionário da expansão portuguesa, 1415-1600*. 1a ed. 544-7. Lisboa: Círculo de Leitores, 2016.

Resende, Vasco. “viagens por terra”. In Domingues (dir.), Francisco Contente. *Dicionário da expansão portuguesa, 1415-1600*. 1a ed. 1041-4. Lisboa: Círculo de Leitores, 2016.

Rodrigues, Ana Maria S. A., Carlos A. Moreira Azevedo, e Ana Maria C. M. Jorge (eds.). *História religiosa de Portugal*. 1a ed. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

Rodrigues, Joaquim Silva, Clarisse Castro, Joel Cleto, e Bárbara Araújo. *Pela Rota da Seda: Ásia Central - passado e presente fotografia de Joaquim Silva Rodrigues*. Matosinhos: Câmara Municipal, 2008.

Rodrigues, Miguel Urbano. *Nómadas e sedentários na Ásia Central: continuidade e descontinuidade no processo civilizatório*. 1a ed. Campo da história 9. Porto: Campo das Letras, 1999.

Rogers, J. Daniel. “The Contingencies of State Formation in Eastern Inner Asia”. *Asian Perspectives* 46, n.º 2 (2007): 249-74.

Ronnie Po-chia Hsia. “Tomás Pereira, French Jesuits, and the Kangxi Emperor.” In Barreto, Luís Filipe (ed.). *Tomás Pereira S.J. (1646-1708): Life, Work and World*. 1.ª ed. 353-74. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I.P., 2010.

Rossabi, Morris. 7. *The “Decline” of the Central Asian Caravan Trade. From Yuan to Modern China and Mongolia*. p. 201-220. BRILL, 2014. https://doi.org/10.1163/9789004285293_009

Rossabi, Morris. “Crossroads region: Central Asia.” In Bentley, Jerry H., Merry E. Wiesner, e Sanjay Subrahmanyam (eds.). *The Cambridge World History: The Construction of a Global World, 1400-1800 CE. Part 1: Foundations. Volume 6*. 347-71. Cambridge University Press, 2015.

Rostovtzeff, M. *Caravan Cities*. Read Books Ltd, 2011.

Roux, Jean-Paul. *L'Asie centrale: Histoire et civilisations*. Fayard, 2014.

Ryan (eds.), James D. *The Spiritual Expansion of Medieval Latin Christendom: The Asian Missions*. Routledge, 2016.

Sales, Maria de Lurdes Ponce Edra de Aboim. “Do Malabar às Molucas: os Jesuítas e a Província do Malabar (1601-1693)”. Tese de Doutoramento em História. 2015. <https://run.unl.pt/handle/10362/19047>

Saraiva, Luís, ed. *Europe and China: Science and Arts in the 17th and 18th Centuries*. World Scientific, 2013.

Sebbes, Joseph, e Helena Maria Campos Borges da Cunha Leite Novais (trad.). *O diário do padre Tomás Pereira, S.J: os jesuítas e o Tratado Sino-Russo de Nerchinsk (1689)*. 1a ed. Macau: Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses Instituto Cultural, 1999.

Serrão, Joel e A. H. de Oliveira Marques (dirs.). *Nova História de Portugal*. 1a ed. Vol. 5. Lisboa: Presença, 1990.

Siepmann, Helmut. *Portugal, Indien und Deutschland: Akten der V. Deutsch-Portugiesischen Arbeitsgespräche (Köln - 1998)*. Tübingen: Narr, 2000.

Simões, Sílvia Sônia. “Bizâncio, Pérsia e Ásia Central, pólos de difusão do Nestorianismo”. *Revista Aedos* 2, n. 05 (2009): 63-81. <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/9985>

Sinor, Denis. *Inner Asia*. Psychology Press, 1997.

Song Haoyan. “O “ser português” e o “outro”: Revisitar a História de Portugal no Diálogo Com a Civilização Chinesa - O caso Tomás Pereira”. *Doutoramento em Ciências da Cultura Especialidade em Culturas do Extremo Oriente*, Universidade do Minho, 2015.

Soucek, Branko, e Svat Soucek. *A History of Inner Asia*. Cambridge University Press, 2000.

Speake, Jennifer. *Literature of Travel and Exploration: G to P*. Taylor & Francis, 2003.

Stein, Burton. *A History of India*. John Wiley & Sons, 2010.

Subrahmanyam, Sanjay. “A cauda abana o cão: o subimperialismo e o Estado da Índia”. *Comércio e conflito*, Lisboa: Edições 70, 1994.

Subrahmanyam, Sanjay. “An Infernal Triangle: The Contest between Mughals, Safavids and Portuguese, 1590–1605”. *Iran and the World in the Safavid Age* 2 (2012): 121-148.

Subrahmanyam, Sanjay. “Of Imarat and Tijarat: Asian Merchants and State Power in the Western Indian Ocean, 1400 to 1750.” *Comparative Studies in Society and History* 37, n.º 4 (1995): 750-80.

Subrahmanyam, Sanjay, Marta Amaral, e Levi Condinho. *Impérios em concorrência: histórias conectadas nos séculos XVI e XVII*. 1a ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

Subtelny, Maria Eva. “The Timurid Legacy: A Reaffirmation and a Reassessment”. *Cahiers d’Asie Centrale*, n.º 3/4 (1 de outubro de 1997) p. 9-19.

Takahiro, Onuma. “Political Power and Caravan Merchants at the Oasis Towns in Central Asia: The Case of Altishahr in the 17th and 18th Centuries”. In *Xinjiang in the Context of Central Eurasian Transformations*, 33–58, 2018.

Thomaz, Luís Filipe. *Preste João* In Albuquerque (dir.), Luís de, e Francisco Contente Domingues (coord.). *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

Tiburcio, Alberto. *Muslim-Christian Polemics in Safavid Iran*. Edinburgh University Press, 2020.

Trivellato, Francesca. “The organization of trade in Europe and Asia, 1400-1800.” In Bentley, Jerry H., Merry E. Wiesner, e Sanjay Subrahmanyam (eds.). *The Cambridge World History: The Construction of a Global World, 1400-1800 CE. Part 2: Patterns of Change. Volume 6*. 160-89. Cambridge University Press, 2015.

Vicente, Luiz Rafael Xavier. *As relações político-religiosas entre o Império Mongol e a Europa Ocidental em meados do século XIII: missionários franciscanos no Oriente*. *Revista Vernáculo* 1, n.º 11/12/13 (2004). p. 8-19. <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/17745>

Vilhena, Maria da Conceição. *O Preste João: mito, literatura e história*. *ARQUIPÉLAGO – Revista da Universidade dos Açores*, 2001, 627–649.

Wang Bing, Manuel Serrano Pinto. “Thomas Pereira and the Knowledge of Western Music in the 17th and 18th Centuries.” In Saraiva, Luís (ed.). 135-52. *Europe and China: Science and Arts in the 17th and 18th Centuries*. World Scientific, 2013.

Welsford, Thomas. *Four Types of Loyalty in Early Modern Central Asia: The Tūqāy-Tīmūrid Takeover of Greater Mā Warā Al-Nahr, 1598-1605*. BRILL, 2012.

Wessels, C. *Early Jesuit Travellers in Central Asia: 1603-1721*. New Delhi: Asian Educational Services, 1992.

Wiesner, Merry E. *Early Modern Europe, 1450-1789*. Cambridge University Press, 2006.

Webgrafia

«Portugal - Embaixadas». Acedido 21 de fevereiro de 2022. <https://www.embaixadas.net/pais-e.php?c=Portugal>.

Sanjay Subrahmanyam - Keynote Address - Courtly Encounters in Early Modern Eurasia, 2010. <https://www.youtube.com/watch?v=lmfva9yVWqk>.

Anexo A: Mapas



Figura 1: Os percursos dos viajantes portugueses na Ásia Central nos séculos XVI e XVII

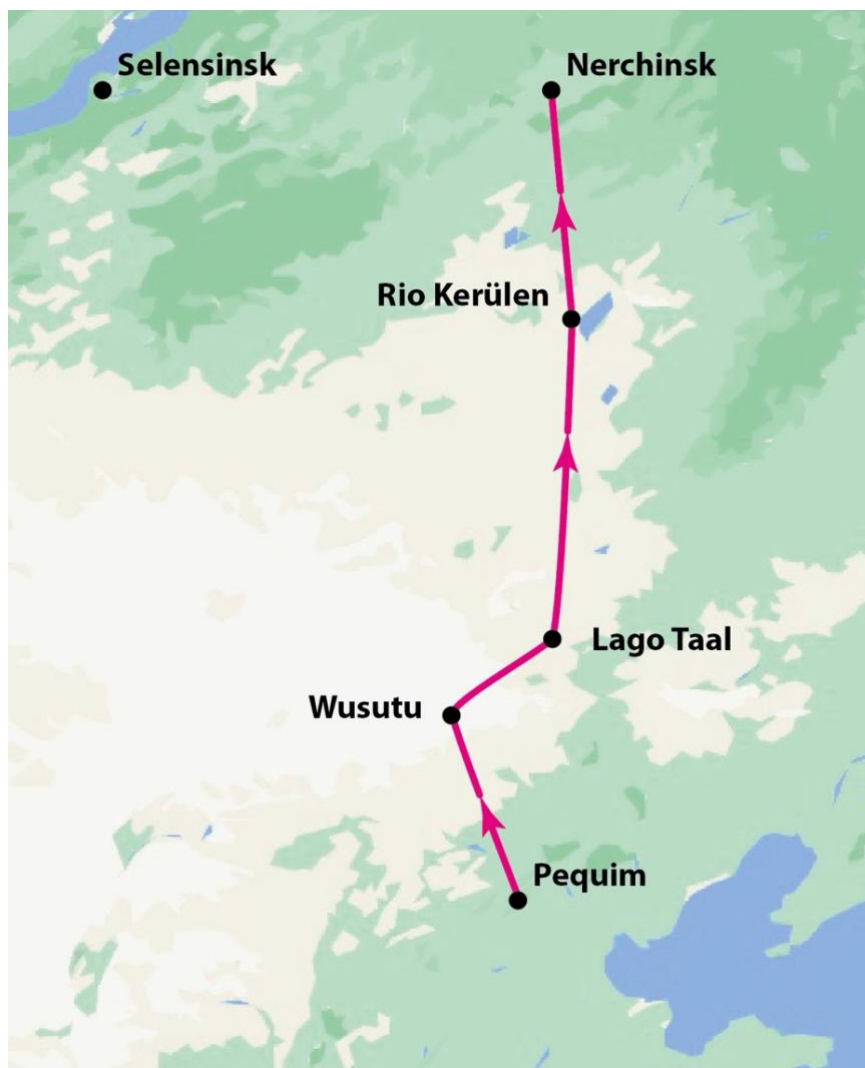


Figura 2: Percurso da terceira viagem de Tomás Pereira, em 1689. O percurso da primeira viagem de 1685 não se encontra explícito nos relatos, tornando-o extremamente difícil de traçar. O segundo percurso de 1688 tinha como destino Selensinsk, mas acabou por ser interrompido a meio caminho devido a um conflito entre grupos mongóis no destino.



Figura 3: Detalhe do mapa sobre o Subcontinente indiano e o Tibete, onde vemos traçados os percursos de Bento de Goes (1602-1605), António de Andrade (1624), Estevão Cacela e João Cabral (1626-1628), Francisco de Azevedo (1631) e Sebastião Manrique (1642-1643).



Figura 4: Detalhe do mapa sobre a Pérsia, onde estão traçados os percursos das primeiras viagens oficiais de António Tenreiro (1523), Mestre Martim Afonso (1565-1566), Frei Gaspar de São Bernardino (1606-1609), D. Álvaro da Costa (1610-1611), Sebastião Manrique (a rota inicia-se em Aracao, ver figura 3) e Manuel Godinho (1662-1663, a rota inicia-se em Goa, ver figura 3).